



Julia Nogueira da Costa Araújo

**"Melhores práticas" de (in)segurança: a
posição de Israel como referência para o
Brasil em defesa e segurança pública**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Relações Internacionais da PUC-Rio como requisito
parcial para obtenção do grau de Mestre em Relações
Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Marta Regina Fernández Y Garcia

Co-orientadora: Profa. Dra. Manuela Trindade Viana

Rio de Janeiro
Agosto de 2022



Julia Nogueira da Costa Araújo

**"Melhores práticas" de (in)segurança: a
posição de Israel como referência para o
Brasil em defesa e segurança pública**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Relações Internacionais da PUC-Rio como requisito
parcial para obtenção do grau de Mestre em Relações
Internacionais.

Profa. Dra. Marta Regina Fernández Y Garcia

Orientadora

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

Profa. Dra. Manuela Trindade Viana

Co-orientadora

Pontificia Universidad Javeriana - Bogotá

Profa. Dra. Maíra Siman Gomes

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

Prof. Dr. Alcides Eduardo dos Reis Perón

USP

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2022.

Ficha Catalográfica

Araújo, Julia Nogueira da Costa

"Melhores práticas" de (in)segurança : a posição de Israel como referência para o Brasil em defesa e segurança pública / Julia Nogueira da Costa Araújo ; orientadora: Marta Regina Fernández y Garcia ; co-orientadora: Manuela Trindade Viana. – 2022.

183 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2022.

Inclui bibliografia

1. Relações Internacionais – Teses. 2. Segurança. 3. Defesa. 4. Brasil. 5. Israel. I. Moreno, Marta Regina Fernández y Garcia. II. Viana, Manuela Trindade. III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Instituto de Relações Internacionais. IV. Título.

À Glória Aparecida e Antônio Carlos, por me
ensinarem a amar a vida acima de tudo (*in
memoriam*).

Agradecimentos

Esse sonho começou há doze anos, quando me descobri em Relações Internacionais e escolhi a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro como instituição de ensino. Mas, afinal, o que são os sonhos quando não há meios de concretizá-los? Há quatro gerações, a família Nogueira criava uma tradição de respeito e busca pela educação, a despeito de suas condições socio-raciais. Agradeço, acima de tudo, à Lea Maria e Lorraine Nogueira por nunca me deixarem desistir e nunca medirem todos os esforços possíveis e inimagináveis para que eu pudesse seguir o caminho que quisesse com liberdade e apoio.

O caminho percorrido na trajetória do Mestrado durante a pandemia da Covid-19 foi árduo e excepcional. Posso afirmar com toda a certeza que não chegaria até aqui sem o apoio acadêmico, teórico, emocional e psicológico das queridas Marta Fernández e Manuela Trindade Viana. Das grandes bênçãos e “acazos” da vida, agradeço por ter tido a oportunidade de aprender tanto sobre Relações Internacionais, sobre como agir com altruísmo e sobre a vida com vocês.

Nunca antes havia percebido de maneira tão clara a importância inoxidável de uma rede de apoio, carinho, diversão e amor para viabilizar a construção de uma pesquisa longa e de suma importância. Agradeço imensamente à minha família: Carlos Frederico, Cláudia, Anderson, Alexandre, Eli, Luana, Suellen e as pitucuchas Clara, Lara, Maria Carolina e Maria Liz, amor da dinda. Nada seria possível sem as melhores amigas do mundo que me mantiveram forte e sorrindo nessa caminhada: Lucas de Castro, Igor Carvalho, Vitoria Faria, Duda Magalhães, Marcela Monteiro, Rodrigo Gomes, Luiza Fernandez, Stephanie Vargas, Carol Gonçalves, Pedro Paulo, Eduardo Lima, Cíntia Brasil, a família Pinheiro, a família Lhama Loca, a família Winb. Não poderia deixar de agradecer ao esporte e seu papel crucial em meu entendimento como pessoa no mundo – agradeço enormemente às experiências e vivências do Humaníadas 2022, jogos do Vasco da Gama, e todas as horas dedicadas ao vôlei na equipe PSK.

Agradeço, acima de tudo, à Glória Aparecida e Antônio Carlos, que hoje não podem ver essa vitória que é tão deles quanto minha. Glória foi a melhor madrinha que eu poderia ter tido, foi luz por onde passou e sempre me apoiou a cada passo da vida, me incentivando em todos os momentos difíceis e rindo com todas as vitórias felizes. Sua gargalhada ainda está na minha cabeça e sua voz ainda aquece meus sonhos. Antônio, faz

tanto tempo né? Gostaria que você pudesse ter visto e sentido a sua pequena viver seus anos mais felizes de vida (até então) durante a faculdade e pudesse comemorar comigo ao som de “Fly Me To The Moon” mais uma vez, dançando sem com pulinhos e caminhando rápido, com ansiedade, para explorar novos lugares terrenos e emocionais. Obrigada por todo o apoio que vocês têm me dado, tão longe, mas tão perto.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Resumo

Nogueira, Julia; Marta Fernández (Orientadora) e Viana, Manuela Trindade (co-orientadora). **"Melhores práticas" de (in)segurança: a posição de Israel como referência para o Brasil em defesa e segurança pública**. Rio de Janeiro, 2022, 183p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A pesquisa explora os efeitos da emergência de um discurso que posiciona Israel como um modelo para o Brasil nos campos de defesa e segurança pública. Para tal, inscreve esse discurso em um campo de disputas narrativas e explora as condições de possibilidade para que Israel viesse a ser tomado como exemplo no campo de segurança pública e defesa. Em seguida, discute os efeitos dessa posição privilegiada com atenção à circulação no Brasil e no mundo de equipamentos de segurança e armamentos israelenses. Ao perseguir o rastro históricos de alguns desses aparatos, a dissertação busca escançar as diferenciações de alteridade e raciais subjacentes ao “problema de segurança” para o qual essas “soluções” são investidas tanto no Brasil como em Israel. Ao fazê-lo, o trabalho objetiva analisar a ressonância mútua de seus “problemas” de ordem pública e os corolários da narrativa de “boas práticas”.

Palavras-chave

Segurança; defesa; Brasil; Israel

Abstract

Nogueira, Julia; Marta Fernández (Advisor) e Viana, Manuela Trindade (Co-advisor). **“Best practices” of (in)security: the positioning of Israel as a reference for defense and public security in Brazil**. Rio de Janeiro, 2022, 183 p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The research explores the effects of the emergence of a discourse that positions Israel as a model for Brazil in the fields of defense and public security. To this end, it inscribes this discourse in a field of narrative disputes and explores the conditions of possibility for Israel to be taken as an example in the field of public security and defense. Then, it discusses the effects of this privileged position with attention to the circulation in Brazil and in the world of Israeli security equipment and weapons. By pursuing the historical trace of some of these apparatuses, the dissertation seeks to open up the differences of alterity and racial underlying the “security problem” for which these “solutions” are invested both in Brazil and in Israel. In doing so, the work aims to analyze the mutual resonance of their public order “problems” and the corollaries of the “best practices” narrative.

Keywords

Security; defense; Brazil; Israel

Sumário

Introdução.....	12
1. Posicionando a “solução”: análise dos espectros discursivos no Brasil e no mundo que alçam Israel à posição de referência em segurança.....	19
1.1. Segurança brasileira, solução israelense? Posicionamentos de Israel no espectro discursivo nacional.....	21
1.2. “ <i>Made in Israel</i> ”: construindo a marca Israel com base na narração da experiência de segurança.....	48
2. “Solução Completa”: a trajetória e o papel da expertise e dos equipamentos de segurança israelenses “bem-sucedidos” em circulação no Brasil.....	63
2.1. Armas e a história que carregam.....	65
2.2. “Análise de necessidades, seleção de soluções, todos os aspectos de implementação, treinamento e suporte”: captação do olhar diagnóstico e técnicas de segurança israelenses pelo Brasil.....	Erro! Indicador não definido.
2.3. História, trajetória e o papel dos blindados e armamentos israelenses em circulação no Brasil.....	86
2.4. Considerações Finais.....	101
3. Do “problema” à “solução”: a construção de cenários de (in)segurança e seus corolários em uma viagem de Israel ao Brasil.....	103
3.1. (In)segurança acima de tudo: dissecando as particularidades israelense e brasileira na construção e entendimentos de “problemas de segurança”.....	106
3.1.1. Israel e a ameaça palestina inalienável.....	110
3.1.2. Brasil e a luta contra o “inimigo” negro.....	119
3.2. Preto no Branco: dissecando a funcionalidade e corolários do emprego de “soluções” de guerra para os “problemas de segurança” em uma conversa entre Israel e Brasil.....	128
3.3. Considerações Finais.....	150
Conclusão.....	152
Referências.....	156

Lista de Figuras

Figura 1: Muro de separação na Cisjordânia

Figura 2: “Muro da Vergonha” na “Faixa de Gaza carioca” 1

Figura 3: “Muro da Vergonha” na “Faixa de Gaza carioca” 2

Figura 4: Criança palestina observa demolição de casa por trator israelense

Figura 5: Trator brasileiro demole casa na Vila Autódromo

Figura 6: Criança palestina atirando pedras em tanque de guerra israelense

Figura 7: Bombas destroem prédios na Faixa de Gaza

*“For to be free is not merely to cast off
one’s chains, but to live in a way that
respects and enhances the freedom of others”*

(Nelson Mandela)

Introdução

Líder na produção de armas pequenas “testadas em combate”, a indústria de armas de Israel (IWI) expôs seus produtos destinados ao policiamento, patrulhamento e segurança de fronteiras em uma feira internacional de armas sediada no Brasil, quando Uri Armit, presidente executivo da IWI, afirmou que o a expertise da empresa ofereceu uma solução completa, “incluindo análise de necessidades, análise de necessidades, seleção de soluções e todos os aspectos de implementação, treinamento e suporte” (Amit apud DefesaNet, 2012).

Declarações como esta estão cada vez mais presentes em discursos, políticas e trocas econômicas envolvendo Brasil e Israel. Nas últimas décadas, o Brasil tem se destacado como um dos principais consumidores de equipamentos, tecnologias e treinamento militar e de segurança israelenses (Trading Economics, 2021). Mais expressivas a partir dos anos 2000, as relações bilaterais entre Brasil e Israel nas áreas de segurança e defesa ganharam destaque, principalmente no que diz respeito à expertise e equipamentos produzidos por empresas israelenses nessas áreas. Essas interações bilaterais vêm ocorrendo entre lideranças políticas nacionais e subnacionais, bem como por membros das forças militares e policiais, tanto por meio de canais informais quanto mais institucionalizados, por meio do tecido institucional dos Ministérios da Defesa, da Justiça e das Relações Exteriores. Gradualmente, o papel de Israel como provedor de “soluções” nos domínios da defesa e segurança pública se expressa nos fluxos comerciais e nas participações orçamentárias desses setores, bem como no tema das mudanças regulatórias no Brasil. Mais importante ainda, tal protagonismo tem impactos profundos na vida dos brasileiros que constituem objeto de operações que mobilizam a expertise e o repertório bélico israelense como técnicas de controle, vigilância e “abate” populacional.

Nesse sentido, esta pesquisa propõe um tratamento analítico do discurso sobre a construção de Israel como referência e fonte de “soluções” no domínio da segurança, aqui no que diz respeito tanto à defesa quanto à segurança pública, domínios do Brasil, e seus efeitos. Inspirada na genealogia e na análise do discurso articulada por Michel Foucault (1979) e ciente de que não há essências ou origens na história (Sherrat, 2006), esta dissertação busca desestabilizar essa “realidade” que coloca Israel como referência, para

verificar a vínculos de poder/saber que tentam fixar temporariamente essa narrativa como verdadeira e acessar seus efeitos. Além disso, observarei como o poder funciona para estabelecer uma “realidade” que, embora questionada, se estabeleceu como senso comum naturalizado (Doty, 1993) – assim, despolitizando-o (Huysmans, 2009).

Mais especificamente, a pesquisa visa dissecar a produtividade do discurso hegemônico que eleva Israel à posição de referência em segurança pública e defesa para o Brasil e as estruturas de sentido específicas que estão diretamente ligadas à implementação de práticas que garantem sua legitimidade e inteligibilidade (Miliken, 1999). A emergência de Israel como modelo e “melhor prática” é uma “verdade” produzida e reproduzida discursivamente de múltiplas formas que permitem não apenas a construção e reconstrução de identidades e subjetividades, mas também práticas e políticas (Doty, 1996, p. 13). Meu ponto é argumentar que a circulação dessas práticas discursivas, entre outras coisas, esconde os detalhes da construção do problema de segurança colocado e que aparentemente é resolvido pelos moldes de defesa israelenses ao mesmo tempo em que obscurece o questionamento posterior de seus efeitos: esses pontos explícitos orientam e sustentam os argumentos da presente pesquisa.

Este breve quadro das relações entre Brasil e Israel, tanto entre Estados quanto na promoção de parcerias e negociações privadas, no campo da segurança e defesa, provocam o surgimento da questão central desta pesquisa: Quais são os corolários do posicionamento de Israel como referência em segurança e defesa para o Brasil? Assim, a dissertação buscará analisar, primeiramente, como se deu a construção de Israel como provedor de soluções e referência em segurança e defesa, e quais são as práticas discursivas, condições de possibilidade, que produzem e reproduzem essa “realidade” particular. Investigará, da mesma forma, os pressupostos assumidos como verdadeiros, a predicação de sujeitos e objetos, que modificam suas qualidades, atributos e propriedades e o posicionamento dos sujeitos, às vezes em relações de oposição, identidade, complementaridade e similaridade (Doty, 1993), presente nos discursos que posicionam Israel como uma “melhor prática” em segurança.

Um passo adiante, a pesquisa se concentrará nos termos pelos quais essa estrutura de significados é apropriada e retroalimentada pelo Brasil quando assume a solução israelense como comparável aos seus problemas de segurança nacional e traça as redes, relações e circulações que permeiam essa narrativa. A partir de uma abordagem voltada para as práticas discursivas, também buscarei compreender como esse cenário narrativo

também torna inteligíveis diversas práticas políticas e materiais, ou seja, explorarei a fundo os detalhes do comércio e troca de técnicas e equipamentos de segurança e o relações e interações entre Brasil e Israel. Além disso, dissecará a produção e reprodução de um conjunto de signos que geram e determinam sujeitos e objetos envolvidos na relação entre Brasil e Israel, a construção de certas subjetividades como racializadas e seu enquadramento como “problemas de segurança” ou “populações-alvo”. Notadamente, a questão norteadora desta pesquisa está na ordem dos efeitos produtivos desse discurso que privilegia Israel nas esferas de defesa e segurança, ou seja, quais são os efeitos políticos produzidos a partir da proliferação dessas trocas de segurança entre os dois países.

Com os propósitos acima apresentados em mente, o primeiro Capítulo intitulado *Posicionando a “solução”*: análise dos espectros discursivos no Brasil e no mundo que alçam Israel à posição de referência em segurança busca mapear os terrenos discursivos nacionais que versam sobre Israel e o setor de segurança e, em um segundo momento, se debruça tanto sobre a autoimagem israelense quanto sobre narrativas nos circuitos internacionais que da mesma maneira conferem à Israel e seus produtos o rótulo de “soluções”. A seção *Segurança brasileira, solução israelense? Posicionamentos de Israel no espectro discursivo nacional* avalia um arquivo securitário e discursivo acerca das relações Brasil-Israel nos últimos vinte e cinco anos. O crescente imbróglio de discursos brasileiros que avaliam das mais diversas maneiras a posição de Israel como provedor de soluções e modelos na área de segurança é o alvo analítico da seção que busca compreender as condições de possibilidade e os termos através dos quais Israel foi alçado à posição “privilegiada”, sem negligenciar, no entanto, as disputas discursivas em curso. Entendido como um corpo mutável e moldado por continuidades e descontinuidades, o arcabouço discursivo analisado considera diferentes posições de aproximação, afastamento, crítica e afinidade com o posicionamento de Israel para o Brasil no setor de segurança.

Com o entendimento ampliado acerca da construção e ascensão de Israel como modelo, a seção *“Made in Israel”*: construindo a marca Israel com base na narração da experiência de segurança se dedica a uma análise mais aprofundada acerca da formação de Israel como um “Estado-marca” (Grassiani, 2017). Serão identificados os adjetivos e qualificações usualmente associados às medidas de segurança israelenses e como tais caracterizações promovem a visão de que Israel oferece melhores soluções para

determinados “inimigos”. A chamada “*Israeli-ness*” ou “israelidade” (Grassiani, 2017, p. 61) entra em cena para auxiliar na reflexão sobre como o país é considerado, em muitos momentos, sinônimo de garantia de segurança, produtos de alta qualidade, profissionalismo, inovação, alta tecnologia, inteligência, experiência e solução, perspectiva que fornece altos ganhos monetários com o impulsionamento de um circuito internacional de vendas. Ao mesmo tempo, a discussão se inclinará para análises que compreendam e dissequem como a “nação de startups” foi e é desenvolvida em paralelo e com apoio de políticas com excesso de vigilância, militarismo, de força e testes, de forma não exaustiva. Nesse estágio, é crucial para discutir e compreender a racionalidade que associa o país à referência, a incorporação de elementos históricos e hodiernos da região, compreensão da lógica militarista em voga e dos impulsos expansionistas de mercado, no ambiente neoliberal, que estimulam a comercialização, venda, persuasão, *branding* e marketing desse discurso.

Com o balanço sobre o campo discursivo brasileiro, internacional e comercial mapeado, o segundo Capítulo “*Solução Completa*”: *a trajetória e o papel da expertise e dos equipamentos de segurança israelenses “bem-sucedidos” em circulação no Brasil* se propõe a analisar os pormenores da expertise e dos equipamentos israelenses em circulação e utilização em território brasileiro. A seção *Armas e a história que carregam* aborda vertentes críticas que compreendem os dispositivos de segurança e o internacional como um todo como formados por uma rede de relações de poder que perpassa técnicas, tecnologias e materialidade, para além de narrativas, discursos, instituições e organizações. Expertise e equipamentos são entendidos como parte de um mesmo “pacote”, conectado, que carregam como pressupostos a ideia de que determinadas maneiras de operar segurança são mais eficientes e atingem o máximo de suas capacidades com armamentos específicos. Com isso, a seção reflete sobre como equipamentos e tecnologias assumem significados e propósitos dentro das formações sociais e culturais onde estão inseridos (Bousquet, 2009, p. 2). Em especial, o arco analítico direciona, por um lado, para a compreensão do papel primordial de olhar para o papel das materialidades no dispositivo de segurança e, por outro, para a maneira através da qual as tecnologias e os know-hows refletem meios de olhar para o mundo e de lidar com seus problemas. A discussão introduz a relevância de refletir sobre a bagagem dessas “coisas violenta” e sobre como sua comercialização e circulação no mundo, apesar de manter continuidades e semelhanças com suas finalidades de criação, promove

reprogramações nos ambientes que passam a habitar e circular. A compreensão ampla proposta pela pesquisa acerca do dispositivo de segurança que envolve o posicionamento de Israel como referência material e imaterial na área para o Brasil passa, portanto, por uma investigação que perceba que “nem as ideias sozinhas, nem as máquinas e seus efeitos, mas as ideias, experiências e metáforas em sua interação com máquinas e mudança material” (Edwards, 1989, p. xv apud Bousquet, 2009, p. 239).

Em “*Análise de necessidades, seleção de soluções, todos os aspectos de implementação, treinamento e suporte*”: *captação do olhar diagnóstico e técnicas de segurança israelenses pelo Brasil*, alicerçado na necessidade de olhar com cuidado e atenção para a agência das técnicas em circulação entre Israel e Brasil, investiga como expertise e produtos de segurança estão imbuídos em pacotes mais amplos de soluções. O modelo de segurança que aproxima as relações Brasil e Israel envolve uma “solução completa” que, em primeiro lugar, compreende a formação de técnicas e pressupostos de segurança imbuídos na expertise de segurança israelense entendida sob o rótulo de “melhores práticas”. A discussão foca, sobretudo, na formação das principais instituições militares e de segurança do país, grandes fornecedoras de treinamentos de contraterrorismo, combate à criminalidade e inimigos e em suas técnicas de luta, combate e policiamento.

A seção conclusiva do Capítulo, intitulada *História, trajetória e o papel dos blindados e armamentos israelenses em circulação no Brasil*, parte das análises prévias que refletem sobre os enredos de venda praticados pelas empresas de segurança israelenses que penetram o mercado brasileiro com a promoção de técnicas e treinamentos para o setor para explorar a comercialização e circulação internacional, de forma geral, e no circuito Brasil e Israel, em particular, de armamentos e equipamentos de guerra com intervenções e tecnologias “azul-e-brancas”. Em especial, a investigação proposta procura questionar: de que modo as “armas de guerra” foram criadas e em quais contextos? Quais foram as intervenções feitas pelo projeto israelense e por quê? Como estes equipamentos chegaram ao Brasil e qual a sua utilidade? Como blindados, veículos e armamentos vêm remodelando as situações de conflito no Brasil? Apesar de compreender que os objetos em questão não necessariamente tiveram suas primeiras versões desenhadas e projetadas por Israel, em especial porque o Estado não existia à época da criação de boa parte desses equipamentos, o país possui papel ativo e fundamental na sua adaptação e recriação para, em primeiro lugar, garantir sua tão urgente

segurança interna e, como consequência, ajustar seu “modelo de sucesso” a outras conjunturas e geografias de insegurança. A escolha dos equipamentos analisados foi exercitada considerando os objetos de maior impacto e repercussão midiática no dia a dia brasileiro e com fluxos intensos de trocas.

O Capítulo conclusivo, *Do “problema” à “solução”*: a construção de cenários de (in)segurança e seus corolários em uma viagem de Israel ao Brasil, busca refletir acerca dos pormenores da construção dos “problemas de segurança” no Brasil e em Israel, alicerçados em diferenciações identitárias e raciais, para, então, alcançar a pergunta central da pesquisa: Quais são os corolários da elevada posição de referência em segurança e defesa para o Brasil? Em *(In)segurança acima de tudo: dissecando as particularidades israelense e brasileira na construção e entendimentos de “problemas de segurança”*, partindo das reflexões anteriores que expuseram situações que envolviam a busca pela segurança, nacional, mas especialmente, pública no Brasil cuja solução muitas vezes foi encontrada na aquisição de técnicas e equipamentos israelenses, a racionalidade por trás da definição do que é entendido como “problema” em ambos os países é escavada. Assim, é possibilitada uma investigação que não só entende e acessa a construção de indivíduos e práticas como desviantes e perigosos separadamente, mas que também alcança as tangentes e pontos chave de similaridade entre suas lógicas securitárias que viabilizam toda a economia de comercialização e compartilhamento de experiências, práticas, técnicas e materialidades no setor entre Brasil e Israel. Partindo de um apanhado sobre o que o presente trabalho entende como segurança e como problemas de segurança são construídos, a sequência analítica se debruçará sobre a construção específica do inimigo israelense para, então, examinar os pormenores do caso brasileiro. Ao longo da investigação, serão introduzidos outros conceitos primordiais para o entendimento futuro da pesquisa e dos espaços de conexão securitária Brasil-Israel, dentre eles, identidade, raça, racismo e colonialismo.

Por fim, a seção *Preto no Branco: dissecando a funcionalidade e corolários do emprego de “soluções” de guerra para os “problemas de segurança” em uma conversa entre Israel e Brasil*, parte da identificação de como as “soluções” adquiridas pelo Brasil e fornecidas por Israel, identificadas como “melhores práticas” no setor de segurança, diagnosticadas a partir de uma ressonância clara na trajetória e pormenores do que os países consideram “problemas de segurança”, para identificar os corolários dessas políticas. Com o traçado alicerçado em diferenciações étnico-raciais que dão conta de

explicar a grande ameaça que a população palestina, para Israel, e a população negra e pobre, para o Brasil, oferecem para os cidadãos-ideais desses Estados e para a imagem que propagam internacionalmente, o entendimento difundido de quem, o que e como o perigo supostamente é tornam inteligíveis um *modus operandi* securitário específico. A compra de um pacote de “melhores práticas”, que subentende um conjunto de expertise, treinamento e equipamentos de segurança que melhor dão conta de controlar, cercear e eliminar as ameaças iminentes, suscita uma série de empreendimentos como seus corolários diretos ou indiretos sobre as populações no Brasil e em Israel. Distante culturalmente e geograficamente, a vida brasileira ordinária é aproximada em muitos sentidos da vida palestina em Israel, seja na Cisjordânia, seja na Faixa de Gaza, em especial, pela coexistência de discursos e materialidades que tem como objetivo asfixiar as populações em sua mira. Dessa forma, a seção final acessa quais são os corolários de uma política de segurança que entende seus “problemas de segurança” como nocivos para seus projetos de Estado e, por consequência, quais são os efeitos das soluções empregadas.

1. Posicionando a “solução”: análise dos espectros discursivos no Brasil e no mundo que alçam Israel à posição de referência em segurança

Segundo dados divulgados pelo Instituto Internacional de Estocolmo para a Pesquisa da Paz, Israel se destacou como o oitavo maior exportador de armas do mundo entre 2016 e 2020, e o Brasil tem reiteradamente figurado entre os maiores importadores e consumidores de armamentos, tecnologias e expertise israelense em segurança desde o início do século XXI (Wezeman, 2021; Vila-Nova, 2018; Trading Economics, 2021). Em paralelo às trocas comerciais securitárias, Israel tem crescentemente povoado o imaginário brasileiro e constituído alvo de representações discursivas no âmbito de segurança e defesa por inúmeros atores em variadas esferas da sociedade. O Capítulo procura, em um primeiro momento, dissecar quais discursos circulam no Brasil sobre Israel em defesa e segurança, quais narrativas informam as diversas representações e posicionamentos de Israel em relação à expertise e know-how em segurança e compreender como Israel é interpretado neste setor no Brasil para, em um segundo momento, se voltar à análise sobre como se deu a construção de uma israelidade no setor de segurança que passou a ser compreendida internacionalmente como solução e “melhores práticas”.

De modo a satisfatoriamente acessar e analisar esses questionamentos, este Capítulo praticará uma estratégia analítica¹ (Malmvig, 2006) inspirada na genealogia e análise de discurso propostas por Michel Foucault (1979). Partindo de um entendimento de discurso como uma “totalidade estruturada e relacional” (Doty, 1996, p. 15), discuto como estruturas de significado são construídas no Brasil a respeito de Israel em matéria de defesa e segurança e, conseqüentemente, como é construída uma “realidade” sobre a experiência israelense nesses setores, tornando inteligíveis modos específicos de ser e agir sobre o mundo, operacionalizando um regime de verdade que corta e exclui alternativas de prática, ação e identidade, e que possui efeitos sobre as subjetividades e sociabilidades (Doty, 1993; Milliken, 1999). Precisamente por ditarem significados no mundo, discursos não são limitados a materiais textuais e narrativos, como “conceitos,

¹ Evitando a chamada “tirania da metodologia positivista” (Feyerabend, 1975 apud Malmvig, 2006, p. 23), esta pesquisa segue as reflexões de Malmvig (2006) chamando tais reflexões analíticas de *estratégias analíticas*. Tal compromisso chama atenção “para o fato de que a forma *como* objetos de investigação são estudados é uma escolha analítica – estratégia – feita pelo analista” (Malmvig, 2006, p. 24, tradução nossa). Assim, essa lente desperta a consciência de que nossos objetos de estudo não existem antes de nossas construções e incursões sobre eles, os pesquisadores os produzem por meio de suas escolhas analíticas (Malmvig, 2006). É uma maneira de comunicar escolhas e estratégias (Aradau, 2015, p. 2).

categorias, espaços discursivos, metáforas, modelos e analogias através dos quais significados são criados” (Doty, 1993, p. 304): também são práticas sociais às quais essas narrativas estão intimamente ligadas (Doty, 1996, p. 15).

Para acessar e compreender esses discursos em voga no Brasil sobre Israel em relação a segurança e defesa, a Seção 1 se debruçará sobre um arquivo minuciosamente reunido, entendido como uma coleção de dados organizados em registros que constituem evidência de formas de pensar e de se relacionar com o mundo por diversos atores envolvidos na construção de imaginários sobre Israel (Lobo-Guerrero, 2013, p. 121). Por meio desses registros e da compreensão acerca dos processos de construção dos discursos em questão, tais imaginários poderão ser posteriormente questionados e, assim, o arquivo apresentado e discutido a seguir representa um campo de surpresas e de contemplação crítica que busca tornar detalhes aparentemente dispensáveis em produtivos (Lobo-Guerrero, 2013, p. 122). Em especial, a análise do arquivo buscará identificar e apontar não apenas as rupturas, discordâncias e descontinuidades no entendimento de Israel em relação à segurança e defesa pelo Brasil, mas sobretudo como há continuidades e tentativas de estabilizar e regularizar um entendimento específico e determinadas práticas de representação (Huysmans, 2006; Doty, 1996; Foucault, 1972). Partindo de uma apresentação cronológica do arquivo e dos diferentes espectros discursivos, para fins analíticos, a primeira seção também objetiva identificar os atores, tecidos institucionais onde circulam os discursos e os embates e tensões que os permeiam.

Para além do ambiente nacional, a segunda seção busca avançar em direção aos circuitos internacionais que posicionam Israel como fornecedor exitoso e bem ranqueado de produtos e expertise internacionalmente. Alicerçado na análise da primeira seção, a discussão partirá do entendimento comum de que as práticas de segurança israelenses são bem-sucedidas para se debruçar sobre a construção da chamada “*Israeli-ness*” ou “israelidade” (Grassiani, 2017, p. 61) como sinônimo de segurança, qualidade, inovação, profissionalismo, alta tecnologia, inteligência, mas, sobretudo, experiência. Assim, a seção procura dissecar os pormenores não apenas da construção do imaginário securitário e comercial “made in Israel”, mas questionar quais são as rubricas e lógicas por trás da promoção de uma segurança inalienável e militarista.

1.1. Segurança brasileira, solução israelense? Posicionamentos de Israel no espectro discursivo nacional

Partindo de uma prévia avaliação de um arquivo cronológico a respeito das relações Brasil-Israel no setor de segurança nos últimos 25 anos, esta Seção analisa o mosaico de perspectivas sobre a posição de Israel como provedor de soluções e modelos na área de segurança, distribuídas em um espectro discursivo. Com isso, busco compreender os termos com que Israel foi construído como referência nesse setor, como essa posição de referência se transformou ao longo dos anos, bem como tal posição privilegiada constituiu objeto de disputas nessa trajetória. Portanto, esse arcabouço discursivo não será aqui entendido como imutável, nem absolutamente descontinuado, mas formado por permanências e rupturas. Logo, a discussão percorrerá as posições discursivas de aproximação moderada e setorizada, de críticas confrontantes e oposição ao posicionamento de Israel como modelo no setor de segurança e de alinhamento íntegro multisetorial e acrítico à importação e absorção de expertise israelense para o Brasil.

Portador de grande importância na votação da Partilha da Palestina e posterior criação do Estado de Israel², no final da década de 40, o Brasil protagonizou aproximações e afastamentos nas relações bilaterais diplomáticas e consolidou e avolumou relações comerciais com o país, especialmente nas áreas de segurança e defesa. Com a chegada de Fernando Henrique Cardoso (FHC) ao poder no final do século XX, foi inaugurado “um longo período de intensa diplomacia presidencial, ao longo do qual foi reforçado o argumento tradicional do Ministério das Relações Exteriores de que a política externa deve ser utilizada como instrumento de desenvolvimento e de modernização” (Casarões, 2014, p. 165). Ainda que a gestão FHC tenha negligenciado a Defesa Nacional como pauta política (Fernandes, 2006), houve uma abertura significativa para esforços de modernização das Forças Armadas por meio de relações com países vistos como mais modernos e aparelhados, dentre os quais Israel se destacava. Em mensagem ao Congresso Nacional, a Presidência da República sinalizou interesse em alavancar “a modernização das Forças Armadas, através de investimentos em meios de combate modernos, tecnologia e sistemas logísticos integrados” (Cardoso, 1996, p. 109), para além de definir como propósito a construção de um “Aparelhamento Militar” que

² O posicionamento brasileiro na votação da Partilha da Palestina na ONU em 1947, com a condução da sessão que aprovou a Resolução 181 pelo embaixador brasileiro Oswaldo Aranha, na qualidade de presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas naquele ano, ocupa reiteradamente narrativas diplomáticas sobre relações Brasil-Israel, como uma espécie de marco fundacional positivo (Casarões, 2014; Vigevani, 2019).

permitisse “manter adequado poder dissuasório e de garantia da Defesa Nacional” (Cardoso, 1996, p. 109).

Nesse sentido, com a manifestação expressa e o direcionamento de incentivos ao aprimoramento das capacidades materiais das Forças Armadas, notoriamente voltadas à segurança nacional, o governo Fernando Henrique articulou uma estratégia de modernização das Forças Armadas que foi mantida e aprofundada por seu governo sucessor – o que, como veremos, contribuiu para que Israel figurasse como um interlocutor de destaque. Com efeito, a administração de Luís Inácio Lula da Silva abriu ainda mais portas para a entrada de empresas israelenses fornecedoras de equipamentos militares em virtude de sua “alta tecnologia”, “técnica” e “expertise”, termos reiterados em diversas oportunidades. Nesse sentido, em virtude do espaço de mercado e da carência de um aparato de segurança à altura dos objetivos desenvolvimentistas brasileiros entre finais da década de 90 e inícios dos anos 2000, engendrou-se uma aproximação moderada e setORIZADA em relação à Israel. Em outras palavras, de maneira mais pragmática e restrita aos setores empresarial e securitário, começou a ganhar corpo um campo discursivo que posicionava empresas públicas, público-privadas ou joint-ventures israelenses como o locus de solução específica e como atores-chave para suprir as lacunas de modernização, tecnologia e expertise em segurança, majoritariamente diagnosticadas na segurança nacional. Tal alinhamento com o setor de segurança israelense, no entanto, não se estendia para ambientes diplomáticos e, por vezes, era freado por declarações brasileiras repressivas frente aos empreendimentos conflituosos regionais e internos de Israel.

Com cenário favorável, empresas renomadas internacionalmente como Elbit Systems Ltd., Rafael Systems, IAI e IMI deram início às suas trajetórias corporativas em solo verde-e-amarelo. A maior empresa privada de armas israelense, Elbit Systems Ltd. (Elbit)³, por exemplo, chegou ao Brasil no final dos anos 90 e, segundo Joseph Ackerman, seu CEO à época, identificou no país um enorme potencial para ingressar na indústria aeroespacial (Ackerman apud StopTheWall, 2011, p. 8). Em julho de 2001, a Elbit adquiriu a empresa brasileira Aeroeletrônica Indústria de Componentes Aviônicos (AEL), garantindo o controle majoritário das ações e a utilização de instalações da AEL para a

³ Fundada em 1996 como uma empresa público-privada conjunta com o Ministério de Defesa de Israel (MOD) e se tornou a empresa militar israelense de crescimento mais rápido (Hever, 2018, p. 18, 66-68). Dentre seus diversos contratos, a Elbit é a única prestadora de serviços ao MOD, através do projeto “Tor”, o que torna o Ministério dependente da empresa para o fornecimento contínuo dos equipamentos dos soldados e o treinamento para seu uso (Hever, 2018, p. 68).

atualização dos sistemas de aeronaves Northrop F-5⁴ da Força Aérea Brasileira, firmou contratos com a Embraer (Empresa Brasileira de Aeronáutica SA) e com o governo brasileiro estimados em 230 milhões de dólares, com execução de cerca de oito anos. Em particular, a AEL desenvolve, produz e faz manutenção de sistemas aviônicos para o Brasil e a América Latina de modo geral e para a Elbit, executa engenharia, fabricação e atividades de apoio logístico para aplicações de defesa e comerciais realizadas pela companhia israelense no Brasil. Em 2002, a Elbit obteve contratos com o governo brasileiro e com a Embraer, avaliado em 80 milhões de reais, para fases de produção e suporte logístico do programa de aeronaves AL-X Super Tucano e durou cerca de quatro anos (StopTheWall, 2011, p. 10).

Ao mesmo tempo em que a cooperação com Israel no setor de segurança se intensificava, havia certa hesitação com relação a um alinhamento mais vocal com Israel no fronte diplomático. Em 2003, o presidente Lula viajou para cinco países árabes e não incluiu Israel no roteiro oficial. Em Damasco discursou a favor da criação do Estado palestino e da devolução das Colinas de Golã à Síria. No mesmo ano, no entanto, em uma visita oficial ao Brasil, o chanceler israelense Avigdor Lieberman, reabriu o consulado israelense em São Paulo, “como forma de fortalecer o fluxo de comércio, investimentos e cooperação em tecnologia” (Casarões, 2014, p. 170), e as Forças Armadas do Brasil abriram um escritório de representação em Tel Aviv (StopTheWall, 2011). De modo a apaziguar tensões instauradas com o governo israelense em função da abertura, em 2004, de uma representação diplomática brasileira em Ramallah, território palestino na Cisjordânia, e de visitas oficiais a diversos países árabes que incluíam territórios palestinos, o então ministro das Relações Exteriores Celso Amorim visitou Tel Aviv em 2005, acompanhado de uma delegação empresarial que tinha como missão estimular fluxos comerciais entre os países (Casarões, 2014, p. 172).

Seguindo o caminho já aberto pela Elbit, em 2006, o Comando da Aeronáutica brasileira adquiriu o Skyshield PODS Systems, sistema ofensivo de contramedidas eletrônicas, produzido pela empresa israelense Rafael Advanced Defense Systems Ltd⁵ e

⁴ Northrop F-5s são caças táticos de defesa e ataque ao solo (NORTHROP, s.d.).

⁵ A Rafael Advanced Defense Systems Ltd., anteriormente uma subdivisão do Ministério da Defesa de Israel, é uma empresa pública israelense fundada há mais de 70 anos, responsável pelo desenvolvimento de armas e tecnologia militar e uma das maiores fornecedoras de equipamentos para as Forças de Defesa de Israel. A Rafael, segundo sua própria narrativa, é sinônimo de defesa dinâmica, inovação ousada e criatividade tecnológica e produz suas inovações baseada em “experiência operacional extensa e conhecimento dos requisitos de combate em evolução” (Rafael, sd), o que permite “rápido desenvolvimento

utilizado pela Força Aérea de Israel na supressão da Defesa Antiaérea Inimiga (Brasil, 2006). No mesmo período, entretanto, o Brasil lançava mão de uma cooperação técnica e ajuda bilateral para se aproximar do povo palestino com doações que ultrapassaram 20 milhões de dólares, canalizadas para razões humanitárias e de proteção dos direitos humanos, condenando fortemente ataques das Forças Armadas de Israel em Gaza. Na ocasião, uma nota do presidente do Partido dos Trabalhadores tachou as ações israelenses como “terrorismo de Estado” e comparou as ações de Benjamin Netanyahu, primeiro-ministro israelense à época, ao nazismo – o que estremeceu significativamente as relações entre os países no âmbito diplomático (Vigevani, 2019).

Mesmo diante desses atritos, as relações nos setores de comércio e segurança foram não apenas mantidas, mas aprofundadas, especialmente naquelas envolvendo as Forças Armadas. De fato, nesse período, o governo brasileiro solicitou à Elbit a integração de mais recursos às aeronaves F-5, o estabelecimento de um centro de manutenção no país, com sede na AEL, e encomendou, em conjunto com a Embraer, a compra de mais de vinte e três aeronaves AL-X. Ao mesmo tempo, a Elbit Systems ganhou contrato novamente com a Embraer para fornecer aviônicos e sistemas EW para a modernização e upgrade do caça AMX, estimado em 187 milhões de reais e implementado pelas subsidiárias da Elbit, a israelense Elisra, e a AEL (StopTheWall, 2011, p. 10). Com a ampliação de contratos e oportunidades de negócios, a Elbit comprou outras duas empresas brasileiras de manufatura, Ares Aeroespacial e Defesa (Ares) e Periscopio Equipamentos Optronicos AS (Periscopio), ambas dos setores de sistemas de defesa eletrônica e fornecedoras do exército brasileiro e de outros países na América do Sul. Através dessas subsidiárias, a Elbit garantiu a continuidade de fornecimento de sistemas de armas por controle remoto e drones não-tripulados para as Forças Armadas Brasileiras e para a Força Aérea Brasileira, respectivamente. Mais especificamente, no mesmo ano, a Elbit garantiu seu primeiro contrato com o exército brasileiro para o fornecimento de torres não-tripuladas para veículos blindados e tanques (Grassiani, 2019, p. 11; StopTheWall, 2011, p. 11). Ainda, a companhia israelense passou a investir no sistema de monitoramento de fronteira SISFRON e no projeto Guarani, projeto de modernização militar que contou com o apoio tecnológico de Israel (Grassiani, 2019, p. 11).

de soluções eficazes para desafios complexos do campo de batalha” (Rafael, sd) e é atualmente uma das três maiores empresas de defesa de Israel.

Nessa trajetória marcada por já consolidadas negociações no âmbito militar com empresas israelenses, a realização de quatro megaeventos no Brasil sem dúvidas resultou em um ponto de inflexão importante no campo discursivo articulado em torno da imagem de Israel como provedor de soluções no setor de segurança. Se, por um lado, a organização dos Jogos Pan-Americanos (2007), da Copa das Confederações (2013), da Copa do Mundo (2014) e das Olimpíadas (2016) significou a intensificação das relações com empresas israelenses, estas passaram a ser mais duramente criticadas nesse mesmo período. Ademais, é possível observar a expansão dos ramos da expertise de Israel contemplados nas relações com o Brasil nessa seara, como veremos a seguir. As trocas securitárias que antes se restringiam à modernização do aparato militar nacional passaram a ser almeçadas também para esferas de controle de grandes multidões em momentos excepcionais e de operações de segurança pública, de modo geral. Para os governos nacional e das cidades-sede, a realização dos megaeventos carregava o imperativo de aprimorar o aparato material e imaterial, um imaginário coletivo de que o país era detentor de segurança. Logo, expertise e equipamentos de segurança israelenses, especialmente aqueles focados em vigilância, foram incorporados aos âmbitos de policiamento e civil.

Visando os Jogos Pan Americanos de 2007, e já com a candidatura do Brasil a país-sede da Copa do Mundo de 2014 formalizada, a Secretaria Nacional de Segurança Pública adquiriu um ônibus israelense equipado com uma torre alta munida de cinco câmeras de segurança de alta resolução, capazes de captar imagens a até dois quilômetros de distância, em um raio de 360 graus e com zoom ótico de 36 vezes, posteriormente utilizado para as ocupações de UPPs, como no caso do morro do Andaraí (Naddeo, 2010). Ao mesmo tempo, o ano de 2010 foi marcado pela assinatura do primeiro acordo de livre comércio extrarregional do Mercosul com Israel, que previa a extinção de todas as tarifas para exportações israelenses em dez anos (Brasil, 2010; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, sd), o que viria a contribuir significativamente para o aumento dos fluxos comerciais entre Brasil e Israel.

Ademais, seguindo os passos da Elbit, a Israel Aerospace Industries (IAI)⁶, maior empresa armamentista israelense, já possuía diversos acordos sigilosos com o exército

⁶ A Israel Aerospace Industries (IAI) foi fundada em 1953 como um instituto governamental israelense de aviação, provedor de serviços e suprimentos para todos os fins, especializada em soluções de defesa aérea e nos anos subsequentes se tornou líder mundial nos mercados de defesa e comercial, é a maior empresa armamentista de Israel (Hever, 2018, p. 10), “desenvolvendo, produzindo e entregando tecnologias e sistemas de ponta em uma variedade de domínios, incluindo ar, terra, mar, espaço, cibernética, segurança interna e ISR” (IAI, sd).

brasileiro e fundou, no mesmo ano, 2010, a EAE Soluções Aeroespaciais, joint venture entre a IAI e o sul-americano Grupo Synergy, com o objetivo de fornecer serviços de manutenção e suporte ao cliente para vários sistemas da IAI em uso na América Latina. Nesse cenário, a IAI realizou as primeiras demonstrações do veículo aéreo não-tripulado (UAV) Heron para diversos ministros do governo brasileiro e oficiais das Forças Armadas do Brasil. Na ocasião, a IAI relatou que a apresentação também contou com a presença de representantes civis e militares de alto escalão de vários países latino-americanos, “convidados pela Polícia Federal Brasileira” (StopTheWall, 2011, p. 7). Apesar de ser amplamente utilizado para fins militares internacionalmente, o veículo ficou sob administração da PF brasileira, auxiliando em operações de vigilância aérea, combate ao crime organizado, narcotráfico, terrorismo e patrulha de fronteira (Caiafa, 2014), e somente em 2019 foi acordada uma parceria entre a entidade de policiamento e as Forças Aéreas Brasileiras para utilização do veículo em conjunto.

O momento próspero para o setor de defesa e segurança no país foi marcado pela concepção da maior feira de defesa e segurança da América Latina, LAAD Defense & Security, com edições subsequentes alternadas entre as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Com apoio institucional do Ministério da Defesa, das Forças Armadas, do Ministério da Justiça e da estrutura brasileira de Segurança Pública, a exposição reúne fabricantes e fornecedores e tecnologias para as Forças Armadas, polícias, forças especiais, executivos da indústria de defesa e segurança e agências governamentais (LAAD Defense and Security, sd). Foi durante a LAAD Security 2009 que a israelense Israel Military Industries Ltd⁷, produtora de sistemas de defesa e especializada na fabricação de soluções e tecnologias “comprovadas em combate” (IMI, sd), apresentou, em parceria com a Forjas Taurus, empresa brasileira de produção de armamentos, o fuzil Tavor TAR-21, desenvolvido em 1996 com a finalidade de servir aos objetivos das Forças Especiais de Israel. O acordo entre as empresas previa a transferência de 20% da

⁷ Israel Military Industries Ltd. é uma empresa originalmente estatal israelense, recentemente privatizada e adquirida pela Elbit Systems, foi fundada em 1933, a partir da construção de uma fábrica de armamentos de Israel pela organização paramilitar Haganah. Em especial, a IMI é especializada em munições de precisão, mobilidade de combate, sistemas de sobrevivência e proteção, soluções de blindagem e gerenciamento de crises, sendo posicionada entre os principais fornecedores de soluções de defesa do mundo, presente em mais de setenta países. A IMI também é a fornecedora preferencial das Forças de Defesa de Israel e conduz projetos de defesa em grande escala, incluindo localização, transferência de know-how de tecnologia e produção, com o objetivo de auxiliar no desenvolvimento de indústrias locais (IMI, sd).

tecnologia israelense todo ano, com o investimento de 22 milhões de dólares e ambicionando encomendas e contratos das Forças Armadas do Brasil (Godoy, 2009).

Mirando no mesmo mercado para produtos e expertise de segurança, em 2009, o presidente de Israel à época, Shimon Peres, fez a primeira visita de um presidente israelense ao Brasil em 40 anos, Peres foi acompanhado de cerca de 40 representantes das principais empresas de tecnologia, segurança e defesa, entre outros setores, com o objetivo de “fortalecer e aprofundar os laços estratégicos, diplomáticos e econômicos com o Brasil” (Grassiani, 2019, p. 2). A melhora significativa nas relações diplomáticas Brasil-Israel, ilustrada pela visita de Peres, acompanhada da decisão, no mesmo ano, de que o Rio de Janeiro seria cidade-sede das Olimpíadas contribuiu ainda mais para a intensificação das trocas no âmbito de segurança entre os países. Nesse estágio, o olhar e crenças israelenses sobre segurança pública passaram a ser mais valorizados, as empresas de Israel foram fortemente alçadas a uma posição privilegiada sólida no assunto. Alguns meses após a estada de Lula em Israel, o grupo de elite da Presidência da República passou a contar com seguranças treinados para utilizar o Krav Maga, técnica israelense de defesa utilizada pelas Forças de Defesa de Israel que tem o princípio de neutralizar e atacar o inimigo, para a segurança do presidente. Kobi Lichtentein, precursor do Krav Maga no Brasil, também foi responsável pelo treinamento dos homens do BOPE, da Polícia Federal e seguranças do governador do Rio à época, Sérgio Cabral (Maltchik, 2010). No mesmo ano, o Departamento de Segurança (Deseg) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) em parceria com a Missão Econômica da Embaixada de Israel no Brasil, organizou uma missão econômica e institucional enviando empresários e funcionários para a 1ª Conferência Internacional de Segurança Pública. O encontro apresentou tecnologias inovadoras para o setor com o foco em “Cidades Seguras”, segurança de aeroportos e de grandes eventos. Segundo o diretor do Deseg, Ricardo Lerner, “a missão tem como objetivo fomentar o desenvolvimento da nossa indústria por meio de parcerias com o país que detém as melhores tecnologias para aplicação na segurança pública” (Lerner apud Fiesp, 2010).

Embora 2010 tenha sido um ano de tensões diplomáticas entre Brasil e Israel, marcado pela visita de Lula ao país, uma recepção calorosa nos territórios palestinos e o reconhecimento da soberania do Estado palestino sobre as fronteiras de 1967 (Vigevani, 2019), isso não impediu grandes avanços bilaterais comerciais na esfera comercial, em especial nos setores de defesa e segurança. Na mesma ocasião de visita a Israel, Lula

comunicou diretamente às autoridades israelenses a aprovação pelo Congresso brasileiro do Acordo de Livre Comércio Extrarregional do Mercosul com Israel (Brasil, 2010; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, sd). Participando de uma conferência internacional sobre segurança realizada pelo governo israelense em Tel Aviv, oitenta representantes brasileiros, entre eles comandantes das polícias militar, civil e federal, puderam observar tecnologias de monitoramento de grandes áreas (Flint, 2010). Na ocasião, Eduardo Uziel, encarregado de negócios da embaixada brasileira em Tel Aviv, ressaltou o interesse israelense em vender tecnologias para o Brasil, aspirando os grandes eventos subsequentes, Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016, e salientou: “Israel tem uma indústria de alta tecnologia e muita experiência na área de segurança, que podem ser úteis, principalmente agora que o Brasil vai sediar grandes eventos internacionais” (Uziel apud Flint, 2010).

Nesse cenário, foi assinado um acordo entre Israel e Brasil de cooperação em segurança (Grassiani, 2019); o exército brasileiro adquiriu dois drones (UAVs) Hermes 250 da Elbit e uma estação terrestre aeroeletrônica para uso militar (StopTheWall, 2011, p. 11); e, segundo uma fonte do Ministério da Defesa, a Polícia Federal brasileira assinou um contrato de 350 milhões de dólares com a IAI para o fornecimento de UAVs Heron (StopTheWall, 2011, p. 13). O interesse brasileiro nas tecnologias, equipamentos e expertise israelense em segurança também estava relacionado aos projetos neo-desenvolvimentistas da época, tanto no âmbito nacional, com as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), como no internacional, com a atuação brasileira no Haiti por meio da MINUSTAH.

Essa trajetória nos permite identificar, nas relações Brasil-Israel, transformações (i) no volume dos fluxos comerciais e na frequência das interações, conferindo solidez à posição de Israel como parceiro do Brasil na área de segurança; e (ii) na amplitude da pauta articulada nesse diálogo, ou, mais precisamente, em uma nítida transição de fluxos restritos ao comércio na área de defesa militar para uma pauta que também passou a contemplar equipamentos e veículos de alta tecnologia voltados à vigilância e ao controle de ditas perturbações da ordem pública, bem como programas de treinamento com foco em forças de elite.

Com a ascensão de Dilma Rousseff à presidência em 2011, as relações bilaterais Brasil-Israel foram ampliadas e aprofundadas no contexto supramencionado de preparação para os megaeventos, ainda que estremecidas no âmbito diplomático. A Elbit

garantiu a venda do UAV Hermes 450 para a Força Aérea Brasileira e, segundo o Tenente-Coronel Aviador Renato de Moraes, além de funcionar bem no monitoramento de eventos como a Copa das Confederações e Copa do Mundo 2014, a aeronave remotamente pilotada foi testada na Operação BVR2/Sabre, na qual foram integrados sistemas tripulados e não-tripulados. Para além disso, o comandante destacou como vantagens da aeronave em relação a aviões com tripulações: a preservação do recurso humano, a elevada autonomia e baixa chance de ser detectada, segundo ele, tendências para o combate aéreo moderno (FAB, 2014). Por outro lado, a IAI fundava seu escritório de representação no Brasil, a IAI do Brasil, e anunciou durante a LAAD Defense & Security 2011, uma parceria entre a empresa brasileira Dígito e a EAE Soluções Aeroespaciais para o fornecimento de soluções de segurança interna e soluções integradas para fazer frente aos desafios da Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016 (StopTheWall, 2011, p. 13).

Em visita ao Brasil em 2012, Daniel Ayalon, vice-ministro israelense de Relações Exteriores, expressou a pretensão de cooperar nas áreas de ciência e tecnologia e segurança nacional, visando especialmente à segurança dos Jogos Olímpicos, já que Israel “tem grande experiência na área de segurança interna” (Ayalon apud Exame, 2012). No mesmo ano, uma Missão Econômica de Israel no Brasil esteve em Curitiba para tratar de parcerias e investimentos no estado, ocasião em que o secretário para assuntos da Copa, Mario Celso Cunha, destacou a força israelense no setor de defesa: “a tecnologia de Israel nessa área é uma referência mundial, com empresas altamente capacitadas, que vão de armamentos até soluções de crises, segurança de transporte, infraestrutura crítica, inteligência, megaeventos, sistema biométrico e gestão de investigação” (BRIL, 2013). Segundo o embaixador do Brasil em Tel Aviv, Henrique Pinto, que esteve à frente da Embaixada entre setembro de 2013 e novembro de 2016, “houve número significativo de visitas bilaterais de alto nível [e] aprimoramento de atividades de cooperação, particularmente na área de defesa” nesse período (Pinto, 2016, p. 1). Em 2013, o Brasil recebeu visitas organizadas pelo governo israelense de funcionários governamentais de diversos ministérios e do gabinete do Primeiro-Ministro com o objetivo primário de formar “Brazilian-minded civil servants” (Pinto, 2016, p. 3), voltados a compreender suas “dores”, interesses e quais soluções israelenses seriam mais apropriadas. Por sua vez, a cooperação da indústria militar permaneceu proeminente nos anos de exercício do embaixador Henrique Pinto e Israel figurou entre os fornecedores mais importantes de

equipamentos e sistemas às Forças Armadas brasileiras, bem como parceiro-chave de base industrial e tecnológica de defesa do país, como ilustrado pela ampliação das relações institucionais no setor descritas no relatório oficial do embaixador:

As Forças Armadas brasileiras têm-se mostrado sensíveis e interessadas nas possibilidades de cooperação e parcerias com o país. Contam com duas Adidâncias, uma que acumula Defesa, Exército e Marinha, chefiada por um coronel do Exército, e outra exclusivamente dedicada à Força Aérea Brasileira, criada em 21/10/2013, que passou a ser chefiada por coronel-aviador a partir de janeiro de 2014 (Pinto, 2016, p. 4).

Às vésperas da Copa do Mundo, a Força Aérea Brasileira (FAB) adquiriu uma unidade da Hermes 900 da Elbit através da subsidiária brasileira AEL, aeronave remotamente pilotada (UAV) e equipada com dez câmeras de alta resolução e um software capaz de processar o conjunto de imagens e permitindo a visualização de maneira independente, analisando diferentes alvos simultaneamente e com objetivos expressos de vigilância (Agência Força Aérea, 2014). Comentando sobre a essa aproximação no setor de segurança entre Brasil e Israel na época, Roy Nir, Chefe da Missão Econômica de Israel no Brasil, ressaltou a grande expertise de Israel na área, especialmente na segurança pública (BRIL, 2013), enquanto o editorial BRIL de 2013, ressaltava que o Brasil se voltou para Israel para entender o que tem a aprender em relação a políticas e seguranças de defesa implementadas no país (BRIL, 2013). Segundo o professor Renato Sérgio de Lima, secretário-geral do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e editor da Revista Brasileira de Segurança Pública, “Israel, até pelas suas condições políticas e históricas, desenvolveu tecnologias muito avançadas no campo de segurança pública e controle da ordem. Dessa forma, estamos diante de uma referência para se pensar soluções customizadas ao caso brasileiro” (Lima apud BRIL, 2013). Não por acaso, o documentário *The Lab* (2013), de Yotam Feldman, que tem como objeto a indústria militar israelense, acompanhou, ao lado de agentes do BOPE, visitas e passeios às favelas realizadas por Leo Glaser. Na ocasião, Glaser, fundador da empresa israelense ISDS⁸, fornecedora de caveirões e treinamentos para as forças especiais brasileiras,

⁸ A ISDS, International Security & Defence Systems, é uma espécie de consultoria de segurança enviada para o treinamento de forças militares e de segurança no lugar do Ministério da Defesa, Ministério das Relações Exteriores ou Mossad israelenses, que não podem oferecer esses serviços (Felicio, 2015). A empresa desenvolveu uma ampla gama de programas com o objetivo de melhorar a defesa civil contra desastres e segurança geral de cidades, com programas de prevenção ao crime urbano, como estratégias sociais, programas e educação e consultoria para as forças policiais, bem como programas de emergência geral para cobrir aspectos como planejamento de emergência e evacuação e princípios de busca e resgate. Em especial, a ISDS é especializada em consultoria e implementação de programas de segurança marítima

destacou a sua recepção calorosa no Brasil, consumidor de suas tecnologias e conhecimentos (Grassiani, 2019, p. 12).

Paralelamente, em 2014, a Força Aérea Brasileira já negociava com a IAI multifuncionais do tipo Boeing 767 MRTT de transporte e reabastecimento de voo, a Polícia Federal já utilizada dois exemplares VANTUAS Heron no patrulhamento de fronteira e vigilância de grandes eventos e áreas urbanas, a Marinha Brasileira possuía projetos de radares e motores pela IAI. Segundo Henrique Gomes, CEO da IAI do Brasil à época, a empresa pretendia instalar no país um centro de suporte tecnológico e formação de mão de obra baseado em São Paulo (Caiafa, 2014).

Com a Copa do Mundo de 2014, estimou-se que a abertura de mercado e investimentos no Brasil para fornecedores de produtos e serviços de segurança privada fosse de cerca de 1,17 bilhão de reais. Segundo o vice-presidente do Sevesp (Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado de São Paulo), João Palhuca, os grandes eventos demandam mais serviços de segurança, o que “é uma boa notícia para Israel, importante polo de desenvolvimento de tecnologia e aplicativos, que se tornou um grande parceiro do Brasil no fornecimento de softwares, equipamentos, sistemas de segurança” (Palhuca apud BRIL, 2014). A essa altura, portanto, o fluxo de trocas comerciais em segurança entre Brasil-Israel, inicialmente voltado à defesa nacional e à modernização das Forças Armadas, passou por uma onda de investimentos e contratações direcionada ao mercado privado e civil de segurança. Não apenas empresas de segurança privada israelenses ou alegando expertise azul-e-branca ganharam ainda mais prestígio e espaço no mercado, mas cada vez mais a posição de Israel como provedor de soluções de segurança se consolidava no circuito de profissionais da política e da segurança.

Vislumbrando a profusão de oportunidades na área, a empresa de segurança patrimonial, privada e pessoal, Haganá⁹, fundada em 1997 por técnicos que serviram o exército de Israel, passou a diversificar o cardápio de opções de serviços de segurança, implementando tecnologias que permitem a identificação pela íris humana e um sistema

para empresas portuárias e marítimas, análise de risco e planejamento de sistemas de segurança para aeroportos e companhias aéreas, bem como treinamento para forças militares e unidades especiais (Israel Defense, sd).

⁹ Haganá, em hebraico, expressa o conceito israelense de segurança, com significado direcionado para defesa e proteção de vidas humanas. Segundo o site oficial da empresa, ex-oficiais do exército israelense trouxeram para o Brasil “todas as suas experiências” (Haganá, sd), para o Brasil. “Eles, que antes faziam parte da força de segurança de um país que é referência na área, ofereceram a mesma lógica militar para a proteção de condomínios e empresas” (Haganá, sd).

equipado com sensores, capaz de identificar, de maneira mais segura e precisa, invasões e acessos não autorizados a edifícios ou condomínios, com destaque para alarmes que, após acionamento, lançam densas névoas que dificultam o escape de ladrões (Haganá, sd; BRIL, 2014). Já a companhia GR¹⁰, com tecnologias de ponta desenvolvidas em diversos países, incluindo Israel, se destacou no período por oferecer sistemas de circuito fechado de TV *up to date* a shopping centers, condomínios, residências, indústrias e grandes espaços públicos e uma tecnologia de rastreamento desenvolvida há quinze anos e empregada na Força Aérea de Israel. A variedade de serviços de segurança privada oferecidos pelas empresas israelenses inclui até mesmo a promessa de prevenção dos “rolezinhos”¹¹, como no caso da Nice, atuante no mercado corporativo, financeiro e governamental, no Brasil desde 2010, que se destacou com um sistema capaz de detectar, com antecedência, aglomerações de jovens nas imediações de shoppings e identificar lideranças dentro desses grupos (BRIL, 2014).

Mesmo que a análise da evolução das relações Brasil-Israel em segurança e suas transformações, até o presente momento, pareça reforçar certa homogeneidade na exaltação de Israel como referência nesses domínios, a intensificação dos fluxos e esferas comerciais entre os países e as orientações diplomáticas do Executivo deu impulso a discursos confrontativos a essa posição de Israel, especialmente a partir dos megaeventos. Em paralelo aos eventos da Copa do Mundo e durante os conflitos entre Israel e Hamas¹², o governo brasileiro se colocou veementemente contra ações militares israelenses na Faixa de Gaza, lançando mão da narrativa humanitária, e retirou o embaixador de Tel Aviv, Henrique Sardinha (Vigevani, 2019). Na ocasião, o governo Dilma sofreu forte oposição interna no Brasil, especialmente por parte da bancada evangélica no Congresso. Jair Bolsonaro, deputado federal à época, chegou a emitir uma nota de desculpas a Israel, ressaltando que “a maioria dos brasileiros dotados de cultura, dignidade e bom senso está com o povo de Israel e contra o terrorismo, sempre ao lado da democracia, da liberdade e do respeito aos verdadeiros direitos humanos” (Bolsonaro apud Brasil 247, 2014).

¹⁰ O Grupo GR se consolidou no mercado de Segurança Patrimonial e Serviços Tecerizados, implantando soluções de segurança privada físicas e digitais (Grupo GR, sd).

¹¹ “Rolezinhos” representam movimentos de jovens, em maioria negros e periféricos, no Brasil, que se organizam coletivamente para se encontrar em locais públicos e de lazer como shopping centers, praças e parques (G1, 2014). A problematização do movimento será abordada mais a fundo no Capítulo 3.

¹² Hamas é um movimento islâmico sunita palestino, com uma organização filantrópica e participação política na Faixa de Gaza (BBC News, 2021).

Já à esquerda, partidos como o Partido Comunista do Brasil demandavam que o governo brasileiro cessasse relações com o Estado de Israel. A atmosfera pesada entre Brasil e Israel foi alimentada ainda mais pela indicação de Dani Dayan, membro do Conselho Yesha que representa os assentamentos israelenses de Jerusalém Oriental e Cisjordânia, como embaixador israelense no Brasil, feita sem consulta prévia. A subsequente demora para aprovação do embaixador foi muito criticada pelo setor militar brasileiro (Vigevani, 2019). Na ocasião, em resposta ao setor militar brasileiro, Celso Amorim frisou que as Forças Armadas brasileiras deveriam reduzir sua dependência “exagerada” de Israel e sua tecnologia militar, principalmente em “avionics”, utilizados em aviões, satélites e drones (Folha de S.Paulo, 2015).

Diante desse cenário, a bancada do Psol (Partido Socialismo e Liberdade), por meio do deputado Ivan Valente, realizou um requerimento de dados ao Ministério da Defesa acerca dos contratos e compromissos do governo brasileiro com empresas israelenses de segurança e defesa. Os documentos disponibilizados revelaram que contratos bilaterais do Brasil com Israel e suas empresas militares, à época, chegavam a quase 1 bilhão de reais. Segundo o deputado, “há contratos que não estão muito esclarecidos, o que exigira novos requerimentos (...) Estamos comercializando com a máquina de guerra de Israel” (Valente apud Dichtchekian, 2014). De acordo com a assessoria do gabinete do comandante da Marinha brasileira, não há acordo de cooperação militar com Israel, mas existem contratos com quatro empresas: Israel Military Industries (IMI), que proporciona modernização de 30 viaturas, no valor superior a US\$ 15 milhões; Hagar Industries Ltda., que fornece materiais como placas e coletes balísticos, no valor superior a US\$ 1 milhão; Achidatex Nazareth Elite Ltda., que provém coletes balísticos, no valor superior a US\$ 242 mil; e Israel Aerospace Industries (IAI), que realiza reparo e revisão dos motores de aeronaves no valor de US\$ 1,8 milhão (Dichtchekian, 2014). Segundo o general do Exército Enzo Martins Peri, existem outros 13 contratos que foram firmados entre 2012 e 2014 para o fornecimento de materiais bélicos como metralhadoras, morteiros e canhões, entre outros utensílios para armamentos, destacando-se a Elbit Systems Ltda., com um contrato no valor de 13,5 milhões de dólares (Dichtchekian, 2014).

A intensificada cooperação bilateral em segurança e defesa entre Brasil e Israel, durante os conflitos com a Palestina e no período dos megaeventos, possibilitou, para além de debates calorosos dentro do Executivo brasileiro, a vocalização de uma série de

movimentos e atos contra a aproximação dos países. Em 2014, o BDS¹³ (Boicote, Desinvestimento e Sanções), movimento internacional que objetiva acabar com o apoio internacional à opressão dos palestinos de Israel e pressiona Israel a respeitar o direito internacional, chegou ao Brasil e iniciou a aplicação das campanhas internacionais de boicote, desinvestimento e sanções em território nacional. Em uma primeira ação, 55 artistas de distintas nacionalidades divulgaram uma carta aberta de repúdio ao patrocínio israelense à 31ª Bienal Internacional de Arte de São Paulo e a Fundação Bienal acabou o pedido de rejeitar o investimento israelense (Carta Capital, 2019). No mesmo ano, ativistas no Brasil conseguiram impedir que a empresa Elbit construísse um parque aeroespacial militar em Porto Alegre (RS) e realizaram campanha para que a AEL Sistemas, subsidiária da Elbit, cessasse todas as suas atividades na capital gaúcha, reivindicando também um embargo militar a Israel (Carta Capital, 2019).

Seguindo os passos da implementação de armamentos israelenses para a segurança pública no Rio de Janeiro, o Batalhão de Choque da Polícia Militar de São Paulo recebeu em 2015 seis blindados israelenses da empresa Carmor no valor de 30 milhões de reais, chamados de “Guardiões”, projetados pelo próprio batalhão. Os Guardiões possuem 1,8 metro de altura e capacidade de transportar uma tropa inteira, cerca de 24 policiais. Para além disso, possuem blindagem de alto nível, capaz de segurar tiros de fuzil. Segundo o secretário de Segurança Pública do estado de São Paulo, Alexandre de Moraes: “Esses são os primeiros blindados que chegam para que a Polícia Militar possa ter todas as condições necessárias para qualquer combate mais duro à criminalidade” (Moraes apud G1 São Paulo, 2015). O ano de 2015 também marcou o início de missões a Israel realizadas pela Confederação Israelita do Brasil¹⁴ (CONIB), e

¹³ O BDS possui três grandes demandas, incluindo o fim da ocupação e colonização de terras árabes e o fim do muro de separação da Cisjordânia, o reconhecimento dos direitos fundamentais dos cidadãos árabes-palestinos de Israel à igualdade e o respeito, proteção e promoção de direitos dos refugiados palestinos ao retorno às terras e propriedades como estipulado pela Resolução 194 da ONU. Para tal, o movimento incentiva (i) boicotes que envolvem a retirada do apoio a Israel e a empresas israelenses e internacionais que estão envolvidas na violação dos direitos humanos palestinos, bem como a instituições israelenses esportivas, culturais e acadêmicas cúmplices, (ii) campanhas de desinvestimento que incitam bancos, conselhos legais, igrejas, fundos de pensão e universidades a retirem os investimentos de todas as empresas israelenses e de empresas internacionais envolvidas na violação dos direitos palestinos e, (iii) sanções que almejam pressionar governos a cumprir sua obrigação legal de responsabilizar Israel, incluindo o fim do comércio militar, acordos de livre comércio e a expulsão de Israel de fóruns internacionais como a ONU e a FIFA. O movimento se autodeclara inclusivo, antirracista e de oposição, por princípio, a todas as formas de discriminação, incluindo antissemitismo e islamofobia. As campanhas do BDS apelam para boicotes econômicos, acadêmicos, culturais e militares e de segurança (BDS, sd).

¹⁴ A CONIB foi fundada em 1948 e é o órgão de representação e coordenação política da comunidade judaica brasileira, sem fins lucrativos, apartidária e atua amparada por princípios como paz, democracia,

Fiesesp, com apoio do Project Interchange, ligado ao American Jewish Committee, que levavam anualmente parlamentares de diversos partidos políticos e ministros do STF e STJ para conhecer Israel em diversos aspectos, políticos, sociais, governamentais e de segurança (Conib, 2020) e a busca brasileira por tecnologias israelenses para garantir total tranquilidade ao público e aos atletas nos Jogos Olímpicos de 2016 (BRIL, 2015).

Nesse cenário, a israelense ISDS foi contratada pelo Comitê Olímpico para fornecer equipamentos de monitoramento e tecnologia nas áreas de integração de dados e comunicação e coordenar toda a operação de segurança dos Jogos (Rapaport, 2014). A empresa já operava na América do Sul desde os anos 80 e, inclusive, o presidente e fundador da ISDS, Leo Gleser, acompanhou o presidente israelense à época em uma visita ao Brasil (StopTheWall, 2011, p. 24). Nos anos 90, a ISDS chegou ao país e a partir de então treinou o BOPE, forneceu diversos “caveirões” para a polícia do Rio de Janeiro, vendeu sistemas de segurança e defesa para o Brasil. Destacando-se como uma “empresa registrada e certificada pelo Ministro de Defesa de Israel” (Dolce, Labaki, 2017), a ISDS comprometeu-se a implementar controles de acesso em todos os locais de competição, tecnologia que coordena, combina e integra os Jogos em sua totalidade com corporações como a Polícia Militar e o Exército, para o comando e o controle dos locais de competição (BRIL, 2015). Em entrevista à IsraelDefense, Ron Shafran, vice-presidente da IDSD, afirmou que a tarefa da empresa era desafiadora e que “todas as empresas estão trabalhando na preparação, da construção de um conceito de segurança à construção dos sistemas tecnológicos a serem instalados nas arenas esportivas e todas as facilidades logísticas” (Shafran apud BRIL, 2015). Para além disso, Shafran afirmou que a utilização de tecnologias certas israelenses nas áreas de segurança e defesa em parceria e combinação com diversas empresas israelenses de variados portes, transformaria os Jogos em um grande mostruário para esses produtos (Felício, 2015).

Assim, para os Jogos Olímpicos de 2016, uma série de sistemas de segurança israelenses foram implementados e, concomitantemente, o céu carioca foi povoado de Veículos Aéreos Não Tripulados (Vants) da Polícia Federal (PF) e da Força Aérea Brasileira (FAB), que atuaram também durante a Copa, produzidos por companhias de

combate à intolerância e ao terrorismo, justiça social e diálogo inter-religioso. A CONIB tem um papel de canal de diálogo entre a comunidade e poderes Executivo, Legislativo e Judiciário no nível federal e se empenha no estreitamento dos laços com diversos organismos da sociedade civil brasileira. A confederação apoia o Estado de Israel, o movimento sionista e o diálogo pela paz no Oriente Médio.

Israel (BRIL, 2015). Somando-se aos equipamentos aéreos, foram apresentadas diversas tecnologias e equipamentos de segurança adquiridos ou alugados de empresas israelenses. Este é o caso do satélite Eros-B que, com câmeras de alta resolução, é capaz de mostrar objetos com menos de 70 centímetros sobre a superfície terrestre que operou na órbita brasileira para garantir a segurança do evento (G1 Rio, 2016). Já para a segurança terrestre, a Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMERJ) adquiriu um veículo blindado antitumultos produzido pela israelense Beit Alfa, cuja entrega simbólica foi feita durante a 4ª Edição da Conferência e Exposição Internacional em Segurança Cibernética e Pública – HLS & Cyber 2016 em Tel Aviv. Feito sob medida, o veículo “é equipado com jato de água, sistema de vídeo monitoramento, blindagem nível IIIA, tração 4x4” e é destinado para o “controle de distúrbios civis de forma não letal” (Israel Trade & Investment Brazil, 2016). Já na seara jurídica, também focando na proximidade dos Jogos Olímpicos de 2016 e no apoio ao programa de segurança do megaevento, a CONIB, representação da comunidade judaica, se reuniu diversas vezes com parlamentares, autoridades do Executivo e com a Polícia Federal, expondo a necessidade de uma nova legislação que tipificasse o crime do terrorismo, posteriormente aprovada pela Câmara dos Deputados como “Lei Antiterrorismo” (Conib, 2020). Para além disso, e não exclusivamente no restrito à proximidade dos Jogos, uma série de visitas e encontros entre representantes do Brasil e de Israel foram realizadas com o objetivo de promover e estimular trocas no setor de segurança. Em 2016, o Secretário de Políticas de Informática (SEPIN), Manoel da Fonseca, se encontrou com altas autoridades do governo e parlamento israelenses, visitou empresas de segurança cibernética e participou do “Cybertech 2016” (Pinto, 2016, p. 2).

O ano de 2016 também marcou a junção da multinacional brasileira Stefanini à empresa israelense Rafael Advanced Defense Systems em uma joint-venture “para oferecer soluções de cibersegurança, inteligência avançada e segurança pública” (Renner, 2016). A Stefanini Rafael, anunciada durante a abertura da feira LAAD Security do mesmo ano, oferece o *Recognizer System*, com tecnologia oriunda de Israel, presente com exclusividade no Brasil, que analisa riscos e detecta vetores de ataque e hackers para o ambiente virtual; o *Siscom Lite*, sistema que integra dados de mapas, câmeras, IoT, sensores e algoritmos e atua como um centro de comando e controle que mostra o que está acontecendo no ambiente do cliente e “auxilia a tratar ameaças de forma eficaz. O diferencial da solução, importada de Israel, é o uso de Inteligência Artificial” (Stefanini

Rafael, sd). Por fim, a joint-venture também oferece o Wisdom Stone, tecnologia israelense que ajuda na investigação criminal por meio da inteligência artificial que

conecta informações de bancos de dados de maneira rápida, faz o gerenciamento do conhecimento e (...) entrega um relatório com um detalhado panorama sobre o possível autor de determinado crime. Assim, otimiza o trabalho realizado pela polícia e amplia a capacidade de análise (Stefanini Rafael, sd).

Juntas, Stefanini e Rafael Advanced Defense Systems visam oferecer aos seus clientes um conjunto avançado de “soluções de combate a crimes na rede, além de serviços de inteligência que permitem atuar de maneira preventiva” (Stefanini Group, 2019a). Segundo o CEO da Stefanini Rafael, Leidivino Natal da Silva, o objetivo da empresa é “ampliar a parceria com a Rafael para desenvolver novas soluções no Brasil para que possamos atuar com a segurança de ponta a ponta” (Silva apud Stefanini Group, 2019a), soluções para “todas as dimensões da área de defesa (espaço, aéreo, superfície e cyber), além de produtos com integração a sistemas legados” (Silva apud Stefanini Group, 2019b).

Por outro lado, na esfera diplomática e em meio à crise provocada pela escolha do novo embaixador de Israel no Brasil, o embaixador Henrique Pinto declarou, em seu relatório de gestão, que os países têm “vasto campo de entendimento e cooperação por explorar” (Pinto, 2016, p. 8), especialmente por uma “demanda natural por novas tecnologias no Brasil, associada à disponibilidade israelense de compartilhar conhecimento de ponta e oferecer soluções a custo competitivo em áreas diversas” (Pinto, 2016, p. 8), especialmente de defesa e segurança.

Com a aceleração do controle securitário, do volume de equipamentos de guerra israelenses circulando pela cidade e da militarização do país durante a Copa do Mundo de 2014, diversos movimentos sociais brasileiros se voltaram à investigação e críticas ao estreitamento de relações entre Brasil e Israel. Segundo a jornalista Gizele Martins, criada do Complexo da Maré e ativista do movimento Julho Negro¹⁵, durante a Copa do Mundo, as ruas da Maré foram tomadas por tanques de guerra, eram povoadas por soldados e as revistas eram constantes, “até mesmo crianças de colo tiveram suas fraldas revistas” (Martins apud Moreira, 2021), escolas foram invadidas pelo exército física e

¹⁵ O Movimento Julho Negro é uma articulação internacional de combate ao racismo, à militarização e ao genocídio, que organiza edições anuais desde 2015 com integrantes de movimentos sociais de favelas e familiares de pessoas mortas ou atingidas pela polícia. Julho Negro tem constantes parcerias com o BDS pela luta contra a militarização e massacres no Brasil e na Palestina (Milhorange, 2019).

intelectualmente, com a entrega da revista “O Recrutinha”, que continha tanques de guerra para crianças pintarem e brincarem. Durante o período do megaevento, a favela da Maré estava sob a Lei de Garantia de Lei e Ordem, utilizada durante a ditadura militar brasileira. A ativista ressaltou, ainda, a semelhança da utilização dos equipamentos e expertise israelense em cidades palestinas na Cisjordânia e na periferia brasileira. Segundo ela, as “feiras da morte”, como a LAAD Security, apresentam armamentos mais vendidos e experimentados contra o povo palestino para posteriormente serem utilizadas para massacres na Palestina e massacres vivenciados nas favelas do Rio de Janeiro. Gizele afirma que

As técnicas militares utilizadas pelo exército israelense na Palestina são vendidas para todo mundo. Não por acaso a polícia militar brasileira, a carioca, durante os megaeventos no Brasil foi até a Palestina fazer treinamento. Ou seja, são muitas relações que o estado terrorista brasileiro com o estado terrorista israelense têm comerciais e em detalhes. Eles financiam o apartheid na Palestina e financiam o genocídio da população negra moradora de favelas e periferias no Brasil (Martins apud Moreira, 2021).

Os diferentes posicionamentos discursivos brasileiros acerca da crescente relação Brasil-Israel permitem perceber que enquanto há um fragmento político-social, acima ilustrado na fala de Bolsonaro, que clama por um alinhamento comercial, diplomático e político completo com Israel, há ao menos duas outras parcelas que criticam tal aproximação. Uma delas encontra-se expressada na posição de Celso Amorim, para quem é preciso desacelerar o que considerava uma “dependência” do Brasil em relação ao setor de segurança israelense, defendendo que Israel fosse menos onipresente na cooperação com o Brasil nesse domínio. Mesmo tendo apresentado um papel importante na catalisação desses diálogos com Israel no setor de defesa enquanto ministro das Relações Exteriores e, posteriormente, como ministro da Defesa, Celso Amorim chama atenção para uma cautela nessa articulação. Na ocasião, as Forças Armadas demonstraram significativa preocupação com a postergação do governo brasileiro para aprovar o embaixador israelense, Dani Dayan, acusado de apoiar colonos israelenses na ocupação de terras palestinas na Cisjordânia. Para Amorim, portanto, a “dependência exagerada” trazia controvérsias políticas para o país que, por sua vez, há muito se posicionava diametralmente oposto à política de assentamentos judaico-israelenses. "Aceitar como embaixador uma pessoa que foi líder de políticas de assentamentos em Israel seria uma aceitação tácita dessa política, à qual o Brasil se opõe. Não é possível aprovar esse embaixador" (Amorim apud Rossi, 2015). Aqui, depreende-se uma crítica moderada em

comparação aos movimentos sociais brasileiros e representantes políticos mais à esquerda.

Avaliações como a de Gizele Martins quando discute sobre as “feiras da morte” almejam expressar a ideia de que o que vem sendo promovido ao longo dos anos como solução para os domínios de segurança e defesa é, na verdade, uma crença segregada a uma parcela da população e está pautada na promoção da morte. De maneira geral, boa parte das críticas mais confrontativas com relação à aproximação de Israel do Brasil têm sido vistas em associação a movimentos de base de favelas, como Julho Negro e Mães de Maio (Amen, 2021; MEMO, 2021), a partir da compreensão de que compõem a população-alvo vitimizada por tecnologias israelenses e seus efeitos de morte. Ao mesmo tempo, tanto os movimentos sociais brasileiros de favelas e aqueles diretamente voltados à crítica às ações do Estado de Israel, quanto partidos políticos e ativistas também preocupados com as políticas de segurança do Brasil apontam para outro aspecto crítico: a falta de transparência nos contratos firmados e a insuficiência de estudos mais profundos sobre os efeitos da utilização desse material importado.

Logo após o fim dos Jogos Olímpicos de 2016, momento de pico das críticas e debates opositivos à aproximação com Israel, Dilma Rousseff sofreu impeachment e seu vice, Michel Temer, assumiu a presidência. Após certo período em que a representação do Brasil em Israel e de Israel no Brasil era realizada por encarregados de negócios, Paulo César Meira de Vasconcellos foi nomeado como embaixador do Brasil em Tel Aviv. Temer também escolheu José Serra para o cargo de Ministro das Relações Exteriores que, em oposição direta aos governos PT anteriores, diplomaticamente críticos veementes da postura israelense em relação à Palestina, procurou se posicionar de forma mais amistosa em relação à Israel. Ainda que os governos anteriores tenham aberto espaço crescente para a presença israelense na agenda presidencial, ministerial e na pauta importadora, Temer e seu novo ministro pretendiam extrapolar tais relações também para posicionamentos diplomáticos amigáveis, cuidadosos e bendizentes que, por sua vez, abririam ainda mais o mercado brasileiro de segurança para as inovações azul-e-brancas. Os anos que se seguiam trouxeram um maior alinhamento em direção a Israel até para setores que tradicionalmente se mantinham mais críticos e questionadores do país em suas decisões regionais e internas. Nesse estágio, o Executivo brasileiro aparentou figurativamente pesar em uma balança os objetivos securitários-comerciais versus a necessidade de manter a imagem histórico-diplomática brasileira de posicionamentos

internacionais frente a situações de conflito e violência. Por outro ângulo, em consonância com a crítica emitida por Amorim, como a parceria com Israel vinha sendo calcificada ao longo do período analisado, cada vez mais dificultou-se a sustentação de posições e declarações publicamente confrontativas ao Estado israelense.

Em nota de Serra durante uma visita a Israel para o funeral de Shimon Peres, ex-presidente israelense, o ministro destacou a intenção de fortalecer as relações econômicas, com ênfase nos produtos israelenses high-tech, de segurança e defesa (Ministério das Relações Exteriores, 2016). Em meio à Assembleia Geral das Nações Unidas de 2017, em Nova Iorque, Michel Temer teve encontro bilateral com o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, quando apresentou o Programa de Parcerias de Investimento (PPI) e o interesse do governo de que empresários israelenses participassem de leilões de empresas públicas brasileiras (Agência Brasil, 2017). No mesmo ano, uma delegação liderada pelo Ministro da Indústria e Comércio Exterior esteve com o Ministro da Economia de Israel e representantes de organizações voltadas à inovação e empreendedorismo. O presidente da Câmara dos Deputados à época, Rodrigo Maia, abriu caminhos para as futuras negociações de segurança de 2019. Em sua estadia em Israel, o deputado “cumprir agenda de contatos com seu homólogo na Knesset, com empresas de segurança pública e defesa e com o Ministro da Segurança Pública de Israel” (Vasconcellos, 2020, p. 18). Na ocasião, foram exibidos e divulgados produtos e serviços israelenses com foco no combate ao crime organizado e à violência urbana. O interesse em estreitar a cooperação bilateral também foi reiterado pela presença do então ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, que reforçou o grande potencial a ser explorado entre Brasil e Israel nas áreas de defesa e segurança pública, de forma não exaustiva (Vasconcellos, 2020, p. 19).

O apelo pela aproximação não se restringiu às declarações oficiais. Em janeiro de 2017, o exército brasileiro fechou um contrato de cem milhões de dólares com Ares Aeroespacial e Defesa S.A., subsidiária Elbit, para fornecer estações de armas controladas remotamente. Segundo o CEO da empresa, Bezhael Machlis, “o Brasil é um mercado muito importante para a Elbit Systems” (Machlis apud Solomon, 2017). No mesmo cenário, a Israel Weapon Industries¹⁶ (IWI), líder mundial na produção e

¹⁶ A Israel Weapon Industries (IWI) é uma empresa produtora de armamentos, fundada há mais de 85 anos. Seus produtos são implantados pelas Forças de Defesa de Israel (IDF) e no mundo todo e todas as suas armas foram testadas em batalha “sob condições adversas e extremas” (IWI, sd). Em especial, as armas de fogo da IWI são desenvolvidas em colaboração aproximada com a IDF e ambos mantem equipes conjuntas

desenvolvimento de armas, participou em peso da LAAD Defense & Security no Rio de Janeiro em 2017. Na ocasião, o presidente executivo da empresa, Uri Amit, destacou que o diferencial da companhia é sua capacidade de “fornecer aos [nossos] clientes uma solução completa, incluindo a análise de necessidades, seleção de soluções, todos os aspectos de implementação, treinamento e suporte, cumprindo prazos apertados” tornando-os fornecedores preferenciais de armamentos leves para as forças policiais em todo o mundo (Amit apud DefesaNet, 2012). Em concordância com o posicionamento da marca, os equipamentos da IWI passaram a fazer parte dos materiais utilizados pela polícia militar de diversos estados no Brasil e constantemente seus produtos novos são testados e incorporados às forças policiais nacionais.

O ano seguinte foi marcado por uma considerável intensificação de visitas de negócios entre Brasil e Israel no setor de segurança. Em março de 2018, o titular da pasta de Ciência e Tecnologia israelense, Ofir Akunis, visitou o Brasil e reforçou o interesse de Israel em “expandir a cooperação em matéria de ciência e tecnologia com o Brasil, incluindo a possibilidade de transferência de tecnologia de defesa” (Vila-Nova, 2018). Em entrevista à Folha de São Paulo, Akunis afirmou: “A cooperação em tecnologia de defesa já existe. E queremos muito mais” (Akunis apud Vila-Nova, 2018). Já em meados de 2018, uma delegação brasileira formada por membros do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e do Exército participou da conferência “Cyber Week” em Israel. A visita fortaleceu “os já existentes intercâmbios entre os setores de defesa cibernética do Exército brasileiro e das Forças de Defesa de Israel e estabeleceu contatos entre atores do setor de segurança cibernética no Brasil e o Israel Cyber Directorate” (Vasconcellos, 2020, p. 24). Israel recebeu, ainda, o então ministro da Defesa, General de Exército Joaquim Silva e Luna, que “alçou a patamar ainda mais elevado a já tradicional cooperação bilateral na área de defesa” (Vasconcellos, 2020, p. 25).

Durante reunião entre os ministros da Defesa de Brasil e Israel, determinou-se a criação de Grupo de Trabalho bilateral, com a função de examinar as novas vertentes da cooperação em defesa entre os dois

de pesquisa e desenvolvimento, “cujas configurações finais são o produto da interação contínuo, testes de campo e modificações resultantes dos requisitos e experiência de combate” (IWI, sd). Para além de um amplo catálogo de armas leves, a IWI ainda comercializa soluções abrangentes de controle de tumulto e protestos, voltadas especialmente ao combate da “desordem civil, caracterizada por extremista que se manifestam violentamente contra o governo” (IWI, sd) por meio do uso adequado de técnicas, procedimentos e produtos que garantam a aplicação da lei, a ordem e reestabeleçam a confiança dos cidadãos.

países. Foi nesse contexto em que se conferiu prioridade aos temas da defesa cibernética e da construção conjunta de satélites e lançadores, os quais, atualmente, seguem sendo dois dos principais pilares da cooperação em defesa do Brasil com Israel. Destaque para o fato de o então ministro da Defesa brasileiro ter sido recebido pessoalmente pelo presidente de Israel, Reuven Rivlin, o que constituiu deferência especial ao ministro brasileiro e sublinhou a importância que os israelenses conferem à cooperação com o Brasil na área de defesa (Vasconcellos, 2020, p. 25).

Com o ambiente favorável, a Comissão Aeronáutica Brasileira assinou um contrato com a Rafael Defense Systems para a aquisição do míssil Phytón 4, com o pagamento divididas nos anos de 2018, com o pagamento de mais de 900mil dólares, 2019, no valor de 4 milhões de dólares e em 2020 com mais 4 milhões de dólares (Brasil, 2018). No entanto, as idas a Israel não se restringiam a representantes da União. O governador do Ceará, Camilo Santana, e o vice-governador do Maranhão, Carlos Brandão, estiveram na conferência “Israel HLS & Cyber” e, alguns meses depois, o governador eleito do Estado do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, manteve contatos com empresas da área de segurança pública israelenses, como a Elbit em busca de drones armados, suas “soluções para cidades seguras” (Brasil, 2018) e se encontrou com o ministro de Segurança Pública e Assuntos Estratégicos de Israel, Gilad Erdan, em solo israelense. Para além disso, em outubro de 2018, em uma missão militar, o comandante de Aviação do Exército, General de Brigada Carlos Waldyr Aguir, visitou empresas de aviação de Israel, e o comandante do Centro de Defesa Cibernética do Exército, Guido Nave, visitou representantes da indústria de defesa cibernética israelense (Vasconcellos, 2020, p. 28). Nesse estágio, é possível identificar, portanto, o espraiamento de interlocutores, passando a contemplar de forma sistemática não só os profissionais da política nacional, mas nos níveis subnacionais. Tal dinâmica é inteligível e sintomática da alçada e crescente incorporação da segurança pública como item prioritário na agenda de cooperação Brasil-Israel já que se trata de uma jurisdição sobretudo estadual.

Contestando a intensificação da aproximação entre os países, Frederico Henriques, sociólogo, dirigente do PSOL e do Movimento Esquerda Socialista (MES), e Marina Bozzetto, militante do movimento Estudantes em Solidariedade ao Povo Palestino da USP e do Juntos!-SP, publicaram um artigo onde enfatizaram a necessidade do Brasil rever todos os acordos com o Estado de Israel, atendendo ao chamado da Anistia Internacional e embargando a indústria bélica israelense a fim de conter o avanço e ataques ao povo palestino, lutando contra este comércio que ataca a juventude e

movimentos sociais brasileiros. Segundo Henriques e Bozzetto (2018), as conexões entre práticas militares brasileiras e de Israel não são por acaso e estão longe de representar a exceção: o Brasil, como grande importador de armas israelenses, contribui tanto com a indústria bélica responsável pelas grandes repressões contra palestinos quanto para a militarização e o controle da sociedade brasileira.

A chegada de Jair Bolsonaro à presidência em 2019 foi acompanhada de um grande ponto de virada no espectro discursivo brasileiro frente à Israel, elevando a relação entre os países “ao rol das mais altas prioridades da política exterior, (...) [alcançando] o patamar do relacionamento bilateral ao que certamente é seu melhor momento histórico” (Vasconcellos, 2020, p. 2). Em consonância com as posições anteriores que permitiram a ascensão crescente das relações comerciais e securitárias entre os países, mas expressamente distante das visões críticas às ações governamentais de Israel, o governo Bolsonaro trouxe ao rol tomador de decisões um alinhamento completo e inalienável com Israel. Ainda que a priori equipamentos e expertise estivessem sendo importados por sua “alta tecnologia” e “inovação”, o discurso preponderante hodiernamente expressa com maior nitidez o entendimento de que não só as materialidades e técnicas de segurança israelenses se apresentam como solução, mas, para além disto, alça a lente particular de Israel sobre o que é segurança, o que são ameaças e como elas devem ser combatidas à posição de “best practice”. Urge ressaltar, no entanto, que, embora haja, indubitavelmente, intensidades distintas nessa seara com a posse de Bolsonaro ao poder, as mudanças em termos práticos de aquisição de expertise e equipamentos de segurança não foram estrondosas. Há a preservação das práticas dos governos anteriores ao passo que são aprofundados quase acriticamente os discursos de alinhamento político-diplomático e a verbalização constante da necessidade de contar com a “ajuda técnica” de Israel.

Segundo o embaixador Paulo Vasconcelos, o inegável marco desse novo momento foi a visita do presidente a Israel em 2019, “iné dita em duração, escopo e resultados” (Vasconcelos, 2020, p. 2). Na cerimônia de recepção em Israel, Jair Bolsonaro afirmou que Brasil e Israel pretendem “aproximar nossos povos, nossos militares, nossos estudantes, nossos empresários e nossos turistas” (Agência Brasil, 2019) e o ministro de Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, afirmou que “a cooperação nas áreas de segurança e defesa interessa muito ao Brasil” (Pontes apud Agência Brasil, 2019). Ao passo que foi concluído o cronograma de desgravação das linhas tarifárias ofertadas no âmbito do

Acordo de Livre Comércio Mercosul-Israel, foram assinados seis novos acordos entre Brasil e Israel que estabelecem quadros normativos para a cooperação em defesa, segurança pública e segurança cibernética, entre outras áreas, e foca no intercâmbio de informações para prevenir e combater o crime organizado¹⁷ (Justiça e Segurança Pública, 2019).

Em abril do mesmo ano, foi inaugurado um escritório comercial do Brasil em Jerusalém e, em seu discurso no evento destinado a empresários e investidores israelenses, Bolsonaro afirmou que a iniciativa passava um recado

de novos tempos, novos horizontes, estamos à disposição dos senhores empreendedores, os senhores que querem investir no Brasil (...), como há pouco nos tornamos noivos (...), abrindo uma representação nossa de negócios, tecnologia, pesquisa e inovação em Jerusalém, os senhores começam cada vez mais a notar que esse nosso relacionamento veio para ficar (Bolsonaro, 2019).

A partir de então, uma série de visitas de representantes brasileiros dos mais variados cargos foi estabelecida. Em maio de 2019, o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), do MJSP, enviou uma delegação a Israel a fim de conhecer o sistema de penitenciárias de segurança máxima israelenses. Em seguida, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Dias Toffoli, se encontrou com autoridades jurídicas israelenses e, em especial, com Amit Ashkenazi, consultor jurídico do Israel National Cyber Directorate (INCD) e um dos idealizadores de projetos e regulamentos sobre segurança cibernética. Para além disto, o ministro e sua delegação visitaram presídios de segurança máxima e o CyberSpark. Já o senador e filho do presidente Flávio Bolsonaro realizou missão oficial a Israel onde visitou a sede da Polícia de Israel, assistiu a apresentações da Divisão de Investigação e de Inteligência do Fusion Center e do Centro de Comando e Controle das Polícias de Israel. A comitiva convidada de Flávio Bolsonaro também assistiu a apresentações de soluções tecnológicas de segurança cibernética desenvolvidos para a área de segurança pública. Em outra ocasião, uma delegação

¹⁷ As áreas de cooperação citadas vão de prevenção de ilícitos a práticas de governança em situações de crise ou emergência. Com relação à área de defesa, o acordo pretende promover intercâmbio de conhecimento e tecnologia. O documento prevê a organização de eventos, visitas mútuas, participações em cursos e aquisição de materiais de defesa. Os dois países se comprometem a "encorajar sua Indústria de Defesa a pesquisar projetos e equipamentos de interesse mútuo de ambas as Partes, com a finalidade de produção e comercialização". Também devem "auxiliar na negociação de licenças, 'royalties' e informações técnicas, trocadas por suas respectivas indústrias, quando necessário" e facilitar licenças de exportação (Franco, 2019).

parlamentar brasileira liderada pelo presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, Eduardo Bolsonaro, participou de reuniões na sede da Israel Aerospace Industries (IAI) e no Centro de Comando Cibernético do Quartel-General das Forças de Israel (Vasconcelos, 2020).

Não faltaram também missões de militares brasileiros, em consonância com os constantes elogios de Bolsonaro à capacidade militar israelense (Franco, 2019). Em fevereiro de 2019, o então chefe do preparo da Força Terrestre, Carlos Penteado, realizou visita institucional ao solo israelense em nome do Comando de Operações Terrestres. Em julho, o antigo chefe do Estado-Maior do Exército e ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, realizou visita às indústrias de defesa israelenses. Já em agosto, Israel recebeu o subchefe do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército, e o comandante do Comando de Comunicações e Guerra Eletrônica, para trocar com representantes da indústria israelense de comando e controle e “e-war”. Posteriormente, General Braga Netto, ex-chefe do Estado-Maior do Exército e chefe da Casa Civil, o comandante da Artilharia Antiaérea do Brasil e o comandante do Exército Brasileiro também visitaram Israel. Para além das visitas, houve, em novembro de 2019, a 2ª Reunião do Grupo de Trabalho Bilateral de Defesa Brasil e Israel (Vasconcellos, 2020, p. 28-29).

Em dezembro de 2019, foi inaugurado um escritório da APEX-Brasil (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos) em Jerusalém, com o objetivo de promover o comércio, investimentos, tecnologia e inovação (Vasconcellos, 2020, p. 3). Segundo Netanyahu, o escritório da APEX pode ajudar Brasil e Israel a compreenderem o tamanho do potencial de cooperação entre os países, já que, “Israel é talvez a nação mais dinâmica e inovadora do mundo” (Netanyahu apud Ahren, 2019). Por outro lado, em um período próximo, a Polícia Nacional de Israel abriu um escritório em São Paulo, com o objetivo de aumentar cada vez mais a cooperação e coordenação na área de segurança pública (Consulado Geral de Israel em São Paulo, 2019). Com a saída do embaixador Paulo Vasconcellos em junho de 2020, Gerson Manandro Garcia de Freitas, com vasta bagagem nas áreas de segurança e defesa, foi escolhido para ocupar o cargo. Freitas é doutor em ciências militares foi gerente da Apex de 2017 a 2019, conselheiro militar da missão permanente do Brasil junto às Nações Unidas entre 2012 e 2014 e foi comandante militar do Planalto (Embaixada do Brasil em Tel Aviv, sd).

No entanto, em 2020, parlamentares do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido Socialismo e Liberdade (Psol), protocolaram requerimentos em diversos estados do país solicitando informações ao Ministério da Defesa e da Justiça e Segurança Pública sobre relações comerciais e de cooperação entre Brasil e Israel no setor militar. Ao mesmo tempo, movimentos sociais como o Julho Negro e Frente em Defesa do Povo Palestino, emitiram um comunicado solicitando que o governo informe se as políticas civis, militares, a Força Nacional, a Polícia Federal e as Forças Armadas do Brasil “fazem uso de armamentos israelenses ou realizaram treinamentos naquele país”. “A luta contra o racismo e a militarização é global e não se pode aceitar que táticas e tecnologias desenvolvidas sobre o povo palestino ajudem a matar e reprimir ainda mais no Brasil”, disse Gizele Martins, uma das organizadoras do Julho Negro. Na nota, a representante da Frente em Defesa do Povo Palestino de São Paulo, Soraya Misleh, disse ser necessário escutar o povo palestino e denunciar a relação entre Israel e o Brasil (OperaMundi, 2020). Em especial, o requerimento pedido por deputados do Psol, justificava o pedido como um dever legal do Brasil em relação às violações de Israel ao direito internacional e às resoluções da ONU. Para além disto, segundo a liderança do partido, as tecnologias, armamentos e táticas desenvolvidas sobre o povo palestino são importadas ao Brasil para aprofundar ainda mais a repressão a movimentos sociais, a militarização da sociedade brasileira e o genocídio contra a população pobre e negra brasileiras (Psol na Câmara, 2020).

Em março de 2021, já durante o comando de Freitas da embaixada, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Ernesto Araújo, e o de Israel, Gabi Ashkenazi, reiteraram sua preocupação com o terrorismo e o crime transnacional e concordaram sobre a necessidade de desenvolver ainda mais a cooperação bilateral entre os países, especialmente em áreas como segurança e defesa (Ministério das Relações Exteriores, 2021). Por sua vez, discussões acerca do acordo de segurança de 2019 voltaram a ser pauta ativa na Câmara brasileira. O relator do projeto, deputado Aroldo Martins, afirmou que “além de investir considerável montante em segurança e defesa, é notório que o Estado de Israel dispõe de uma das forças armadas mais bem treinadas e equipadas do globo” (Martins apud Memo, 2021).

Ainda que a saída de Benjamin Netanyahu seja muito cara a nível pessoal para Bolsonaro, o presidente desejou boas-vindas ao novo premiê, Naftali Bennett, iterando os esforços para a manutenção de laços de amizade entre os países e a determinação em

continuar o trabalho bilateral em benefício dos interesses comuns e desenvolvimento mútuo entre os países (Soares, 2021). Em futura conversa, Bolsonaro e Bennett se convidaram para visitas e concordaram em “continuar a cooperação para aprofundar os laços bilaterais e a cooperação em uma série de áreas – especialmente econômicas e high-tech” (Staff, 2021). De forma geral, a agenda comum dos países tem expandido, ainda que concentrada em maior parte em áreas como defesa e segurança pública. A chegada de Bolsonaro à presidência

(...) intensificou o fluxo de delegações brasileiras oficiais e privadas a Israel e, nos últimos [três] anos, passaram por Jerusalém e Tel Aviv os presidentes dos três poderes da República, assim como diversos ministros de Estado, autoridades de estados, municípios, associações de classe, agências reguladoras, confederações de comércio e indústria, representações setoriais, delegações universitárias e acadêmicas, grupos religiosos e inúmeras missões privadas de caráter empresarial (Vasconcellos, 2020, p. 3).

É nesse sentido que o embaixador Vasconcellos nutria grandes expectativas em Israel quanto ao adensamento das relações com o Brasil e destacava a importância da visão do país verde-e-amarelo como um sócio relevante para a indústria de defesa israelense (Vasconcelos, 2020, p. 3). Ainda que em tímidas e escassas manifestações, o atual embaixador, Gerson Freitas, frisa com frequência em declarações protocolares e de praxe a importância da cooperação securitária entre os países. Em mensagem de ano novo, Freitas ressaltou que diversas ações estão sendo postas em prática ou sendo delineadas com o objetivo de fortalecer o intercâmbio entre os países, citando áreas como tecnologia, inovação, defesa, segurança pública e energética (Embaixada do Brasil em Tel Aviv, 2020) e em julho de 2021 se encontrou como o Ministro da Defesa de Israel, Benny Gantz para discutir a agenda cooperativa dos países. Já na mensagem de 7 de setembro de 2021, em comemoração à independência do Brasil, o embaixador ressaltou o lançamento de “sólidas bases para a expansão das exportações brasileiras para Israel e para o incremento dos investimentos israelenses no Brasil” (Embaixada do Brasil em Tel Aviv, 2021), igualmente destacando a importância de discussões estratégicas em defesa, cibernética e espaço.

Em suma, a presente seção procurou mapear os diferentes espectros discursivos brasileiros que versam sobre as relações Brasil-Israel no setor de segurança. Enquanto o final dos anos 90 trouxe a visão desenvolvimentista que clamava pela modernização das Forças Armadas brasileiras e a saída nos equipamentos militares israelenses de ponta, a realização dos megaeventos e as urgências de seus preparativos transportaram a crença

de Israel como solução da esfera militar em direção à esfera da segurança pública, ainda que mantidas as posições opositivas às ações de segurança internas e regionais do Estado de Israel. Precisamente esta contradição entre o posicionamento discursivo diplomático brasileiro sobre o que significava segurança e como ela deveria ser conduzida e a importação de equipamentos e técnicas securitárias de Israel que trouxe à luz com maior veemência narrativas contrastantes. Enquanto parte da esquerda política brasileira questionava o forte movimento em direção aos artigos de segurança de Israel e movimentos sociais analisavam os perigos e significados da aproximação, alas mais à direita progressista entendiam a frisavam de uma diplomacia mais amigável com Israel e, ainda mais à direita, defendiam um alinhamento azul-e-branco completo e absoluto. Com o ano de 2019 a tomada de decisão brasileira passou a defender e absorver não só os equipamentos israelenses por sua alta tecnologia e inovação e as técnicas de segurança por sua experiência e testes, mas a adotar a “Israel-ness” em toda sua essência.

Em outras palavras, tudo que vem de Israel passou a representar ainda mais modelo, solução, referência, “best practice” de forma inalienável: seu entendimento de segurança, a forma de combater ameaças, seus os produtos utilizados, sua expertise e seus posicionamentos internacionais de forma não exaustiva. Ainda que em suas muitas divergências, os discursos que estiveram em voga na tomada de decisão brasileira e que se posicionaram em relação à Israel no setor de segurança mantiveram uma máxima: Israel como solução, em diferentes níveis e esferas, para problemas de segurança no Brasil. Assim, a imagem de Israel como referencial em tecnologia, inovação e soluções não representou o eixo da divergência nesse campo discursivo, mas a pauta primordial de crítica e debate girou em torno do que se pratica com a tecnologia e seus efeitos e tensões insultados. A alta eficiência e tecnologia de Israel não são questionadas – alguns celebram o que suas “soluções” têm a oferecer e seus corolários, outros as criticam justamente pelo que tornam possível. É nesse sentido que a seção 2 procura dissecar os pormenores da construção internacional da marca Israel como solução em segurança.

1.2. “*Made in Israel*”: construindo a marca Israel com base na narração da experiência de segurança

Em maio de 2021, eclodiu uma onda de protestos em Jerusalém Oriental. Por um lado, no início do mês, e durante a celebração do Ramadã, sagrado para a religião islâmica, a Suprema Corte de Israel decidiu manter o despejo de seis famílias palestinas do bairro Sheikh Jarrah, originalmente destinado à população palestina, para a ocupação

por colonos judeus (Kingsley, 2021). Por outro lado, um grupo de palestinos foi impedido de entrar no complexo da mesquita Al-Aqsa, no último dia de celebração do nono mês no calendário islâmico. Na noite da sexta-feira final do Ramadã, milhares de pessoas se reuniram nas proximidades da mesquita para observar a data no local sagrado e fiéis começaram a atirar pedras contra policiais israelenses que, prontamente, lançaram mão do uso da força com granadas de efeito moral e balas de borracha para “restaurar a ordem” em razão dos “distúrbios de milhares de fiéis” (BBC, 2021b; Kingsley, 2021), ferindo mais de 150 pessoas. As imagens do claro excesso de violência policial na tentativa de controle da manifestação e protestos e ações a favor dos colonos judeus, contra o direito internacional¹⁸, atraíram fortes críticas da comunidade internacional, de membros do Congresso israelense, da Autoridade Palestina e do Hamas, no poder na Faixa de Gaza, que pediu pelo fim das medidas contra os moradores de Sheikh Jarrah sob pena de “um preço muito alto” (Kingsley, 2021). Em nota, o Ministério das Relações Exteriores de Israel afirmou que a Autoridade Palestina e os terroristas palestinos estavam “interpretando uma disputa imobiliária entre partes privadas como uma causa nacionalista para incitar a violência em Jerusalém” (Ministério das Relações Exteriores de Israel apud Kingsley, 2021).

As confrontações violentas em Jerusalém escalaram drasticamente e culminaram no início de ataques militares de Israel contra “grupos armados, lançadores de foguetes e postos militares” (Al-Mughrabi, Heller, 2021) em Gaza, após supostos militantes do Hamas dispararem contra a área de Jerusalém pela primeira vez desde os conflitos de 2014, no dia em que é comemorada pelos israelenses a retomada da cidade durante a guerra de 1967. À época, Benjamin Netanyahu declarou que as organizações terroristas cruzaram a linha vermelha no Dia de Jerusalém e atacaram nos arredores de Jerusalém e completou: “Israel responderá com muita força. Não toleraremos ataques em nosso território, nossa capital, nossos cidadãos e nossos soldados. Quem nos atacar pagará um alto preço” (Netanyahu apud Al-Mughrabi, Heller, 2021). Os dias subsequentes foram marcados por intensos ataques aéreos a Gaza, resultando na destruição de um prédio onde funcionavam sedes de diversas agências de notícias internacionais, como Associated Press e Al-Jazeera, além de apartamentos residenciais e escritórios. Em comunicado, as

¹⁸ “A própria razão de existência dos assentamentos israelenses em território ocupado - a criação de fatos demográficos no terreno para solidificar uma presença permanente, uma consolidação de controle político estrangeiro e uma reivindicação ilegal de soberania - atropela os preceitos fundamentais de caráter humanitário e dos direitos humanos” (Nações Unidas, 2021).

Forças de Defesa de Israel afirmaram que o prédio também era utilizado para estocar artigos militares pertencentes ao Hamas, acusação negada pelo dono do edifício. Enquanto a narrativa oficial de Israel afirma que os ataques aéreos em Gaza atingiram dezenas de militantes, autoridades palestinas reiteraram que quase metade das vítimas eram mulheres e crianças (BBC, 2021a).

Como resposta aos embates, uma série de esforços da chamada segurança inteligente, lançando mão de técnicas inovadoras e *high-tech*, passaram a ser crescentes e mais enfaticamente empregados. Em meio às controvérsias acerca do uso da força pelo Estado de Israel sobre os territórios palestinos, as Forças de Defesa de Israel comunicaram ao veículo de imprensa inglês *New Scientist* (Hambling, 2021) que durante as operações, em meados de maio de 2021, em Gaza foi empregado um conjunto de drones autônomos que lançam mão de inteligência artificial para localizar, identificar e atacar militantes do Hamas. Os veículos aéreos não tripulados foram fornecidos pela Elbit Systems, e o modelo Thor possui voo silencioso, carrega explosivos e foi utilizado em mais de trinta operações segundo a IDF. Ainda que sejam capazes de tomar decisões sozinhos, reitera-se que sua ação é monitorada por operadores e comandantes militares (Garattoni, 2021).

Já no final de 2021, o governo israelense intensificou a vigilância da população palestina na Cisjordânia, inaugurando um programa de reconhecimento facial (Dwoskin, 2021). A iniciativa de vigilância integra o reconhecimento facial a uma rede crescente de câmeras e smartphones, lançando mão da tecnologia *Blue Wolf*, que captura foto dos rostos dos palestinos e as compara com um banco de dados de imagens tão extenso que um ex-soldado a descreveu como o “Facebook para Palestinos” secreto. O aplicativo de telefone pisca em cores diferentes para alertar se uma pessoa for detida, presa ou deixada sozinha. Para construir o banco de dados, soldados das Forças de Defesa de Israel competiram em 2020 em fotografar palestinos, incluindo crianças e idosos, com prêmios oferecidos para o maior número de fotos coletadas por unidades (Baroud, 2021). Para além do *Blue Wolf*, foram instaladas câmeras de varredura facial na cidade de Hebron para auxiliar soldados a identificar palestinos antes mesmo de apresentarem documentos de identidade e uma rede mais ampla de câmeras de circuito fechado de televisão, chamada de “Hebron Smart City”, fornece monitoramento em tempo real da população. Em entrevista ao *The Washington Post*, ex-soldados que acompanharam o programa levantaram debates sobre violação de privacidade, enquanto o uso oficial da tecnologia de reconhecimento facial foi proibido por diversas cidades dos Estados Unidos e foi

pedida a proibição do uso policial de reconhecimento facial em locais públicos pelo Parlamento Europeu. Em resposta a perguntas sobre o programa de vigilância, a IDF declarou que “operações de segurança de rotina” fazem “parte da luta contra o terrorismo e dos esforços para melhorar a qualidade de vida da população palestina na Judéia e Samaria¹⁹” (Dwoskin, 2021). Por outro lado, dentro de Israel, uma proposta de policiais para introduzir câmeras de reconhecimento facial em espaços públicos atraiu uma oposição substancial da população israelense, e a agência governamental encarregada de proteger a privacidade se manifestou contra a proposta, ainda que aplique diretrizes diferentes nos territórios ocupados.

A breve fotografia apresentada acima dos últimos eventos conflituosos entre Israel e os territórios palestinos – variando de embates em manifestações populares e demolições de lares a ataques aéreos – lançam luz a uma série de tensões que aguçam a curiosidade investigativa e analítica para buscar compreender de que forma Israel chegou à posição de fornecedor exímio de expertise e produtos de segurança para o Brasil e para o mundo. Em especial, olhar para os acontecimentos recentes na região permite vislumbrar o emprego reiterado dos mesmos padrões e adjetivos às medidas de segurança de Israel que evidenciam a alta tecnologia, capacidade inovativa surpreendente, a experiência prévia, anciã e contínua com conflitos próximos e a habilidade de oferecer soluções à altura de “inimigos” que promovem o terrorismo. Enquanto, por um lado, a chamada “*Israeli-ness*” ou “israelidade” (Grassinani, 2017, p. 61) é promovida como sinônimo de promoção de segurança, de produtos de alta qualidade, profissionalismo, inovação, alta tecnologia, inteligência, experiência e solução, a ponto de ser extremamente publicizada e movimentar um mercado milionário internacionalmente, as sucessivas ocorrências de violência excessiva, conflitos e controvérsias securitárias que envolvem o país são usualmente negligenciadas para igualmente compor o imaginário do “made in Israel” comercial. A face oculta e borrada para olhares de fora contrasta diametralmente com a imagem azul-e-branca exportada e reapropriada. A “nação de *startups*”, tecnologia e inovação em segurança é desenvolvida em paralelo e em consonância com o excesso de vigilância, de militarismo, de força, de testes e à revelia dos direitos humanos e do direito internacional.

¹⁹ Judéia e Samaria é o nome oficial israelense para a Cisjordânia.

É nesse sentido que a presente seção procura entender de que maneira a “*Israeli-ness*” no setor de segurança passou a ser compreendida internacionalmente como solução e “melhores práticas”. Em outras palavras, está centrada em discutir brevemente o ambiente interno e externo que criou condições de possibilidade para que o discurso que centra Israel como um modelo em segurança (e não insegurança) se tornasse preponderante. Nesse estágio, é crucial para discutir e compreender a racionalidade que associa o país à referência, a incorporação de elementos históricos e hodiernos da região, compreensão da lógica militarista em voga e dos impulsos expansionistas de mercado, no ambiente neoliberal, que estimulam a comercialização, venda, persuasão, *branding* e marketing desse discurso.

Refletir acerca da formação do que Erella Grassiani (2017) nomeou “israelidade”, a crença discursiva de que o Estado de Israel, ser israelense, ou ter alguma conexão com o país é sinônimo de “boa segurança” (Grassiani, 2017, p. 59) interna e externamente, torna imprescindível dissecar os pormenores da formação de uma ideia reiterada e consolidada, ainda que imaginada, sobre a tão chamada experiência de segurança israelense (ISE) (Grassiani, 2017). Segundo Boris Katz, diretor de marketing da MER Systems, enquanto italianos lideram o mercado de arquitetura e design, Israel lidera o mercado de segurança, “o que eles fazem de melhor” (Stockmarr, 2016, p. 51). Por sua vez, Gilliam Keinan, diretor de marketing internacional da estatal Invest Israel, define seu objetivo como mostrar ao mundo que são um país desenvolvido e que o mundo inteiro deveria comprar tecnologia israelense” (Stockmarr, 2014, p. 5). Como escreveu um jornalista americano: “o mercenário favorito de todos é um israelense com experiência militar” (Johnson, 2020 apud Grassiani, 2017, p. 57) e, quando entrevistados, ex-combatentes israelenses enfatizaram que lutam diariamente e o tempo todo e a vida inteira contra palestinos e o simples olhar de suas armas assustam criminosos (Grassiani, 2017, p. 57). Nesse sentido, a experiência israelense em conflitos, guerras urbanas e no combate ao terrorismo é frequentemente recrutada discursivamente e, em conjunto com elementos-chave como militarismo, neoliberalismo, lógica comercial, *branding* e marketing, reforça a convicção e status positivo aos produtos e expertise de segurança “*made in Israel*”.

A constituição de um construto histórico-discursivo entendido como a “experiência de segurança de Israel” (ISE) se faz imprescindível para alicerçar a consolidação de Israel como “modelo” no setor e de modo a dissecar o que significa evocar a ISE, é impreterível trazer à tona como é retratada a trajetória israelense no setor

securitário. Em declaração dada no contexto da anexação de assentamentos judaicos na Cisjordânia em 2020, Yossi Dagan, líder do Conselho Regional da Samaria, afirmou que tal plano se tratava da aplicação da soberania israelense sobre suas comunidades e que apoiá-lo seria estar “do lado certo da história” (Lazaroff, 2020). Ainda que, por um lado, a história de Israel e a ocupação dos territórios designados originalmente aos palestinos²⁰ costume ser retratada como “uma questão sionista, relegada como uma “zona de estilhaçamento” na política internacional, como uma história salutar da formação de uma nação democrática, como uma luta de liberação do domínio britânico” (Stoler, 2016, p. 11), compreender a ligação visceral entre a história de Israel e o setor de segurança passa pela análise da formação de uma narrativa nacional imaginada e a propagação de um discurso tidos como verdadeiros, o “lado certo”.

O Estado de Israel lança mão de práticas de produção de verdades e da busca pela essencialização de suas origens históricas, de modo a consolidar a imagem estatal, suas fronteiras e população como inteiramente naturais, evidentes e indispensáveis (Foucault, 2006, p. 338). A sociedade israelense, portanto, aceita e propaga para o mundo tipos específicos de discurso e de narrar sua história, as quais compõem um regime de verdade que orienta suas instituições, práticas e moral (Sherratt, 2006). O “lado certo” e irrefutável da história, como declarado por Dagan e ratificado pela prosa governamental, tem sua origem apontada na Bíblia, livro da Gênese, há 4.000 anos quando o povo de Canaã se iniciou com os patriarcas Abraão, Isaac e Jacó, e posteriormente foi assolado pela fome, êxodos, exílios e escravização. Eretz Israel²¹, então, seria a terra prometida por Deus para o “povo escolhido” (Herzog, 2008, p. 1101): os judeus. Por sucessivos séculos, no entanto, o lar ancestral judaico foi dominado por “potências estrangeiras” (Embaixada, s.d.), bizantinos, árabes, cruzados, mamelucos, otomanos e britânicos.

É na busca pela libertação nacional e autodeterminação do povo judeu que surgem os movimentos sionistas²², salientando a “contínua saudade e profunda ligação à Terra de

²⁰ Pela Partilha da Palestina em 1947 e as subsequentes resoluções da ONU exigindo a liberação de parte do território para a edificação do Estado da Palestina.

²¹ Eretz Israel, em português, significa Terra de Israel. A região não corresponde ao Estado atual de Israel (Medinat Israel), mas à toda terra prometida aos judeus no Oriente Médio.

²² Entre eles, destacam-se ao menos dois: o sionismo político e o sionismo revisionista. O primeiro constitui uma vertente do sionismo liderada por Theodor Herzl que se concentrava na edificação do Estado de Israel por meios diplomáticos e princípios liberais, muito inspiradas nas democracias europeias (GELVIN, 2017). Já o sionismo revisionista por sua vez, encabeçado por Ze'ev Jabotinsky, acreditava que para a formação de Israel na Palestina seria necessário haver uma maioria judaica e grandes investimentos em militarização para proteger o futuro Estado (Shlaim, 2001; Gelvin, 2017).

Israel” (Embaixada, s.d.). Fornecendo insumos ideológicos e materiais para o retorno a Israel, o sionismo impulsionou grandes fluxos de migração de judeus da Europa para a região e edificando os famosos assentamentos e colônias agrícolas, enquanto ainda sob o controle do Império Otomano, especialmente sob o lema “uma terra sem povo para um povo sem terra²³”, popularizado por Golda Meir²⁴. Logo a Palestina Judaica começou a ser delineada “como posto avançado da civilização em uma terra selvagem e o colono sionista, com um rifle em uma mão e um arado na outra, como herói ideal” (Gelvin, 2017, p. 183). Posteriormente, sob o Mandato Britânico da Palestina iniciado no entre-guerras, o sionismo passou a ser representado como um movimento anticolonial (Massad, 2003, p. 440).

A visibilidade internacional para essa pauta foi aguçada tanto com os horrores do Holocausto quanto salientando o papel colonial dos britânicos compromissados com os árabes. Fugindo do regime nazista em direção à sua terra prometida, o povo judeu, especialmente judeus-europeus, se confrontavam com outra “violenta campanha antissemita, desta vez por árabes-palestinos e árabes de países vizinhos com a intenção de expulsá-los de seu último e único refúgio” (Massad, 2006, p. 83). Assim, em maio de 1948, Israel proclamou sua independência e logo foi invadido subsequentes vezes, “forçado a defender a soberania que acabara de reconquistar em sua pátria ancestral” (Embaixada, s. d.) e evitar que fossem jogados ao mar por árabes que já dominavam vinte e dois Estados no Oriente Médio (Handelzalts, 2020). Israel, segundo o romance best-seller *Exodus*, publicado em 1958, seria o “melhor instrumento individual para tirar o povo árabe de anos de obscuridade” (Gelvin, 2017, p. 157-158). Já segundo Chaim Wezmann, primeiro presidente do Estado, a terra da Palestina havia sido coberta por pedras, pântanos e areia de modo que sua beleza só poderia ser revelada por aqueles que a amavam e dedicariam a própria vida a curar suas feridas (Said, 2012).

Seguindo essa narrativa, “a história de Israel é sobre um povo indígena superando 1.900 anos de opressão para recuperar sua liberdade em seu lar ancestral. É uma história de justiça, resiliência e esperança” (Stand, s. d.). O Estado, ainda assim, logrou muito de sua força e legitimidade aos olhares internacionais por ser a única verdadeira e forte democracia no Oriente Médio, a expressão do Ocidente no Oriente. “A extraordinária

²³ Narrativa muito utilizada para incentivar a ida à região da Palestina salientando sua “baixa densidade populacional” (Garfinkle, 1991).

²⁴ Foi uma das fundadoras de Israel e exerceu diversos cargos políticos de destaque no Estado, entre eles, o de primeira-ministra.

conquista de Israel moderno é que desde seu renascimento em 1948, e absorvendo, como o fez, pessoas de um caleidoscópio de países e sistemas políticos, tem sido um farol de democracia em um mar de ditaduras” (Dickson, 2019), uma democracia que merece respeito.

A formação, e manutenção, do Estado de Israel, no entanto, foi marcada por um encadeamento de conflitos formais e informais. Após a determinação da Partilha da Palestina em 1947 na ONU para a divisão entre judeus e árabes-palestinos, como uma espécie de reparação para os horrores vividos pelo povo judeu na Segunda Guerra Mundial, o povo árabe, que vivia na região da Palestina e já vinha tendo pequenos conflitos com britânicos e sionistas, se recusou a reconhecer e consentir com a criação de Israel e países membros da Liga Árabe à época, como Egito, Síria, Líbano e Jordânia, declararam guerra à incipiente nação judaica. Vencida pelos israelenses, a Guerra da Independência possibilitou a expansão dos domínios do Estado para além do que fora determinado pela Partilha, mas não marcou o fim das disputas regionais. As guerras árabe-israelenses se seguiram como a Guerra de Suez de 1956, a Guerra dos Seis Dias de 1967 e a Guerra de Yom Kippur em 1973 e, posteriormente, deram lugar a embates que envolviam majoritariamente apenas Israel e a população palestina. Esse cenário de país ininterruptamente contestado e combatido fez emergir narrativas de experiência em “superar desafios” (Israel Trade & Investment, sd) por ser um “país pequeno, rodeado por inimigos comprometidos com a sua destruição” (Cohen, 1998, p. 48), vivendo sob constante ameaça à sua sobrevivência e que, em razão de suas taxas demográficas relativamente pequenas, também tem uma necessidade urgente de evitar, tanto quanto possível, um grande número de baixas militares e civis (Dvir, 2000; Stockmarr, 2014).

Foi com base nessa narrativa que enfatiza a exposição de Israel a Estados vizinhos maiores e mais ricos no Oriente Médio, que o país investiu fortemente em suas forças armadas e aparatos de segurança, e concebeu um “eros de ciência e tecnologia” (Efron, 2011). Nesse sentido, “a visão de defesa de Israel exige o uso de tecnologias de ponta para obter uma vantagem clara sobre seus inimigos potenciais” (Dvir, 2000, p. 39), incentivando um desenvolvimento contínuo de armamento e sistemas não previstos por seus inimigos ou, nas palavras do ex-chefe do Estado-Maior das Forças de Defesa de Israel, tenente-general Dan Shomoron, deveria haver uma força “mais compacta e inteligente” para garantir a segurança (Shomoron apud Cohen, 1998, p. 51). Articulado pelos domínios da defesa e da segurança, esse eros israelense da ciência e tecnologia

passou a ser construído como sinônimo de progresso, esclarecimento e racionalidade. Tal discurso também é baseado em representações dos recursos humanos israelenses ou “fator humano” (Stockmarr, 2014, p. 6), como soldados motivados, educados, empreendedores e bem treinados, e cientistas com melhores habilidades morais e intelectuais do que seus vizinhos (Efron, 2011, p. 424; Dvir, 2000, p. 40; Rubin, 2017, p. 238) – ou seja, representantes de mão de obra qualificada por trás de cada ideia inovadora (Stockmarr, 2014). Ao mesmo tempo em que as inovações tecnológicas e as redes de negócios israelenses são altamente dependentes de narrativas militaristas, geralmente são apresentadas por representantes das empresas israelenses HLS como “neutras ou mesmo em quadros heroicos de autodefesa e construção do Estado” (Stockmarr, 2014). Tal assepsia discursiva tem o efeito de “esterilizar e despolitizar o armamento” (Stockmarr, 2014, p. 2).

Concomitantemente, a construção de um discurso que ressalta uma condição estrutural de insegurança israelense (Grassiani, 2017, p. 62) é acompanhada por noção de “segurança” de Israel que se mostra “inerentemente expansiva: a segurança da população judaica exige que o movimento árabe seja controlado e que os árabes estejam mantidos longe dos judeus” (Li, 2005, p. 45), ocupando o menor espaço possível dentro do que é entendido como Eretz Israel e dando lugar à ocupação do território. Essa afirmação de (in)segurança, iminência de invasão e risco à sobrevivência, esclarece o fortalecimento do militarismo como um interlocutor válido para lidar com quaisquer momentos entendidos como de perigo. Dessa forma, “as práticas de segurança são um componente integral da reconfiguração territorial em curso de Israel, o que significa que nenhuma conquista de novo território, nem a proteção de seu espaço soberano, pode funcionar sem elas”. (Stockmarr, 2016, p. 48).

A construção da (in)segurança em termos israelenses, nesse sentido, surgiu de uma crença de que a segurança pode ser definida em termos militares e o militarismo emerge como um fim em si mesmo (Aaron, 2017, p. 86). Dito de outro modo, impera uma espécie de doutrina ou ideologia de “idolatria da força” (Aaron, 2017; Aaron, 2019), baseada na discussão cumulativa, exigindo desgaste constante, demonstração espetacular de força, autodefesa antecipada, manutenção de um estado “em um gatilho perpétuo” (Aaron, 2019, p. 69). Conforme ilustrado pelo slogan de Ariel Sharon²⁵ entre os anos 70 e 80,

²⁵ Sharon foi um político e militar israelense que serviu como décimo primeiro primeiro-ministro de Israel e comandante do Exército de Israel desde a sua criação em 1948.

“esmague e vá” (Sharon apud Aaron, 2017, p. 78), a segurança nacional de Israel exigia, além da hiper vigilância para detectar ameaças, “força agressiva para unir e deter genocidas inimigos e determinação implacável de redimir a terra” (Aaron, 2017, p. 88). Moldado por uma fome insaciável de segurança e fantasia de sua conquista total e incondicional, somada a pensamentos messiânicos, senso de destino e missão coletiva de proteção contra cenários apocalípticos, Israel desponta como um dos países mais militarizados do mundo (Aaron, 2017; Aaron, 2019). O que é entendido por parte da literatura como “militarismo agressivo” permeia a sociedade israelense, “onde a guerra e os preparativos para a guerra são tão integrantes do significado e da identidade coletiva, e onde as disposições e atitudes marciais são assiduamente inculcadas” (Aaron, 2019, p. 60).

Onipresente na estrutura social de Israel, o exército israelense e suas elites, polícia, institutos de informação, inteligência e agências de segurança estão diretamente ligados em poderosas redes à esfera civil, midiática, política, econômica e das relações exteriores (Aaron, 2019, p. 60), formando uma militarização com espraiamento em diferentes domínios da vida em sociedade. Dessa forma, o militarismo se cristalizou como valor, fórmula e ideologia, normalizado e parte do cotidiano israelense-palestino. Apoiados em discursos políticos, semântica, mídia, pedagogia e formação religiosa, “todos alimentam um código e uma cultura guerreira onde o combate se torna uma segunda natureza, e onde a violência, por mais extrema e desproporcional, assume legitimidade coletiva” (Aaron, 2019, p. 58). Fazendo uso de um repertório robusto e sofisticado de argumentos e apelos adaptados ao público interno e externo, o Estado de Israel também busca legitimar internacionalmente seus atos violentos e ilegais, utilizando a opinião popular como importante arma estratégica (Aaron, 2019, p. 65).

Um dos grandes propulsores para a intensificação desse militarismo excessivo e do eros de ciência e tecnologia reforçados na “experiência de segurança israelense” (ISE) (Grassiani, 2017) foi o início da ocupação dos territórios palestinos, como corolário da Guerra dos Seis Dias em 1967. Ao final do conflito, Israel havia ocupado todas as áreas que foram designadas aos palestinos na Partilha de 1947, em especial, a Cisjordânia, anteriormente controlada pela Jordânia, e a Faixa de Gaza, anteriormente controlada pelo Egito. Ainda que hoje a Faixa de Gaza esteja sob regime independente e cercada por Israel e pelo Egito, a Cisjordânia permanece sob ocupação israelense que subdivide a região em três modos distintos de jurisdição e controle: cerca de 11% da região, em território não

contíguo (conhecido como “Área A”), é controlado pela Autoridade Palestina, mas ainda sujeito a incursões militares israelenses; já a “Área B” corresponde a aproximadamente 28% do território e está sujeita ao controle militar israelense-palestino e civil palestino; e, por fim a “Área C” diz respeito a 61% da Cisjordânia e está sob controle militar e civil de Israel. Com essa subdivisão, o regime de ocupação que anteriormente era orientado por um grupo de pessoas controlado pelo ocupante, passou à mentalidade de que a população ocupada fica sob controle de seu próprio povo, como no caso das áreas A e B, enquanto o espaço ainda permanece sob controle do ocupante (Gordon, 2008 apud Grassiani, 2017, p. 63).

Notadamente após o embargo francês e americano em 1967, o eros de ciência e tecnologia israelense em meio à ocupação foi convertido em palco de investimentos massivos na indústria de defesa, resultando na incorporação de “uma vasta gama de tecnologias, de computadores e eletrônica a eletro-óptica, aeronáutica, design mecânico e metal obras, engenharia química e muitas outras áreas” (Dvir, 2000, p. 36). Ao mesmo tempo, esse processo circunscreveu o desenvolvimento tecnológico do país como um todo, além de proporcionar um negócio altamente lucrativo (Rubin, 2017, p. 238). No final da década de 1990, “o setor de alta tecnologia de Israel, incluindo sua indústria nacional de HLS, perdia apenas para o Vale do Silício da América” (Stockmarr, 2014, p. 5). Combinando técnicas de combate convencionais e dispositivos usados para fins de controle social em vigilância e “infraestrutura inteligente”, essas “melhores práticas” israelenses constituíram o lema através do qual o governo e as empresas de Israel apresentam seu “atrativo mais amplo para exportação” (Stockmarr, 2014, p. 7).

Desse modo, as inovações, expertise, técnicas e tecnologias necessárias para a manutenção de uma arquitetura da ocupação também se juntam às outras ocorrências supracitadas na formação da experiência israelense de segurança. Cada vez mais visível, a “geografia carcerária” ou do “desastre” (Hammami, 2015; Berda, 2017, p. 113) ilustra movimentos de erguimento de diferentes tipos de muros, torres de vigilância, câmeras, sensores de calor, checkpoints tripulados ou não tripulados, temporários ou permanentes, sistemas de estradas, bases de dados de reconhecimento facial (Abu-Zahra, 2013; Handel, 2011, p. 268; Hammami, 2015; Abujidi, 2011), que conferem aos soldados e comandantes de combate israelenses ampla experiência no funcionamento dessa ocupação, entendimento sobre a neutralização ou destruição de um inimigo ameaçador, inteligência, ataques cibernéticos, prevenção de ataques terroristas, combate urbano, coleta de

informações, entre outros (Grassiani, 2013, p. 63). Assim, o histórico de profissionais israelenses e a visão sobre Israel garante sucesso no setor de segurança por lançarem mão de seus conhecimentos e habilidades na indústria militar de segurança até mesmo na esfera civil (Grassiani, 2013, p. 63).

A partir, então, de um apanhado histórico e a fotografia atual que mostram a relação entre o Estado de Israel e o setor de segurança, é possível compreender que “a marca ‘experiência de segurança de Israel’ está intimamente ligada ao Estado de Israel e sua marca nacional; um Estado com a reputação de ‘conhecer a segurança’, ou conhecer o terror e especificamente o contraterrorismo” (Grassiani, 2017, p. 64). Enfatizando a relação com a segurança, Israel, empresas privadas, nacionais ou público-privadas e até mesmo profissionais vendem seus produtos com lucro no mercado e sob o rótulo de vendedores de produtos de segurança de alta qualidade. Para além disso, o selo “*made in Israel*” simboliza não apenas segurança e proteção para os compradores e clientes, mas também valores específicos como know-how, alta tecnologia, militarismo, firmeza, moralidade, “ligados a Israel como um suposto número um na indústria de segurança e apoiado” (Grassiani, 2017, p. 65).

O processo de fortalecimento da marca Israel e associação da reputação de “melhores práticas” ao setor de segurança israelense é ainda intensificado com a consolidação da lógica neoliberal, forças de privatização, comercialização, *branding* e marketing nos últimos vinte e cinco anos. Partindo do entendimento de que o projeto neoliberal inclui iniciativas como “livre comércio, privatização, desregulamentação, isenções fiscais corporativas [e] cortes nos gastos sociais; ataques a sindicatos, assistência social e ação afirmativa; e a promoção do individualismo, da autorresponsabilidade e do empreendedorismo” (Clarno apud Zureik, 2020, p. 4), a lógica neoliberal, por um lado, aparenta reduzir o Estado à posição de “provedor de serviços de segurança para salvaguardar os direitos de propriedade dos proprietários do capital” (Bauman apud Zureik, 2020, p. 5), e, ao mesmo tempo atua como forte incentivadora da proliferação de empresas privadas e público-privadas de segurança, vigilância e de alta tecnologia. Na contramão do que é usualmente veiculado como era neoliberal, o presente caso é sintomático para um Estado superparticipativo na promoção de novos negócios e abertura de mercados, como ilustra o caso da cooperação com o Brasil, analisada na seção anterior.

Já a nível individual, o neoliberalismo, como uma ideologia em vigor que estimula o enfraquecimento da regulação e supervisão estatais, também crescentemente incentiva

uma racionalidade autocentrada e individual que leva à autorregulação e transforma cidadãos em vigilantes e autovigilantes e estimula a constituição de redes de vigilância na sociedade que estimula a compra e comercialização de equipamentos de segurança por entidades privadas (Zureik, 2020). Assim, o aumento das percepções de risco, insegurança e medo na era neoliberal repercutem em noções individuais de responsabilização e incentivam a crescente popularidade das empresas privadas de segurança (Grassiani, 2017, p. 58). O público mundial cada vez mais internaliza a percepção da segurança como um bem que também pode ser privado (Grassiani, 2017, p. 60). O neoliberalismo e a privatização, nesse sentido, favorecem que soluções de conflito sejam preferencialmente tecnológicas, tornando técnicas de vigilância e segurança de alta tecnologia, antes objetos de serviços de espionagem e inteligência de ponta em países ricos, sejam ofertados por empresários privados em todo mundo “como parte de uma indústria multibilionária altamente secreta” (Wrinbereger apud Zureik, 2020, p. 6). Ao mesmo tempo, o “solucionismo tecnológico” que atravessa esse campo discursivo oferece “soluções tecnológicas” como forma de contornar críticas ao excesso de violência e seletividade do aparato de segurança, uma vez que tais tecnologias vieram a ser associadas com precisão, objetividade e eficiência.

Com seu setor de alta tecnologia, em especial no setor de segurança, já em desenvolvimento desde o final do século XX, Israel também passou a ser conhecido como uma “nação *startup*” especialmente a partir de 2010 quando o primeiro-ministro à época, Benjamin Netanyahu impulsionou a indústria cibernética com o desenvolvimento de uma série de medidas que permitiam que veteranos da Unidade 8200, uma espécie de agência de segurança nacional, criassem empresas privadas. Esse impulso privatizador israelense vai em consonância com a transição neoliberal do país, mas, da mesma maneira, permite, segundo análise de Elia Zureik (2020, p. 6-7), que militares de Israel lancem mão da mudança para o setor privado para não serem responsabilizados por eventuais violações de direitos humanos ou implicar a imagem e marca de Israel.

Com a virada neoliberal, dessa forma, a comercialização de segurança deixa de ser uma questão obscura, cerceada aos altos escalões políticos, militares e de defesa, para emergir como “pomo de discórdia político altamente divulgado” (Leander, 2010, p. 208). Produtos e expertise de segurança anteriormente comercializados em grande parte pelo Estado de Israel para outras nações passam a não só ganhar maior fluxo de volume e movimentação financeira, como passam a ser comercializados por empresas privadas que

se valem do selo “*made in Israel*” para lucrar. Por um lado, a comercialização gerou uma ampla gama de novos mecanismos de governança como equipamentos de vigilância, esquemas de relatórios e benchmarks e conceitos relacionados a riscos e que reorientam profundamente práticas cotidianas de segurança em áreas tão diversas quanto os mercados financeiros e o governo local (Leander, 2010, p. 216), por outro, experiência e conhecimento de segurança passam a ser entendidos como marcas que ajudam a vender conhecimento e tecnologia específicos e que, no caso de Israel, estão ligados a um lugar específico (Grassiani, 2017, p. 60-61). Em resumo, “a comercialização ocorreu em paralelo com a disseminação de questões de ‘branding’ de imagens como questões de segurança e “marketing” soluções especialmente projetadas para problemas de segurança” (Leander, 2010, p. 215).

O impulso comercial para exportação e comercialização de soluções e produtos de segurança tornou o marcador de segurança uma *commodity* escassa, ao mesmo tempo em que ser reconhecido como um país provedor de segurança confere autoridade, credibilidade (Coaffee, Ham, 2008, p. 191). O branding de segurança emerge nesse contexto como todo um processo de criação, desenvolvimento e manutenção de uma imagem, valores e reputação de marca que são diretamente associados à ideia de provedor, garantidor ou locus de segurança à empresas militares, público-privadas, de segurança privadas, atores privados, instituições ou até mesmo Estados e à suas concepções e entendimentos do significa segurança e insegurança. Ao mesmo tempo, uma vez que “muitas companhias de segurança permanecem associadas aos seus países de origem, as imagens e reputações de marcas e Estados tendem a se unir nas mentes do consumidor global” (Coaffee, Ham, 2008, p. 194). Concomitante a um movimento de branding no setor de segurança, emerge um forte processo de branding de locais e espaços, em especial, de Estados, lançando mão de estratégias de marketing para “vender” locais e fixar ideias associadas a esses espaços (Coaffee, Rogers, 2008). Nesse processo são fortalecidos os “Estados-marca” ou “Estados inteligentes” que constroem suas marcas em torno de reputações e atitudes de maneira similar às empresas contemporâneas (Ham, 2008).

No caso de Israel, o país exporta sua experiência de combate e segurança como ligadas a uma categoria exclusiva azul-e-branca, enquanto empresas privadas, públicas, público-privadas e profissionais israelenses comercializam seus produtos, técnicas e expertise alicerçados e reforçando as “melhores práticas” do país. Enquanto o movimento

de “Estados-marca” estimula Estados-nação a se identificarem em relação a determinado tema ou ideologia,

Israel tem uma longa história de explicar e mostrar ao mundo quem/o que é. Esses esforços são chamados de Hasbara, literalmente “explicar”, um meio de racionalizar acriticamente a posição de Israel para o mundo exterior. Esses esforços foram estimulados pela atenção negativa da imprensa internacional, muitas vezes relacionada às atividades militares de Israel. Mas, apesar desses relatos e sentimentos negativos que se tornaram mais altos nos últimos anos, Israel ainda conseguiu se marcar para o mundo exterior como um país democrático, forte, sobrevivente e superior em muitos setores, especialmente o de segurança (Grassiani, 2017, p. 66).

Ao mesmo tempo em que esse processo de *branding* e comercialização se baseia na experiência de segurança de Israel, o fortalecimento da marca da “israelidade” propaga para o mundo sua visão do que é segurança, insegurança, do que significa ameaça, qual Outro deve ser combatido e quais são as soluções adequadas para lidar com situações de perigo, sejam elas eminentes ou não. Em suma, o Estado de Israel, companhias israelenses públicas, privadas, público-privadas e profissionais se destacam internacionalmente no setor de segurança por consequência de um processo insistente de branding do Estado apoiado no que é entendido e narrado de uma maneira específica como “experiência de segurança israelense”. Um país rodeado por inimigos que já o atacaram diversas vezes, lar de um povo que não possuía uma nação até ser dizimado, que lutou valentemente contra todos aqueles que eram contra sua sobrevivência, resiliente ao ponto de criar uma indústria impressionante de alta tecnologia, inovadora e expertise testada, é o país certo, segundo esse discurso, para comercializar mundialmente produtos e ideias azul-e-brancos.

2. “Solução Completa”: a trajetória e o papel da expertise e dos equipamentos de segurança israelenses “bem-sucedidos” em circulação no Brasil

Language has received too much attention (Barad, 2003, p. 801)

Partindo das discussões dos capítulos anteriores, dedicadas ao mapeamento do mosaico discursivo que vem posicionando Israel como símbolo de “melhores práticas” em defesa e segurança para o Brasil e à análise das camadas subjacentes a esta narrativa nacional e internacionalmente com elementos de branding, lógica comercial e a inscrição no imaginário global da “experiência israelense em segurança”, o presente Capítulo dá um passo para além da análise de discurso apresentada. Em outras palavras, a investigação anterior se inspirou no interesse foucaultiano de compreensão das condições de possibilidade para a naturalização e aparente estabilização de uma “verdade” em particular, que alça o modelo securitário israelense à classe ótima e ideal, e escavou as disputas e tensões olvidadas nesse processo. Os Capítulos anteriores, portanto, buscaram avaliar os movimentos de produção de narrativas, conhecimento e saber que corroboram a imagem de “israelidade” e, ao mesmo tempo, a construção de relações de poder, alicerçada na constatação de Foucault expressada na formulação “os homens se governam através da produção de verdade” (Foucault, 2006, p. 343). O funcionamento desse nexosaber/poder se dá através dos dispositivos ou aparatos, isto é:

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações, arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, *o dito e o não dito são os elementos do dispositivo*. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos (Foucault, 1979, p. 244, grifo nosso).

Apesar do problema central dos estudos do filósofo ser a compreensão da microfísica do poder e o subsequente desenvolvimento do método genealógico, o entendimento trazido para a composição dos dispositivos abriu caminho para o avanço na compreensão do papel da prática e da materialidade na criação de significados e nas disputas de poder. Ainda que a reflexão acerca das condições de emergência da narrativa que posiciona Israel como referência para o Brasil em segurança e defesa seja crucial para complexificar o debate do tema, a restrição às análises linguísticas perderia uma gama complexa de elementos *não ditos* que co-constituem esse processo (cf. Aradau, 2010, p. 497). A criação e reprodução de significados é promovida não somente por discursos e práticas sociais, mas também por meio da agência material dos objetos, tecnologias e

técnicas (Leander, 2013, p. 815) que possuem suas históricas de criação, construção e função não-estáticas e que adquirem sentidos com continuidades e rupturas ao longo do tempo e espaço. A matéria não deve ser pensada como um mero produto final dos discursos, “a segurança não se torna “material” através da simples imbricação de racionalidades e tecnologias particulares” (Aradau, 2010, p. 497). Ao contrário, é elemento ativo nos processos materiais-discursivos e imprescindível para a ampla compreensão da estabilização de “verdades”.

De modo semelhante ao funcionamento dos discursos e ideias, objetos, equipamentos, tecnologias e técnicas “viajam”, “traduzem”, “fazem associações”, “inscrevem-se”, “se espalham rizomaticamente” e tornam-se “objetos de fronteira”, “podem autorizar, tornar possível, encorajar, disponibilizar, permitir, sugerir” (Latour apud Leander, 2013, p. 814), geram classificações, modos de ver e modos de apresentar (Leander, 2013, p. 815). É nesse sentido que, pela perspectiva do novo materialismo, “coisas” possuem papel ativo, “actante”, produtivo (Aradau, 2010, p. 499) e performativo – geram novas subjetividades e imaginários (Leander, 2013, p. 816). Ao mesmo tempo em que as coisas não podem ser desassociadas de seus ecossistemas de criação e da agência humana e política, já que são produzidas por um ambiente em que possuíam existência meramente imaginária antes de sua invenção (Grove, 2016, p. 11), elas participam e influenciam nos dispositivos e relações de poder: “ao reconfigurar o mundo e redesenhar as fronteiras entre o que “importa” e o que não importa, entre o humano e o não-humano, as práticas material-discursivas estão intimamente entrelaçadas com as relações de poder” (Aradau, 2010, p. 500).

Nesse sentido, a discussão a seguir parte do entendimento de que embora firmemente presentes e marcados nos atos de fala, os processos de segurança são produzidos por esforços institucionais, políticos, práticos, tecnológicos e materiais não redutíveis à linguagem (Salter, 2013, p. 3). Como afirma Bigo (2008, p. 120), “o processo de (in)securitização é uma mistura de práticas discursivas e não discursivas, que opera em diferentes escalas”, impulsionado pela competição entre múltiplos atores para policiar a linha entre segurança e insegurança, e criar “obediência entre as populações, [legitimando] suas práticas de coerção, vigilância, coleta de informações e elaboração de perfis pessoais” (Bigo, 2008, p. 120). O processo de securitização corresponde à “rotulagem de algumas práticas específicas como práticas de segurança (...) [constituindo] uma técnica para governar outras; cujo objetivo é criar aceitação,

obediência, (...) [em relação] a uma prática que de outra forma seria considerada violenta e produzindo insegurança” (Bigo, 2008, p. 132).

A compreensão minuciosa dos discursos e práticas de (in)segurança vigentes no eixo Brasil-Israel, sua ressonância mútua e seus corolários passa, portanto, por uma análise que integre o papel não só da expertise securitária *à la* Israel, mas também da história, modulação e pormenores dos equipamentos e tecnologias caixa-preta marcados com o status de extrema eficiência. Para fins analíticos, o presente Capítulo se debruçará, em primeiro lugar, sobre a compreensão do papel dos armamentos e equipamentos de segurança e expertise como imersos em contextos sócio-históricos para então dissecar o *modus operandi* dos treinamentos militares e de segurança com expertise intercambiada entre Brasil e Israel, analisar a circulação e o rastro de equipamentos como “caveirões” e fuzis com seus DNAs israelo-brasileiros para, por fim, se inclinar sobre os empreendimentos de alta tecnologia de maior proeminência e destaque nos dias de hoje, o uso de drones e reconhecimento facial.

Ao fazê-lo, o Capítulo pretende responder a questionamentos sobre a origem, finalidades, trajetórias e modos de utilização de equipamentos e expertise de segurança implementados e comercializados entre Israel e Brasil. Em outras palavras, busca investigar a história carregada por essas técnicas e matérias e como se adaptam e se reconstituem em ambientes que, ainda que díspares, apresentam semelhança notável o suficiente para marcá-los como parte constitutiva de “soluções”. Para além disso, a presente discussão procura compreender de que maneira o uso de equipamentos de guerra e combate foi considerado natural para a prática das polícias e forças especiais de controle urbano no Brasil, quais são as ressonâncias existentes entre Brasil e Israel que permitem o intercâmbio de expertise e armamentos.

2.1. Armas e a história que carregam

Their history is that of an eye turned into a weapon (Chamayou, 2015, p. 11)

We are entranced by their cunning, their power and precision, also by the things they give us and the profits we reap by means of them. Yet, how they influence us, as living creatures, is left uncalculated’ (Fuller, 1998, p. x-xi)

Apesar do papel crucial das narrativas e discursos, instituições e organizações em um dispositivo, como o securitário, para estabelecer uma rede de relações de poder, este movimento também passa por técnicas, tecnologias e materialidade: governo de si, governo dos outros, governo das coisas (Foucault, 2010). Mais adiante, o *internacional é*

formado não só por humanos e suas ideias, mas por coisas e objetos (Salter, 2015, p. vii). Trazer luz à discussão sobre equipamentos e expertise, nesse sentido, é crucial, já que ambos são intimamente conectados e partem de um mesmo “pacote”. Em outras palavras, as técnicas e treinamentos carregam como pressupostos a ideia de que determinadas maneiras de operar segurança funcionam melhor com certos armamentos específicos. Desse modo, equipamentos e tecnologias são ferramentas que assumem significado e propósito dentro das formações sociais e culturais específicas nas quais são implantados (Bousquet, 2009, p. 2). Citado por Bousquet (2009, p. 2), Martin van Creveld (1989, p. 1) ressalta que, “por trás do hardware militar há o hardware geral, e, por trás disso, há a tecnologia como um certo tipo de know-how, como uma maneira de olhar o mundo e lidar com seus problemas”.

A história e trajetória de equipamentos e expertise de segurança podem ser compreendidas metaforicamente a partir das reflexões de Grégoire Chamayou (2015, p. 11) como a de “um *olho* transformado em uma arma”²⁶. Inseridos em conjunturas sociais, culturais, científicas e históricas específicas, os armamentos e técnicas securitárias refletem determinadas visões, discursos, maneiras dominantes de olhar para o mundo e seus problemas a serem enfrentados (Bousquet, 2009, p. 2). O material pesquisado e o debate esmiuçado abaixo refletem não apenas sobre o DNA constitutivo, a bagagem histórica dessas “coisas violentas”, mas também como sua comercialização e circulação no mundo, apesar de carregar diversas continuidades e simbioses com seus propósitos iniciais de criação e “solução”, promove reconfigurações nos ambientes que habitam a partir do papel ativo, não-estático, desses equipamentos e técnicas. Em outras palavras, olhar para a movimentação internacional de equipamentos e expertise de segurança também permite captar como “elas são feitas para se mover em quais circuitos específicos” (Salter, 2015, p. ix).

A compreensão do funcionamento do dispositivo de segurança que envolve o posicionamento de Israel como referência material e imaterial no setor para o Brasil passa, portanto, por uma análise que leva em conta “nem as ideias sozinhas, nem as máquinas e seus efeitos, mas as ideias, experiências e metáforas em sua interação com máquinas e mudança material” (Edwards, 1989, p. xv apud Bousquet, 2009, p. 239). Segurança não

²⁶ Originalmente o autor está discutindo o papel de vigilância e violência dos drones, mas, a citação é compreendida no trecho em questão como uma reflexão além: a maneira através da qual equipamentos de segurança refletem visões de mundo específicas.

pode ser entendida apenas como restrita a atos de fala, mas requer olhares cuidadosos para armas, tanques, drones, gás lacrimogêneo, distintivos e cercas (Salter, 2015, p. viii).

Olhar para esses equipamentos de segurança exige análises minuciosas acerca de suas funcionalidades, seus criadores, local e época de concepção, suas finalidades, como vêm sendo utilizados no mundo, mas, especialmente, sobre como adquirem suas intencionalidades violentas (Bousquet, 2017, p. 1). A criação de um armamento necessita de uma ampla rede de relações que condicionam seu surgimento e sustentam seu funcionamento: “um arranjo de coisas torna-se uma arma por meio de mudanças relacionais de intensidade e contexto, de modo que sua força motriz, densidade, energia potencial ou capacidade mecânica venha a fazer eventos de morte e desmembramento” (Bousquet, 2017, p. 2). Tais redes de relações ou, nos termos de Foucault, dispositivos nos quais estão inseridos os equipamentos em questão, possuem condições de possibilidade para além das necessidades de sua produção material securitária ou economia política de sua aquisição e circulação, mas são reveladores de pressupostos e afetos nas sociedades atuais. Assim como preconizado pelos estudos do novo materialismo, as armas devem ser compreendidas como “seres técnicos em perpétua formação, transmutando-se em conjunto com seus ambientes [e contextos – inclusão nossa]” (Bousquet, 2017, p. 2), ao invés de meros objetos estáticos.

A pesquisa e discussão que se seguirá considera o que Meiches (2017) chama de “a armação da política”, percebendo os armamentos como não reduzíveis à coexistência com seres humanos em processos de conflito, mas como objetos que estão sob cuidado, são procurados e tratados como parte e caracteres essenciais da vida política. Para além de vias que permitem a ação violenta humana, as armas são agentes que possuem o poder formativo de “gerar conduta humana”, de “incitar” e “estimular”, mas igualmente “explorar o medo, o conflito e o lucro” (Bousquet, 2017, p. 4). “À medida que as armas se tornam, seus usuários também. arma como uma prótese humana que revela o profundo emaranhado da prática científica e tecnológica moderna em nossas formas contemporâneas de guerra [e violência – inclusão nossa]” (Bousquet, 2017, p. 4). As armas possuem, em suma, “vida própria”, *se tornam*²⁷ e, apesar de surgirem majoritariamente em ambientes de guerra, se alastram agudamente no tecido das sociedades enquanto exercitam seus poderes inseridas nos ambientes de violência que

²⁷ *Become* no sentido de se formar em um ambiente, mas, por possuírem agência e interferências, também são constantemente remodeladas.

provocam (Bousquet, 2017, p. 7). As armas, as pessoas e narrativas que as utilizam são afetadas mutuamente de maneira que, por meio de entendimentos ontológicos e éticos específicos, certos tipos de equipamentos são inteligíveis em detrimento de outros (Shah, 2017, p. 4).

Debates que procuram desestabilizar a visão e os questionamentos de pesquisa *mainstream* sobre armas deslocam as perguntas de interesse e voltam a atenção para investigações curiosas para entender como, apesar da existência de muitas tecnologias de violência, apenas algumas são consideradas armas de guerra e com o uso de força letal “legítimo”. Armamentos entendidos e rotulados como “convencionais” em guerras, mas também em conflitos urbanos, apontam que, embora a geração de mortes e ferimentos seja permitida, há preocupações e cuidados para ditar como essas práticas devem ser realizadas. A existência de normas de guerra no Direito Internacional Humanitário que traçam princípios de proporcionalidade e prevenção do sofrimento desnecessário, embora promovam a restrição das armas por categorias como volume, tipo e uso, acabam assumindo e licenciando o uso generalizado daquelas que estão de acordo com tais padrões de suficiência. Mais do que ferramentas e mecanismos que simplesmente atendem aos princípios estabelecidos de guerras, conflitos e situações de (in)segurança, as armas *se tornam* também à medida em que as capacidades tecnológicas para a violência mortal moldam o que é entendido, aceito e usado como arma (Shah, 2017, p. 1-4).

Armas, portanto, estão inseridas no que entendemos como dispositivo de segurança (ou violência) em um sistema composto por atores, práticas, discursos e afetos que interagem de forma violenta em guerras, conflitos e em aparentes momentos de paz. Para atingirem um estágio de normalização e naturalização social, especialmente em ambientes urbanos, as armas tidas como “convencionais” emergiram por meio de um conjunto de “performances por e entre uma variedade de forças como propriedades técnicas, critérios legais e éticos, diretrizes operacionais e estratégias militares” (Shah, 2017, p. 10) que, de forma não exaustiva, delinearam uma fronteira entre violência legítima e ilegítima. As armas são materializadas e se tornam inteligíveis como agentes de destruição através de um aparato onde se tornam objetos adequados para combater, matar e ferir em guerras, conflitos e ambientes sociais os inimigos da ordem e ameaças. Para além disso, os armamentos são elencados em categorias de funcionalidade, qualidade e desenvoltura e indicados para finalidades, combatentes, inimigos específicos de forma extremamente instrumental. Portanto, os armamentos se fazem indicativos de

aparatos de letalidade através dos quais “a violência é disponibilizada de maneiras “instrumentais” específicas, tanto como os meios quanto a métrica de como matar e ferir na guerra [, em momentos de combate à desordem, policiamento e conflitos urbanos] se torna justificável, se não inquestionável” (Shah, 2017, p. 10, inclusão nossa). Em outras palavras, as armas são calibradas para ferir e para matar de maneiras específicas, visando corolários específicos naqueles que estão do outro lado da mira.

A agência dos armamentos, no entanto, não se restringe apenas à modulação de graus de violência entendidos como aceitáveis, mas também é encontrada no caráter produtivo e remodelador de afetos, sentimentos e desejos nos atores que lançam mão de sua tecnologia. Benjamin Meiches (2017, p. 1) resgata a análise de Latour do “desejo de esfaquear” para salientar que o encontro do armamento com o humano produz o desejo de atirar ou ferir. Para além dos elementos discutidos acima – como design, narrativa e violência –, as imbricações entre humanos e armas são mais amplas e complexas. Altamente recorrentes, investigações que versam sobre segurança, violência, soberania e intencionalidade humana criam borrões e camuflam a maneira através da qual “as armas exploram o medo, o conflito e o lucro para recriar as condições de sua regeneração” (Meiches, 2017, p. 3).

A relação entre humanos, armamentos e sua expertise de segurança e violência é regida pelo “desejo”, entendido em termos deleuzianos e guattarianos, como uma série de forças que produzem um campo social e molda a forma como os indivíduos respondem a conjuntos particulares de possibilidades. A agência das armas, portanto, se faz presente por potenciais afetivos distintos que influenciam a vida social via instrumentos aparentemente passivos de violência. O desejo provocado pelos armamentos pode ser formado por composições que incluem formas peculiares de paixão, impulso e significado. Apesar de parecer apática e passiva em sua função, as armas afetam a descarga de emoções, em sintonia com suas propriedades explosivas, desde o processo de mirar ou possuir a arma, com poder, paixão e excitação, até o puxar do gatilho, e promover a quebra de corpos físicos em conjuntos materiais menores que, por sua vez, experimentam o terror (Meiches, 2017, p. 4-6).

Normalmente entendido como uma forma de ameaça, a lacuna entre o que as armas podem fazer e o que elas realmente fazem envia sinais entre as partes. Esses sinais possibilitam novos mecanismos de força, como a coerção, mudando afetivamente os hábitos de uma parte alvo ou vulnerável. No entanto, a possibilidade desses sinais afetivos depende do 'poder de ataque' das armas, que atinge uma pessoa ou

declarado afetado por uma arma antes de uma explosão ou impacto físico. A ameaça é, portanto, um subproduto do potencial latente do 'poder de ataque'. Todos os conceitos de gestos ou posturas de ameaça pressupõem assim a capacidade afetiva da arma, mas não são os únicos produtos dessa lacuna (Meiches, 2017, p. 7).

As armas impactam não apenas cálculos humanos e a violência política, mas contribuem ativamente para a produção e molde de subjetividade individual e coletiva e, conseqüentemente, segurança e guerra (Meiches, 2017, p. 4-6). Sentimentos como fascinação e êxtase com seu poder, precisão e lucro, mas também medo, desgosto e terror de estar sob a sua mira, têm embaralhado o entendimento sobre como as armas influenciam e são parte ativa e constitutiva do dispositivo de segurança (Fuller, 1998, p. x-xi). Por possuírem o potencial de afligir concorrentes, inimigos e ameaças, as armas habitam o local do fascínio e influenciam no traçado de objetivos que levam a conflitos. Para além disso, também atuam modulando o imaginário do que seriam guerras absolutas, provocando a demanda por mais armas. O potencial carregado pelos armamentos estimula um maior investimento social, econômico, militar e afetivo em retorno às armas, impulsionando ainda mais seu potencial em diversas formas (Meiches, 2017). A segurança, enfim, é uma construção discursiva estimulada e reconstituída constantemente pelas armas cujo desejo desempenha papel significativo na formação de guerras e violência (Meiches, 2017, p. 15).

Essas reflexões tentam avançar em direção a entendimentos que, por um lado, não desconsiderem a agência desses objetos de violência. Por outro lado, também procuram evadir de narrativas emergentes com a proliferação das inovações tecnológicas que se utilizam da discussão sobre agência e tecnicidade de armamentos não-tripulados e de inteligência artificial para tentar eximir Estados e indivíduos da responsabilidade sobre violência e conflitos causados. Novas tecnologias em geral, e tecnologias destinadas à segurança e emprego em conflitos em particular, usualmente são tratadas como “caixas pretas”, com funcionalidade extremamente técnicas e de difícil compreensão, com natureza aparentemente inexplicável. Nessa linha, a aplicação, funcionalidade e corolários da utilização dessas tecnologias é vista de maneira estritamente processual, mecanicista e apolítica (Bousquet, 2018, p. 166-167). Assim como foi debatido acima acerca dos armamentos, inovações tecnológicas devem ser vistas como ferramentas que ganham e transformam significados dentro de formações sociais específicas (Bousquet, 2009, p. 2).

Em resumo, a presente seção procurou ir além dos debates que se debruçam exclusivamente sobre a importância do discurso e narrativas na formação de dispositivos. Enquanto o Capítulo anterior, de um lado, analisou minuciosamente as maneiras através das quais determinados espectros discursivos têm posicionado Israel como lócus das soluções mais eficientes para problemas de segurança nacionais e, de outro lado, como Israel *per se* imprime esforços narrativos e de *branding* para avultar sua venda de equipamentos e expertise de segurança, apoiado na reiteração de sua experiência no setor, o papel destes produtos à venda não pode ser negligenciado. A partir do entendimento de que dispositivos, como o de segurança, onde há embates de força e relações de poder no tecido social, são formados tanto pelo dito quanto pelo não dito e envolvem também o governo das coisas, a discussão avançada nas próximas seções considera que os equipamentos de segurança (i) estão inseridos em contextos sócio-históricos específicos, alinhados com determinadas padrões de entendimento do que configura um problema e uma solução; (ii) como consequência, estão ligados a determinadas técnicas e expertise de combate; (iii) possuem agência moldando o que considerado convencional no uso da violência, incitando a sua atualização e reprodução como objetos úteis, influenciando desejos e afetos humanos e coletivos, produzindo subjetividade e estando em circulação. É nesse sentido que a análise proposta a seguir rastreará esses armamentos e técnicas, indagando o que são, por quem foram criados, para que, quando, como foram utilizados em Israel e em outros lugares no mundo, até chegar em solos brasileiros.

2.2. “Análise de necessidades, seleção de soluções, todos os aspectos de implementação, treinamento e suporte”: captação do olhar diagnóstico e técnicas de segurança israelenses pelo Brasil

(...) uma solução completa, incluindo a análise de necessidades, seleção de soluções, todos os aspectos de implementação, treinamento e suporte, cumprindo com prazos apertados (Amit apud DefesaNet, 2012)

Com sua primeira versão assinada pelo presidente Jair Bolsonaro em 2019, o Senado brasileiro aprovou, no primeiro semestre de 2022, o acordo entre Brasil e Israel na área de defesa e segurança. O texto que irá à promulgação traz os objetivos expressos de intercâmbio de tecnologias, treinamento e educação no setor militar, de policiamento e segurança pública. Em detalhe, o tratado busca “promover cooperação na aquisição, pesquisa e desenvolvimento, apoio logístico e mobilização, assim como a troca de conhecimentos e experiências nas áreas operacional, científica e tecnológica” (Agência

Senado, 2022). Visitas de delegações brasileiras civis e militares a Israel e vice-versa, encontros entre representantes de instituições de defesa, inspeções a equipamentos de segurança e promoção e participação em cursos de treinamento, estágios, seminários, conferências e simpósios em entidades militares e civis de interesse do setor securitário estão entre as iniciativas que serão incitadas de maneira não mais esporádica, mas coordenada, organizada e periódica por meio do acordo – previsto para entrar em vigor durante cinco anos, podendo ser prorrogado. O texto do acordo vai além e certifica também a garantia de que Brasil e Israel atuarão em conjunto para estimular suas indústrias de defesa e segurança com o cumprimento de pesquisas de projetos e equipamentos para futuro desenvolvimento e comercialização. Para além de estreitar as relações entre os países, o acordo, segundo Soraya Thonicke (apud Agência Senado, 2022), senadora pelo estado do Mato Grosso do Sul, “facilita as iniciativas comerciais relacionadas a material e serviços de defesa, aplicação de novas tecnologias, trocas de know-how e estímulo a licenças e royalties”.

Na esfera privada, por outro lado, uma recente fusão entre a empresa israelense Kadima e a brasileira Tactical Response chamou a atenção do mercado. Em março de 2022, a multinacional israelense com “vasta experiência” e especializada em operações especiais, de inteligência e segurança de alto risco se uniu à Tactical, formando a TR Kadima que pretende acessar mercados de segurança tática e inteligência no Brasil. Segundo Henry Tkacz, diretor de alianças do grupo e sargento da reserva nas forças especiais do exército de Israel, o objetivo da incipiente empresa é não só atender a agências de segurança governamentais, mas também chegar ao setor privado atendendo grandes famílias e empresas que buscam o serviço de segurança. Com a união, a nova marca poderá oferecer serviços mais completos no segmento tático, incluindo cada vez mais a digitalização de dados, automação de processos e treinamentos específicos para cada ação. É importante notar, por outro lado, que uma grande vantagem apontada pelos acionistas da empresa é a possível atração de tecnologia de ponta e ferramentas israelenses tanto para a área digital quanto para o treinamento securitário tático brasileiro (Brasil Econômico, 2022).

Apesar de parecerem remotamente conectados, esses acontecimentos recentes ilustram a importância da relação entre expertise e produtos de segurança, sejam eles tecnologia ou equipamentos palpáveis, e como eles vêm relacionados e associados em um pacote mais amplo de soluções. A melhor maneira de garantir a aplicação de um modelo

de segurança “de sucesso” (Speri, 2017) envolve um padrão como o apresentado e implementado pela Israel Weapon Industries e descrito por seu presidente executivo Uri Amit (apud DefesaNet, 2012) como uma “solução completa”, de ponta a ponta, que compreende a identificação dos problemas em um diagnóstico, a prescrição das saídas possíveis, o treinamento e suporte e, enfim, a comercialização dos produtos físicos. É com base nessa visão de soluções de segurança comercializadas em ambientes públicos e privados em forma de pacotes completos que esta seção busca dissecar, em um passo anterior, a história de formação das técnicas e os pressupostos por trás da expertise de segurança israelense que é entendida como modelo e adquirida pelo Brasil e por outros lugares no mundo, sob o rótulo de “melhores práticas”. A discussão foca, sobretudo, na formação das principais instituições militares e de segurança do país, grandes fornecedoras de treinamentos de contraterrorismo, combate à criminalidade e inimigos e em suas técnicas de luta, combate e policiamento.

Com apenas 74 anos de existência, a formação e independência do Estado de Israel foi concretizada por vias conflituosas. Após a decisão na Assembleia Geral das Nações Unidas por um plano para a Partilha da Palestina em 1947 que dividiria a região, anteriormente sob domínio colonial britânico, em dois Estados, um árabe e outro judeu, a primeira guerra árabe-israelense foi travada. A narrativa oficial do país do momento pré-independência relembra e ressalta os horrores do Holocausto e o papel dos britânicos compromissados com os árabes. Fugindo do regime nazista em direção à sua terra prometida, o povo judeu, especialmente judeus-europeus, se confrontavam com outra “violenta campanha antissemita, desta vez por árabes-palestinos e árabes de países vizinhos com a intenção de expulsá-los de seu último e único refúgio” (Massad, 2006, p. 83). Enquanto árabes-palestinos ressaltam a expulsão de seu povo, Israel oficialmente relata o momento da proclamação de sua independência como marcado por subsequentes invasões, forçando o incipiente país a “defender a soberania que acabara de reconquistar em sua pátria ancestral” (Embaixada, s.d.) para evitar que fossem jogados ao mar por árabes que já dominavam vinte e dois Estados no Oriente Médio (Handelzalts, 2020).

Para além de garantir a existência do Estado em seu momento de criação, Israel travou outras seis guerras entendidas pela literatura de Relações Internacionais como formais, entre Estados, e combateu duas intifadas palestinas²⁸. Ainda que o debate acerca

²⁸ Primeira Guerra Árabe-Israelense (1948-1949), Israel contra Liga Árabe, Arábia Saudita, Egito, Jordânia, Iraque, Síria e Líbano; Guerra do Suez (1956) Israel, Reino Unido e França contra Egito; Guerra dos Seis Dias (1967), Israel contra Egipto, Síria, Jordânia, Iraque, Kuwait, Arábia Saudita, Argélia e Sudão; Guerra

da influência dos sionismos sobre a política e posicionamentos securitários de Israel seja amplo, a influência da chamada filosofia do muro de ferro é inegável. Partindo da narrativa de insegurança brevemente apresentada acima, a ideia proposta por Ze'ev Jabotinsky, líder do sionismo revisionista, foi recuperada e implementada, referência militarista para a formação das primeiras milícias militaristas antes da independência, mas com maior repercussão após os anos 1970, com a chegada do partido Likud ao Knesset. Nessa ocasião, ressaltou-se a necessidade de construir uma muralha de ferro de força militar israelense para assegurar a invencibilidade contra seus inimigos, em especial, o povo palestino (Shlaim, 2001).

Considerando a necessidade de garantir a existência de Israel como um país soberano, lar e representante (exclusivamente) do povo judeu, foi formado o conceito e entendimento do que é segurança israelense. Inerentemente expansiva, a segurança da população judaico-israelense precisava do controle e distância das populações árabes ameaçadoras e inimigas. Segurança passou a ser parte constitutiva não só da formação identitária e autorrepresentação do país, imprescindível para a sua sobrevivência, mas também passou a ser construída e definida em termos militares, vislumbrando no militarismo a solução para grande parte de suas adversidades e perigos e único caminho para garantir a segurança (Aaron, 2017). Desse modo, como ressaltado no Capítulo anterior, emergiu uma doutrina de “idolatria da força” (Aaron, 2017; Aaron, 2019), que pressupunha, principalmente, forças militares acachapantes e uma filosofia ilustrada pela frase “se alguém vier te matar, acorde cedo para matá-lo primeiro” (Aaron, 2018, p. 107).

A formação dessa ideologia militarista foi acompanhada pelo surgimento de algumas instituições com papel chave para o “sucesso” securitário no país desde os momentos iniciais de luta pela independência: as forças armadas e o serviço secreto de inteligência. As Forças de Defesa de Israel (IDF) foram criadas oficialmente em 1948 a partir da Haganá, organização paramilitar formada por milícias que atuava durante o Mandato da Palestina, entre 1920 e 1948 (Gelvin, 2017). Dentre as ações mais expressivas, a Haganá criou o Palmach, força de ataque de elite, para garantir a imigração de judeus mesmo durante as restrições britânicas, sabotou um transatlântico inglês que deportou judeus, promoveu assassinatos de líderes políticos e participou ativamente da tomada e ocupação de territórios e expulsão de populações árabes durante a primeira

de Yom Kippur (1973), Israel contra Egito, Síria e Iraque; Primeira Intifada (1987-1993), Israel contra Fatah e Hamas; Segunda Intifada (2000-2005), Israel contra Fatah e Hamas (Gelvin, 2017).

guerra árabe-israelense. Enquanto a Haganá tinha a finalidade inicial de proteger os assentamentos judaicos na região (as IDF), quando consolidada, alinhou seus objetivos ao padrão das nações soberanas, determinando a necessidade de “defender a soberania e a integridade territorial do Estado de Israel, deter todos os inimigos e coibir todas as formas de terrorismo que ameacem a vida diária” (Israel, s.d.). Mais além, o espírito das IDF é baseado, segundo a organização, em quatro princípios: a tradição das IDF e sua herança militar; a tradição do Estado de Israel, seus princípios democráticos, leis e instituições; a tradição do povo judeu através de sua história; valores morais baseados na dignidade da vida humana (IDF, s.d.).

A doutrina das IDF, por sua vez, se baseia em defesa, em termos estratégicos, mas suas táticas são ofensivas, justificadas pela extensão territorial reduzida e menor contingente humano em comparação com boa parte de seus inimigos (Israel s.d.). Para que as estratégias sejam bem-sucedidas, os soldados passam por treinamentos intensos, que focam em táticas e no desenvolvimento de sistemas tecnológicos que ajudam na atuação prática do serviço militar (Ribeiro, 2021). Ainda que parte do status adquirido pelas IDF venha dos treinamentos e ensinamentos teóricos valiosos, o país está constantemente envolto em conflitos ou problemas de segurança que garantem que seu contingente esteja sempre pondo em prática o que foi absorvido em treinamento e testando novas técnicas e expertise de combate (Alfano e Lima, 2019).

Na preparação para a defesa, as FDI lançam um pequeno exército (composto de recrutas e de pessoal de carreira) com capacidade de alerta precoce, e uma força aérea e marinha regulares. A maioria de suas forças é composta por reservistas, chamados regularmente para treinamento e serviço e que, em tempos de guerra ou de crise, são mobilizados rapidamente para suas unidades a partir de todas as partes do país.

As três subdivisões de serviço das FDI (forças terrestres, força aérea e marinha) funcionam sob um comando unificado, liderado pelo Chefe do Estado-Maior Geral, com a patente de tenente-general, responsável perante o ministro da defesa. O Chefe do Estado-Maior Geral é nomeado pelo governo, por recomendação do primeiro-ministro e do ministro da defesa, para um mandato de três anos, normalmente prorrogado por mais um ano (Israel, s.d.).

Alinhado às reflexões sobre o culto ao militarismo excessivo e uso da força, as IDF são vistas socialmente como uma entidade não somente relacionada à proteção, mas como um órgão educador (Ribeiro, 2021). Ainda que o serviço militar seja obrigatório para homens e mulheres, a cultura militarista reforçada desde o ensino básico das crianças israelenses, auxilia na criação de uma narrativa que reforça o serviço militar como um

dos grandes fatores responsáveis pelo “sucesso [de Israel] como nação” (Singer apud Alfano e Lima, 2019). Para Nurit Peled (Dolce e Labaki, 2017), a educação militar é uma das principais facetas do sionismo hodierno: há processos de segurança nas escolas a partir da faixa etária de três anos, onde soldados passam a frequentar os jardins de infância, narrando suas experiências e se tornando grandes modelos e inspirações, independente da vertente política. O culto à militarização envolve as mais diversas tradições sociais e culturais, como feriados e celebrações que enlutam baixas e comemoram assassinatos, bem como a normalização de práticas como a ostentação de armas para todos os locais em todas as situações, uma vez que soldados podem levar seus equipamentos para suas casas e quaisquer outros ambientes a todo momento. A hipervalorização das IDF, de suas táticas e modelo de segurança também é ilustrada e expressada no “projeto turístico” voltado a treinamentos de estrangeiros em campos de exercício do exército e das forças policiais e utilizando alvos com turbantes árabes. Segundo Sharon Gat, criador do projeto, o objetivo da empreitada é permitir aos judeus do mundo inteiro a experimentação das táticas de guerra de mais alto nível (Flint, 2021).

Com orçamento médio anual de 18,5 bilhões de dólares, cerca de 5% do PIB do país, as IDF estão no hall das forças armadas mais modernas, experientes e bem treinadas no mundo. Os setores que mais têm se destacado nos últimos anos são o de Operações, que preparam as Forças para a guerra, e a divisão C4i de defesa cibernética, parte da elite tecnológica de Israel. As IDF ainda contam com o Planejamento que desenvolve e implementa estratégias de combate e o Pessoal que é responsável por todo o plano de carreira dos soldados, desde o recrutamento à aposentadoria (Alfano e Lima, 2019). Segundo Brian Weissmann, a estrutura e o funcionamento das IDF permitem que o país avance em todos os aspectos e campos de defesa e segurança antes do surgimento de conflitos e ameaças, o que o torna “ciente não apenas dos seus próprios pontos fracos, mas também dos pontos fracos dos inimigos” (Weissmann apud Alfano e Lima, 2019).

Outro braço importante da Haganá, para além da função militarista e de defesa, era o setor de inteligência. Da mesma maneira que as “forças armadas” existiam de forma clandestina antes da formação do Estado de Israel, havia organizações “semi-subterrâneas” (Mossad, s.d.), que operavam na coleta de informações e investigações para permitir o resgate de judeus, imigração ilegal, ataques à população árabe e ações contra o Mandato Britânico. Assim, a Haganá instituiu o Sherut Yediot (Shai) para coletar informações tanto para a atividade da Haganá quanto para fornecer inteligência às

lideranças dos assentamentos judaicos que permitissem a contenção político-militar dos árabes que habitavam a Palestina, dos britânicos e dos Estados árabes do entorno.

Durante a revolta árabe, pequenos conflitos da época e, posteriormente, na guerra de independência, o Shai foi responsável por mapear as populações árabes lançando mão da chamada inteligência de terreno e participavam das decisões sobre quais vilarejos e cidades seriam ou não ocupados e repovoados com a população judaica (Pappé, 2016, p. 26). Um dos líderes do Shai, Isser Harel, mais tarde chefiou o Shin Bet, agência de segurança de Israel e o Mossad. O Instituto de Inteligência e Operações Especiais, Mossad, emergiu a partir do Shai, mas com a necessidade de criar uma infraestrutura de inteligência, desenvolver arcabouços nacionais e definir responsabilidades frente ao novo desafio de estabelecimento do Estado de Israel (Mossad, s.d.). A fundação do Mossad a partir da Shai foi decidida em comum acordo entre David Ben Gurion e o chefe da Shai como um serviço externo de informação estatal, diretamente ligado ao Ministério da Defesa e Ministério das Relações Exteriores do país. Oficialmente fundada em dezembro de 1949, o Mossad também carregava a função de coordenar os serviços de inteligência e segurança no país, responsável pela supervisão de outros dois órgãos: Shin Bet, encarregado da inteligência interna e do departamento de inteligência da divisão de operações das IDF.

O serviço atua, então, com a coleta de inteligência de acordo com as necessidades estabelecidas pelo Estado de Israel, que são verificadas e coordenadas em elementos essenciais de informação de forma secreta. Mantendo relações com os serviços de inteligência dos países com os quais Israel mantém relações, o Mossad esteve à frente de atividades como a perseguição de nazistas pós-Segunda Guerra, resgate de judeus de países que apresentam posições perigosas e, como reforçado pela narrativa oficial da instituição, combate ativamente o terror dirigido a alvos judeus e israelenses pelo mundo. O treinamento de seus agentes é árduo e exige perseverança, realizado com base na ideia de um constante estado de guerra, sem tréguas, com seus vizinhos (Bezerra, 2019). Sob o lema bíblico “não havendo sábios conselhos, o povo cai, mas na multidão de conselheiros há segurança” (Provérbios 11, 14), o Mossad é conhecido internacionalmente por suas ações de espionagem, tortura e execuções extrajudiciais, como de líderes palestinos considerados terroristas, incluindo assassinatos de inocentes (Mossad, s.d.; Sklarz, 2019), em nome da garantia da segurança.

Duas das táticas consideradas mais admiradas e renomadas de Israel, desenvolvidas e utilizadas nas IDF e no Mossad, são o Krav Maga e o chamado método de tiro israelense. O Krav Maga é uma luta ou tática criada na década de 1940, no mesmo contexto de fundação das instituições de segurança e defesa israelenses, e é a única filosofia de combate utilizada pelo exército, polícia, serviço secreto e forças de segurança nacional no país. Apesar de ter sido mantido em sigilo como um segredo israelense de segurança nos seus primeiros vinte anos de criação, o Krav Maga é utilizado atualmente pelas maiores unidades de segurança no mundo e leva em consideração um treinamento célere, que analisa as situações de risco, proteção de terceiros, uso de equipamentos pesados, ambiente hostil e armamentos na capacitação de suas tropas (Federação Sul-Americana de Krav Maga, s.d). Para além das técnicas de combate físico em situações de ameaça e ataque, o Krav Maga fornece uma linha de pensamento que auxilia os profissionais de segurança a raciocinar e perceber a forma de agir e o risco trazido por suspeitos e ameaças (Federação Sul-Americana de Krav Maga, s.d.; DefesaNet, 2017).

Associado ao Krav Maga, mas lançando mão do uso de equipamentos ofensivos, o tiro tático israelense considera o uso de armas com posições e manobras manuais específicas e pontaria por instinto com o uso do dedo indicador visando precisão em situações extremas de pressão e stress e neutralização rápida do oponente (Caps, s.d.). A tática inclui a prescrição, em momentos específicos de “tiro na cara” ou “tiro na nuca” visando a completa neutralização e estabilização das situações de risco (Al Najjar, 2021). Com constantes atualizações em situações constantes de conflito, contraterrorismo, combate à criminalidade e resgate de reféns, o tiro israelense também é considerado uma resposta tática que exige o pensamento progressivo alicerçado em um conjunto de ações e reações instintivas do operador com importância maior dada aos elementos de agressividade, determinação e velocidade (Israeli Combat Shooting and Tactical Training, s.d.). Segundo Bernardo C. (apud Agilite, 2021), instrutor das forças especiais de Israel e ex-instrutor do Mossad, as táticas foram desenvolvidas com base nas condições particulares do Estado de Israel, suas forças de defesa e serviço secreto, que estão “quase sempre em um constante e ininterrupto estado de emergência”, fazendo necessário um currículo que torne os agentes de segurança “ao nível mais seguro e proficiente de combate no menor tempo possível”.

Na esteira da atuação das IDF e do Mossad, especialmente após o 11 de setembro, Israel tem despontado e, segundo o ex-primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu,

“se beneficiado” (Jornal de Brasília, 2008) de sua ampla experiência no combate a suas grandes ameaças como descritas no site oficial das IDF como Hezbollah, Hamas e terrorismo palestino (IDF, s.d.). Desse modo, o treinamento, a inteligência e o desenvolvimento de táticas, estratégias e equipamentos para lutas em que a força militar israelense se prove esmagadora e ofensiva, por vezes desproporcionalmente, e preventiva passam a ser exportados e direcionados ao combate contra o terrorismo. Apesar de Netanyahu destacar a ameaça terrorista como alvo crescente de reconhecimento e valorização, na prática, a palavra e o conceito “terrorismo” não é fidedignamente correspondente em seus entendimentos em Israel e no resto do mundo.

Enquanto para Israel o “inimigo” é o mesmo, conhecido, próximo e até mesmo interno (o árabe e palestino que ataca seu país para usurpar sua paz e soberania), os ataques ao World Trade Center em 2001 pareceram alçar a modalidade de combate urbano a um patamar jamais visto, desconhecido e com poucas formas familiares de contra-ataque e prevenção. Chamado a auxiliar e atuar na Guerra ao Terrorismo, Israel despontou como principal referência para as forças de segurança em todo o mundo (Halper apud StopTheWall, 2018, p. 7), com base em sua ampla experiência no combate ao terrorismo pelas IDF e Mossad. Mesmo que sabidamente não sejam conceitos ou práticas correspondentes, técnicas, estratégias e expertise israelenses de combate ao terrorismo têm sido amplamente exportados e ensinados para o combate ao crime organizado e tráfico de drogas, com destaque para a América Latina, em geral, e o Brasil, em particular (StopTheWall, 2018, p. 8).

Aqui, preceitos de “alta eficiência”, “teste em combate”, “constante aprimoramento”, “inovação” e outros rótulos de marketing discutidos no Capítulo anterior moldam princípios de guerra e policiamento “de sucesso” (Speri, 2017), as táticas de segurança ou “medo e terror” (StopTheWall, 2018) utilizadas pelas IDF, polícia e serviço secreto israelenses têm sido vendidas e exportadas. É diante desse contexto que podemos compreender a presença do DNA e inscrição “made in Israel” nas táticas e estratégias de vigilância, controle populacional e de multidões, combate à criminalidade e terrorismo no Brasil. O caminho percorrido pelo Brasil como consumidor é daquele que compra, ao mesmo tempo, os treinamentos e produtos israelenses, mas também sua ideia do que significa segurança, o culto à militarização e as formas de combater inimigos e “problemas”. É imprescindível ressaltar que este processo não se limita à simples aquisição, mas envolve a adaptação desse know-how que precisa, antes de tudo, de

ressonâncias e semelhanças narrativas e físicas no local de importação. Com a maior propulsão internacional de Israel nas últimas décadas, o Brasil se tornou um dos maiores consumidores de armamentos israelenses especialmente em razão da reputação israelense, a “corajosa nação startupeira” (Gold, 2021), mas também de seu *modus operandi* de combate, reforçando a íntima conexão entre ideia e produto, expertise e equipamento.

Ainda que um acordo explícito e expresso intergovernamental entre Brasil e Israel para a promoção de treinamentos de segurança tenha emergido apenas com a assinatura do tratado bilateral de defesa em 2019, recentemente aprovado no Senado brasileiro, a proliferação de cursos e capacitações para brasileiros com técnicas israelenses seja por organizações e empresas públicas, público-privadas ou privadas “azul-e-brancas” tem sido sistematizada desde os anos 2000. Seguindo a tônica reiterada na sociedade, políticas e estratégias de segurança em Israel, os programas de treinamento fornecidos para militares, policiais, agentes de segurança e população civil no Brasil educavam e reproduziam as convicções de “desproporcionalidade da repressão”, “uso desproporcional da força” e perseguição a inimigos internos (Al Najjar, 2021). A “israelificação” (Khalek, 2014) do aparato de segurança brasileiro irrompe com o entendimento de que a ampla experiência israelense de combate a inimigos e controle populacional em cenários urbanos e semiurbanos é ideal para países desiguais como o Brasil, tornando-o um “grande cliente” de uma indústria militar que não se restringe à defesa nacional, mas atua na segurança e policiamento (Halper apud Dolce e Labaki, 2017). Nesse cenário, organizações como as IDF e o Mossad e táticas de combate como o Krav Maga e o tiro israelense se tornam modelos e símbolos de boas práticas que, apesar de direcionados originalmente à segurança nacional contra inimigos externos, passam a ter sua principal aplicação na segurança pública. Assim, a prática desses treinamentos influencia diretamente nos entendimentos de segurança, ordem, controle, vigilância, inimigo e solução.

Uma das principais táticas utilizadas pelas FDI e Mossad, o Krav Maga passou a ser amplamente ensinada para as forças de segurança brasileiras, assim como para a população civil como uma modalidade de combate. Articulado a partir das especificidades de unidades militares, policiais e de segurança privada, o treinamento promovido pela Federação Sul-Americana de Krav Maga (FSAKM), representante israelense oficial da modalidade no Brasil, é personalizado e considera elementos como

armamento, roupa, equipamentos, ambiente de operação, tipo de inimigo e missão da tropa.

Cada unidade é treinada de acordo com as suas necessidades, incluindo tipo de técnicas e simulações. O treinamento direcionado melhora o rendimento da tropa. Cada unidade de segurança tem o seu próprio tipo de missão, inimigo, ambiente de operação, nível de agressividade, equipamentos e armamentos. E estes são diferentes em cada unidade. Tropas de elite do exército; segurança pessoal; polícia; segurança de shopping center: cada um destes, e muitos outros, tem características únicas, e assim deve ser direcionado o treinamento (Federação Sul-Americana de Krav Maga, s.d.).

Em diversas oportunidades, especialmente relacionadas à segurança durante os megaeventos realizados no Brasil entre 2007 e 2016, as técnicas do Krav Maga foram ensinadas para profissionais do BOPE, da Polícia Federal e seguranças de autoridades políticas como o ex-governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral e o ex-presidente Lula da Silva – valorizadas por seu princípio de concomitante neutralização e ataque ao inimigo (Maltchik, 2010). Com a aproximação das Olimpíadas de 2016, sediadas no Rio de Janeiro, fuzileiros navais do Batalhão de Operação Especial da Marinha foram capacitados com a “arte marcial” voltada não só para a segurança, mas para a atuação no contraterrorismo. Segundo o comandante do batalhão à época, Campos Melo, os próprios fuzileiros requisitaram o treinamento da tática, considerada ideal para agentes com quantidade elevada de equipamentos.

O militar de operações especiais carrega uma quantidade muito grande de munição, de proteção blindada, como colete à prova de bala, capacete, armamento, ele carrega quase 40 quilos de peso extra no seu equipamento. Com isso, ele não tem uma mobilidade que permita que aplique golpes como, por exemplo, da capoeira ou chutes altos como *taekwondo*. O *krav maga* foi a arte marcial que nos apresentou a solução de poder utilizar os equipamentos e realizar golpes que a nossa situação de combate permite, por exemplo o combate dentro de compartimentos confinados (Melo apud Nitahara, 2016).

O programa envolve, como supracitado, não apenas as táticas práticas, mas a formação de um arcabouço teórico de conhecimento que estimula o pensamento rápido em situações de ameaça. Enquanto a parte teórica do treinamento ensina sobre a história do terrorismo, regime do terror moderno e forma de atuação ideal para contraterrorismo no mundo, a prática compreende a proteção pessoal, a proteção de terceiros e como lidar com homens-bomba e suicidas. Já diante do treinamento promovido para a Polícia Civil do Rio de Janeiro, a FSAKM também ressaltou o estudo investigativo que traça as raízes, problemas e soluções de combate ao terrorismo e a apresentação de cases internacionais

e ressalta que as técnicas práticas ensinadas envolvem a neutralização e desarmamento, abordagem de terroristas, controle de terroristas ou ameaças na multidão e resgate de reféns (DefesaNet, 2017).

Apesar de ter ganhado maior repercussão e procura nos anos dos eventos internacionais, a modalidade continuou a ser alvo de investimento público nos anos mais recentes. Em 2019, sob o governo Dória, a CGM da cidade de Valinhos recebeu treinamentos da tática de tiro israelense e técnicas de Krav Maga objetivando o desarmamento em situações de risco (Rezende, 2022). Mas a tática ainda se mostra especialmente valorosa para o controle populacional, como é ilustrado pela contratação recente da FSAKM para ministrar treinamentos para o Batalhão de Policiamento em Áreas Turísticas (BPTur) do Rio de Janeiro. Com o principal objetivo de garantir a segurança de áreas com grande circulação de pessoas, o treinamento tem foco na atuação com o público, em locais abertos ou fechados, que possibilitem a segurança do profissional militar e dos cidadãos (Freire, 2020).

Alinhado aos objetivos das técnicas do Krav Maga, diversos outros cursos e treinamentos têm sido realizados a partir da experiência israelense em combate, como é o caso do *Israeli Swat Police Training for Brazilian*, que reuniu representantes de várias instituições como unidades de operações especiais militares e policiais, guardas portuários, guardas municipais e agentes de segurança em geral. No papel de instrutor chefe, Major RET ex-Yaman, a SWAT israelense, David K. realizou instruções de tiro, táticas de contra emboscada em veículos, gerenciamento de situações em ocorrências com homem bombas, táticas de progressão e condutas operativas israelenses como parte do programa do curso, com certificação internacional (ABRAPAM, s.d.). Ao mesmo tempo, é frequente encontrar em buscas rápidas em ferramentas de pesquisa online cursos de origem israelense estabelecidos no Brasil voltados não somente para profissionais de segurança estatais, como o Centro de Capacitação e Aperfeiçoamento de Profissionais de Segurança (CAPS) do grupo Moked, que oferece o treinamento do sistema de tiro tático israelense, voltado para segurança empresarial, segurança patrimonial e pessoal.

As capacitações de agentes de segurança brasileiros não se restringem, no entanto, ao aprendizado exclusivo das táticas de combate como o Krav Maga, mas abrangem um leque maior de conhecimentos e expertise ofertados por empresas e instituições israelenses. Não são incomuns manchetes e anúncios como “Policiais do PR farão curso em Israel” (Folha de Londrina, 2001), “Policiais interessados no curso em Israel têm até

dia 25 para se inscrever” (Perfil News, 2011), “Policiais cariocas podem ser treinados por israelenses” (Sociedade Militar, 2018), “Policial do AM participa de treinamento promovido pelo governo de Israel” (Reporter Parintins, 2018). A urgência pelo conhecimento ampliado e detalhado das estratégias de combate, contraterrorismo e controle populacional israelenses é expressa e resumidamente explicada pela declaração do ex-governador do estado do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, em visita a Israel: “há semelhanças entre o modo de atuação das facções criminosas do Rio com alguns dos grupos terroristas daqui” (Sociedade Militar, 2018). Na mesma ocasião, o ministro de Defesa Interna de Israel à época, Gilad Erdan, ressaltou que “a luta contra o terrorismo é a mesma contra o crime organizado”. A influência israelense sobre o modo de combate de segurança no Brasil pode inclusive ser vista pela muito criticada adoção da *kufiyah* ou *keffiyeh*, lenço símbolo da luta do povo palestino, como acessório parte do uniforme do Bope durante operações de combate nas favelas do Rio de Janeiro sob o pretexto de proteger contra a poeira e a excessiva exposição solar (Al Najjar, 2021; Agora Notícias Brasil, 2019).

O alinhamento e ressonância entre os “inimigos” do Brasil e os de Israel explica a existência de cursos como a Academia IMI para formação avançada em segurança e antiterrorismo, da empresa estatal israelense Israel Military Industries, responsável pelo treinamento de diversos policiais em solo verde-e-amarelo, com treinamentos que abrangem as técnicas de krav maga, contraterrorismo, aplicação da lei, combate à criminalidade, segurança da informação e gestão de crises (Academia IMI, s.d.). Para além disso, o paralelo criado entre combate ao terrorismo, defesa nacional e segurança pública tornou possível a ida de integrantes da Força Nacional de Segurança Pública, policiais federais, rodoviários, civis, militares, bombeiros militares, entre outros agentes do setor, para aprenderem sobre policiamento e comunidade com o governo israelense com a troca de informações sobre boas práticas (Perfil News, 2011). Refletindo a característica adaptativa e personalizada das soluções israelenses, os treinamentos promovidos pelo governo israelense associam técnicas de investigação voltadas ao terrorismo, ao tráfico de drogas e à criminalidade urbana e, da mesma maneira, associam a resolução de problemas de segurança ao uso de novas tecnologias e sistemas de comunicação, aperfeiçoamento de técnica sobre inteligência em segurança pública e uso dos equipamentos adequados, conteúdo que fora apresentado para comitiva brasileira com policiais do BOPE do Rio de Janeiro, Rota de São Paulo, Corpo de Bombeiros e

Polícia Federal (Reporter Parintins, 2018). O representante amazonense no treinamento promovido em 2018 destacou, ainda, a intenção de aplicar todas as técnicas aprendidas no curso em programas de segurança pública da região (Rosses apud Reporter Parintins, 2018).

De fato, as estratégias e técnicas israelenses aprendidas e remodeladas por profissionais de segurança brasileiros têm sido crescentemente implementadas, como no caso emblemático da empresa International Security & Defence Systems (ISDS) na posição de patrocinadora oficial de segurança nos Jogos Olímpicos de 2016. Fundada por agentes do serviço secreto israelense, a empresa inaugurou seu primeiro escritório no Brasil em 2011, por iniciativa de Leo Gleser, ex-agente do Mossad, que procurava entender os desafios de segurança do Rio de Janeiro (Rezende, 2022) e passou a fornecer treinamentos e armamentos às polícias (Al Najjar, 2021). Especialmente visando à preparação para sediar a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016, a polícia e exército brasileiro receberam treinamentos tanto da israelense ISDS quanto da norte-americana Blackwater (War Resisters' International, s.d.). Mais especificamente, o ensinamento das táticas israelenses incluiu ações em “campo”, nas favelas, pela empresa “registrada e certificada pelo Ministro de Defesa de Israel” (Sahar apud Dolce e Labaki, 2017). Com contrato com o Comitê Organizador Rio 2016, a ISDS utilizou o evento como uma espécie de vitrine para seus negócios, possibilitando assim a promoção de suas técnicas e tecnologias para o mundo, em troca do fornecimento de equipamentos de segurança (Roveder, 2019). Apesar das severas acusações de envolvimento com o treinamento de militares durante as ditaduras na Guatemala e El-Salvador e atuações controversas em Honduras, Equador, Nicarágua, Venezuela, México e Peru envolvendo violações de direitos humanos, a empresa ganhou espaço significativo no mercado de venda de equipamentos de segurança (BDS, s.d.).

Um caso mais recente é a presença da empresa CySource no fornecimento de *know-how* técnico para militares brasileiros. Empresa de cibersegurança fundada por veteranos das IDF, a CySource garantiu, no primeiro semestre de 2022, um termo de cooperação para a capacitação dos militares em defesa cibernética, com treinamentos de simulação de ataques para a prevenção e mitigação de riscos e monitoramento de ameaças. Curiosamente, um dos representantes da empresa israelense no acordo técnico possui ligação com o deputado federal Eduardo Bolsonaro, filho do presidente Jair Bolsonaro, grande apoiador da aproximação entre os países. Atuando como porta-voz da

CySource, Hélio Cabral Sant’Ana saiu de seu cargo no Executivo Federal para assumir cargo na empresa, com autorização da Comissão de Ética Pública da Presidência (Motoryn, 2022).

O programa pretende capacitar o exército brasileiro com “um leque completo de treinamento, adequando todo conteúdo para atender as necessidades que foram sendo identificadas” (Sant’ana apud Diplomacia Business, 2022). O sucesso da empresa é atribuído à experiência (israelense) em estabelecer academias de segurança cibernética para organizações militares, HLS, empresas e organizações financeiras em todo o mundo. O acordo com o governo brasileiro marca a primeira vez em que a CySource oferece treinamentos no idioma local e abertos para o público geral. O fornecimento de treinamentos e expertise pela CySource não se limita, no entanto, a esta função. Segundo Amir Bar-El, CEO e fundador da CySource que atuou nas unidades de inteligência do Mossad,

como a tendência é sempre os invasores buscarem novas maneiras de burlar os sistemas de defesa cibernéticos, apostamos na **tecnologia**, que tem como base a **experiência do exército israelense**, associado a pesquisa de segurança cibernética global como forma de frear a **guerra** cibernética (Bar-El apud Renner, 2021, destaques nossos).

A repetição, prática e adaptação da expertise israelense no Brasil se baseia, como ilustrado tanto no caso CySource quanto no caso ISDS, na análise e delimitação de inimigos claros que devem ser combatidos com linguagem de guerra – estratégias que, *per se*, são demasiadamente valorizadas pela experiência israelense em segurança, garantida por sua história conflituosa e instituições “bem-sucedidas”. Em inúmeras ocasiões, a conexão de empresas públicas, privadas ou público-privadas azul-e-brancas voltadas a diferentes públicos no setor de segurança com expertises testadas, aprovadas e utilizadas pelas FDI e Mossad, por exemplo, assegura a comercialização não só das próprias técnicas, como de seus equipamentos correlacionados.

ISDS e CySource não são pontos fora da curva nessa averiguação. Enquanto a ISDS garantia o fornecimento de equipamentos de combate como blindados e fuzis, a estatal Israel Military Industries (IMI), que possui a empresa Academia IMI, promotora de treinamentos, como associada, se destaca como uma das maiores fornecedoras de armamentos do mundo, inclusive do Brasil. A Elbit Systems Ltda. por meio de sua subsidiária brasileira AEL Sistemas, fomenta programas de qualificação para profissionais de tecnologia voltados à criação de soluções de defesa, ao mesmo tempo em

que garante vultosos contratos de fornecimento de equipamentos de segurança para o país (DefesaNet, 2021). O CEO da CySource ressalta a utilização de novos produtos de tecnologia, ambos para o combate de ameaças securitárias. Em outras palavras, o marketing alicerçado na israelidade e nas melhores práticas da expertise e técnicas desenvolvidas por instituições tradicionais de Israel auxilia diretamente na comercialização dos produtos com etiquetas “azul-e-brancas”.

O processo de venda ou funil de marketing israelense tem, como primeiro passo, simbolicamente, trazer o *conhecimento* ou a *narrativa* ao público comprador – nesse caso, brasileiro – sobre os seus diferenciais em segurança, a saber: a experiência histórica em conflitos, técnicas que são praticadas, repetidas e remodeladas ininterruptamente, inovação, criatividade e alta tecnologia, o selo de “testadas em combate” e assim por diante. Ao mesmo tempo, há a venda de uma conceituação de segurança que envolve a necessidade de militarizar todas as soluções para problemas que, por sua vez, também são inscritos discursivamente no hall da segurança. Assim, as etapas conseguintes que envolvem o reconhecimento de uma necessidade ou problema e a consideração da solução ofertada são tornadas inteligíveis: para problemas urgentes de segurança, a solução israelense é completa e oferecida em um pacote de sucesso. Com a tônica militarizada que prevê que, para além de treinamentos e expertise de eficiência, há a necessidade de equipamentos de guerra de ponta, a decisão de compra e conversão do público brasileiro envolve a vinculação entre treinamentos e materialidade – parafraseando Amit (apud DefesaNet, 2012), a análise de necessidades, seleção de soluções, todos os aspectos de implementação, treinamento e suporte que culminem na venda de equipamentos.

2.3. História, trajetória e o papel dos blindados e armamentos israelenses em circulação no Brasil

Partindo das análises prévias que demonstram por meio de quais enredos de venda as empresas de segurança israelenses, já escoradas em discursos analisados no Capítulo 1, seção 2, vêm penetrando no mercado brasileiro com a promoção de técnicas e treinamentos para o setor, a presente seção explora a comercialização e circulação internacional, de forma geral, e no circuito Brasil e Israel, em particular, de armamentos e equipamentos de guerra com intervenções e tecnologias “azul-e-brancas”. Para tal, a investigação proposta a seguir se ancora na visão teórico-conceitual exposta na seção anterior para elucidar alguns dos questionamentos como: de que modo as “armas de guerra” foram criadas e em quais contextos? Quais foram as intervenções feitas pelo

projeto israelense e por quê? Como estes equipamentos chegaram ao Brasil e qual a sua utilidade? Como estes blindados, veículos, armamentos e softwares vêm remodelando as situações de conflito no Brasil? Apesar de compreender que os objetos em questão não necessariamente tiveram suas primeiras versões desenhadas e projetadas por Israel, em especial porque o Estado não existia à época da criação de boa parte desses equipamentos, o país possui papel ativo e fundamental na sua adaptação e recriação para, em primeiro lugar, garantir sua tão urgente segurança interna e, como consequência, ajustar seu “modelo de sucesso” a outras conjunturas e geografias de insegurança. A escolha dos equipamentos analisados foi exercitada considerando os objetos de maior impacto e repercussão midiática no dia a dia brasileiro e com fluxos intensos de trocas.

O conhecido estrategista, Carl Von Clausewitz, ressalta, em sua clássica obra *Da Guerra*, que cada era possui seu próprio tipo de guerra, condições limitantes e pressupostos peculiares, embora o desejo de lançar mão de princípios científicos para solucionar conflitos sempre esteja presente. Com base nessa constatação, Antoine Bousquet (2009) inicia sua reflexão minuciosa sobre a relação entre ciência e guerra, argumentando que, ao longo da era moderna, “o corpus dominante de ideias científicas se refletiu nas teorias e práticas contemporâneas de guerra no mundo ocidental” (Bousquet, 2009, p. 4).

Desde a ascensão da visão de mundo científica nos séculos XVII e XVIII até os dias atuais, estabeleceu-se uma simbiose cada vez mais íntima entre ciência e guerra, com a crescente dependência do desenvolvimento e integração da tecnologia dentro de complexos conjuntos sociais de guerra. Esse amplo desdobramento de ideias e metodologias científicas no âmbito militar nos permite falar da constituição e perpetuação de um modo científico de guerrear (Bousquet, 2009, p. 4).

O entendimento avançado por Bousquet de que há um modo científico de guerrear nos permite avaliar os conflitos do ponto de vista dos equipamentos criados e de suas trajetórias. Já a Primeira Guerra Mundial introduziu os veículos blindados à cena de combate, amplamente conhecidos e utilizados, com modificações, hodiernamente. O avanço tecnocientífico do período, parte do que Bousquet (2009) nomeou de guerra da termodinâmica, se valeu das descobertas na física para desenvolver e aprimorar tecnologias criadas a partir da invenção do motor. Ao lado das bombas, metralhadoras, morteiros e armas químicas, a guerra mundial introduziu os carros de combate blindados ou “tanques de guerra”. Procurando um novo protótipo de carro para combate britânico, Winston Churchill, à época na condição de lorde do Almirantado Britânico, iniciou um

projeto que ambicionava a criação de um veículo específico para a guerra, e não mais uma adaptação de carros comuns para o combate. O protótipo Little Willie, lançado em 1915, substituíu as quatro rodas tradicionais por esteiras blindadas de metal semelhante às utilizadas em tratores para facilitar a locomoção em diferentes tipos de terreno e aumentar a resistência a incursões inimigas. Arma secreta para a guerra, o Mark I, sucessor do Little Willie, surpreendeu na guerra. O veículo comportava oito homens em seu interior enquanto operavam dois canhões do lado direito e quatro metralhadoras do lado esquerdo (Cabral, 2022).

Os tanques, nesse sentido, foram criados em contexto de preparação para a guerra, suprimindo necessidades como o transporte e a proteção de soldados enquanto aumentavam seu poder ofensivo contra inimigos. Durante a guerra, o Brasil enviou o primeiro tenente de cavalaria, com formação na escola de motorização e mecanização de carros de combate de Versalhes, para conhecer a versão do carro de combate produzida pelos franceses. O tenente José Pessoa, em retorno ao Brasil, iniciou uma divulgação interna que permitiu o início da adoção dos primeiros blindados no país pelo exército com o francês Renault FT-17 (DefesaNet, 2021). Embora a necessidade de adquirir os veículos tenha sido argumentada como forma de modernizar o aparato de segurança nacional brasileiro em meio à conjuntura de guerras, as primeiras utilizações dos carros foram voltadas à restauração da ordem interna. A Revolta Paulista de 1924 e as revoluções de 1930 e 1932 foram contidas com o uso dos tanques para agir rapidamente, combater os inimigos internos, destruir suas armas de combate e ocupar as cidades com princípios conflituosos e militantes contra o governo (Cabral, 2022).

Por sua vez, o Estado de Israel se utiliza de tanques de guerra desde a sua formação e primeiros conflitos que sucederam sua independência. Apesar da dificuldade inicial para adquirir os veículos blindados, os israelenses se valeram da utilização de alguns tanques leves franceses Hotchkiss para garantir a tomada de território na região da Palestina. No entanto, com a sequência recorrente de guerras e conflitos com os países árabes vizinhos, o país logrou parcerias com países como França, Grã-Bretanha e, posteriormente, Estados Unidos que muniram a incipiente nação de tanques de última geração utilizados na Segunda Guerra Mundial. Acompanhando a necessidade de modernização e novas soluções frente ao cenário “cercado de inimigos”, houve forte investimento israelense em profissionais que pudessem investir tempo e qualidade técnica para atualizar e recriar os equipamentos (Eshel, 1989). Apesar do foco original de emprego em conflitos ditos

formais, contra outros Estados com suas forças armadas equipadas, os blindados israelenses vêm crescentemente sendo voltados para a manutenção da ocupação dos territórios da Palestina e incursões à Faixa de Gaza. Assim, Israel exerce simultaneamente funções de combate a um inimigo interno e externo.

Por um lado, os Acordos de Oslo (1993) permitiram o controle de Gaza, que desde a primeira guerra árabe-israelense passou pelo controle do Egito e de Israel, por autoridades palestinas, tornando-a externa a Israel. Com o poder de voto, os árabes elegeram o Hamas, organização terrorista e multifária que luta pela independência palestina e, como retaliação, os governos egípcio e israelense instituíram um cerco que mantém recorrentes ataques à Faixa. Por outro lado, as negociações de paz de Oslo determinaram um sistema triplo de controle da Cisjordânia, mesclando áreas de controle palestino, israelense e duplo que reiteradamente borram as fronteiras entre inimigo ou ameaça interna e/ou externa e, conseqüentemente, embaralha técnicas de combate de conflitos formais e informais. Esse caldeirão que mescla ameaças latentes à existência do Estado de Israel em um território e populações fragmentados em diferentes categorias resultou na reprodução de um sistema militarista que emprega todos os seus meios de batalha para tipos variados de “problemas”.

No Brasil, ainda que a extrapolação de meios de guerra para lidar com inimigos internos tenha emergido já no início do emprego dos tanques no país, as modalidades mais emblemáticas e, por vezes, chocantes dessa fratura entre fronteiras de guerra e segurança pública é ilustrada pelo emprego de veículos blindados ao combate à criminalidade e tráfico de drogas em ambientes urbanos e apadrinhada pela instituição das polícias militares. O princípio de “policiamento ostensivo” foi instituído oficialmente em 1969 a partir de uma iniciativa da ditadura militar brasileira de retirar a segurança urbana de forças menores e civis. Com a mudança, as polícias, agora militares, passaram a se submeter ao exército com estrutura profundamente hierarquizada e, especialmente, treinamentos e fortalecimento de uma lógica em prol do combate a inimigos em primeiro lugar e a proteção da população passa a integrar um papel secundário. Em outras palavras, o uso da força passa institucionalmente a ser primordial e há pouco espaço para o diálogo (Naisa, 2020).

As realidades brasileira e israelense se cruzam exatamente na ressonância da existência de insegurança e na crença de que a fonte de resolução está no enfrentamento ofensivo e com moldes de batalha e, assim, nos objetos utilizados nessas empreitadas.

Enquanto Israel vinha modernizando seus tanques de guerra e elaborando novas funcionalidades para seus carros blindados, as forças de segurança brasileiras crescentemente viam a necessidade de introduzir os veículos na luta contra a “vagabundagem” (Wilton apud DefesaemFoco, 2021) nas cidades do país. Apesar de já receberem um número limitado de ferramental militar para as ações nas áreas urbanas, como ilustrado pela aquisição de carros blindados para controle de tumultos urbanos pela Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP) em 1964, a popularização de seu uso para o combate à criminalidade nas maiores cidades do país veio com a explosão de homicídios supostamente relacionados ao tráfico de drogas, nos anos 1990 (Pio et. al, 2021). Com a urgência de combate e retaliação, os agentes de segurança do país se voltaram para exemplos internacionais expressivos como referência de controle populacional eficiente e ofensivas às áreas tomadas de inimigos, como é o caso das Forças de Defesa de Israel e tropas dos Estados Unidos.

No Rio de Janeiro, os debates sobre a introdução dos veículos blindados com participação mais ativa ao lado do policiamento se iniciaram após casos de morte de policiais em 1992 e a troca de comando do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ). Imbuído em uma mentalidade de “caçar” os traficantes responsáveis por crimes, o Tenente Coronel PM Wilton fez parte de patrulhas integradas em Viaturas Blindadas de Transporte de Tropas (VBTP) no apoio brasileiro à invasão norte-americana à República Dominicana e começou uma campanha interna para a adoção de viaturas blindadas. A escolha por “tanques urbanos” se dava pela possibilidade de transportar cerca de dez policiais ao topo dos morros cariocas enquanto fornecessem proteção contra ataques inimigos, permitissem a posse de pontos estratégicos e cerco de áreas críticas para que, assim, as tropas pudessem investigar becos e casas, com posicionamentos seguros, “minimizando o tempo dos confrontos, a necessidade da polícia revidar, assim como a probabilidade de ocorrer efeitos colaterais, como baixas de policiais e civis, que estavam se tornando tão comuns nos confrontos prolongados, as famosas “balas perdidas”” (DefesaNet, 2021). A lacuna preenchida pelos carros blindadas é expressa pelo diálogo do Tenente Coronel Wilson com Cabo Abraão:

O TenCel perguntou diretamente ao CB Abraão: essa viatura aguenta tiro de fuzil?

O CB velho olhou para o oficial ressabiado e perguntou: por que Chefe, é para instrução de guerrilha na EsFO (escola de formação de oficiais)?

O TenCel respondeu: não, é operação real mesmo, contra a vagabundagem! (DefesaNet, 2021).

O primeiro veículo utilizado para a função foi o Paladino, após longo trâmite burocrático entre o CHOQUE e o BOPE. No morro da mineira, em sua primeira missão, o carro comportou doze policiais e, ao sofrer ataques intensos dos criminosos ao entrar na comunidade, o blindado surpreendeu em continuar progredindo no terreno. Ainda que tenha permitido um maior avanço da tropa, o veículo não era projetado para as especificidades da área, extremamente íngreme, e o avanço continuado da equipe do BOPE precisou ocorrer a pé. O sucesso inicial do “Paladino da justiça” incentivou ainda mais os esforços internos na corporação para garantir Viaturas Blindadas de Transporte de Tropas, impulsionando a narrativa que posicionava a criminalidade na cidade na posição de guerra (DefesaNet, 2021). O Comandante do BOPE iniciou, então,

uma explanação detalhada do emprego desse tipo de viatura e as respectivas justificativas sobre o modus operandi das facções Narco Traficantes do Rio de Janeiro, seus armamentos e o domínio sobre muitas partes do território do Rio de Janeiro, detalhando um cenário de verdadeira guerra de guerrilha urbana, e daí a necessidade em adotar viaturas blindadas, para proteger os policiais em incursões nessas áreas, dando eficiência as ações de repressão e minimizando os riscos de “balas perdidas” para as populações locais (DefesaNet, 2021).

Quando assumiu o Comando Geral da PMERJ, o Coronel Wilton direcionou esforços de todo o Estado maior para o desenvolvimento de um novo blindado, sondando diversas empresas e projetos de blindagem e chegando, em 2001, ao modelo TCT Thinus Combat, elaborado a partir do desenho de carros-fortes e comportando doze tripulantes. A figura do “Caveirão” surgiu com o veículo e alterou significativamente a cena de combate nas favelas do Rio de Janeiro. O primeiro VBTP da polícia carioca foi ornado com pintura preta e o símbolo do BOPE “Faca na Caveira” e trouxe o sucesso operacional com a ocupação célere de áreas cujo acesso e incursões eram dificultadas. A aplicação de um equipamento de guerra em ruelas e becos nas favelas do Rio de Janeiro agiu não só com a facilitação da tomada e patrulha de territórios, mas com a diminuição momentânea das baixas de policiais e maior efetividade para a captura e morte dos criminosos. Assim, os “Caveirões” atuaram diretamente na própria subjetividade das tropas que, já imbuídas da necessidade de utilizar a força letal para reverter o cenário do tráfico de drogas, foram tomadas por desejos de poder e ânsia pela aplicação de seus recursos mais extremos, sentimento ilustrado pelo cântico entoado em treinamentos e nas próprias investidas: “É o Bope preparando a incursão / E na incursão / Não tem negociação / O tiro é na cabeça / E o agressor no chão. / E volta pro quartel / pra comemoração” (Globo News, 2013).

Como analisado na seção 1 do presente Capítulo, a agência de equipamentos e objetos de violência está presente também no próprio estímulo à sua aquisição continuada. Assim, o sucesso e a imagem de terror causada pelo “Caveirão” encorajaram a encomenda de mais doze veículos para a utilização da PMERJ.

O fascínio trazido pela imponência do “Caveirão”, fonte de medo tanto para os criminosos quanto para a população local, carregava, ainda, a necessidade constante de atualização e inovação, sustentada a partir da narrativa policial de que era preciso se equiparar às evoluções das táticas de “guerrilha” do tráfico (DefesaNet, 2021). Assim, a polícia procurou equipar os veículos blindados com lâminas tipo Dozer, objetivando a remoção de barricadas e quaisquer outros objetos que impedissem sua passagem nas vielas das favelas e criou a Unidade de Engenharia e Demolição, que passou a utilizar tratores blindados, os chamados “Transformers”, para contribuir na destruição e obstáculos (DefesaNet, 2021).

A inovação, no entanto, se inspirou no uso similar pelas IDF em Israel. Utilizados para “terraplanagem, escavação, montagem de barreiras de areia, fortalecimento de fortificações, resgate de veículos blindados de guerra, limpeza de minas terrestres, detonação de explosivos, eliminação de obstáculos e abertura de rotas e, [especialmente] demolições”, os tratores blindados IDF Caterpillar D9 são tratores de esteira blindados, os buldôzers (Mattera, s.d.). Ainda que originalmente destinados a uso militar, o governo israelense reiteradamente lança mão dos equipamentos para projetos de demolição de lares da população palestina com os mais diversos objetivos – visando à proteção e construção de assentamentos israelenses em áreas ilegais ou removendo construções palestinas desprovidas de permissões. Desde 1967, ano em que Israel assumiu a ocupação da maioria da região da Palestina, o governo israelense destruiu mais de 25.000 casas palestinas em Gaza e na Cisjordânia, deixando mais de 160.000 sem habitação (IDMC, 2013-2019) e a utilização dos tratores blindados tanto para destruir casas, terrenos de agricultura e estradas foi condenada por diversas organizações de direitos humanos como a Human Rights Watch (Human Rights Watch, 2004).

Ainda que a tônica de abater moradias do mapa como recorrente no caso Israelense não fosse empregada diretamente, a admiração sobre utilização dos tratores blindados em Israel provocava questionamentos sobre a destruição causada pelo uso dos grandes “monstros sobre rodas” em vielas de difícil acesso até mesmo para veículos comuns. Em diversas oportunidades, a população local das favelas cariocas relatou danos a casas,

carros e fiação elétrica como consequência da passagem abrupta dos veículos blindados na região, como ilustrado pela fala de uma moradora:

Após eu deixar meu marido na porta de casa para ele trabalhar, o ‘caveirão’ chegou do nada. Eu tive que segurar o filho de uma vizinha para ele não ser atropelado”, lembra uma moradora, que não quis se identificar por temer represálias. “Eles simplesmente não paravam. Na minha casa eles levaram a porta, mas em outras levaram até os telhados. Eles destruíram também meu carrinho de compras e até minha lixeira que tava do lado de fora, que eu trabalhei muito pra comprar (Fonte Desconhecida apud Coelho, 2019).

A utilização dos buldôzers adaptados para se adequar à realidade das barricadas e seguir o exemplo israelense não se mostrou eficiente, já que os Transformers eram mais lentos, dificultando as incursões, e as lâminas eram frágeis. Frente à limitação imposta pela nova versão do “Caveirão”, outro equipamento e estratégia israelense serviu de inspiração para incrementar o combate à criminalidade na região. Já na proximidade dos megaeventos na cidade e no país e os crescentes ataques de traficantes do Comando Vermelho no final de 2010, o perfil militarizado do combate à criminalidade se intensificou e, de certa maneira, se institucionalizou com a autorização de uma intervenção militar para apoiar a polícia no combate aos “narco-guerrilheiros”. A “arma surpresa” com inspiração israelense trazida pelo exército para mudar novamente as condições de “guerra” e combate foi a utilização das lagartas blindadas M113 e AAV7. Utilizadas por décadas pelas IDF para cumprir funções como policiamento de áreas urbanas hostis, as lagartas M113 foram empregadas em solo carioca para transpor quaisquer barricadas e barreiras construídas pelo tráfico compostas de carros capotados, muretas de concreto, óleo, entre outros artifícios (DefesaNett, 2021).

Com o envelhecimento de alguns equipamentos “Caveirão”, a necessidade de fortalecer o programa das Unidades de Polícia Pacificadora e garantir a segurança durante a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, o BOPE e o CORE iniciaram a busca por novos blindados. Ainda que no caso carioca empresas israelenses tenham enviado veículos para o teste, por questões orçamentárias e de entrega, o modelo sul-africano Maverick foi escolhido para compor o portfólio de policiamento da cidade. A garantia de equipamentos que, para além de serem utilizados nos moldes israelenses, também possuíam sua origem e DNA, foi concretizada em algumas oportunidades. Em 2013, as Polícias Civil e Militar do Rio de Janeiro receberam novos blindados, mas, dessa vez, israelenses produzidos pela empresa Global Shield (Estadão, 2013). Em 2015, seis blindados israelenses apelidados em São Paulo de “Guardiões” chegaram ao estado. Com

projeto assinado por policiais do Choque paulista, a tecnologia e a experiência israelense se juntaram às necessidades locais descritas pelos agentes de segurança para montar caminhões com blindagem nível 4, capazes de resistir a tiros de fuzil e transportar tropas com 24 homens. Dessa vez, a inovação trazida pelo veículo, equipado com quatro câmeras que permitem maior precisão ao atirar de dentro, aprofundava os sentimentos de medo da população local e introduzia além da violência militarizada, o aspecto vigilante de controle populacional. Alinhado à funcionalidade de garantir a ordem e na esteira das Olimpíadas de 2016, dois blindados israelenses adquiridos no pacote dos “Guardiões” ainda foram utilizados para evitar distúrbios (Tomaz, 2016). Equipados com jatos de água, tinta e gás lacrimogêneo, os blindados foram utilizados para dispersar manifestações contra o governo. Em um primeiro momento, as ações de controle populacional e manutenção da ordem parecem estar em harmonia com as práticas entendidas tradicionalmente como de policiamento. No entanto, apesar destas ações ocorrerem em zonas nobres das cidades e, nesse sentido, fora dos espaços urbanos entendidos como de “guerra”, em entrevista, um manifestante ressaltou “Arte da guerra, vamos dar um passo pra trás pra depois dar dois pra frente” (Tamaio apud Tomaz, 2016).

Na ocasião de compra dos “Guardiões”, o Coronel da PMESP Joselito de Oliveira Júnior ressaltou que os veículos trazem especificidades e adaptações do modelo do “Caveirão” que permitem que haja melhor atuação nas comunidades paulistas: “aqui as comunidades são menores, menos espaçosas e não temos o tipo de ataque que os policiais sofrem no Rio, é diferente” (Júnior apud G1 São Paulo, 2015). É curioso notar, no entanto, que apesar de serem apontadas como regiões mais estreitas e de difícil acesso, os “Guardiões” são ainda maiores que os “Caveirões” no tamanho do veículo e da tropa transportada (G1 São Paulo, 2015). Destacados pelo então secretário de Segurança Pública de São Paulo, Alexandre Moraes, como condição necessária para qualquer combate duro à criminalidade, os blindados, como ressaltado no caso carioca, trazem o tom israelense de militarização, medo, superioridade de força, vigilância e terror ao combate urbano de forma única.

Os modelos estilo caminhão da empresa israelense Carmor não foram os únicos escolhidos para o elenco de equipamentos de guerra das polícias brasileiras. Em 2016, a PMESP adquiriu quatro novos blindados Hatehof Wolf com capacidade para transportar oito policiais por vez da empresa israelense Rafael (Infodefesa, 2016). Com um currículo de utilização vasto e controverso pelas IDF, incluindo a invasão da prisão de Jericó em

2006, patrulha e proteção a assentamentos israelenses ilegais e demolição de casas em vilarejos palestinos em Hebron na Cisjordânia (Cook, 2013), o Wolf é um blindado 4x4, resistente a tiros de armas leves, metralhadoras e explosivos, com design facilitador de ataques, com bons ângulos balísticos, uma abertura no teto para uso de uma metralhadora 7,62mm. A posse do veículo em São Paulo ficou com o Grupo de Ações Táticas Especiais e o Comando e Operações Especiais para combater situações descritas como de “alto risco” (Infodefensa, 2016).

Na contramão dos movimentos ilustrados ao longo desta seção, ainda que sejam veículos destinados originalmente a embates militares, e não de policiamento, os tanques blindados mantêm sua importância na composição instrumental das forças armadas brasileiras. No início de 2022, a ARES, subsidiária brasileira da empresa israelense Elbit Systems Ltda., recebeu uma comitiva do exército brasileiro nas instalações do Mantak, arsenal de guerra das IDF, uma espécie de fábrica de produção de viaturas blindadas das forças armadas israelenses (Defesa em Foco, 2022). Convidados pelo Ministério da Defesa de Israel, a comitiva brasileira visitou o país e conheceu o centro de fabricação do Merkava, principal carro de combate das IDF e seus sistemas “comprovados em combate” para avançar com a modernização do parque militar brasileiro (Defesa em Foco, 2022). Tal movimento, no entanto, deve ser analisado com cuidado. Ainda que a visita e outras demandas pela modernização do aparato militar brasileiro sejam inicialmente restritas ao arcabouço das forças armadas, há, no Brasil, diversas restrições burocrático-institucionais que freiam e delongam a aquisição dos “carros de guerra” pelas polícias militares. Como o maior emprego dos blindados em ativa no país possui a finalidade de policiamento, segurança pública, combate à criminalidade e controle populacional, setores entendidos como parte do escopo das polícias militares, mas, salientando a ligação estreita entre instituições do exército e polícia, a apresentação das estratégias, sistemas de utilização e novos equipamentos israelenses ao exército, neste caso, abre um leque de possibilidades para inspirar o futuro emprego das soluções blindadas de segurança em áreas urbanas.

Compreender a trajetória e a influência exercida pelos veículos e técnicas de utilização de blindados israelenses no Brasil passa também por uma análise que leve em conta parte do seu propósito inicial de formação: a trincheira contra ataques armados e a garantia de ofensivas mais eficientes. Nesse sentido, dentro do próprio entendimento da função dessas variações de tanques eles emergem como complementares ao emprego de armas, em especial, fuzis e metralhadoras em, ao menos, três sentidos: a blindagem em

diferentes níveis objetiva fornecer proteção aos agentes contra, principalmente, tiros; a capacidade de carregamento de tropas, subentende a necessidade de deslocar policiais ou militares com suas armas para locais de confronto; e as adaptações do veículo, seja com teto solar, furos estratégicos ou equipamentos acoplados, possuem, majoritariamente, a finalidade de facilitar o ato de atirar sem precisar deixar o veículo por parte dos agentes. Nas palavras de Deleuze e Guattari, “foi o tanque que reagrupou todas as operações no vetor de velocidade e recriou um espaço suave para o movimento desenraizando homens e armas” (Deleuze, Guattari apud Bousquet, 2009, p. 83). Os tanques blindados, fuzis e metralhadoras, então, estão diretamente associados em seu *modus operandi* de combate. Da mesma maneira em que armamentos como fuzis, rifles e metralhadoras são entendidos como complementares às ações móveis de violência dos Estados, a investida brasileira nos veículos blindados urbanos inspirados em soluções israelenses também vem acoplada da necessidade da aquisição dos armamentos ideias para esse tipo de operação.

As armas de fogo foram desenvolvidas por volta do século IX, acompanhando a invenção da pólvora e tiveram forte impacto em batalhas e conflitos desde então. Compreendidas dentro de um arsenal de equipamentos de guerra convencionais, as armas de fogo (em especial, fuzis, rifles e metralhadoras) são responsáveis pela maior parte das mortes relacionadas a conflitos e têm sua existência pautada não apenas no objetivo de matar ou ferir, mas também de determinar como e com quais ferramentais a linha entre vida e morte pode ser cruzada (Shah, 2017, p. 3). A partir da análise de Shah (2017), observamos que as armas são indicativas de aparatos de letalidade por meio dos quais a violência é disponibilizada de maneiras instrumentais específicas – além de serem os meios e objetos que promovem morte e ferimento, as armas passam a moldar a métrica de como matar e ferir na guerra se torna justificável e até mesmo inquestionável (Shah, 2017, p. 9). A fronteira do que caracteriza uma arma e como ela pode ser utilizada normalmente fica a cargo de uma “ontologia do dano”, que foca primordialmente no tamanho de furos e buracos de bala e objetivos operacionais. O foco intenso nos padrões e especificações técnicas, assim, para além de reduzir os armamentos a recursos tecnológicos abstratos desconectados dos danos que causam, participam da definição do que é entendido como arma.

Embora pareçam “nada mais do que listas de números”, especificações técnicas, engenhosidade humana e predileção pela guerra constituem as “convenções” entre meios apropriados e inadequados e o fim da violência e, assim, inscrevem uma moralidade da guerra que é incorporada e exercida por armas. Na verdade, elas são instrumentais

para como a guerra é conduzida. Essa instrumentalidade, manifestada em e através de armas disponíveis e autorizadas, é uma faceta das maneiras pelas quais a arte da guerra – suas ferramentas, suas táticas e seu teor – é gerada e governada. O uso de armamento convencional como resultado não envolve apenas os princípios que motivam matar na guerra, e mesmo quando pode ser **pragmático o uso de várias ferramentas de força letal**, mas inculca o **tipo de morte** e guerra prejudicial que se torna tecnicamente possível e, mais importante, **eticamente preferível** (Shah, 2017, p. 10-11, grifo nosso).

Em resumo, a instrumentalidade onde as armas operam possui determinações ontológicas e éticas de força violenta e, nesse sentido, as armas são calibradas para ferir e matar (Shah, 2017, p. 11) e sofreram atualizações significativa ao longo das diferentes eras técnico-científicas da guerra. Assim como os tanques de guerra, foi na era da guerra termodinâmica em que as inovações mais emblemáticas para o seu uso, especialmente em potência e precisão, foram implementadas. A balística tradicional sofreu intervenções das novas compreensões químicas dos explosivos e das leis físicas do calor, possibilitando que o fenômeno reversível da trajetória da bala passasse para o processo irreversível da explosão. Com as atualizações, o fuzil, por exemplo, que anteriormente só era bem-sucedido e utilizado com eficácia quando empregado em massa, passou a permitir a mira com precisão e aumento exponencial na taxa de tiro. Com o desenvolvimento de artilharias cada vez mais poderosas, as novas versões das armas de fogo transformaram significativamente as guerras e tornaram crescentemente insustentáveis as formações em avanço com grandes tropas, resultando em um grande desastre e número de baixas na Primeira Guerra Mundial, que introduziu as metralhadoras em campos abertos de batalha descritos como quase suicidas. Ainda que tenham sido introduzidos tardiamente para garantir um impacto significativo ainda na primeira grande guerra, o funcionamento das armas de fogo seria ainda mais potencializado com a emergência dos tanques de guerra e a aplicação do motor a combustão nos veículos armados. A garantia de transporte das armas ao mesmo tempo da própria proteção permitiu a adoção de lutas dinâmicas e em movimento (Bousquet, 2009, p. 80-83).

A adoção ampla do fuzil de infantaria como armamento “padrão” e comum nos campos de guerra possibilitou e incorporou uma maneira aceita e esperada de matar e de ferir em conflitos (Shah, 2017, p. 3). O fuzil, principalmente em sua versão atualizada a partir da Primeira Guerra, passou a imprimir um calibre distintivo de força letal que tornou socialmente aceitável não só o número de baixas produzidas, mas a maneira através da qual os seus diferentes elementos, como canos, balas, poder balístico e suas

consequências produziam um instrumento de guerra que forjava a letalidade e funcionava como uma parte inolvidável do conflito. Em uma análise mais detalhada sobre os fuzis ou rifles, Shah destaca que as inovações trazidas para a arma com o passar dos anos permitiram, entre outros atributos, a invisibilidade. O carregamento pela culatra e o desenvolvimento de carregadores permitiram o disparo de posições propensas e o aumento nas taxas de tiro, enquanto a pólvora sem fumaça deixou os soldados imperceptíveis. Esse movimento de invisibilidade ou ausência de reflexões sobre os danos e a destruição que sua violência causa aos corpos humanos e às estruturas sociais está inserido em uma reflexão ainda maior sobre como equipar Estados e forças militares com tamanho poder destrutivo se tornou aceitável e até mesmo desejável, ainda que as armas de fogo como o fuzil e as metralhadoras não sejam maneiras exclusivas de garantir a letalidade em ambientes de guerra (Shah, 2017).

Compreender fuzis e metralhadoras como armas associadas e complementares ao uso dos tanques blindados em ambientes de guerra e na área de defesa passa então não somente a ser possível: assim como os veículos, os armamentos bélicos também cruzaram a borrada fronteira entre segurança nacional e segurança pública. Apesar desse movimento não ser exclusivo ao Brasil ou Israel, é crucial notar como os contornos de militarismo exacerbado caminham lado a lado do enquadramento de objetos voltados à violência e uso da força com fins letais em um hall de utilidade e necessidade para as forças policiais. Como supramencionado, a confusão trazida pela mistura de entendimentos de guerra, conflito, controle social e vigilância possibilitada, no caso brasileiro, pelo policiamento militarizado e conceitos deturpados de “vagabundagem” (serão analisados posteriormente), no caso israelense, pela definição conturbada de um inimigo que é, ao mesmo tempo, externo e interno torna o uso de fuzis, metralhadoras e tanques de guerra em cidades possível, legítimo e desejável. A ressonância encontrada para a aquisição de blindados e importação de técnicas israelenses que aprimorem seu uso no Brasil também é encontrada em seu ferramental de violência complementar: os fuzis e metralhadoras.

Em 2009, foi anunciada uma parceria entre a Forjas Taurus, empresa brasileira fabricante e exportadora de revólveres, pistolas, submetralhadoras, fuzis, carabinas, rifles e espingardas, e a israelense Israel Weapon Industries (IWI) para a produção de um novo modelo de fuzil de assalto destinado ao exército e às Forças Armadas brasileiras. Antes parte da estatal Israel Military Industries que teve seu setor produtor de armas de assalto

e de pequeno porte privatizado, a IWI é proprietária do fuzil de assalto padrão do exército israelense, “considerado a melhor arma de assalto do mundo” (Delegado, 2009): o Tavor, desenvolvido pela IMI (StopTheWall, 2018; Forças Terrestres, 2009). Criado a partir de anos de experiência em operações em cidades, vilas e campos de refugiados palestinos e em situações de caça a terroristas, o armamento é tido como ideal para o combate urbano, chavão que contribuiu ativamente para a adoção do fuzil no Brasil (StopTheWall, 2018; WarfareBlog, 2018).

Apesar do envolvimento controverso com o fornecimento de armas para paramilitares envolvidos nos conflitos em países centro-americanos como Guatemala e El Salvador, e também para as juntas militares do Chile e Argentina, através de um acordo entre a Taurus International Manufacturing e a IWI, iniciou-se um desenvolvimento conjunto para a produção de uma versão brasileira do Tavor. O chamado “fuzil do futuro” chama atenção por ser “leve, compacto, de alta precisão, robusto e cheio de equipamentos eletrônicos – uma lente de aproximação, visor noturno e designador laser” (Delegados, 2009). Segundo Ronen Hamdudot, vice-presidente da IWI, a empresa “fornece às forças militares e policiais (Polícia Militar) no mundo todo uma ampla seleção de soluções de armas para vários desafios e missões do campo de batalha moderno” (Hamudot apud DefesaNet, 2019). Enquanto expressava a intenção de crescimento no mercado da América Latina, Hamudot evidenciou o foco empresarial em não se restringir ao fornecimento armamentista a forças armadas. À época da intervenção federal, militar, no Rio de Janeiro, os fuzis TAR-21 já estavam disponíveis e faziam parte do ferramental utilizado pelo exército (DefesaNet, 2019).

Alicerçado em uma narrativa que explana com urgência o uso desses mesmos armamentos pelo tráfico de drogas e criminalidade no país, há um crescente aumento nas permissões para o uso das armas em questão, em suas mais diversas formas e preferencialmente com o máximo de eficácia, pelo corpo policial (Alves, 2020; Mattos, 2016). Curiosamente, foi no mesmo período de introdução do debate sobre a utilização dos tanques de guerra no país, nos anos 1990, que as forças especiais e policiais verde-amarelas despertaram para a necessidade de garantia de um arsenal armamentício mais potente e inovador. Novamente, empresas israelenses destacadas por sua ampla experiência em combate e utilização e desenvolvimento de armas com o auxílio das IDF despontaram no fornecimento de expertise e na comercialização de fuzis e metralhadoras,

como meios de repressão eficazes para os ambientes brasileiros criminalizados (StopTheWall, 2018, p. 12).

Mesmo com a divulgação de informações limitada, o interesse no uso de armamentos fornecidos e/ou com tecnologia ou comprovação de combate israelenses é ilustrado em pelo menos dois casos recentes. Em 2020, o governo de São Paulo encomendou dez metralhadoras fabricadas pela IWI para o uso do batalhão de elite da PMESP, a Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (ROTA) (DefesaNet, 2020). Na ocasião, o armamento cobiçado era o modelo Negev NG7 7.62, “comprovado em combate”, com a capacidade de disparar 700 tiros por minuto, excepcionalmente leve e com a possibilidade de ser disparada de uma variedade de suportes, incluindo suportes especiais em helicópteros, veículos terrestres e embarcações navais (DefesaNet, 2018). Em 2021, 21 unidades da Negev foram entregues às polícias militares do Amazonas e fizeram parte de um pacote de investimento em equipamentos para a segurança pública no estado. O governador do estado, Wilson Lima, legitimou a aquisição dos armamentos como um movimento de fortalecimento das polícias que, frente à flexibilização do comércio e circulação nas ruas pós-pandemia, estavam presenciando um aumento da violência. Apesar de não ter apresentado dados que comprovassem a tese, Lima reforçou a necessidade de haver “uma resposta mais enérgica da segurança pública” (Lima apud Amazonas Atual, 2021). Nesse sentido, a utilização de armamentos cada vez mais potentes e com o selo de utilização das IDF ou comprovação em campo, geralmente palestinos, garantindo a eficácia e qualidade dos produtos é parte primordial do movimento circulatório de equipamentos Israel-Brasil.

O percurso empreendido nesta seção buscou revelar de que maneira a aquisição de equipamentos israelenses que tinham propósitos de criação voltados ao ambiente de combate e guerra e com a finalidade de provocar letalidade e violência vêm crescentemente penetrando nas cidades brasileiras. Apesar de armamentos como tanques de guerra, fuzis e metralhadoras não terem sua criação atribuída a Israel, as suas crescentes atualizações e inovações dão aos equipamentos poder de barganha e vantagens em comparação aos seus concorrentes no mercado internacional. Ao mesmo tempo em que as forças armadas, polícias e agentes de segurança no Brasil têm sido treinados sob a mentalidade e expertise israelense, os objetos comercializados por empresas públicas, público-privadas e privadas de Israel passam a ter importância exponencial para garantir que as técnicas aprendidas e adaptadas sejam empregadas com o máximo de eficácia

possível. Esse movimento é expressivo quando lançamos o olhar para feiras de segurança no Brasil como a LAAD Security e ISC Brasil que registram, ano após ano, uma presença impactante e destacada do mercado fornecedor israelense. Não à toa, os equipamentos como o “Guardião”, da empresa Carmor, a metralhadoras Negev, da IWI, e o fuzil Tavor, desenvolvido em parceria entre Taurus e IWI foram expostos nessas grandes convenções de venda securitárias.

2.4. Considerações Finais

O presente Capítulo se debruçou sobre abordagens que não consideram apenas o discurso como parte integrante de um dispositivo securitário. A partir do caso analisado, é possível depreender de que maneiras não apenas a narrativa de segurança é importante para investigações de conflito e violência, como também é urgente lançar olhares sobre a funcionalidade de objetos e seus *modos operandi*. Compreendendo objetos de violência em geral e tanques de guerra e armamentos, em particular, como co-agentes no ambiente securitário, a discussão avançou o entendimento de que os treinamentos, técnicas e expertise de segurança fornecidos por Israel são influenciam diretamente no apetite pela aquisição de equipamentos do setor. Ainda que estejam alicerçados em um emaranhado discursivo que lança mão de técnicas de branding, marketing e vendas, os equipamentos de segurança israelense exercem sua agência com influência em sentimentos como poder e desejo, por um lado, e terror e medo, por outro, em razão de suas potências e características acachapantes. Para além disso, todo o seu poderio com selos de comprovação em combate, não só cria a necessidade de adquirir mais e mais produtos similares e, por vezes, ainda melhores, mas também tem impactos diretos no cotidiano das populações que são submetidas à sua mira.

O debate sobre a implementação e as consequências da circulação da expertise e equipamentos de segurança entre Brasil-Israel é extenso e poderia incluir, ainda, análises sobre drones e softwares de reconhecimento facial, fora do escopo da presente pesquisa, mas com muito destaque hodierno. No entanto, a discussão que este trabalho pretende avançar vai em direção ao questionamento dos pormenores envolvidos na ressonância inicial entre Brasil e Israel que permite enxergar uma ameaça à ordem urbana como um inimigo inalienável. Para competentemente identificar como a introdução desses armamentos e veículos de guerra está remodelando ativamente a cena de combate urbano em Israel, em primeiro lugar, e no Brasil, por consequência, é necessária uma investigação prévia que dê conta de discernir quais são os marcadores que diferenciam a fronteira de

vida e morte. O que e *quem* são os problemas de segurança no Brasil e em Israel? Por que esses “problemas” tão ameaçadores a ponto de precisarem ser combatidos com vias de guerra? O que acontece quando as “soluções mais eficientes” entram em cena? É sobre estes questionamentos que o próximo Capítulo se debruçará para dissecar e revelar as postulações olvidadas dos discursos oficiais brasileiros e israelenses que tornam a lógica prática *problem-solving* tão naturalizada e normalizada. A partir dessas reflexões, a análise também se dedicará a uma escavação dos cenários de violência desenhados e remoldados como consequência.

3. Do “problema” à “solução”: a construção de cenários de (in)segurança e seus corolários em uma viagem de Israel ao Brasil

Às cinco horas da manhã de uma quinta-feira, 21 de julho de 2022, o complexo de favelas do Alemão amanheceu à melodia de tiros e ao som de helicópteros. A operação policial comandada pelo BOPE, Polícia Militar do Rio de Janeiro e Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE) contou com quatrocentos policiais, dez veículos blindados e apoio aéreo. Segundo o comandante do BOPE, tenente-coronel Uirá Nascimento (apud Albuquerque, 2022), a ação foi necessária para impedir movimentações da quadrilha local de cometer ações criminosas na cidade como roubo de cargas, veículos e bancos. Já o coordenador do CORE, delegado Fabrício Oliveira, afirmou que as formas de atuação dos traficantes seguem três principais táticas: militar, com a construção de barricadas e uso de armas; de guerrilha, espalhando óleo nas ladeiras para impedir a subida de veículos policiais; e terrorista, utilizando a população local como escudo humano. Qualquer aparente defesa da população das favelas aos traficantes, citadas pelas autoridades policiais como “ceder” suas casas para ações de traficantes ou a realização de manifestações nas ruas e nas redes sociais contra a violência, pode fazer parte da fronteira que delimita se um morador pode ou não ser alvo na operação, como nas palavras de Oliveira: “Quem se associar será responsabilizado”, “as pessoas que vão para a rua fazer baderna são simpáticas ao tráfico” (Oliveira apud Albuquerque, 2022).

A recente operação, altamente veiculada na mídia tradicional e detalhada na internet, resultou em ao menos vinte mortos, segundo a Defensoria Pública. Enquanto corpos eram feridos e assassinados a céu aberto, socorridos por moradores, carregados em toalhas e lençóis, a ação seguia com policiais invadindo casas locais para garantirem os melhores ângulos de confronto (Silva, 2022). Relatos de moradores revelaram ruas banhadas em sangue, tiros disparados nas fechaduras das casas, cartuchos e balas espalhados pelas moradias, helicópteros atirando indiscriminadamente, bloqueio de vias impedindo a passagem de feridos e pessoas necessitando de ajuda médica, agentes policiais tentando impedir o uso de smartphones para fins documentais, para além da ampla danificação física e estrutural das casas, carros e comércio locais e consequências danosas para a empregabilidade dos cerceados. A despeito dos danos irreparáveis, a narrativa policial declara sucesso com a apreensão de alguns fuzis, explosivos e motos e transfere quase que integralmente a responsabilidade sobre os “danos colaterais” à ação

criminosa. O subsecretário da Polícia Civil, delegado Ronaldo Oliveira, afirmou que a polícia é reativa às ações dos “marginais” e que “preferia que eles não tivessem reagido e a gente tivesse prendido. Infelizmente escolheram a reação” (Oliveira apud Albuquerque, 2022). Ainda assim, apesar de quatro décadas de combate com afinco ao tráfico de drogas, a economia criminosa segue quase ilesa e, segundo a antropóloga e cientista política Jacqueline Muniz, de matança, as guerras urbanas não vem produzindo a diminuição da criminalidade, nem derrotas nem vitórias (Pescarini, 2022). A ação do fuzil que viaja um quilômetro na produção de mortes, nesse cenário, pode ser reconhecida como parte de um produto midiático ou marketing do terror que transmita à população eleitoreira e do asfalto mensagens de que o “tiro, porrada e bomba” (Pescarini, 2022) são parte da mobilização de um aparato estatal que se preocupa com a sua segurança e com a garantia de seus bens e propriedades. Em paralelo, no entanto, as fotografias de pessoas como Leticia Marinho de 50 anos que estava em um carro alvejado pela polícia e Solange Mendes que andava em um beco quando foi atingida por um policial que se assustou com sua presença passam a povoar os noticiários.

Atrás das chacinas como a do Jacarezinho, que assassinou 28 pessoas em 2021, e da Vila Cruzeiro, que contou com 25 vítimas no início de 2022, a operação no Alemão passa a representar a quarta maior operação policial mais letal da história do estado do Rio de Janeiro (A Verdade, 2022). Apesar da vigência de uma proibição de operações em comunidades no Rio, exceto em hipóteses absolutamente excepcionais, pelo Supremo Tribunal Federal desde 2020, apenas no primeiro semestre de 2022, o estado já registrou 628 mortes decorrentes da ação policial e o país segue em foco como um dos grandes violadores de direitos humanos do mundo (Human Rights Watch, 2022) enquanto garante que está em uma busca incessante por segurança e pelo fim da criminalidade.

Em semelhante cruzada securitária e sob inúmeras acusações de crimes contra a humanidade (Human Rights Watch, s.d.), o Estado de Israel mantém suas ações recorrentes em territórios palestinos. Em 2022, as forças israelenses aumentaram significativamente a repressão aos palestinos na Cisjordânia e Jerusalém Oriental, causando cinco vezes mais mortes em comparação ao mesmo período em 2021 (Euro-Med Human Rights Monitor, 2022). Após declaração do primeiro-ministro israelense Naftali Bennett em abril que concedia um mandato às FDI para travar uma guerra implacável contra o que descreveu como terrorismo, cerca de 18 palestinos foram mortos na primeira metade do mês. As ações incluíram a invasão da mesquita Al-Aqsa por forças

policiais israelenses e o ataque violento a fiéis, ferindo mais de 150 palestinos e prendendo outros 400. Desde o início de 2022, o Euro-Med Monitor (2022) documentou o assassinato de 47 palestinos, dentre eles, oito crianças e duas mulheres, diretamente conectados com uma autorização política para que o exército e a segurança operassem com “total liberdade para derrotar o terrorismo” (Euro-Med Human Rights Monitor, 2022). Ainda que a política israelense de atirar já fosse flexível, no fim de 2021 foram aprovadas novas instruções para o exército de Israel que permitiram luz verde para os soldados da Cisjordânia atirarem em qualquer palestino que aparentasse jogar pedras ou coquetéis molotov, em nome da autodefesa dos soldados. Com a decisão oficial sempre advinda do governo e o apoio oficial e processual para sua proteção, os agentes de segurança israelenses passaram a poder legitimar a desproporcionalidade da força e justificativas sem comprovação sobre a participação de palestinos lesados em atos criminosos. Ao menos oito assassinados foram registrados sob o pretexto de suspeita ou tentativa de esfaqueamento e as vítimas foram deixadas sangrando até a morte, sem receber primeiros socorros como previsto pelo Direito Internacional Humanitário, e diversas execuções extrajudiciais foram realizadas (Euro-Med Human Rights Monitor, 2022).

Compartilhando a contemporaneidade, os casos apresentados, no entanto, não são isolados ou restritos a momentos específicos na história dos países. Uso da força desproporcional, assassinatos extrajudiciais, cenas de massacre, rotina de legitimação que enquadram “terrorismo”, justificativas de que há apenas movimentos de retaliação e fronteiras borradas entre os malfeitores e a população civil, de forma não exaustiva, estão presentes em solo verde-e-amarelo e azul-e-branco. Rememorando, Brasil e Israel, como demonstrado ao longo dos Capítulos anteriores, apesar de possuírem trajetórias diferentes e estarem significativamente distanciados territorialmente, partilham uma série de tangentes que incluem a construção de um como receptáculo de técnicas e equipamentos de segurança e o outro como *locus* de soluções securitárias, respectivamente. Enquanto há uma série de narrativas em voga no Brasil que posicionam Israel como fornecedor de “melhores práticas” no setor de segurança, Israel *per se* se situou internacionalmente através de esforços de branding e marketing como a grande nação de startups que, por uma história de superação, fabricava equipamentos e desenvolvia expertise inovadores para os desafios de segurança internos e externos. Essas técnicas e armamentos viajam o mundo e chegam ao Brasil para ser empregadas em ambientes principalmente urbanos e

de combate à criminalidade e, ainda que possuam objetivos de criação e práticas de emprego voltados para ambientes de guerra e orientados para enxergar inimigos a serem abatidos e não desviantes a serem controlados, passaram a ser normalizados e ocuparem o espaço de protagonistas da garantia de segurança. O cenário apresentado pelos mais recentes casos de combate aos “inimigos” específicos de cada país traz a necessidade de expandir as reflexões trazidas nesta pesquisa até o presente momento.

Se uma “solução” está sendo importada, quais são os problemas que ela busca sanar? E se a “solução” está sendo empregada, ela está sendo “eficiente”? Para que fins? É nesse sentido que o presente Capítulo se debruçará sobre uma análise que dê conta de identificar os pormenores da construção do que é entendido como “problema de segurança” em Israel e no Brasil e quais são as afinidades entre essas conceitualizações. Lançando mão de olhares que consideram a importância histórica, discursiva, sob lentes de estudos críticos de segurança, pós-colonialismo e entendimentos sobre identidades, raça e racismo, a primeira seção busca assimilar detalhes do que e, principalmente, *quem* constitui historicamente ameaça e perigo para os países e seus projetos de autoimagem. Ao mesmo tempo em que serão apresentadas as semelhanças entre os entendimentos de segurança e ameaça, a segunda seção procura trazer luz sobre os efeitos dessas lógicas. Trará reflexões não apenas acerca do que está sendo apagado e silenciado para que Israel se mantenha posicionado como solução para o Brasil, mas de que maneira o emprego do *modus operandi* israelense, entendido como um pacote que carrega formas específicas de lidar com segurança, modifica e aprofunda corolários violentos sobre a população brasileira. A seção também apresentará paralelos de situações semelhantes que lançam mão de lógicas análogas de combate à perigos, mas, em especial, o foco estará em uma varredura dos usos “bem-sucedidos” de todo o arcabouço explorado nesta pesquisa até então. Em resumo, o debate final proposto pela presente dissertação está centrado em escavar os alicerces da construção de problemas de segurança e no acesso aos efeitos das construções discursivas e materiais envolvidas no processo.

3.1. (In)segurança acima de tudo: dissecando as particularidades israelense e brasileira na construção e entendimentos de “problemas de segurança”

Ao longo das páginas de reflexão até o presente ponto foram listadas inúmeras situações que envolviam a busca pela garantia de segurança, nacional, mas especialmente, pública no Brasil cuja solução muitas vezes foi encontrada na aquisição de técnicas e equipamentos israelenses. Enquanto os Capítulos anteriores se dedicaram,

respectivamente, a dissecar o caminho e espectro discursivo brasileiro e israelense que posicionam Israel como *locus* de melhores práticas em segurança e a uma análise minuciosa do caminho percorrido por técnicas militares e de segurança e equipamentos associados, por sua vez, com foco determinado na “solução”, a seção a seguir se dedica a escavar a racionalidade por trás da definição do que é entendido como “problema” em ambos os países. Assim, é possibilitada uma investigação que não só entende e acessa a construção de indivíduos e práticas como desviantes e perigosos separadamente, mas que também alcança as tangentes e pontos chave de similaridade entre suas lógicas securitárias que viabilizam toda a economia de comercialização e compartilhamento de experiências, práticas, técnicas e materialidades no setor entre Brasil e Israel. Partindo de um apanhado sobre o que o presente trabalho entende como segurança e como problemas de segurança são construídos, a sequência analítica se debruçará sobre a construção específica do inimigo israelense para, então, examinar os pormenores do caso brasileiro. Ao longo da investigação, serão introduzidos outros conceitos primordiais para o entendimento futuro da pesquisa e dos espaços de conexão securitária Brasil-Israel, dentre eles, identidade, raça, racismo e colonialismo.

O conceito de segurança é extensivamente ambíguo, contestado e controverso (Krause, 2018, p. 14). Segurança representa “um conjunto de práticas sociais e políticas historicamente em mudança e não uma condição objetiva ou um conjunto de percepções fixas” (Krause, 2018, p. 24) e, desse modo, a análise de segurança depende de contextos, dos objetos referentes analisados, de suas epistemologias e de escolhas normativas (Buzan, 2009, p. 30). Como demonstrado ao longo da pesquisa e será aprofundado nas páginas a seguir, a análise presente recusa uma compreensão da segurança baseada no Estado como objeto de referência que centra o uso da força como sua principal preocupação, e as ameaças primárias como externas, encarando a política de segurança como engajamento com perigos radicais, e, assim, adotando medidas de emergência em relação a eles (Buzan, 2009, p. 21). Em vez disso, entendo que, ao alegar proteger, a segurança ameaça e produz inseguranças (Huysmans, 2009, p. 191). Como tal, explorar os efeitos sociais e políticos da segurança exige que revelemos os mecanismos através dos quais ela funciona. Para tal, é necessário primeiro apreender os termos com os quais opera uma problematização específica – ou seja, as maneiras através das quais as coisas passam a ser enquadradas como problemas de segurança (Aradau, 2015, p. 1-6), e as soluções são formuladas. Segurança e insegurança, segundo Huysmans (2009, p. 7) são

“sempre escritas e faladas à existência”. Nesse sentido, a segurança é aqui entendida como (i) uma prática (Aradau, 2015; Huysmans, 2009; Bigo, 2008); (ii) um projeto de conhecimento e uma técnica política de governança (Huysmans, 2009), e (iii) uma prática que produz insegurança (Bigo, 2008).

Assim, a prática aqui não se restringe apenas “ao que as pessoas fazem”: inclui “discursos, ideias, relações de poder, corpos de conhecimento, técnicas de governo, tecnologias e vínculos entre eles” (Aradau, 2015, p. 3). Como prática, a segurança se faz e, portanto, é um quadro de dominação e/ou exclusões (Huysmans, 2009, p. 190), assume vários significados, constitui e é constituído por técnicas sociais e políticas de governança (Huysmans, 2009, p. 191). Assim se forma uma técnica política de enquadrar *questões políticas em lógicas de sobrevivência e exceção, mobilizando o medo, fabricando e sustentando relações antagônicas entre grupos de pessoas* (Huysmans, 2006, p. xi-xii).

Ao mesmo tempo, o discurso não será interpretado meramente como “o que as pessoas dizem”. Como afirma Bigo (2008, p. 120), “o processo de inseguritização é uma mistura de práticas discursivas e não discursivas, que opera em diferentes escalas”, impulsionado pela competição entre múltiplos atores para *policar a linha entre segurança e insegurança*, e criar “obediência entre as populações, [legitimando] suas práticas de coerção, vigilância, coleta de informações e elaboração de perfis pessoais” (Bigo, 2008, p. 120, grifo nosso). O processo de securitização, como desenvolvido por Bigo (2008), é de “rotulagem de algumas práticas específicas como práticas de segurança (...) [constituindo] uma técnica para governar outras; cujo objetivo é criar aceitação, obediência, (...) [em relação] a uma prática que de outra forma seria considerada violenta e produzindo insegurança” (Bigo, 2008, p. 132).

Nesse sentido, um problema de segurança nunca está “lá fora”, “pré-determinado”, ele é constantemente construído e encenado por meio dessas práticas e discursos. Problematizar a segurança, portanto, envolve questionar para além de uma mera discussão sobre o que significa segurança e quais definições de ameaças adotar (Aradau, 2015; Huysmans, 2009). Em vez disso, procura entender como eventos, situações, pessoas passam a ser securitizados por meio de uma profunda investigação de práticas e discursos que sustentam uma estrutura de segurança. Assim, no posicionamento de Israel como referência de segurança para o Brasil, nos deparamos com uma série de discursos e práticas que têm a priori situações reconhecidas e *locus* de “problemas de segurança”, e reafirmam ativamente a necessidade de um guarda-chuva de segurança.

Abordar os efeitos dessa elevação da expertise e equipamentos israelenses como uma “solução” para o Brasil exige um passo atrás na revelação de como a segurança foi enquadrada e quais são as ameaças e perigos à segurança existentes, ou seja, como estava o problema de segurança e seus objetos produzidos.

Seguindo a noção de Campbell (1992) sobre a construção do perigo e identidade e outras abordagens discursivas, esses processos envolvem a linguagem através da qual são politizados. Para um processo ou população considerada sob o guarda-chuva da segurança, uma questão de insegurança precisa ser colocada e sustentada pela “reiteração discursiva de suas qualidades ameaçadoras” (Huysmans, 2006, p. 7). A afirmação dessas características perigosas é geralmente direcionada a parcelas indesejadas da população que não representam um ideal de “nação”, tentando assim estabelecer fronteiras, excluindo esses “Outros” e “forasteiros” (Campbell, 1992). Ao mesmo tempo, esses esforços de diferenciação são consistentemente capturados em dinâmicas mais amplas de (pós)colonialismo e racismo. Usualmente um local de disputa, o termo racismo não deve ser reduzido a simples articulações científicas e jurídicas. Como afirma Fanon (1963), a determinação da raça e a operacionalização do racismo estruturam a sociedade colonial, capitalista e moderna como conhecimento ocidental e uma forma de se identificar como *locus* da humanidade, da racionalidade e da cultura. Raça não é um termo fixo ou estático (Almeida, 2018, p. 19): é uma configuração de poder concedida com “polivalência tática” (Foucault, 1976 apud Stoler, 2016, p. 245). Os discursos de segurança são sempre, em algum sentido, racializados, pois delineiam “um campo e um conjunto de condições que impossibilitam falar sobre [seu domínio] sem inscrever essas relações de poder com distinções e discriminações racializadas” (Stoler, 2016, p. 255-256). Por meio de uma vasta e potente gama de critérios culturais e afetivos, definir o lugar de insegurança e perigo para um grupo racializado indesejado dentro da população inclui vincular “distinções de qualidade humana a distinções de – e violência contra – aqueles assumidos como outros humanos – não “propriamente” humanos” (Stoler, 2016, p. 265), já que, nessa lógica, “a civilização não pode ser compartilhada por todos” (Almeida, 2018, p. 22).

A raça é uma tecnologia de poder utilizada para desumanizar o Outro, estabelecendo zonas de ser e não-ser (Fanon, 1963, p. 35-107), e instalar a “condição de aceitabilidade para tirar a vida em uma sociedade de normalização” (Foucault apud Almeida, 2018, p. 89, tradução nossa). O racismo é, portanto, um sistema de dominação

ancorado numa linha entre superiores e inferiores, bons e maus, os que merecem viver e os destinados a morrer (Almeida, 2018, p. 88). A relevância de se engajar com o pensamento racial está justamente em seu resquício como categoria política potente e ativa, com um denso conjunto de representações e práticas que estão em constante reformulação e ajuste para se adequarem a diferentes e novos significantes (Hall, 2017, p. 45- 47). Em outras palavras, a maleabilidade do conceito de raça é fundamental para uma escala que permita a seletividade e a arbitrariedade no processo de afirmar quem merece segurança e quem é fonte de insegurança. No entanto, mesmo que a raça nem sempre seja abordada verbalmente ou discursivamente diretamente nas práticas e técnicas de segurança, ela se traduz em uma hierarquia de civilização, um “racismo sem raça” (Balibar, 1991) que é praticado e empregado. Seguindo o argumento de Kurz (2015), a segurança sempre foi uma prática racializada, aplicando e retroalimentando a diferenciação biológica e cultural para ditar e discernir entre ameaças e ameaçadas. Esse personagem, no entanto, tende a ser escondido e silenciado por uma branquitude metodológica (Bhambra, 2017, p. S227), um pacto de branquitude no silenciamento de vozes marginalizadas (Duarte; Queiroz; Costa, 2016). Como afirma Shankaran Krishna (2015, p. 154), a raça “pode revelar tanto quanto pode esconder”. É com base nesses entendimentos de segurança que perpassam o ato de traçar uma fronteira entre aqueles que devem ser protegidos e aqueles que devem ser combatidos, a partir de reflexões críticas de segurança, identidade, raça e racismo, que a discussão a seguir analisará minuciosamente a construção dos “problemas de segurança” em Israel e no Brasil, respectivamente, que geram a urgência por soluções inovadoras e crescentemente complexas para controlar, cercear, vigiar, distanciar e violentar os perigos que ameaçam suas populações ideais e sua imagem de nação.

3.1.1. Israel e a ameaça palestina inalienável

Compreender e dissecar os pormenores que situam Israel em posição de destaque no mercado exportador de tecnologias e expertise militares e de policiamento para o mundo é indissociável de uma investigação das raízes desta indústria de segurança, a saber, o projeto central do Estado israelense, a ocupação e aspirações coloniais na modernidade tardia (Stockmarr, 2016; Mbembe, 2018, p. 41). Embora a história e contemporaneidade de Israel e suas práticas de segurança costumem ser retratadas como “uma questão sionista, relegada como uma “zona de estilhaçamento” na política internacional, como uma história salutar da formação de uma nação democrática, como

uma luta de liberação do domínio britânico” (Stoler, 2016, p. 11), é justamente a quebra dessas políticas de oclusão e abordagens “insuportavelmente históricas” (Said apud Stoler, 2016, p. 52), que possibilitam um olhar crítico de segurança, inclusive para a compreensão de dinâmicas internacionais mais amplas.

É na busca pela libertação nacional e autodeterminação do povo judeu que surgem os movimentos sionistas, entre eles, os mais influentes o sionismo político²⁹ e sionismo revisionista³⁰, salientando a “contínua saudade e profunda ligação à Terra de Israel” (Embaixada, s.d.). Fornecendo insumos ideológicos e materiais para o retorno à Israel, o sionismo impulsionou grandes fluxos de migração de judeus da Europa para a região e edificando os famosos assentamentos e colônias agrícolas, enquanto ainda sob o controle do Império Otomano, especialmente sob o lema “uma terra sem povo para um povo sem terra³¹”, popularizado por Golda Meir³². Logo a Palestina Judaica começou a ser delineada “como posto avançado da civilização em uma terra selvagem e o colono sionista, com um rifle em uma mão e um arado na outra, como herói ideal” (Gelvin, 2017, p. 183). Posteriormente, sob o Mandato Britânico da Palestina iniciado no entre guerras, o sionismo passou a ser representado como um movimento anticolonial (Massad, 2003, p. 440).

A visibilidade para a pauta internacionalmente foi aguçada tanto com os horrores do Holocausto, quanto salientando o papel colonial dos britânicos comprometidos com os árabes. Fugindo do regime nazista em direção à sua terra prometida, como narrado pelo discurso nacional, o povo judeu, especialmente judeus-europeus, se confrontavam com outra “violenta campanha antissemita, desta vez por árabes-palestinos e árabes de países vizinhos com a intenção de expulsá-los de seu último e único refúgio” (Massad, 2006, p. 83). Assim, em maio de 1948, Israel proclamou sua independência e logo foi invadido subsequentes vezes, “forçado a defender a soberania que acabara de reconquistar em sua pátria ancestral” (Embaixada, s. d.) e evitar que fossem jogados ao mar por árabes que já dominavam vinte e dois Estados no Oriente Médio (Handelzalts, 2020). Israel,

²⁹ Vertente do sionismo liderada por Theodor Herzl que se concentrava na edificação do Estado de Israel por meios diplomáticos e princípios liberais, muito inspiradas nas democracias europeias (GELVIN, 2017).

³⁰ O sionismo revisionista por sua vez, encabeçado por Ze’ev Jabotinsky, acreditava que para a formação de Israel na Palestina seria necessário haver uma maioria judaica e grandes investimentos em militarização para proteger o futuro Estado (SHLAIM, 2001; GELVIN, 2017).

³¹ Narrativa muito utilizada para incentivar a ida à região da Palestina salientando sua “baixa densidade populacional” (GARFINKLE, 1991).

³² Foi uma das fundadoras de Israel e exerceu diversos cargos políticos de destaque no Estado, entre eles, o de primeira-ministra.

segundo o romance best-seller *Exodus*, publicado em 1958, seria o “melhor instrumento individual para tirar o povo árabe de anos de obscuridade” (Gelvin, 2017, p. 157-158). Já segundo Chaim Wezmann, primeiro presidente do Estado, a terra da Palestina havia sido coberta por pedras, pântanos e areia de modo que sua beleza só poderia ser revelada por aqueles que a amavam e dedicariam a própria vida a curar suas feridas (Said, 2012).

Seguindo essa narrativa, amplamente propagada por organizações estatais oficiais, “a história de Israel é sobre um povo indígena superando 1.900 anos de opressão para recuperar sua liberdade em seu lar ancestral. É uma história de justiça, resiliência e esperança” (Stand, s. d.). O Estado, ainda assim, logrou muito de sua força e legitimidade aos olhares internacionais por supostamente representar a única verdadeira e forte democracia no Oriente Médio, a expressão do Ocidente no Oriente. “A extraordinária conquista de Israel moderno é que desde seu renascimento em 1948, e absorvendo, como o fez, pessoas de um caleidoscópio de países e sistemas políticos, tem sido um farol de democracia em um mar de ditaduras” (Dickson, 2019), uma democracia que merece respeito.

Até aqui é possível perceber a ação de uma espécie de nacionalismo metodológico, *modus operandi* não estranho à lógica dos Estados-nação, que não só reitera a história e origens do país como científicas e verdadeiras e rejeita abordagens alternativas, mas se debruça veementemente em uma branquitude metodológica (Bhambra, 2017, p. S227). Em outras palavras, a construção da própria narrativa histórica israelense lançou mão de estratégias de diferenciação raciais em relação aos árabes e palestinos que moldaram significativamente o que Ann Stoler (2016) chama de excepcionalismo israelense³³ nas ciências sociais e na mídia global – fenômeno identificado como o tratamento de Israel, em especial com relação às suas políticas direcionadas aos palestinos e consolidação de suas fronteiras, é marcado por uma política de oclusão. Desse modo, toda a ausência de reflexões, os silenciamentos e apagamentos de histórias violentas, imperiais e coloniais que esculpiram a maioria das políticas nacionais ocidentais no geral, e israelenses e brasileiras em particular, são melhor

³³ A história de Israel contada desde os primórdios, sua “origem”, até os dias de hoje além de ser alvo de pouco engajamento e aprofundamento por intelectuais e jornalistas, é envolta em uma espécie de cordão sanitário sobre aqueles que se dedicam com mais veemência a compreender o cenário. Observa-se não a falta de engajamento e esforços para dissecar essa narrativa, mas o não reconhecimento dessas vozes recessivas ou, ainda mesmo, lacunas que descolam ações documentadas de reflexões acerca de processos políticos e de poder em voga, o que Said (apud STOLER, 2016, p. 52) chamou de análises “insuportavelmente históricas”.

compreendidos com a dissecação do papel do discurso racial na equação. Mais especificamente, a presente seção discutirá como o emprego do conceito raça e de seu corolário, o racismo, permite enxergar como são produzidos por e produzem diversos aspectos de ausência, nas palavras de Shankaran Krishna (2015, p. 154), a raça “pode revelar tanto quanto pode ocultar”.

Faz-se necessário, no entanto, um passo anterior que permita a reflexão acerca dos regimes de verdade raciais diretamente associados às práticas de segurança israelenses, os significados a eles atribuídos historicamente e seus regimes de práticas derivativos. Muito embora o conceito raça não retenha um significado essencializado e tenha certamente se modificado através do que Foucault (1999) intitulou polivalência tática, ou seja, diversas ambiguidades, continuidades e multiplicidade de significados a ele atribuídos, pensar em gramáticas raciais é imprescindível por permanecer uma categoria política potente e ativa. Enquanto muitos pesquisadores se debruçam na tentativa de traçar origens e um *modus operandi* específico para caracterizar um discurso como racializado, o conceito raça possui um denso conjunto de representações e práticas que constantemente se reformulam. Embora muitas vezes sedimentadas em representações físicas e culturais, é justamente esse caráter polivalente que torna as distinções raciais faláveis, parte do senso comum e confortavelmente incorporáveis, e, portanto, ilustra a relevância de analisá-las.

Um discurso é considerado racial quando “delineia um campo e um conjunto de condições que tornam impossível falar sobre qualquer gama de domínios (...) sem inscrevê-los em relações de poder com distinções e discriminações racializadas” (Stoler, 2016, p. 225). Com base em um potente conjunto de critérios culturais e afetivos, recuperando e inventando legados do passado que fornecem visões utópicas do futuro, o caráter primordial da raça está não na busca de um local de origem, mas na compreensão de investimentos amplos e contraditórios que amarraram e continuam a amarrar distinções de qualidade humana e incluem violência contra aqueles não considerados seres humanos (Stoler, 2016). Em outras palavras, a maleabilidade do conceito racial e do racismo como consequência é chave para uma escala ao longo da qual privilégios econômicos e direitos sociais podem ser concedidos seletivamente. Assim, procurar por esse discurso na formação da imagem e políticas em Israel é imprescindível para enxergar infraestruturas que tornam a raça um fator securitário, econômico, político e afetivo

operante e dominante, que como critério de hierarquização (Smith, 1999), é muito real em seus efeitos e prolongado em sua coação imposta (Stoler, 2016).

O primeiro passo para compreender a mobilização do discurso racial no cenário de segurança israelense é a sua veemente negação, a presença de sua ausência. Especialmente entre os anos 40 e 80, mas ainda manifesto hodiernamente, a utilização do conceito de raça para compreender discursos e políticas de Israel em relação à população palestina era, e ainda permanece, um tabu. Um marcador primordial nessa ausência é o nazismo e o Holocausto tanto, por um lado, por expressarem esforços supremacistas e racismo direcionado especificamente aos judeus, o antissemitismo, quanto, por outro lado, pelo Estado de Israel ter sido fundado em compensação e oposição a essa modalidade supostamente mais relevante e trágica de racismo (Herzog, 2008; Bennis, 2000). Desse modo, o jovem país lar de refugiados vítimas do antissemitismo que fazia com que outras manifestações de racismo parecessem “ser a personificação do amor ao próximo” (Herzog, 2008, p. 1103) e que edificou em sua Declaração de Independência o compromisso com a garantia de “total igualdade social e política para todos os seus cidadãos, sem distinção de raça, credo ou sexo” (Paz Agora, s.d.), não poderia ser associado à rubrica racista. Quaisquer tentativas de contranarrativas à imagem israelense, portanto, eram desencorajadas, rotuladas como políticas e estratégicas e a inclusão do fator racial era (e frequentemente ainda é) considerada imoral ou expressão do próprio antissemitismo.

No entanto, concebido como um movimento explicitamente compromissado com a construção de “um estado judeu demograficamente exclusivo, modelado segundo a Europa cristã” (Massad, 2003, p. 440), os sionismos se constituíram na ideologia e na prática por uma epistemologia religiosa e étnico-racial. Desse modo, a concretização de um Estado israelense na Palestina por esses moldes explicitamente e diretamente contrastava com sua fotografia demográfica da região desde os anos 40, salientando a urgência de, por um lado, deslegitimar a presença e “natureza” dos nativos-palestinos lançando mão de densos e múltiplos regimes de verdade (Foucault, 1999) e, por outro, de efetivamente conquistar os territórios da chamada Eretz Israel³⁴. Em outras palavras, o projeto de ocupação colonial da região é alicerçado “na definição da comunidade judaica

³⁴ Denominação utilizada para a terra que seria prometida por Deus aos judeus, correspondente com todo o território da Palestina, portanto, incluindo as regiões designadas em 1947 a um Estado palestino.

como uma comunidade étnica, da qual o palestino está excluído” (Stockmarr, 2016, p. 48).

O tabu e a tentativa de oclusão da discussão racial, no entanto, não impedem a operação do racismo nas relações Israel-Palestina, o “racismo sem raça” (Herzog, 2008, p. 1106). Por um lado, a narrativa histórica israelense apresentada anteriormente se baseia na branquitude, em um status discursivo de judeus-europeu “brancos³⁵” e, assim afirma sua identidade nacional na completa ausência da população palestina e “sem raça” (Herzog, 2008, p. 1106). O discurso dominante de Israel, e que também governa como judeus são representados no Ocidente, se baseia em refugiados europeus, sobreviventes de uma guerra de aniquilação e que caminham para sua merecida terra prometida, são sujeitos, “pessoas brancas” que confessam ideias ocidentais. A única história que existe é a que se inicia na vida do povo judeu em sua terra ancestral, passando pelo exílio judaico na Europa³⁶ e terminando no retorno à Eretz Israel. Não há menções ou explicações aprofundadas sobre se, como e por quem essa região foi povoada nesse intervalo, “a única história é branca” (Massad, 2006, p. 83). Assim, esse *status* dos judeus funciona como um “axioma pré-textual” que governa o discurso sobre a questão Palestina. Toda a defesa de direitos sociais e igualdade, caros para a construção de sua imagem, é direcionada exclusivamente para a população israelense, inclusive, para qualquer judeu no mundo³⁷, o que consolida seu *status* de eterno povo refugiado. É nesse sentido que Joseph Massad (2003, p. 445), evidencia que tanto a sociedade judaica-israelense em Israel quanto a liderança israelense defendem uma “supremacia judaica como sacrossanta e inegociável”. De uma série de medidas de segurança, leis direcionadas a garantir a maioria demográfica e privilégios à manutenção de um simbolismo judaico exclusivo com a bandeira, hino nacional e dias comemorativos somente se referindo a judeus, o sionismo israelense muito se distancia do farol democrático do Oriente Médio.

Empecilho direto para a concretização de um Estado inteiramente e exclusivamente judeu e aspirante pela recuperação de suas “antigas” fronteiras bíblicas, ou seja, para seu projeto colonial, a população palestina passou a ser discursivamente retratada por ininterruptos esforços de diferenciação identitária, étnica e racial com

³⁵ Aqui me refiro a “branquitude”, mas urge ressaltar que em muitos estudos sobre raça, o “branco” não é visto como uma raça efetivamente, mas como sujeito. Esse é mais um dos fatores que identificariam a análise sobre raça em Israel como desnecessária ou política.

³⁶ Durante os anos de exílio os judeus não permaneceram somente na Europa, mas o seu status de sujeito “branco” é concedido em relação a essa imagem dos judeus-europeus (MASSAD, 2003; MASSAD, 2006).

³⁷ Direito concedido através da Lei do Retorno de 1950.

relação à população judia-israelense. Assim, na tradição sionista judaica, o povo palestino, quando não retratado como ausente ou apagado, é apresentado como “Outro oriental (e, portanto, rejeitados como selvagens)” (Massad, 2006, p. 86). Muito embora a narrativa israelense e sionista pareça se concentrar no supramencionado status honorário judaico-europeu e em um movimento ideológico de supremacia, a constituição do sujeito, “eu”, israelense, requer a delimitação de fronteiras entre o israelense e o palestino, ou seja, diferenciações étnico-raciais reiteradamente afirmadas pela mídia, academia, lideranças políticas e consolidadas no senso comum. Como elucidado por Campbell (1992), o *self* judaico-israelense não-fixo e instável, aspecto comum à todas as identidades, precisa destas demarcações identitárias e está em constante co-constituição em relação à sua alteridade, especialmente a palestina. A alocação do palestino na figura do “Outro”, “estrangeiro”, “fora”, lança mão de estratégias de racialização e a representando-o como portador de uma série de características malvistas – como, irracionalidade, infantilidade e barbaridade que, em um movimento consonante, permitem o clamor pela urgência de medidas de defesa e segurança para proteger a população e o Estado israelenses do perigo palestino. “Tomado em conjunto, então, o discurso atual mostra o racismo como uma forma institucionalizada de discriminação, tolerada pelos braços do governo, mas, ao mesmo tempo, como um fenômeno popular de base ampla que se manifesta na xenofobia³⁸” (Herzog, 2008, p. 1104) e, reiteradamente, por meio de práticas de segurança e militares.

Theodor Herzl (apud Massad, 2006, p. 86), principal líder sionista, descreveu em seu romance *Altneuland* árabes como “sujos”, “de enegrecidas aldeias árabes [na Palestina] cujos habitantes pareciam bandidos”. Ze’ev Jabotinsky, fundador do sionismo revisionista, alertava que o contato com a população palestina poderia ser danoso pela discrepância de moralidades com relação aos judeus sábios, com moral, simplicidade e justiça quando comparados aos árabes “destruidores impiedosos” (Kitchener apud Said, 2012), brutalmente ignorantes, fanáticos e, acima de tudo, mentirosos inveterados (Said, 2012) que ameaçariam a integridade tanto física quanto ética da nação judia. Já Chaim Weizmann condenou palestinos durante a Revolta Palestina de 1936-1939 como “forças de destruição, forças do deserto” em contraste com as “forças da civilização e da construção” (Massad, 2006, p. 86) enquanto David Ben-Gurion, líder do sionismo

³⁸ Essa citação não é aqui considerada como uma definição de raça e racismo, mas como meio para identificar como a raça é invocada no cenário em questão e as práticas e materialidades que permite como corolários.

socialista e fundador do Partido Trabalhista, ressaltava a questão árabe como inferior e empalidecida frente à questão judaica. O sexto primeiro-ministro israelense, Menachem Begin, por sua vez, afirmou que a Eretz Israel nunca seria dividida novamente ou entregue a alienígenas, referindo-se a cerca de 1,3 milhão de palestinos que habitavam a região em 1981. Em uma publicação no *New York Times*, Benjamin Netanyahu chegou a comparar árabes a alemães nazistas (Netanyahu, 1993) e Ariel Sharon, 11º primeiro-ministro israelense repetidamente se referia ao povo palestino como assassino e traidor (Shlaim, 2001).

Embora muito presente em colocações políticas, discursos semelhantes eram e são encontrados na literatura infantil, nos programas escolares e na mídia, contrastando árabes assassinos com judeus puros (Said, 2012, p. 104). Da mesma forma, há inúmeras expressões em hebraico, que Shoshona (2016) chama de “linguagem do racismo cotidiano”, que são rotineiramente usadas por judeus com a palavra árabe em contextos depreciativos, associada a algum tipo de defeito ou deficiência³⁹. Esses são apenas alguns exemplos, não exaustivos, da construção de regime de verdades racializados em esforços de diferenciação que tentam estabilizar a imagem do palestino e da questão da Palestina no senso comum como irracionais, infantis, letárgicos, mentirosos, inveterados e uma série de outros atributos negativos que, no limite, os desumanizam e geram a impressão de que os “palestinos não estavam lá, eram selvagens ou ambos” (Said, 2012, p. 103). Assim, o árabe-palestino expressa tudo que “por definição estava fora, além” (Said, 2012, p. 101), “uma figura demoníaca” (Herzog, 2008, p. 1103) na cultura hebraica.

Tal panorama maniqueísta, característico da colonialidade em “um mundo dividido em dois (...), habitado por espécies diferentes” (Fanon, 1961, p. 35), é retroalimentado por uma constante iteração desse Outro palestino racializado como ameaçador e perigoso à vida israelense, tanto em termos do *self* e identidade estatais, suas fronteiras físicas atuais e almejadas quanto em relação à população israelense, de forma não exaustiva (Campbell, 1992). É essa representação do palestino como ameaça constante e perigo nacional próximo e inalienável que ativamente povoa a produção de conhecimento, o senso comum e a política israelense, que produzem e reproduzem um Estado israelense com doutrinas extremamente militarizadas. Partindo de uma narrativa

³⁹ As expressões mais comumente usadas são “trabalho árabe”, “ela se veste como uma mulher árabe”, “cuidado com ele: ele se transforma em árabe quando fica com raiva”, “você tem gosto árabe”, todas com conotação negativa (Shoshona, 2016).

de insegurança da população israelense e dos anseios do Estado de Israel, a filosofia da “Muralha de Ferro”, proposta por Ze’ev Jabotinsky, líder do sionismo revisionista, foi recuperada e implementada, mais enfaticamente com a chegada do partido Likud ao Knesset nos anos 70, salientando a necessidade da construção de uma muralha de ferro de força militar judaica de modo a garantir a invencibilidade frente ao inimigo palestino (Shlaim, 2001).

Concomitantemente, a construção de um discurso de insegurança da população israelense e ameaça palestina é acompanhada por uma “noção de segurança de Israel [que] é inerentemente expansiva: a segurança da população judaica exige que (...) os árabes sejam mantidos longe dos judeus” (Li, 2005, p. 46) e que ocupem o mínimo de espaço possível da Eretz Israel, abrindo espaço para a conquista territorial e colonial israelense. Esta afirmação de (in)segurança incessante somada à traços coloniais, induz o militarismo como interlocutor válido com o palestino abjeto e racializado, a mediação de seu poder utiliza uma linguagem de pura violência e, assim, “a linha divisória, a fronteira, está indicada pelos quartéis e pelos postos de polícia” (Fanon, 1961, p. 33). O poder colonial israelense, de acordo com as contribuições de Fanon (1961, p. 49), pode ser visto como exibicionista, com puro desejo de segurança e conquista. Desse modo, “as práticas de segurança são um componente integral de reconfiguração territorial em andamento em Israel, o que significa que nenhuma conquista de novo território, nem a proteção de seu espaço urbano pode funcionar sem elas” (Stockmarr, 2016, p. 48).

Como consequência dos anseios coloniais na região e dos esforços de diferenciação étnico-racial elucidados acima, há a instituição de um modelo de (in)segurança com inscrições israelenses particulares que definem a segurança em termos militares, de guerra e combate ao “inimigo”, por vezes como um fim em si mesmo. Introduzido e debatido nos Capítulos anteriores, uma doutrina de “idolatria da força” (Aaron, 2017; Aaron, 2019) foi erigida e se mantém ainda após a conquista da independência israelense de modo a tornar acachapante a sua presença e expansão como um país e lar judaico e protegê-la das grandes e inolvidáveis ameaças dos indivíduos e do ideal nacional palestino. A crença de que há um perigo e um “problema de segurança” amplamente ameaçador à integridade física de seus cidadãos e às suas fronteiras territoriais, bem como à imagem de uma nação azul-e-branca exclusivamente judaica encontra-se adjacente e é impulsionadora de toda trajetória securitária da “nação modelo” e inovadora no setor de segurança.

3.1.2. Brasil e a luta contra o “inimigo” negro

Justificativas acerca da compra de um “modelo de sucesso” israelense ao redor do mundo e, em específico, no Brasil, perpassam muitos pontos descritos no Primeiro Capítulo como eficiência, alta tecnologia, experiência em áreas densamente populosas e assim por diante, mas, a principal afinidade, como será demonstrado a seguir, está na proximidade do alcance de um ideal de (in)segurança que proteja uma parcela desejada e alije uma parcela indesejada da população. Assim como foi necessário para traçar a rota da formação de Israel como um Estado com uma fome insaciável por segurança para alcançar as políticas empreendidas hodiernamente e seu ordinário, cotidiano e altamente veiculado ambiente conflituoso, para alcançarmos parte significativa das tangentes⁴⁰ que aproximam Israel do Brasil, as linhas a seguir trarão reflexões breves sobre a formação do Brasil e do que é até hoje entendido como seus perigos nacionais. Onde Israel e Brasil se encontram em trajetórias aparentemente tão diferentes de história e busca por segurança?

Em oportunidades anteriores o contexto brasileiro para a aquisição de equipamentos e expertise israelense em segurança foi apresentado, a saber, o emprego para o combate ao tráfico de drogas, à criminalidade e o controle populacional em favelas e regiões periféricas, principalmente nas maiores cidades do país, como no caso dos “caveirões” e fuzis. De modo a compreender de que maneiras a experiência e ferramental azul-e-brancos passaram a ser de suma importância para conflitos urbanos brasileiros, é necessário um passo atrás que dê conta de explicar como foram formados os inalienáveis “problemas de segurança” brasileiros e como se deu o borrar das fronteiras entre segurança e defesa, em outras palavras, como os elementos de perigo e ameaça passaram a ser entendidos na seara discursiva de “inimigos” a serem combatidos em “guerras”.

Em claro contraste à formação do Estado de Israel, a trajetória brasileira conta com quase quinhentos anos a mais de história. Ainda que em um momento pré-independência, a escravidão é chave para o entendimento das dinâmicas em voga. Com início sob o protagonismo colonial português, mas mantido no período após-1822 e a instituição do Brasil como Estado, o país recebeu quase cinco milhões de africanos cativos, foi a nação que resistiu por mais tempo para cessar o tráfico negreiro e o último país do continente americano a oficialmente abolir o cativo de africanos (Gomes,

⁴⁰ Urge destacar que estas tangentes não são necessariamente objetivas, mas construções subjetivas e que se constituem de modo intersubjetivo, nas aproximações com Israel.

2019). Ainda que o processo escravagista já fosse um fenômeno conhecido no mundo desde a Antiguidade, a escravidão dos negros africanos, justificada pela necessidade de garantir mão de obra para explorar o Novo Mundo, deu ao processo proporções de volume, organização, sistematismo e duração jamais vistas antes (Gomes, 2019, p. 20-21). A escravidão negra, de forma não restrita à terra *brasilis*, intensificou, consolidou e propagou fenômenos de diferenciação racial já iniciados com primeiros contatos de europeus com os povos africanos. Com raízes teológicas, filosóficas e científicas, uma série de movimentos ideológicos emergiam com o contato com o Outro para destacar todas as possíveis diferenças não somente físicas como cor de pele, anatomia, formato de olhos, cabeça e nariz, mas também de “essência”.

A trajetória escravocrata brasileira contou com argumentos de representantes da Igreja que resgatavam o trecho bíblico “maldição de Cam” imposta aos netos Canaã fadados à escravidão eterna e que supostamente haviam ido para a África (Gomes, 2019, p. 58). Segundo Jorge Benci, jesuíta italiano que trabalhou no Brasil desde 1681, os escravos africanos eram herdeiros da maldição – “é a mesma geração dos pretos que nos servem; e, aprovando Deus essa maldição, foi condenada à escravidão e cativo” (Benci apud Gomes, 2019, p. 59). Ao mesmo tempo, renomados filósofos e pensadores avançavam teorias sobre as diversas facetas que tornavam o negro africano inferior. David Hume (apud Gomes, 2019, p. 59) destacou, em 1748, uma suspeita de que os negros eram “naturalmente inferiores aos brancos”, desprovidos de elementos de arte ou cultura que pudessem comprovar o contrário. Voltaire, por sua vez, personalidade célebre durante a Revolução Francesa, narrou enfaticamente: “os olhos redondos, o nariz achatado, os lábios sempre grossos, o formato diferente das orelhas, o cabelo encrespado na cabeça e mesmo a sua capacidade mental estabelecem uma prodigiosa diferença entre eles e as outras espécies de seres humanos” (Voltaire apud Gomes, 2019, p. 59). Ilustre e aclamado, Immanuel Kant (apud Gomes, 2019, p. 59) ressaltou em 1764, que negros africanos não haviam recebido qualquer inteligência da natureza e, por isso, a diferença entre negros e brancos era substancial, estava marcada na cor da pele, mas também nas faculdades mentais.

Esses breves exemplos trazem luz para um fenômeno incrustado do racismo que vai além de diferenciações raciais físicas, relata profundos traços de inferioridade psicológicas e culturais que recebem a substância para explicar e legitimar a escravidão e controle por meio de seu “perigo civilizacional e evolutivo” expresso e aparente. A cor

de pele preta é associada negativamente a infortúnio, tristeza, maldade, impureza, barbárie, burrice e afins, enquanto, na tradição judaico-cristã, o branco estaria ligado a pureza, santidade, inteligência e evolução. É nesse sentido que o historiador Eric Williams conclui que, apesar da escravidão não ter emergido a partir da existência do racismo, o racismo ascendeu como uma das grandes, senão a maior e mais prejudicial, consequência da escravidão (Gomes, 2019, p. 60).

Com a pressão externa batendo à porta e o medo de um pipocar de insurreições de escravos em busca de sua liberdade, iniciou-se uma produção intelectual brasileira nos primeiros anos do século XIX que se dedicou à formulação de projetos de instituição de um mercado de trabalho livre no país, particularmente preocupados com as consequências do fim do tráfico negreiro e da escravidão para o futuro do Brasil como nação e sociedade. A problematização do sistema escravagista passou por diversos entendimentos que o compreendiam como propulsor de uma multiplicação indevida de populações heterogêneas que reproduziam a natureza bárbara africana, de “vida selvática”, “resistente a toda espécie de civilização” (Bonifácio, 1824 apud Azevedo, 1987, p. 41), seres “sem moral, sem leis, em contínua guerra, (...) vegetam quase sem elevação sensível acima dos irracionais” (Costa, 1821 apud Azevedo, 1987, p. 40). Com o aproximar da extinção formal da escravidão, mais teorias de inferioridade dos africanos passaram a povoar o pensamento intelectual brasileiro e o imaginário popular. Associados ao “paganismo” e “barbarismo cultural”, negros e mestiços passaram a ser representados como incapazes de interiorizar sentimentos civilizados, expresso por um “abismo que separa o homem do bruto” (Azevedo, 1987, p. 63), “grosseiros, ignorantes e incapazes para o trabalho”. Assim, as preocupações com os aspectos “essenciais” dos negros se converteram em preocupações com a formação capitalista e edificação de uma população economicamente ativa, já que o negro definia-se pela negação de tudo que era ideal, e moldado para o contrário do trabalho livre: “O negro era o real a corrigir, pois denotava a própria escravidão e, por conseguinte, trabalho compulsório/atraso/barbárie e imoralidade, o que implicava grande propriedade/monocultura extensiva e rotineira/estagnação” (Azevedo, 1987, p. 65).

Apesar da presença volumosa e em maioria na população do país à época, a narrativa racista reforçava uma ideia de ausência de mão de obra (eficiente) e de todos os aspectos do que se gostaria que fosse característico de uma sociedade propriamente verde-e-amarela. Seja por ser acostumado com o trabalho compulsório, por sua “natureza” ruim

como um todo ou por sua muito reiterada ociosidade, preguiça – “desocupados” (Azevedo, 1987, p. 47) –, segundo as narrativas da época, os negros colocavam “em risco a “prosperidade” e o “progresso”” da nação (Azevedo, 1987, p. 257). Frequentemente enquadrado como ameaça e perigo não apenas à ordem interna, mas ao país (ideal) como um todo – livre de violência e barbárie, dando seguimento ao desenvolvimento capitalista e próspero, lar de uma população homogênea, de boa moral e branca – o negro passa, já em seus primeiros momentos de aparente liberdade, a figurar como um grande inimigo aterrorizador e, portanto, persistiu como alvo de políticas de defesa e segurança implícita e explicitamente. Há a então a formação discursiva de um grande “inimigo domiciliar” imoral e fornecedor de mau exemplo diário por seus vícios. A preocupação real se mantinha com “a segurança da raça branca” frente a uma onda numerosa de negros escravos libertos e com a possibilidade de se construir “uma Nação homogênea” (Azevedo, 1987, p. 43).

Convirá que fique no país uma tão grande população de libertos, de raça absolutamente diversa da que a dominou? Não haverá grandes **perigos** a temer para o futuro, se as antigas tiranias forem recordadas, se os libertos preferirem a gente da sua raça a qualquer outra, como é natural? Poderá prosperar e mesmo existir uma nação composta de raças estranhas e que de nenhuma sorte podem ter ligação? (Burlamaque, 1830 apud Azevedo, 1987, p. 43, grifo nosso).

Por um lado, a incipiente elite intelectual brasileira se preocupava com a ameaça de uma grande revolta negra que tomasse o governo do país: “o Brasil não é, não deve ser, o Haiti” (Romero, 1883 apud Azevedo, 1987, p. 70). Ao mesmo tempo, a “onda negra” liberada na sociedade brasileira após o fim do regime escravocrata oficial despejava na sociedade “uma horda de homens semibárbaros, sem direção, sem um alvo social” (Barreto, 1880 apud Azevedo, 1987, p. 68). Em outras palavras, ainda que não pusessem, em um primeiro momento, um perigo na esfera do poder político e governamental, “a raça inferior negra, embora escravizada, teria determinado a má evolução ou a não-evolução dos brasileiros brancos” (Barreto, 1880 apud Azevedo, 1987, p. 69).

Como crianças, eles têm os sentidos inferiores e sobretudo o paladar e a audição relativamente desenvolvidos. O negro gosta do tabaco (...); ele adora as coisas açucaradas, a rapadura; mas o que ele gosta acima de tudo é da cachaça (...). Para conseguir a cachaça, ele rouba, ele rouba (...) (Couty, 1880, p. 77-79 apud Azevedo, 1987, p. 80).

Em suma, o “problema de segurança” imediato com o fim da escravidão no Brasil era claro: a presença numerosa de uma raça inferior na sociedade, que deveria ou não ser

integrada, e a ausência de faculdades morais e intelectuais para compor de forma eficiente o projeto nacional brasileiro. A solução mais célere encontrada para um perigo de grandes proporções foi o incentivo a imigrações europeias em massa, a política de branqueamento. Para além de serem capazes de substituir o negro em todos os setores, não só rurais como também urbanos, ocupando os “lugares vazios” e preenchendo a “escassez de braços”, havia um ideal extra muito vocalizado de possivelmente “deslocar os escravos como um todo e substituí-los pelos agentes da civilização, os trabalhadores europeus” (Azevedo, 1987, p. 67).

Pela seleção natural, todavia, depois de prestado o auxílio de que necessita, o tipo branco irá tomando a preponderância até mostrar-se puro e belo como no velho mundo. Será quando já estiver de todo aclimatado no continente. Dois fatos contribuirão largamente para tal resultado: - de um lado a extinção do tráfico africano e o desaparecimento constante dos índios, e de outro a emigração europeia (Romero, 1880, p. 53 apud Azevedo, 1987, p. 71).

A tese do branqueamento, então, representaria e almejaria o momento em que o elemento racialmente superior conseguiria atingir a maioria da população nacional e “salvaria” o destino de um país profundamente prejudicado pela presença de negros. A clara preocupação com a formação de uma nação homogênea que pudesse formar efetivamente a identidade de um Estado (Campbell, 1992) reiterava o medo de que o negro instável e perigoso passasse a representar a figura do brasileiro e impulsionava um ideal de ordem, paz e progresso trazido pela presença branca na imagem do imigrante redentor das mazelas do país. O imigrante branco passa a representar o trabalho e a prosperidade enquanto o negro permanece na posição de atraso, ociosidade, inutilidade e vagabundagem. Ainda que, com o passar dos anos o discurso oficial brasileiro deixasse de associar a vagabundagem do negro explicitamente a questões como sua recusa em trabalhar, tendência ao alcoolismo e marginalidade, passou-se a adotar explicações que associavam a “recusa do negro em trabalhar” a uma herança ou trauma da escravidão, momento em que a liberdade era o contrário de trabalho (Azevedo, 1987).

Apesar da alteração na maneira de elucidar a prática da “vagabundagem”, em consonância com a adoção do mito da democracia racial, a sua tipificação no primeiro código penal do país em 1830 como crime de vadiagem e mendicância foi primordial para a formação de um aparato de criminalização do negro na sociedade brasileira (Theodoro, 2022; Azevedo 1987). Em 1890, com a atualização do Código, situações corriqueiras na vida da população recém-liberta foram enquadradas como crime – mendigos, vagabundos

e capoeiras. A vadiagem, por sua vez, não se resumia apenas à ociosidade e ausência de trabalho ou atividades, mas à ausência de renda, criminalizando, ao mesmo tempo, a pobreza da população que deixara o cativo há pouco. Os detidos eram encaminhados para prisão, asilo e hospícios e levou à necessidade direta de uma ampliação do sistema carcerário brasileiro (Theodoro, 2022, p. 286-287). Mantida até os dias de hoje, o Estado Novo, na Primeira República, atualizou as previsões anteriores na Lei de Contravenções Penais definindo explicitamente a vadiagem como “entregar-se habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que assegure meios bastantes de subsistência, ou prover a própria subsistência mediante ocupação ilícita” (Theodoro, 2022, p. 295).

Enquanto, por um lado, o negro passava a ser criminalizado jurídica e burocraticamente, o medo, perigo e atraso que representava criou a necessidade de cercar o acesso a terras e espaços em que pudessem permanecer e viver. Aliados do regime colonial português das sesmarias que conferia terras a “homens bons”, os negros e recém libertos foram também excluídos do acesso fundiário especialmente via a Lei de Terras de 1850 que determinava a ilegalidade do uso e posse da terra como critério para adquirir propriedades rurais. A concentração de escravizados e recém-libertos em ambientes urbanos em formação, por sua vez, era muito significativa. O Rio de Janeiro, maior cidade do país em meados do século XIX possuía concentração populacional esmagadora de negros de ganho, livres ou libertos e profissionais em áreas múltiplas. No final do mesmo século, formou-se mais um embrião essencial para a compreensão do componente perigoso hodiernamente. O desejo pelo branqueamento da população acima mencionado foi transmitido para anseios de tornar os moldes arquitetônicos e organizacionais das cidades modernos, higienizados e europeizados. No caso carioca, a necessidade de conferir ao ambiente ares de civilidade levou a instalação do movimento “Bota Abaixo” destruindo diversos quarteirões de cortiços, habitação da população negra, para abrir espaço para uma arquitetura semelhante à das grandes nações, sanitizar e higienizar a cidade – “num contexto em que doença, vícios, cultura e raça negra eram vistos como sinônimos” (Theodoro, 2022, p. 244). Nas décadas que se seguiram, os movimentos de desapropriação e deslocamento da população negra da cidade para “limpar” e remodelar as áreas centrais continuaram a todo vapor:

Mas, no início da década de 1920, razões estéticas e morais foram adicionadas às sanitárias, e o morro tornou-se não apenas um obstáculo a ventilação, mas a negação da própria modernidade, um reservatório

de vício e doença, o lugar de uma população marginal, em sua maioria negros, composta de pobres, prostitutas, vagabundos e ex-escravizados, “com suas práticas embaraçosas de superstição e miséria” (López-Duran, p. 67 apud Theodoro, 2022, p. 245).

A formação das favelas se deu com os processos de expulsão dos negros das áreas centrais da cidade que deixava como alternativas o distanciamento nas periferias ou a subida dos morros. Espaços desprovidos de água, saneamento básico, energia ou pavimentação, as favelas passaram a povoar os imaginários do “asfalto” como fantasmas macabros – focos de doenças, gerador de epidemias, local por excelência de “malandros e ociosos, negros inimigos do trabalho duro e honesto, amontoado promiscuo de população sem moral” (Zaluar, p. 14 apud Theodoro, 2022, p. 248). Esse processo, no entanto, não foi exclusivo da cidade do Rio de Janeiro, mas foi levado a cabo de maneiras semelhantes em São Paulo, com a remoção das quituteiras que “afrontavam a cultura e conspiravam a cidade” e em Recife com a condenação dos mocambos “insalubres, epidêmicos e abandonados espiritualmente à imoralidade” (Theodoro, 2022).

Favelas e periferias pelo Brasil, historicamente habitadas por maioria negra e pobre, já criminalizadas, segregadas e marcadas pela ausência estatal, passaram, especialmente a partir dos anos 80, a hospedar atividades ilícitas. No Rio de Janeiro, o tráfico de drogas, particularmente da cocaína, emergiu no período concentrando a venda e varejo das substâncias no ambiente das favelas e a consequente grande movimentação financeira fez emergir diversas facções como o Comando Vermelho (CV), Terceiro Comando (TC) e Amigos dos Amigos (ADA), que batalhavam entre si para garantir pontos de venda e provocaram uma grande corrida armamentista ilícita. Ainda que portadora de particularidades significativas, a operação do tráfico de drogas e da criminalidade entendida como nevrálgica nos grandes centros brasileiros é posicionada pelas agências de segurança e pela população de forma geral como o grande “problema de segurança” hodierno. No entanto, o crescimento da violência urbana fortaleceu ainda mais associações em voga desde o período escravocrata, ainda que de forma mais velada, entre “o problema das favelas e o da segurança pública, reforçando a vinculação feita pela classe média entre a população ali residente e as chamadas “classes perigosas”, e naturalizando a ideia de que uma guerra deve ser travada nesses territórios, predominantemente negros” (Theodoro, 2022, p. 264).

É importante ressaltar que a culpa dessa guerra foi atribuída aos moradores de favelas, que passaram a ser criminalizados, tornando-se o tipo ideal do Outro que precisa ser afastado a qualquer preço. Em

decorrência desse processo de criminalização dos moradores de favelas, cresceu o clamor por uma ação “dura”, que passou a dirigir-se não tanto a grupos sociais específicos, mas ao controle e segregação territorial de áreas urbanas tidas como perigosas (Silva, p. 531 apud Theodoro, 2022, p. 264).

Herdeiro de uma trajetória que entende e enquadra negros e pobres como inferiores e dotados das mais diversas disfuncionalidades e características indesejadas para o entendimento de nação brasileira e a formação de cidades modernas e desenvolvidas, o “inimigo” a ser combatido no Brasil é claro: “pela estratégia militar utilizada, é o habitante da favela – a população pobre e majoritariamente negra que, entranhada nos morros e nas periferias, representava, aos olhos das forças de segurança, a encarnação secular do mal e da marginalidade no país” (Theodoro, 2022, p. 233). O “combate ao tráfico” pelas forças de segurança que negligenciam a distinção entre o morador e o criminoso, a punição e a morte, lança mão de lógicas de guerra, violência e brutalidade para combater “problemas” fonte de insegurança para as classes média e alta próximas espacialmente. Nesse sentido, a garantia da (in)segurança brasileira subentende a necessidade de garantir segurança da propriedade e da vida da população-ideal, civilizada, limpa, majoritariamente branca, enquanto desproporcionalmente reprime, combate e pune os indivíduos símbolo de um Brasil escravagista e negro que gostaria de ter sido apagado, borrado, branqueado.

A breve caminhada através da formação dos “problemas de segurança” patológicos e endêmicos em Israel e no Brasil traz o ímpeto questionador de refletir: como Israel e Brasil se reconhecem como análogos em seus “inimigos” para intercambiar soluções de mesmo calibre? Apesar de esforços de diferenciação como exemplificados pela diplomacia por muito tempo apartada entre os países, a análise suscitada acima mostra algumas tangentes, de forma não exaustiva, que avançam suas similaridades para além da compra de equipamentos e expertise, aproximam as experiências e os imaginários nacionais dos países. O colonialismo pautou a formação do Estado brasileiro, mas, apesar de findada, se manteve incrustada em lógicas racistas que definiram ininterruptamente o negro como ruim, errado, bárbaro e, portanto, amedrontador para a população branca civilizada e para o projeto de uma nação homogênea e próspera. Israel, apesar de não ter participado como Estado do colonialismo histórico dos séculos XVII a XIX, por sua vez, empreende práticas que muitos autores consideram afinadas a uma espécie de colonialismo tardio e contemporâneo (Zureik, 2020). A construção e reiteração da figura do árabe-palestino como abjeto, selvagem e inferior posicionou-o como inimigo

ameaçador tanto por resistir à formação do Estado de Israel na região da Palestina, mas também para os planos de uma nação exclusivamente judaica e branca.

A trajetória das narrativas securitárias *mainstream* nos países contou, como exemplificado em abundância, com a estigmatização racista que atribuía todos os caracteres negativos possíveis a um grupo de pessoas específico, a saber, o palestino e o negro. Outra dinâmica semelhante, no entanto, pode ser apontada: a presença da ausência. O projeto da Eretz Israel que compreendia a ocupação de toda a Palestina bíblica para formar um lar judaico esbarrou no obstáculo de um elevado número de árabes povoando a região, fator que também corroborava a tese de ameaça e perigo. Ao mesmo tempo, no entanto, os discursos da época reforçavam imensamente a necessidade de povoar e habitar uma região “vazia”, ausente de indivíduos realmente capazes de formar uma sociedade e cuidar daquelas terras de maneira eficiente. Similarmente, o Brasil imediatamente após o fim da escravidão, representado por políticas públicas e a produção intelectual das elites, esbanjava preocupações com uma população negra inferior significativamente maior que a branca. Ao mesmo tempo, sua presença excessiva convivía com argumentos de escassez de mão de obra e de população para povoar os interiores do país já que os negros eram considerados incapazes de efetuar o trabalho livre de forma eficiente e representavam a ausência do que deveria retratar a imagem de um brasileiro.

O perigo representado pelos palestinos, em Israel, e pelos negros, no Brasil, apesar de possuírem suas particularidades, possui alicerces equivalentes. Diferentes em cultura e aspectos físicos, mas racializados e rechaçados a categorias de subalternidade que concentram todo o mal e aspectos de violência, feiura, burrice, barbárie, em suma, características animais, a trajetória palestina e negra se aproxima justamente nos esforços incansáveis para separá-los da classe considerada humana e aproximá-los da “zona do não-ser”. Ameaçadores para uma classe ideal tanto fisicamente como conceitualmente o tratamento desses seres desprovidos de características bases da humanidade passa a frequentar a seara e a linguagem de guerra que subentende um combate que envolve, em diversas circunstâncias, as forças armadas, emprego de equipamentos destinados a combate interestatal de forma desproporcional e, em especial, é voltado para a produção da morte, para além das intenções tradicionais de controle da segurança. Nesse sentido, a garantia da segurança dos cidadãos judeus-israelenses e dos cidadãos-de-bem brasileiros e brancos, em particular, e a segurança do projeto identitários de Brasil e Israel, em geral, urge sejam produzidos ambientes de insegurança para os

abjetos, ameaçadores e “problemas de segurança” por excelência, que, por consequência, os afastem ou aniquilem.

3.2. Preto no Branco: dissecando a funcionalidade e corolários do emprego de “soluções” de guerra para os “problemas de segurança” em uma conversa entre Israel e Brasil

Na Faixa de Gaza, só homem-bomba, na guerra é tudo ou nada / Várias titânio no pente, colete à prova de bala / (...) Consideração se tem pra quem age na pureza / Pra quem tá mandado, o papo é reto, bota as peça na mesa / Quantos amigos eu vi ir morar com Deus no céu / Sem tempo de se despedir, mas fazendo o seu papel – Mc Orelha, Vermelhão Faixa de Gaza

No caminho até aqui percorrido foi possível identificar como as “soluções” adquiridas pelo Brasil e fornecidas por Israel, identificadas como “melhores práticas” no setor de segurança são assim diagnosticadas a partir de uma ressonância clara na trajetória e pormenores do que os países consideram “problemas de segurança”. Com o traçado alicerçado em diferenciações étnico-raciais que dão conta de explicar a grande ameaça que a população palestina, para Israel, e a população negra e pobre, para o Brasil, oferecem para os cidadãos-ideais desses Estados e para a imagem que propagam internacionalmente, o entendimento difundido de *quem, o que e como* o perigo supostamente é tornam inteligíveis um *modus operandi* securitário específico. A compra de um pacote de “melhores práticas”, que subentende um conjunto de expertise, treinamento e equipamentos de segurança que melhor dão conta de controlar, cercear e eliminar as ameaças iminentes, suscita uma série de empreendimentos como seus corolários diretos ou indiretos sobre as populações no Brasil e em Israel. Distante culturalmente e geograficamente, a vida brasileira ordinária é aproximada em muitos sentidos da vida palestina em Israel, seja na Cisjordânia, seja na Faixa de Gaza, em especial, pela coexistência de discursos e materialidades que tem como objetivo asfixiar as populações em sua mira. Dessa forma, a presente seção procura acessar quais são os corolários de uma política de segurança que entende seus “problemas de segurança” como nocivos para seus projetos de Estado e, por consequência, quais são os efeitos das soluções empregadas.

Entendimentos de segurança, “problema de segurança” e suas soluções e práticas securitárias empregadas no escopo do presente trabalho fazem parte, apesar de suas particularidades, do que Stephen Graham (2011) nomeou como novo urbanismo militar.

A mudança paradigmática global que torna espaços comunais e privados das cidades, bem como sua infraestrutura e populações civis em alvos e fontes de ameaças traz a linguagem e a prática da “guerra” para dentro das cidades e fronteiras que antes, ao menos no Ocidente, não eram entendidas desta maneira (Graham, 2011, p. xiv). Como explicitado acima, a lógica colonial e seus alicerces em diferenciações étnico-raciais já formavam movimentos que traziam “ideais essencialmente militares de perseguição e preparação para a guerra no coração da vida cotidiana da cidade” (Graham, 2011, p. xiv). O novo urbanismo militar, nesse sentido, é o processo identificado como a colonização permanente da paisagem da cidade e da vida cotidiana por técnicas militarizadas, já que há o entendimento convencionado entre os especialistas de segurança no mundo de que essa é a única maneira de enfrentar as “guerras” “assimétricas” e “irregulares”. Caminhando lado a lado com os processos coloniais e racistas, o ambiente da cidade é reimaginado em uma doutrina militar que obscurece a separação jurídica e operacional entre policiamento, inteligência e militares; distinções entre guerra e paz, operações locais, nacionais e globais, ao mesmo tempo em que deixam de ser cerceadas no tempo e espaço para ocupar espaços ilimitados ou permanentes.

Ao mesmo tempo, os centros de poder do Estado gastam cada vez mais recursos tentando separar os corpos considerados malignos e ameaçadores daqueles considerados valiosos e ameaçados dentro dos espaços cotidianos das cidades e das infraestruturas que os unem. Em vez de direitos legais ou humanos e sistemas legais baseados na cidadania universal, essas políticas de segurança emergentes são fundadas no perfil de indivíduos, lugares, comportamentos, associações e grupos. Tais práticas atribuem a esses sujeitos categorias de risco com base em sua associação percebida com violência, ruptura ou resistência contra as ordens geográficas dominantes que sustentam o capitalismo global neoliberal (Graham, 2011, p. xv).

É interessante notar através da análise de Graham (2011) a maneira através da qual experimentos, tecnologias e equipamentos de segurança são vendidos nos mercados emergentes de segurança interna e por meio desses processos de imitação, modelos coloniais de pacificação, militarização e controle se espalham internacionalmente. Israel desponta comercialmente não apenas por manter a implantação das técnicas do novo urbanismo militar em zonas de guerra internas e externas, mas por difundi-las através da securitização da vida urbana ocidental (Graham, 2011, p. xviii). Inserido em lógicas capitalistas e comerciais, há uma ampla gama de fontes que contribuem com a colonização do pensamento e da prática urbana por ideias militarizadas de “segurança”, como complexos industriais militares e de segurança que englobam as indústrias de

tecnologia, vigilância e entretenimento; laboratórios de pesquisa, consultores e universidades cooperativas que “vendem soluções de segurança como balas de prata para resolver problemas sociais complexos” (Graham, 2011, p. xxii), e um grande número de pensadores militares e de segurança que argumentam que a guerra e a violência política se concentram predominantemente nos espaços e circuitos cotidianos da vida urbana. Assim, ideias vagas e abrangentes sobre o que significa “segurança”, “problema de segurança” e “soluções” passam a infectar todos os aspectos da política pública e da vida social, tornando o setor extremamente lucrativo, comercializável e danoso política e socialmente (Graham, 2011, p. 16).

A urgência ideológica e econômica de oferecer “melhores práticas” para combater problemas inalienáveis de segurança, como supramencionado, traz a violência extrema para os espaços urbanos e confunde radicalmente as distinções entre militares e civis, tornando todos os sujeitos, especialmente aqueles considerados abjetos e semi-humanos, “cada vez mais representados como combatentes reais ou potenciais, terroristas ou insurgentes, alvos legítimos” (Graham, 2011, p. 16). Nesse processo, sistemas de comando e controle militar passam a ser estabelecidos para apoiar policiamentos de tolerância zero e práticas de vigilância destinadas a excluir consumidores falidos ou pessoas indesejáveis dos enclaves de consumo, socialização e lazer urbanos (Graham, 2011, p. 23). As geografias das cidades passam a traçar espaços internos e externos como locais de guerra, apoiados e corroborados pelo Estado, contra outros racializados e necrobiopoliticamente descartáveis em defesa de zonas que exigem proteção contra ameaças e contágios (Graham, 2011, p. 25, p. 27).

Quando as técnicas de (tentativa) de controle urbano - zonas de segurança isoladas, muros, rastreamento, segmentação, biometria, armas ostensivamente não letais, mineração de dados - são semelhantes em Gaza, Bagdá e Nova York, então o desfoque torna-se inevitável, especialmente se apoiado por uma demonização generalizada de direita das cidades centrais. A nova doutrina militar engendra uma noção de guerra como um exercício permanente e ilimitado, colocando militares de alta tecnologia e operações de segurança - junto com terceirizados do setor privado e corporações militares - contra uma ampla gama de adversários não estatais (Graham, 2011, p. 27).

Com concepções políticas em geral, e securitárias, em particular, que transformam os aspectos da vida humana em nada além de guerra reforçam os ideais etnonacionalistas estreitos que propagam ideias de que as cidades, parcela de sua população e espaço, são poluentes (Graham, 2011, p. 28), alimentando vertentes maniqueístas da história da

guerra, mas também coloniais e racistas, que dicotomizam a vida social em “nós” versus “eles” – Outros, inimigos, odiados, alvos (Graham, 2011, p. 36). Apesar dos recentes contornos adicionados com a chegada do novo urbanismo militar às cidades ocidentais, entendo o fenômeno como uma atualização hodierna de dinâmicas nacionalistas e coloniais que avançam e aprofundam o racismo como “linha divisória entre *superiores* e *inferiores*, entre *bons* e *maus*, entre grupos que merecem viver e os que merecem morrer” (Almeida, 2018, p. 88). O avanço de uma política de segurança que toma como base a necessidade de controlar, cercear e eliminar ameaças delimitadas por diferenciações étnico-raciais, em suma, por categorias-mestra que negam a humanidade do Outro (Almeida, 2018, Campbell, 1992) implicam no que foi descrito por Achille Mbembe como a expressão máxima da soberania, a saber: “no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer” (Mbembe, 2018, p. 5). Para além de representarem ameaça e perigo aos ideais estatais, as populações abjetas passam a representar aqueles “cuja morte não é apenas uma garantia de segurança pessoal ou das pessoas próximas, mas do livre, sadio, vigoroso e desimpedido desenvolvimento da espécie, do fortalecimento do grupo ao qual se pertence” (Almeida, 2018, p. 89).

A forma de exercício da soberania em formas contemporâneas de colonialismo como no caso de Israel e em sociedades pós-coloniais que mantêm muitos aspectos reminiscentes, como no caso do Brasil, focam na instrumentalização generalizada da existência de suas populações-perigo, o que não constitui uma anomalia em relação aos outros Estados; pelo contrário, é o *nomos* do espaço político (Mbembe, 2018, p. 10-11). A morte é estruturante da soberania, da política e do sujeito. A soberania, segundo Schmitt (apud Mbembe, 2018, p. 33-34), é justamente o poder de decidir sobre o estado de exceção e na durabilidade desse modo emergencial e que se faz cotidiano sobre a população palestina. “Soberania significa ocupação, e ocupação significa relegar o colonizado a uma terceira zona, entre o estatuto de sujeito e objeto (Mbembe, 2018, p. 38-39). Ainda assim, é no ambiente colonial, como no caso palestino, mas também brasileiro nas favelas, como será demonstrado posteriormente, que surge o que Mbembe chama de “forma peculiar de terror”.

As colônias são semelhantes às fronteiras, são habitadas por “selvagens” e sua organização não cria um mundo humano, sendo impossível haver paz com elas. Em suma, as colônias são o local por excelência em que os controles e as garantias de ordem judicial podem ser suspensos – a zona em que a violência do estado de exceção supostamente opera a serviço da “civilização”. O fato de que as colônias podem ser governadas na ausência absoluta de lei provém da negação

racial de qualquer vínculo comum entre o conquistador e o nativo. Aos olhos do conquistador, “vida selvagem” é apenas outra forma de vida animal, uma experiência assustadora, algo radicalmente outro (alienígena) (Mbembe, 2018, p. 34-35).

Os processos hodiernos de securitização, alicerçados em um modus operandi militarizado e que entende o problema em moldes racistas, assumem disposições muito aproximadas da ocupação colonial na modernidade tardia, em um efeito bumerangue, entrelaçando aspectos da biopolítica, poder disciplinar e a necropolítica (Mbembe, 2018, p. 41). Em um processo definido por Berenice Bento como necrobipolítica, o terror do necropoder promovido pela utilização de armamentos e expertise militares voltados para eliminar o “inimigo”, desde o emprego de “caveirões” e fuzis passando pelo investimento sistemático de novas tecnologias de alta precisão, caminha lado a lado e mantém como indispensáveis medidas como a fragmentação territorial – “ocupação fragmentada, assemelhada com urbanismo estilhaçado” (Mbembe, 2018, p. 45) –, remoções, sabotagem de infraestrutura e destruição de recursos – táticas comumente chamadas de “terra arrasada” e “guerra infraestrutural” (Mbembe, 2018, p. 47-48). Ao mesmo tempo, todo o arcabouço e acúmulo de técnicas de “fazer morrer” direcionados às populações tidas como abjetas é acompanhado de estratégias disciplinares, de controle e vigilância, tal qual descritos por Foucault como biopolítica. O excesso de câmeras, utilização de espiões e informantes, patrulhamento excessivo e a construção de um discurso de “perigo” cerceiam seus comportamentos para além da força bruta.

É inolvidável destacar que as políticas promovem a morte dos “inimigos” nas cidades entendidas como necropoder e necropolítica andam lado a lado com políticas de cuidado da vida empreendidas em direção às populações-ideias. O entendimento de necrobiopoder (Bento, 2018) permite enxergar a dupla faceta do Estado de Israel e do Brasil construída desde o discurso e produção de conhecimento até os processos físicos de separação, como muros, *checkpoints*, isolamento de estradas e bloqueios, cerceamento físico e político a determinadas áreas da cidade de forma não exaustiva, baseados em diferenciações étnico-raciais: a promoção de uma vida digna, “humana” e “civilizada” para os cidadãos judeus de Israel e brancos no Brasil, concomitante à promoção da morte e de uma vida na dor (Mbembe, 2018, p. 68-69) para os que não se encaixam nesse projeto. Tanto o processo discursivo de determinação do palestino e do negro e pobre brasileiro como étnica e racialmente inferiores quanto a produção de sua morte dependem da emergência do “eu” israelense como superior e digno de vida.

A junção de entendimentos específicos do “problema de segurança” que, de maneiras particulares nos casos do Brasil e de Israel, se pautam em diferenciações étnico-raciais desumanizadoras com a lógica comercial de circulação de expertise e “melhores práticas” que deem conta de cercear e suprimir populações tidas como abjetas têm trazido e consolidado nos ambientes urbanos uma série de sequelas danosas. A ressonância securitária entre Brasil e Israel, apesar de inserida em uma *rationale* internacional mais ampla de colonialismo do espaço urbano (Graham, 2011), traz especificidades de um Estado pós-colonial que mantém diversas estruturas de segregação e securitização racial e um país jovem que ainda se pauta na busca da consolidação de suas fronteiras e população de maneira que o espaço se mantenha majoritariamente judaico, respectivamente. Em outras palavras, diferentemente do padrão internacional voltado ao militarismo urbano como um fenômeno recente, Brasil e Israel já seguiam trilhos que posicionavam populações civis como “inimigas” e na mira de suas políticas de segurança militarizadas. A afinidade brasileira e israelense se constrói, nesse sentido, não apenas na comercialização e conhecimento da expertise e equipamentos empregados, mas reafirmação de parcelas indesejadas da população como racialmente abjetas e, portanto, alvos. A materialidade da segurança, discutida com os casos dos tanques de guerra e fuzis no Capítulo anterior, é então empregada com fins específicos de promover o distanciamento e a eliminação dos habitantes da zona do não-ser (Fanon, 1963). Tal empreendimento, no entanto, não se restringe à produção da morte, mas pressupõe uma série de medidas produtoras (in)segurança – “morte aqui não é apenas a retirada da vida, mas também como a exposição ao risco da morte, à morte política, à expulsão e à rejeição” (Almeida, 2018, p. 89). Onde estão os paralelos de (in)segurança Brasil-Israel no emprego de técnicas e equipamentos voltados ao controle e aniquilação de suas populações-problema? Quais são os corolários de suas tão semelhantes políticas de (in)segurança?

O primeiro aspecto destacado como corolário é a promoção da (in)segurança espacial, ou seja, o cerceamento das populações perigosas em espaços espremidos, murados e controlados e, ao mesmo tempo, a limitação de seu movimento por áreas centrais. No caso israelense, a Faixa de Gaza e a Cisjordânia estão sob diferentes regimes de controle, ainda que ambos sejam expressivos da segregação espacial e de movimento. Na Faixa de Gaza há o banimento completo de entrada e saída, o denominado “Cercos à Gaza”, instituído, segundo a narrativa oficial, em retaliação à eleição do Hamas como governante, com exceções temporárias dadas a menos de 5% da população e está sob um

embargo pesado imposto por Israel e Egito a mercadorias essenciais para alimentação, habitação, educação e serviços de saúde, deixando “83% da população em situação de insegurança alimentar” (Abu-Zahra, 2013, p. 118). Em 1994, um muro de ferro foi erguido na região, expropriando mais de 26% das terras férteis, Gaza é sobrevoada constantemente por drones, e navios de guerra cercam pequenos barcos de pesca palestinos. Desse modo, a economia da região beira o colapso com exportações próximas de zero e com uma taxa de desemprego acima de 43% em 2018 (WAFSA, 2018). A Cisjordânia, por sua vez, está sob um regime complexo de governo instituído a partir dos Acordos de Oslo que subdivide a região em áreas A, B e C, o que propiciou a criação de um sistema dual de estradas (Abu-Zahra, 2013, p. 92). A divisão em espaços controlados (i) por Israel, (ii) por Israel e pela Autoridade Palestina em conjunto e (iii) somente pela Autoridade Palestina possibilitou que, para fins de segurança, uma série de *checkpoints*, fixos e móveis, fossem instalados para controlar a entrada e saída de palestinos, autorizados ou não, a circularem nos ambientes.

Para além da disciplinarização da circulação palestina, os *checkpoints* abrem espaços inabitáveis, que podem ser utilizados para a colonização (Hammami, 2015, p. 4-5). Os assentamentos judaicos, na Cisjordânia⁴¹, são parte inolvidável para pensar o corte da região e a rede de restrições de movimento impostas à população palestina. Usualmente chamados de colônias⁴², os assentamentos são terrenos comprados ou tomados, onde se formaram pequenas cidades de até 35 mil habitantes israelenses, principalmente após 1967 (Gelvin, 2017). O governo israelense não só autorizava a construção dessas habitações, como concedia subsídios para incentivar esta transferência populacional. “Esperava-se que os assentamentos servissem como uma linha Maginot⁴³ israelense, atrasando ou contendo qualquer ataque que tivesse objetivo de cruzar as fronteiras” (Gelvin, 2017, p. 221). Em 2012, havia mais de 124 assentamentos, com cerca de 350 mil colonos em Judeia e Samaria⁴⁴ (Gelvin, 2017). Os motivos para que israelenses se mudassem para a região variavam desde a especulação imobiliária em Israel à importância daquelas terras para a religião e povo judaico. Para além disso, os assentamentos assemelham-se a grandes e antigas fortalezas (Gelvin, 2017, p. 220-229),

⁴¹ Também estiveram presentes na Faixa de Gaza, antes da dos Acordos de Oslo e estão nas Colinas de Golã, ocupadas após a Guerra de 1967, originalmente terras sírias.

⁴² Chamado assim para enfatizar que as terras da Cisjordânia eram habitadas (Gelvin, 2017).

⁴³ “A linha Maginot foi uma linha de fortificações e de defesa construída pela França ao longo de suas fronteiras com a Alemanha e a Itália, após a Primeira Guerra Mundial” (Gelvin, 2017, p. 221).

⁴⁴ Israelenses, principalmente os mais religiosos, chamam a região com seu nome bíblico.

protegidos por centenas de militares, e são conectados uns aos outros e a Israel através de redes de acesso e estradas secundárias e exclusivas (Gelvin, 2017, p. 128).

Nesse sentido, foi delineado um programa de estradas de livre acesso aos colonos judeus, que garantiam a restrição do crescimento das cidades e vilarejos palestinos e cerca de 400 quilômetros dessas rodovias foram entregues na década de 90. A justificativa destas construções vinha da promessa de evacuação dos colonos da Cisjordânia nos Acordos de Oslo⁴⁵ e mais de US\$ 600 milhões foram gastos nessas estradas somente em 1995 (Abu-Zahra, 2013, p. 114).

Cerca de 124 quilômetros de estradas foram proibidos aos palestinos, restrições que, as vezes até impediam os palestinos de atravessarem; outros 244 quilômetros foram confinados para palestinos com passes especiais (e permitidos para todos os colonos judeus); um adicional de 344 quilômetros de estradas foram bloqueadas pelas forças militares. Entre 2002 e 2010, mais de 557 milhões de dólares foram destinados à rede de estradas e túneis. Em 2005, uma ordem militar banuiu os palestinos de atravessarem as linhas do armistício (ou entrarem em Jerusalém) exceto em onze localizações prescritas (Abu-Zahra, 2010, p. 115).

Já em 2010, quase dois mil quilômetros de estradas cobriram a Cisjordânia e cercaram os palestinos a áreas menores, acelerando o movimento colonizador além das linhas do armistício. Concomitantemente, o movimento palestino só era permitido por meio de túneis com checkpoints fortificados. Embora os colonos sejam cerca de 1% da população na Cisjordânia, era seu “desejo de viver sem ver os palestinos (com exceção dos trabalhadores) que forçava os palestinos a pequenos espaços, não uma demanda física por espaço” (Abu-Zahra, 2013, p. 116). Não só há estradas exclusivas para os habitantes de assentamentos, como uma série de estradas são bloqueadas, temporária ou permanentemente (Abujidi, 2011, p. 318), sob pretexto de haver áreas militares próximas e zonas-tampão (*buffer zones*), por exemplo (Hammami, 2015, p. 4).

⁴⁵ Os Acordos de Oslo negociaram, de forma não exaustiva, a tentativa, sem prazos, de retirada dos assentamentos da Cisjordânia. Da mesma forma, eles inauguram a divisão da Cisjordânia em áreas A, B e C e um sistema dual de estradas (Abu-Zahra, 2013, p. 92).

Figura 1: Muro de separação na Cisjordânia



Fonte: Muammar Awad/Apaimages (MEMO, 2022)

Ainda assim, a expressão máxima da fragmentação e cerceamento do palestino é a edificação de muros em volta da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, privando um quarto de milhão de palestinos de serviços essenciais, acesso a terras e às suas famílias, e estruturas físicas e sociais como a locais religiosos, bancos, áreas de lazer, seus locais de trabalho e de estudo (Abu-Zahra, 2013, p. 92). Em 2002 foram iniciadas as construções da chamada cercas de segurança (*security fence*) pelas forças armadas de Israel e empresas do setor privado com extensão final de 810 quilômetros e de 30 a 100 metros de largura⁴⁶. O muro, como é constantemente referido, tem mais do dobro do tamanho das linhas do armistício – ocupando, portanto, boa parte da região da Cisjordânia, com custo de US\$ 2 milhões por quilômetro, 520 quilômetros de arame farpado, rotas de patrulha, torres com franco-atiradores, fios eletrificados, valas, câmeras de vigilância e lajes de concreto de oito metros de altura (Abujidi, 2011, p. 332; Abu-Zahra, 2013, p. 92). Em seu processo de construção, foram cortados e extirpados vilarejos, terras agrícolas, casas e famílias palestinas. De um total de 2.3 milhões de pessoas em 2003, cerca de 22,6% dos palestinos na Cisjordânia foram separados de suas terras pelo muro, 16,9% foram isolados fora das áreas muradas e quatorze vilarejos estavam sob ameaça de

⁴⁶ Sua construção foi julgada ilegal pela Corte Internacional de Justiça em 2004.

expulsão imediata. Outros 8.550 palestinos ficaram presos entre o muro e a linha do armistício, com seu movimento restrito à rara abertura de portões. No total, cerca de meio milhão de pessoas foram diretamente afetadas pela construção e instalação do muro (Abu-Zahra, 2013, p. 117). Enquanto o muro havia extirpado os palestinos de suas terras, 90% dos requerimentos de permissões para acessar as terras foram rejeitados entre 2006 e 2009 por conta da falha em provar “conexão a terra” (Abu-Zahra, 2013, p. 119). No limite, essa conjuntura compele boa parte da população palestina à transferência induzida ou à submissão a uma vida sem acesso aos serviços mais básicos como educação, saúde, terra, casas, liberdade de movimento, de ser e de criar uma família. “Nas palavras de Jamal Der’awi do vilarejo de Nu’mán, o objetivo era ‘criar uma situação onde nós chegamos à conclusão de que nossas vidas são inviáveis’” (Abu-Zahra, 2013, p. 118, tradução nossa).

No Brasil, apesar do processo de segregação espacial ser menos institucionalizado e burocratizado em comparação à Israel, a ocupação das áreas de periferia e favelas é de maioria negra e pobre (Burgierman, 2015). Em 2009, com base em dados do IBGE, o relatório *Retrato das desigualdades de gênero e classe* identificou que, nas áreas de periferias, 66% dos lares eram chefiados por negros ou negras, enquanto em 2013, a Central Única das Favelas (CUFA) estimou que as favelas possuem a população negra acima de 70% (Theodoro, 2022, p. 262). Embora tenha envolvido a ação estatal direta na constituição histórica da (in)segurança espacial, o principal papel brasileiro na manutenção dessa condição é através de sua ausência. Como elucidado na seção anterior, a formação das periferias e favelas no país se deu lado a lado a movimentos que pretendiam embranquecer e limpar as cidades dos negros e suas características inferiores. Em todas as reformas urbanas empreendidas na década de 20 que removiam a população negra indesejada dos centros das cidades, o Estado não deu apoio aos expulsos das construções derrubadas, obrigados a se alojar de maneira precária e que, do ponto de vista habitacional, é “infame” (Theodoro, 2022, p. 234). “Famílias de apinhadas em pequenos cômodos, acessibilidade precária, falta de infraestrutura mínima. Isso é válido para os espaços de moradia de grande parte da população negra, frutos do mesmo histórico de negação e de segregação” (Theodoro, 2022, p. 234). A população majoritariamente negra extirpada de suas habitações passou a ocupar espaços indesejados pela parcela branca de elite, mas ilegais e à revelia de qualquer interesse governamental de planejamento urbano. No final do século XX, as cidades brasileiras contavam com 10,5 milhões de pessoas residentes em habitações “subnormais” e mantem taxas altas de desigualdade em um

quadro de “heterogeneidade sobreposta ao padrão de macrossegregação” (Godoy apud Theodoro, 2022, p. 261).

O espaço urbano da moradia precária inclui as várias formas de provisão da moradia pobre: casas inacabadas, insalubres, congestionadas, localizadas em favelas ou invasões, em loteamentos ilegais, em áreas de risco geotécnico ou sujeitas a enchentes (Godoy e Sarue apud Theodoro, 2022, p. 261).

Com alta concentração de negros em áreas periféricas e de brancos em estratos de elite, no quadro de precariedade das zonas deliberadamente esquecidas é possível identificar a apartação da maior parcela da população negra e seu distanciamento em relação aos bairros com redes de serviços urbanos eficiente. Com o seu confinamento em territórios precários, sujeitos a catástrofes climáticas, em bairros distantes e periféricos, com residências dotadas de infraestrutura deficiente, negros e pobres são submetidos a vidas precárias com difícil acesso a saúde, saneamento básico e deslocamento, prejudicando suas probabilidades de empregabilidade (Theodoro, 2022). O cerceamento espacial e a ausência do Estado na promoção de “vidas viáveis” se manifestam no acesso à cidade e no direito de circular por ela. O sociólogo Danilo França ressalta que “um grupo mais concentrado em bairros periféricos terá menor acesso a certos recursos e a pessoas mais concentrados em bairros centrais. Tais diferenciais de acesso são fatores importantes para os processos de reprodução das desigualdades raciais” (França apud Mariani, 2015).

Nesse sentido, a segregação e a (in)segurança espacial coexistem com uma série de medidas que buscam evitar e impossibilitar, dentro das possibilidades de uma fachada democrática, o movimento e a circulação de negros e pobres para espaços aos quais não pertencem e em determinadas circunstâncias. Enquanto trabalhadores da periferia, necessários nos grandes centros urbanos, podem gastar mais de três horas diariamente em locomoção para o trabalho, sujeitando-se à precariedade do sistema de transporte público, em sua maioria destinado às necessidades das elites (Theodoro, 2022), as forças de segurança da cidade se movimentam ininterruptamente para evitar que permaneçam em áreas nobres em momentos de lazer ou fora do escopo do trabalho. Não é incomum que, para evitar aglomerações nas praias da Zona Sul do Rio de Janeiro e os “arrastões”, movimentos de furtos de pertences nas praias, policiais efetuem prisões de negros, em maioria, menores de idade no caminho para as praias da cidade sem que os encontram cometendo delitos ou tenham ordens judiciais (Martín, 2015).

De alguma maneira mascarado em preocupação, como expresso na fala do ex-secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrame (apud Martín, 2015), “a questão é a seguinte: a liberdade de ir e vir também exige deveres. Se você quer ir, estava indo sem pagar passagem. Você sai da sua casa que fica há quilômetros sem comer, sem dinheiro e vai voltar para casa como? O que está em jogo é a vulnerabilidade dessas pessoas”, uma pauta que poderia ser endereçada com assistência social, é entendida como ameaça e perigo à ordem das áreas brancas de elite. Jovens e negros se movimentando em ambientes restritos às classes altas são entendidos sempre como “suspeitos” (Martín, 2015) e a própria circulação das linhas de ônibus que possibilitavam o seu acesso a praias passou a ser reduzida durante os finais de semana. Assim, os ônibus que circulavam pelas orlas e saíam da zona norte foram excluídos ou encurtados para “racionalizar as linhas” de forma coincidente com os transportes que eram abordados pela polícia (O Tempo, 2015).

Também na busca pelo acesso à diversão e lazer em cidades partidas e que lhes são negadas, o movimento dos “rolezinhos” se iniciou em São Paulo em 2013, como grandes encontros de adolescentes negros e periféricos em shoppings, parques ou outros espaços públicos, agendados pelas redes sociais. Apesar de representarem, segundo os organizadores, um “grito por lazer”, os rolezinhos passaram a ser fortemente associados a intencionalidades de furto e roubo provocando o fechamento de lojas, detenção de indivíduos e uso de gás lacrimogêneo e balas de borracha para dispersar os participantes, de forma não exaustiva. Com boa parte dos dias da movimentação dos rolezinhos não terem registrado furtos, tornou-se comum a proibição do acesso das áreas, com multas estipuladas em 10 mil reais e sujeição à prisão, detenção e atos de violência. Com a segurança extremamente reforçada para impedir que abjetos acessem os espaços de diversão da elite, a contenção do movimento que apenas é uma resposta à “não dá para ficar em casa trancado” (Luis apud G1 São Paulo, 2013) “uma demanda reprimida por lazer, por diversão, por cultura e uma capacidade muito forte de mobilização” foi amplamente criminalizado e entendido como parte de um “problema de segurança” complexo, a saber, a presença de negros e pobres em convívio nas cidades brancas.

A fragmentação geográfica e impedimento de movimentos em moldes de postos de controle, *checkpoints*, se faz presente como durante a intervenção militar no Rio de Janeiro em 2018 e na ocupação militar da favela da Maré em 2014. Com a adoção de um modelo de checagem de identidades, carteiras de trabalho e revistas diárias, os moradores

das favelas Kennedy, Coreia e Vila Aliança foram forçados a passar por esses postos de controle para serem permitidos de entrar e sair das comunidades. Com softwares em seus smartphones conectados a bases de dados do exército, as forças militares dos *checkpoints* cariocas empreendiam violações de direitos humanos com a verificação de antecedentes criminais.

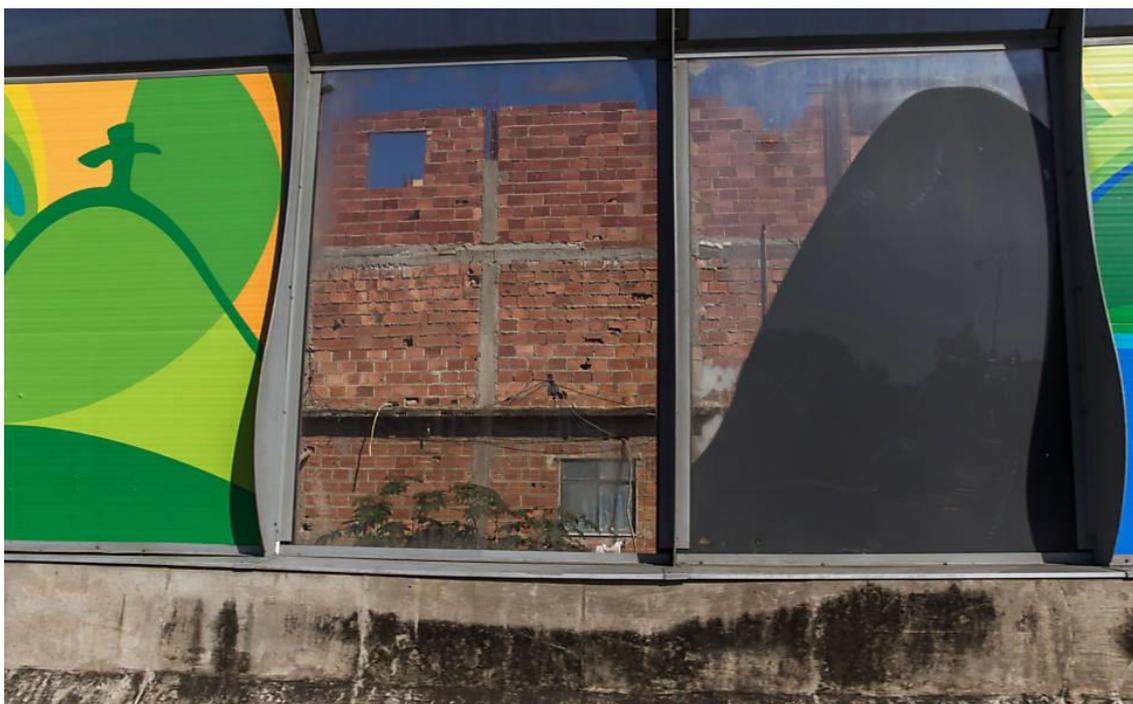
Em um caso, Edvan Silva Monteiro, pedreiro de 47 anos, havia esquecido sua papelada e foi impedido de ir trabalhar. Embora Edvan tenha sido instruído pelos soldados a voltar para casa e recuperar os documentos necessários, ele se atrasou para trabalhar e acabou sendo demitido por seu empregador como resultado do incidente (Witness, 2018).

Figura 2: “Muro da Vergonha” na “Faixa de Gaza carioca” 1



Fonte: (Folha de S.Paulo, 2016)

Figura 3: “Muro da Vergonha” na “Faixa de Gaza carioca” 2



Fonte: (Folha de S.Paulo, 2016)

Para além das similaridades nas políticas de (in)segurança espacial entre Brasil e Israel, há ainda o caso emblemático da edificação de um muro em 2009 entorno do complexo de favelas da Maré. Agrupando mais de dezesseis favelas, a Maré está próxima de um dos principais aeroportos do Brasil, o Aeroporto Tom Jobim, e contorna uma parte significativa de uma das principais vias da cidade do Rio de Janeiro, a Linha Vermelha. A região, entendida popularmente como a “Faixa de Gaza carioca”, “o endereço de casos frequentes de violência” (O Globo, 2007), não foi a única a receber muros e cercas, que pipocaram na cidade, ao lado de diversas soluções de segurança inclusive oferecidas por Israel, quando o Rio de Janeiro começou a ser sede dos megaeventos. Chamado de “Barreira Acústica” pelas autoridades, o “Muro da Vergonha” da Maré, segundo os moradores, não representava uma tentativa governamental de minimizar o barulho dos carros para os moradores, mas sim, uma tentativa de camuflar a melodia dos tiros oriundos dos “caveirões” e, para além disso, dificultar o deslocamento da população. Com o custo de 20 milhões de reais para os cofres públicos, o muro sofreu uma “atualização” de 750 mil reais para envelopá-lo e separar visualmente e fisicamente os espaços do asfalto e da favela (Folha de São Paulo, 2016; Martins, 2017).

Figura 4: Criança palestina observa demolição de casa por trator israelense



Fonte: (Hanania, 2010)

Figura 5: Trator brasileiro demole casa na Vila Autódromo



Fonte: (Rio Memórias, s.d.)

As políticas aqui intituladas de (in)segurança espacial empreendidas por Brasil e Israel se aproximam, ainda, na promoção da remoção e demolição de casas e habitações de suas populações-perigo. Em Israel estabeleceu-se um processo institucionalizado de

demolição dos lares daqueles sem permissão ou que estivessem no caminho da construção de muros, *checkpoints*, barreiras ou novas estradas. Desde 1967, o governo israelense destruiu mais de 25 mil casas palestinas em Gaza e na Cisjordânia, deixando mais de 160 mil palestinos sem habitação (IDMC, 2013-2019). Já aquelas moradias que escapavam da demolição ainda estão sujeitas a serem alvo de bombardeios. Só em 2014, mais de oito mil casas foram completamente destruídas por incursões israelenses em Gaza (State of Israel, 2015). Já no Brasil, a prática amplamente empreendida no âmbito das reformas modernizantes dos grandes centros do país no século XX foi resgatada para “limpar” cidades que receberiam os megaeventos, como o Rio de Janeiro. Entre 2009 e 2015, mais de 22 mil famílias foram removidas de suas habitações na cidade do Rio de Janeiro (Afiune, 2016). Apesar de alegar que a maioria dessas demolições foram realizadas em razão de riscos de desabamento, alagamento ou moradias insalubres (Afiune, 2016), a preocupação com a imagem exibida internacionalmente de um país e região civilizada e, por consequência, livre de populações negras e pobres, portanto, mais seguras, estava no topo das prioridades comerciais e de especulação imobiliária (Rio Memórias, s.d.).

A grande maioria dos removidos foi avisada do despejo por empregados da prefeitura, que disseram claramente se tratar de obras relativas aos Jogos Olímpicos. Em alguns casos, como no galpão abandonado que ficava na rua Ipadu, 700, em Curicica – removido para dar lugar ao BRT Transolímpica, o dossiê, documento inicial do processo de remoção, trazia o logo dos Jogos Olímpicos. Josué Lima, ex-morador da favela Metrô Mangueira, resume: “Não gosto de lembrar, não. A gente construiu a nossa vida lá. E ver ser destruída por causa de Olimpíada não é legal. **Se fosse por causa de uma guerra, por causa de uma bomba, a gente aceitaria, mas por causa de Olimpíada...?**” (Afiune, 2016, grifo nosso).

Ainda que sob a rubrica de modernização e atualização das urbes brasileiras para receber os eventos internacionais, no cerne da preocupação brasileira estava a garantia da segurança e o controle, afastamento e eliminação das fontes de perigo iminentes. Josué destaca em sua fala a diferença entre perder seu lar para uma guerra e para a Olimpíada. Ironicamente, no entanto, a limpeza da cidade e o enquadramento de segurança em termos militares e que subentendem uma população-problema a ser controlada, inscrevem o cenário urbano exatamente em políticas de guerra, eu contra Outros que habitam espaços que precisam emanar segurança, paz e alto padrão financeiro.

Em um segundo aspecto, empreendimentos e práticas de (in)segurança que subentendem populações em rico eminente e populações como fonte inesgotável de ameaça investem, ainda, como parte primordial da garantia da segurança,

abundantemente em complexos carcerários capazes de dar conta de números estrondosos de “inimigos” que, inseridos em lógicas militaristas, também são submetidos a estratégias de guerra para a coleta de informações e punição. Para além do cerceamento dos palestinos nas já supracitadas células territoriais separadas, todo o aparato judicial, de identificação e, especialmente, de categorização dessa população como ameaça também produz a sua criminalização e encarceramento. Entre 1948 e 1967, além de haver uma drástica disparidade entre judeus e palestinos no número de acusados e punidos, cerca de 40% das acusações e condenações dos palestinos eram ligadas às restrições de movimento e regulações militares. “Cortes militares “sentenciavam” milhares de palestinos todos os anos com punições por comportamentos ordinários como acessar suas terras, ir ao trabalho ou comercializar produtos agrícolas” (Abu-Zahra, 2013, p. 103). Assim, em agosto de 2019, havia quase cinco mil palestinos detidos e prisioneiros intitulados “de segurança” mantidos em instalações do Sistema Prisional de Israel (IPS) além de outros 629 palestinos detidos por entrarem ilegalmente em Israel (B’Tselem, 2019). Estes dados se expandem também à população infantil encarcerada, ao final de 2017 havia 350 crianças detidas em prisões israelenses (Addameer, 2017). Este cenário numeroso de aprisionamento ainda é alimentado, reproduzido e mantido por meio do impedimento de acesso à advogados por até 90 dias e da determinação das evidências do ato criminoso como secretas, impedindo que o palestino acusado tenha ciência do porquê está preso (B’Tselem, sd).

No Brasil, a criminalização arbitrária e a detenção de negros e pobres para garantir a segurança do asfalto também resultam em um movimento de encarceramento em massa. Com a manutenção de uma rubrica de punição e eliminação das populações-perigo dos espaços públicos, o ambiente das prisões no país não é multicultural. A privação da liberdade como foco punitivo é levada a cabo com a constatação de que 64% da população prisional negra, grupo que compõe 53% da população brasileira – assim, dois em cada três presos no Brasil são negros (Borges, 2019, p. 19). Ao cruzar estes dados com informações geracionais, os dados tornam-se ainda mais alarmantes: “55% da população prisional é composta por jovens, ao passo que esta categoria representa 21,5% da população brasileira” (Borges, 2019, p. 19).

O sistema de justiça criminal tem profunda conexão com o racismo, sendo o funcionamento de suas engrenagens mais do que perpassados por essa estrutura de opressão, mas o aparato reordenado para garantir a manutenção do racismo e, portanto, das desigualdades baseadas na hierarquização racial. Além da privação de liberdade, ser encarcerado

significa a negação de uma série de direitos e uma situação de aprofundamento de vulnerabilidades. Tanto o cárcere quanto o pós encarceramento significam a morte social desses indivíduos negros e negras que, dificilmente, por conta do estigma social, terão restituído o seu status, já maculado pela opressão racial em todos os campos da vida, de cidadania ou possibilidade de alcançá-la. Essa é uma das instituições mais fundamentais no processo de genocídio contra a população negra em curso no país (Borges, 2019, p. 21).

O encarceramento da população negra, nesse sentido, funciona ativamente como uma política que diminui sua circulação nas cidades e ocupação nas cidades e, posteriormente, dificulta sua integração social. O sistema criminal, portanto, faz parte da constituição de um sistema securitário racializado de controle social ancorado profundamente na Guerra às Drogas. Com a consolidação a ausência e negligência estatal, os ambientes das favelas e periferias se tornaram espaços ideais para a consolidação das facções de tráficos de drogas. A criminalização da população negra inferior se encontra, nesse estágio, com a produção do medo em relação às substâncias ilícitas e aprofunda a militarização desses territórios-problema. A engrenagem do encarceramento é avançada com o controle e vigilância ostensiva e combates desses ambientes. Liderando as tipificações para o encarceramento, o tráfico representa 26% da população prisional masculina e 62% da feminina.

Em 1990, a população prisional no Brasil tinha pouco mais de 90 mil pessoas. Na análise histórica, chegando aos mais de 726 mil, hoje, temos um aumento em 707% de pessoas encarceradas. O crescimento abrupto acontece, exatamente, após 2006 e a aprovação da Lei de Drogas. De 1990 a 2005, o crescimento da população prisional era de cerca de 270 mil em 15 anos. De 2006 até 2016, pela fonte de dados que tenho utilizado, ou seja, oito anos, o aumento foi de 300 mil pessoas (Borges, 2019, p. 22).

O encarceramento do negro no Brasil é ainda agravado pela dificuldade no acesso à serviços jurídicos de qualidade e comunitário para a avultosa população carcerária, ao passo que, enquanto aguardam julgamentos, os acusados permanecem detidos, impedidos de circular na cidade, de trabalhar e acessar os serviços. Com as prisões do país em superlotação, cerca de 54,9% acima da capacidade, cerca de 31,9% dos presos são provisórios, ou seja, estão aguardando julgamento (Silva, 2021). Com celas lotadas, sujas, pouco ventiladas, racionamento de água, alimentos estragados e em pequena quantidade, infestações de ratos, percevejos e baratas, dificuldade para atendimento médico e presos com COVID-19 dividindo o espaço com presos saudáveis (Silva, 2021), o retrato hodierno das prisões brasileiras reforça um ideal não apenas de cerceamento da população majoritariamente negra e pobre, mas de existências dignas.

O cenário de confinamento geográfico e encarceramento das populações palestina, em Israel, e negra e pobre no Brasil exposto acima representa elementos de (in)segurança primordiais para promover o estrangulamento de seus cotidianos, economia, acesso a serviços de saúde, trabalho e moradia de forma que, ainda que, até então, não assassinem diretamente essas parcelas da população, estrangulam seus modos de viver. No entanto, parte primordial da lógica militarista em voga que subentende a necessidade do emprego de tanques de guerra ou “caveirões” e armamentos de alta letalidade como fuzis para combater a “criminalidade” e o “terrorismo” – que como categorias amplas e utilizadas sem escrúpulos não se esforçam para diferenciar inocentes de desviantes – pressupõe a necessidade de eliminar seus alvos. Na mira das políticas de (in)segurança, alinhado com o necrobiopoder, está, especialmente, a produção da morte das ameaças abjetas e inferiores. Lançando mão das mesmas lógicas e materialidades empregadas em guerras formais, o Brasil, ao comprar de Israel suas “soluções”, expertise, técnicas e equipamentos inovadores reproduz e atualiza formas de matar e de ferir sua população negra e pobre de forma análoga aos processos em curso com a população palestina.

Enquanto Israel em 1948 participou ativamente de movimentos de expulsão e homicídio da população palestina para lidar com o “problema demográfico” de uma maioria árabe-palestina na região, identificado pelo historiador israelense Ilan Pappé (2016) como um processo de limpeza étnica, o Brasil empreendia décadas perversas de genocídio negro, ainda sob a égide da escravidão. Mas, para além disso, no escopo do presente trabalho, o emprego de técnicas e equipamentos de guerra para lidar com os “problemas de segurança” palestino e negro seguem promovendo em larga escala o assassinato dessas populações, comumente associadas por críticos a ações de genocídio e apartheid contemporâneos.

Figura 6: Criança palestina atirando pedras em tanque de guerra israelense



Fonte: (Allouche, 2016)

Figura 7: Bombas destroem prédios na Faixa de Gaza



Fonte: (DW, 2021)

No início de agosto de 2022, Israel iniciou bombardeios à Faixa de Gaza visando “a eliminação de uma ameaça concreta contra os cidadãos de Israel e os civis que vivem nas proximidades da Faixa de Gaza”, segundo o primeiro-ministro Yair Lapid (Uol, 2022). Possuindo como alvos supostamente claros líderes do movimento jihadista

palestino, os bombardeios deixaram pelo menos vinte e quatro mortos, incluindo seis crianças, ainda que declarações oficiais sustentassem a ideia de retaliação e defesa israelense (Uol, 2022). No entanto, como demonstrado por dados do B'Tselem, entre setembro de 2000 e 2015, mais de sete mil palestinos foram mortos por forças israelenses, enquanto pouco mais de mil cidadãos israelenses foram abatidos por ações palestinas. Baseado em um estudo entre setembro de 2000 e outubro de 2008, o B'Tselem concluiu, ainda, que em cerca de 79% das mortes ocorridas no período, palestinos foram acometidos primeiro por ações israelenses, ao contrário do que a narrativa israelense oficial usualmente propaga na mídia internacional (Vizualizing Palestine, 2015). A manutenção de uma política de (in)segurança militarizada que pressupõe a necessidade de afastar e eliminar os perigos de forma urgente e eficaz traz a contrapartida de desproporcionalidade na resposta a atos violentos. Bombardeios e assassinatos arbitrários em Gaza e na Cisjordânia não são retratos excepcionais. Nas cenas “de guerra” são amplamente exibidos e acionados equipamentos como tanques de guerra e armamentos de alto poder letal como os fuzis para enfrentar inimigos que, por exemplo, lançam mão de pedras em manifestações populares. Em moldes de punição coletiva, ambientes urbanos densamente populados são alvo de incursões que com frequência abatem a população civil palestina como “danos colaterais”.

Os próprios *checkpoints* passaram a adquirir uma notabilidade nos últimos anos, especialmente no que concerne ao uso da força e assassinatos por parte das Forças de Defesa de Israel e de colonos judaicos⁴⁷, cometidos contra indivíduos palestinos desarmados (Haaland, 2002). De fato, os *checkpoints* passaram também a ser *loci* de humilhação e agressão, como o uso de gás lacrimogênio indiscriminadamente, nudez, negação do acesso a ambulâncias do Crescente Vermelho, falsificação de evidências e comunicação apenas em hebreu. Já os casos de assassinato incluem a morte de um palestino que tentava levar sua esposa ao hospital para dar à luz, bem como um caso registrado como “bala perdida”, que atingiu uma idosa de 94 anos. Contribuindo para esse cenário, as Regulações de Uso da Força da IDF não são claras e permitem a interpretação do que significaria “perigo iminente”, e investigações e acusações são raramente executadas, alimentando a cultura de impunidade nesses ambientes (Haaland, 2002, p. 18). Em menos de um ano houve mais de 300 ataques de colonos à palestinos e que culminaram com sérios danos a 10 mil oliveiras e outras árvores que, não só tem

⁴⁷ “Colono” é a denominação para o habitante de assentamentos na Cisjordânia.

importância econômica como cultural para o povo palestino⁴⁸. Já um estudo acerca de ataques na Cisjordânia constatou que enquanto a violência palestina caiu em 95%, a violência perpetrada por colonos dos assentamentos judaicos aumentou em mais de 300% (Abu-Zahra, 2013, p. 120).

No Brasil, por sua vez, a produção da morte se apresenta como o mais evidente e poderoso mecanismo que expressa políticas de (in)segurança cujo objetivo mor é eliminar “inimigos”, sua população-problema. A cada ano a letalidade policial contra negros aumenta, conforme constatado no Atlas da violência (2022). Em 2019, 6357 mortes foram cometidas pela polícia no país e só no Rio de Janeiro, apenas no primeiro semestre do ano, houve 885 mortos em ações policiais, sendo 711 deles negros, representando cerca de 80% (Theodoro, 2022). A generalização da violência e da necrobiopolítica no Brasil é permitida a partir da lógica dissecada anteriormente de criminalização e perseguição de pessoas e movimentos que representam ameaça social. “A polícia que vai à favela é também uma polícia política, um braço do Estado que está ali unicamente para a tarefa de repressão, mas uma repressão que é fundamentalmente política e cuja violência é muitas vezes letal e não aceita divergências” (Theodoro, 2022, pp. 278).

A prática dos assassinatos coletivos proliferou pelo país desde os eventos emblemáticos do Vigário Geral e da Candelária, no Rio de Janeiro, nos anos 1990, denotando a crescente violência contra as populações periféricas – vejam-se as chacinas da Baixada (Rio, 2005) e do Cabila (Salvador, 2015), para citar apenas alguns exemplos. (...) As chacinas ganharam incidência também nos presídios, fruto da ação policial, como no exemplo do Carandiru (São Paulo, 1992), e da luta entre facções, caso do Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj, Manaus, 2017) e da penitenciária de Alcaçuz (Natal, 2017) (Theodoro, 2022, p. 300).

Dentre a estatística mórbida que situa 80% da população assassinada pela ação policial como negra, os adolescentes e jovens negros, entre 15 e 29 anos estão entre os mais vulneráveis à violência armada, somando 61% das mortes (Porto, 2021). Para além da constatada truculência seletiva em termos raciais dos agentes de segurança brasileiros que se infiltram nas comunidades pobres nas cenas de guerras urbanas brasileiras, há significativa impunidade ou entraves a investigações que possam colocar em xeque a legalidade de mortes. Com o beneplácito dos setores de elite da sociedade que, alinhados com lógicas de segregação racial, apoiam amplamente o trabalho de repressão ao tráfico,

⁴⁸ É neste sentido que a palavra árabe “*sumud*” emerge como símbolo da resistência palestina intimamente ligada ao amor e apeço pela terra, associando o resistir às raízes, ao ficar.

crime organizado e cerceamento das populações negra e pobre em espaços longínquos e controlados, policiais adentram as favelas com aval social, “já cientes de que as autoridades superiores e mesmo o sistema judiciário lhes conferem alto grau de impunidade, desde que façam um serviço de proteção socialmente seletivo e de manutenção das distâncias espaciais e raciais” (Theodoro, 2022, p. 302). Nesse contexto, o termo “genocídio” foi utilizado no Relatório final da CPI do Assassinato de Jovens, do Senado Federal, para descrever a realidade do jovem negro brasileiro onde cerca de 23 mil jovens negros são mortos assassinados por ano, em uma média de um morto a cada 23 minutos.

O breve retrato apresentado de políticas de (in)segurança em voga no Brasil e em Israel hodiernamente ilustra os relevos e pormenores que aproximam os países para além da mera constatação numérica e relatada acerca da comercialização de equipamentos e expertise de segurança. Os “problemas de segurança” combatidos via lógicas militaristas e de guerra para garantir a segurança das populações e cidadãos ideais dos países são produtores profundos de inseguranças para palestinos, em Israel, e negros, no Brasil. De forma não exaustiva, a necessidade de controle e combate às ameaças inalienáveis produz (in)seguranças espaciais, com o confinamento territorial e habitacional em paralelo a medidas de impedimento direto ou indireto de circulação e movimentação pelas áreas das cidades, em particular, e dos países, em geral; o encarceramento desproporcional daqueles entendidos como produtores mor de insegurança; e, por fim, a produção da morte dessas populações via materialidades militares e com claras intencionalidades de usurpar a vida.

3.3. Considerações Finais

Em suma, o presente Capítulo procurou acessar as raízes discursivas e os corolários práticos e materiais do emprego de “soluções” de segurança, sejam elas técnicas ou equipamentos, entendidas e vendidas como “melhores práticas”. Em um primeiro momento, a análise se dedicou a apresentar diferenciações identitárias e raciais como fatores-chave para a constituição de entendimentos do que significa “problema de segurança” no Brasil e em Israel. A clara ressonância e afinidade na lente que posiciona negros e palestinos como abjetos e populações *locus* de perigo, ameaça e produtoras de medo tanto para a segurança física dos “verdadeiros cidadãos” brasileiros e israelenses quanto para a segurança de ideais nacionais superiores de homogeneidade étnico-racial, aproximaram os países em fluxos comerciais e políticos para o emprego de “soluções”. Ainda que, como demonstrado na segunda seção, o padrão de novo urbanismo militarista

trabalhe para aproximar Brasil e Israel de circuitos internacionais similares que entendem a segurança por vias de guerra, suas histórias de formação estatal colonial e de delimitação de fronteiras ativas e atuantes entre eu e Outros aprofundam ainda mais processos de segregação, morte e (in)segurança. Nesse sentido, levando em conta as políticas securitárias implementadas no Brasil e em Israel, foi possível traçar e exemplificar paralelos que possibilitam conectar as ações de venda de “melhores práticas” no setor de Israel para o Brasil de ações de (in)segurança aparentemente ordinárias, cotidianas e particulares de normalização de uma série de violências. Exclusão espacial, cerceamento do movimento, encarceramento racial e a produção da morte no Brasil e em Israel, apesar de aparentemente desconectados, são aprofundados, reinventados e reproduzidos a partir de um amplo e pernicioso circuito de intercâmbio de expertise e materialidade de segurança que aprende a melhor maneira de eliminar ameaças.

Conclusão

A pesquisa encaminhada que culminou com a produção desta Dissertação nasceu de uma inquietação investigativa anterior com a aplicação de aparatos de segurança, controle e vigilância populacional empreendidos pelo Estado de Israel na Palestina e seus desdobramentos, tanto para o aprimoramento da expertise e materialidade de “mecanismos de morte” quanto para a produção da morte e do que Achille Mbembe (2018, p. 68) chamou de “vida na dor”, sobre a população palestina. Em março de 2019, Brasil e Israel, na figura de Jair Bolsonaro e Benjamin Netanyahu, firmaram cinco acordos e um memorando de entendimento específico para as áreas de defesa, serviços aéreos, prevenção e combate ao crime organizado, ciência e tecnologia e segurança cibernética. Amplamente veiculada na mídia, o projeto de aproximação formal e consolidada entre Brasil e Israel no setor de defesa e, assim, a elevação da autoridade de Israel como referência nas áreas de segurança e defesa para o Brasil, desencadeou uma apreensão particular. Israel passou a povoar cada vez mais o imaginário e o cotidiano brasileiro, investindo nas mais diversas negociações e compromissos com o Brasil, e uma presença significativa de empresas israelenses na venda de armas com “soluções” inovadoras para controle e vigilância populacional, não só para as Forças Armadas Forças, mas principalmente para a segurança pública. Essa gama de equipamentos e know-how em segurança e controle populacional, que apresentados como partes integrantes e constitutivas de um projeto para sufocar os palestinos, individualmente e como povo, passou a ocupar uma posição privilegiada no Brasil. A Dissertação foi, nesse sentido, motivada pela observação da circulação de ferramentas e expertise de segurança, vigilância e controle populacional entre Brasil e Israel, e pela repetida propaganda de Israel como “sucesso” nessas áreas, nos últimos vinte e cinco anos, por um lado, e por uma preocupação particular com os casos de normalização da violência nos quadros brasileiro e israelo-palestino, por outro.

A pesquisa empregou abordagens críticas de segurança, novo materialismo, pós-estruturalismo e pós-colonialismo e uma estratégia analítica de análise de discurso para apurar e analisar a troca de materialidade e conhecimento sobre segurança e violência entre Israel e Brasil, propondo a problematização do discurso em voga que reitera Israel como “melhores práticas”, “solução útil” para o Brasil em segurança e defesa. A pergunta principal de pesquisa *Quais são os corolários do posicionamento de Israel como*

referência em segurança e defesa para o Brasil? é, ao fim e a cabo, também uma pergunta que busca encontrar o *locus* das afinidades e conexões entre os países que os conectam intimamente a ponto de haver uma aproximação sólida de ao menos um quarto de década, material e imaterial, em seus setores de (in)segurança. De modo a acessar as ressonâncias e os corolários da alçada de Israel à posição modelar em segurança para o Brasil, o trabalho procurou escavar os discursos que circulam no Brasil sobre Israel em defesa e segurança e as narrativas que informam as diversas representações e posicionamentos de Israel em relação à expertise e know-how em segurança e compreender como Israel é interpretado neste setor no Brasil. Ao mesmo tempo em que concluiu-se que o posicionamento privilegiado de Israel no Brasil é proeminente, os discursos em voga no Brasil foram identificados como parte de um circuito internacional mais amplo, reproduzido e reprogramado nacionalmente, de “israelidade” ou “*Israeli-ness*” no setor de segurança – cujos atributos principais associados a expertise, técnicas, produtos e equipamentos securitários incluem experiência de segurança, alta eficiência, alta tecnologia e profissionalismo culminando com a imagem “made in Israel” como solução e “melhores práticas”.

De suma importância e amplamente dissecado, o papel discursivo dos atos de fala não exaure o potencial analítico necessário para compreender o dispositivo de segurança que alça Israel à modelo em curso no Brasil. Uma análise minuciosa foi empreendida para compreender objetos de violência, em geral, e tanques de guerra e armamentos, em particular, como co-agentes no ambiente securitário, entendendo que treinamentos, técnicas e expertise de segurança fornecidos por Israel influenciam diretamente no apetite pela aquisição de equipamentos do setor. Alinhado a um aparato discursivo que lança mão de técnicas de branding, marketing e vendas, os equipamentos de segurança israelense exercem sua agência influenciando sentimentos como poder e desejo, por um lado, e terror e medo, por outro. Normalizados e adaptados ao cotidiano brasileiro, os “caiveirões” ou “Guardiões”, veículos blindados similares a tanques de guerra, e os armamentos pesados como fuzis possuem, em variados aspectos, inspiração ou atualizações israelenses, ao passo que agentes de segurança, especialmente as Forças Armadas e Polícias Militares, no país foram submetidos a treinamentos mais diversos para aprender e adaptar o *modus operandi* securitário azul-e-branco em solo brasileiro. Não apenas como um mero receptor das políticas de (in)segurança israelenses, a proposta de “solução” encontra no Brasil um embaralhamento receptivo entre as ações de

policciamento, manutenção da ordem, segurança, defesa e noções de “guerra” para, então, participar dinamicamente de seus corolários hodiernos.

O oferecimento de modelos, práticas eficientes e já experimentadas por Israel encontra reverberação especificamente na definição do que e de quem são os problemas de segurança no Brasil. Os efeitos da aproximação securitária Brasil-Israel são inteligíveis a partir de lentes que direcionem o olhar analítico para encontrar os alvos, “inimigos” na mira das práticas de (in)segurança. Desse modo, a presente pesquisa, acessou as raízes discursivas, em especial as diferenciações identitárias e raciais, como fatores-chave para a constituição de entendimentos do que significa “problema de segurança” no Brasil e em Israel. Identificando negros e pobres, no Brasil, e palestinos, em Israel, como fornecedores de ameaça, perigo e locus de insegurança tanto para a segurança física dos “verdadeiros cidadãos” brasileiros e israelenses, quanto para a segurança de ideais nacionais superiores de homogeneidade étnico-racial, a aproximação dos países em fluxos comerciais e políticos para o emprego de “soluções” é melhor compreendida. Com trajetórias históricas aparentemente diferentes e afastadas, Brasil e Israel se aproximam em esforços empreendidos para delimitar fronteiras entre eu e Outros que aprofundam processos de segregação, morte e (in)segurança. O caminho até aqui percorrido permitiu traçar e exemplificar paralelos que possibilitam conectar as ações de venda de “melhores práticas” no setor de segurança de Israel para o Brasil a ações de (in)segurança reiteradas e cotidianas que contribuem para a normalização da violência em ambientes urbanos.

Exclusão espacial, restrições e cerceamento de movimento, encarceramento racializado e a produção de morte no Brasil e em Israel, apesar de aparentemente não manterem ligações diretas, são aprofundados, reinventados e reproduzidos a partir de um circuito de trocas de expertise e materialidade de segurança que ensina e constantemente remodela as melhores de eliminar “inimigos”. A Dissertação procurou contribuir, ainda, para suscitar questionamentos como: de que maneira o Brasil, vocalizado como democrático e diplomaticamente defensor da paz, tangencia em muitos níveis as políticas de (in)segurança empregadas por Israel, país reconhecido internacionalmente por seu envolvimento recorrente em conflitos formais e informais? Mais adiante, a pesquisa buscou fomentar curiosidade e inquietações investigativas futuras para o acompanhamento da utilização ampla e crescente de técnicas e materialidades israelenses remodeladas no setor de segurança no país, em especial, para novos equipamentos e tecnologias não abordadas no escopo do presente trabalho como drones e softwares de

controle populacional. Devemos nos acostumar e negligenciar práticas de “guerra” para promover a segurança de alguns e a insegurança de muitos?

Referências

A VERDADE. Governo promove política fascista de chacinas nas favelas do RJ. 27 jul. 2022. Disponível em: <<https://averdade.org.br/2022/07/governo-promove-politica-fascista-de-chacinas-nas-favelas-do-rj/>>. Acesso em: 27 jul. 2022.

AARON, Paul Gaston. The Idolatry of Force (Part II): Militarism in Israel's Garrison State. *Journal of Palestine Studies*, v. XLVIII, n. 2, 2019.

AARON, Paul Gaston. The Idolatry of Force: How Israel Embraced Targeted Killing. *Journal of Palestine Studies*, v. XLVI, n. 4, 2017.

ABUJIDI, Nurhan. Surveillance and spatial flows in the occupied Palestinian territories. In: ZUREIK, Elia; LYON, David, ABU-LABAN, Yasmeen (Eds.). *Surveillance and Control in Israel/Palestine: Population, territory, and power*. New York: Routledge, 2011, pp. 313-334.

ABU-ZAHRA, Nadia; KAY, Adah. *Unfree in Palestine: Registration, Documentation and Movement Restriction*. London: Pluto Press, 2013.

ACADEMIA IMI. *Sobre Nós*. Disponível em: <<https://www.imi.academy/pt/sobre-n%C3%B3s>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

ADDAMEER. *Children*. Addameer, dez. 2017. Disponível em: <http://www.addameer.org/the_prisoners/children>. Acesso em: 02 out. 2019.

AFIUNE, Giulia; MOTA, Jessica; VIANA, Natalia. 100 remoções no Rio Olímpico: O que descobrimos. *Instituto Ludopédio*, 25 jul. 2016. Disponível em: <<https://ludopedio.org.br/arquibancada/100-remocoes-no-rio-olimpico-o-que-descobrimos/>>. Acesso em: 01 ago. 2022.

AGÊNCIA Brasil. *Bolsonaro chega a Israel e defende parcerias em segurança e defesa*. 31 mar. 2019a. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-03/bolsonaro-chega-israel-e-defende-parcerias-em-seguranca-e-defesa>>. Acesso em: 18 mar. 2021.

AGÊNCIA BRASIL. Na ONU, Temer tem encontros com representantes de Israel, Egito e Palestina. 19/09/2017. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-09/na-onu-temer-tem-encontros-com-representantes-de-israel-egito-e>>. Acesso em: 10 set. 2021.

AGÊNCIA Força Aérea. Hermes 900 reforça capacidade operacional da FAB no reconhecimento eletrônico. 27/03/2014. Disponível em: <<https://www.fab.mil.br/noticias/mostra/18093/REAPARELHAMENTO-%E2%80%93-Hermes-900-refor%C3%A7a-capacidade-operacional-da-FAB-no-reconhecimento-eletr%C3%B4nico>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

AGÊNCIA Senado. *Senado aprova acordo entre Brasil e Israel na área de Defesa*. 29 mar. 2022. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/03/29/senado-aprova-acordo-entre-brasil-e-israel-na-area-de-defesa>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

AGILITE. IDF Pistol Shooting Technique in 5 Minutes. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=swveA-_1dus>. Acesso em: 21 jun. 2022.

AGORA Notícias Brasil. *Uso de caveira no uniforme infringe regulamento do BOPE, dizem especialistas*. 15 ago. 2019. Disponível em: <<https://agoranoticiasbrasil.com.br/uso-de-caveira-no-uniforme-infringe-regulamento-do-bope-dizem-especialistas/>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

AHREN, Raphael. Brazil opens trade office in Jerusalem, hailed as harbinger of embassy move. *The Times of Israel*, 15/12/2019. Disponível em: <<https://www.timesofisrael.com/brazil-opens-trade-office-in-jerusalem-hailed-as-harbinger-of-embassy-move/>>. Acesso em: 15 set. 2021.

AL NAJJAR, Hanin Dawud. De Gaza ao Rio: equipamentos de Israel globalizam o terror. *Outras Palavras*, 20 dez. 2021. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerra/de-gaza-ao-rio-equipamentos-de-israel-globalizam-terror/>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

ALBUQUERQUE, Ana Luiza; MOREIRA, Mariana; CAMAZANO, Priscila. Polícia confirma 17 mortes em operação no Complexo do Alemão, no Rio. *Folha de S.Paulo*, 21 jul. 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/07/policias-militar-e-civil-fazem-operacao-no-complexo-do-alemao-no-rio.shtml>>. Acesso em: 22 jul. 2022.

ALFANO, Paula; LIMA, Eduardo. Dossiê: As Forças de Defesa de Israel. *Super Abril*, 2020. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/sociedade/dossie-israel-forcas-de-defesa/>>. Acesso em: 15 jun. 2022.

ALLOUCHE, Yasmina. Remembering the First Intifada. *Memo*, 2016. Disponível em: <<https://www.middleeastmonitor.com/20161208-remembering-the-first-intifada/>>.

Acesso em: 04 ago. 2022.

ALMEIDA, Silvio. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

AL-MUGHRABI, Nidal; HELLER, Jeffrey. Jerusalem violence leads to rockets, air strikes. *Reuters*, 10 de maio de 2021. Disponível em: <<https://www.reuters.com/world/asia-pacific/violence-erupts-al-aqsa-mosque-israel-marks-jerusalem-day-2021-05-10/>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

ALVES, Chico. Foi na ditadura que fuzis começaram a ser desviados para o tráfico. *Uol*, 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/chico-alves/2020/06/28/foi-na-ditadura-militar-que-fuzis-comecaram-a-ser-desviados-para-o-trafico.htm>>. Acesso em: 30 jun. 2022.

AMAZONAS Atual. PM no Amazonas recebe metralhadoras israelenses que disparam 700 tiros por minuto. 2021. Disponível em: <<https://amazonasatual.com.br/pm-no-amazonas-recebe-metralhadoras-israelenses-que-disparam-700-tiros-por-minuto/>>.

Acesso em: 15 jul. 2022.

AMEN, David. Julho Negro: Contra o Racismo, a Militarização e o Apartheid. *RioOnWatch*, 26 jul. 2021. Disponível em: <<https://rioonwatch.org.br/?p=57332>>.

Acesso em: 15 jul. 2022.

ARADAU, Claudia. Security That Matters: Critical Infrastructure and Objects of Protection. *Security Dialogue*, v. 41, n. 5, 2010.

ARADAU, Claudia; HUYSMANS, Jef; NEAL, Andrew; VOELKNER, Nadine. *Critical Security Methods: New frameworks for analysis*. London and New York: Routledge, 2015.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites século XIX. Rio e Janeiro: Paz e Terra, 1987.

B'TSELEM. *About B'Tselem*. Jerusalem, [s.d.]. Disponível em: <https://www.btselem.org/about_btselem>. Acesso em: 10 jul. 2022.

B'TSELEM. *Administrative Detention*. Jerusalem, [s.d.]. Disponível em: <https://www.btselem.org/topic/administrative_detention>. Acesso em: 10 jul. 2022.

B'TSELEM. *Statistics on Palestinians in the custody of the Israeli security forces*. Jerusalem, 26 set. 2019. Disponível em: <https://www.btselem.org/statistics/detainees_and_prisoners>. Acesso em: 10 jul. 2022.

B'TSELEM. *The Gaza Strip*. Jerusalem, 11 nov. 2017. Disponível em: <https://www.btselem.org/gaza_strip>. Acesso em: 10 jul. 2022.

BALIBAR, Étienne. Is there a 'neo-racism'? In: BALIBAR, Étienne; WALLERSTEIN, Immanuel (Eds.). *Race, Nation, Class: Ambiguous Identities*. New York: Verso Books, 1991.

BALZACQ, Thierry. Security practices. In: DENEMARK, Robert A.; MARLIN-BENNETT, Renée (Ed.). *International Studies Encyclopedia*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010.

BARAD, Karen. Posthumanist Performativity: Toward an Understanding of How Matter Comes to Matter. *Gender and Science*, v. 28, 2003.

BBC News. *Hamas: o que é o grupo palestino que enfrenta Israel*. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57114157>>. Acesso em: 12 nov. 2021.

BBC. *Conflito entre Israel e palestinos: ataques aéreos derrubam prédio de agências de notícia e matam crianças em Gaza*. 15 de maio de 2021a. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57130215>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

BBC. *O que está por trás da nova espiral de violência em Jerusalém*. 9 maio de 2021b. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57048249>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

BDS Movement in Latin America. *Israeli Militarism in Latin America*. Disponível em: <<https://www.stopthewall.org/sites/default/files/Israeli-Militarism-in-Latin-America.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2022.

BDS. BDS. Disponível em: <<https://bdsmovement.net/pt>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

BENNIS, Phyllis. For Jews Only: Racism Inside Israel [15 de dezembro, 2000] Color Lines. Entrevista concedida a Max Elbaum. Disponível em: <<https://www.colorlines.com/articles/jews-only-racism-inside-israel>>. Acesso em: 9 ago. 2020.

BERDA, Yael. *Living Emergency: Israel's Permit Regime in the Occupied West Bank*. California: Stanford University Press, 2017.

BEZERRA, Eudes. Mossad – guia completo sobre o serviço secreto de Israel. *Incrível História*, 2019. Disponível em: <<https://incrivelhistoria.com.br/mossad-servico-secreto-israel/>>. Acesso em: 15 jun. 2022.

BHAMBRA, Gurminder K. Brexit, Trump, and ‘methodological whiteness’: on the misrecognition of race and class. *The British Journal of Sociology*, v. 68, n. S1, 2017.

BIGO, Didier. International Political Sociology. In: WILLIAMS, Paul D. *Security Studies: An Introduction*. London and New York: Routledge, 2008.

BORGES, Juliana. *Encarceramento em massa no Brasil*. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

BOUSQUET, Antoine J. *The Scientific Way of Warfare: Order and Chaos on the Battlefields of Modernity*. New York: Columbia University Press, 2009.

BOUSQUET, Antoine; GROVE, Jairus; SHAH, Nisha. Becoming weapon: an opening call to arms. *Critical Studies on Security*, v. 5, n. 1, 2017.

BOUSQUET, Antonie. A Revolution in Military Affairs? In: MCCARTHY, Daniel R. (Ed.). *Technology and World Politics: An Introduction*. London and New York: Routledge, 2018.

BRASIL 247. *Bolsonaro pede desculpas a Israel por nota “hipócrita” do Brasil*. 31/07/2014. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/brasil/bolsonaro-pede-desculpas-a-israel-por-nota-hipocrita-do-brasil>>. Acesso em: 01 out. 2021.

BRASIL Econômico. *TR Kadima: fusão cria grupo tático brasileiro com padrão israelense*. 21 mar. 2022. Disponível em: <<https://economia.ig.com.br/empresas/2022-03-21/tr-kadima--fusao-cria-grupo-tatico-brasileiro-com-padrao-israelense.html>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL, Cristina Índio do. Witzel viaja para Israel com agenda focada em segurança e tecnologia. *Agência Brasil*, 04/12/2018. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-12/witzel-viaja-para-israel-com-agenda-focada-em-seguranca-e-tecnologia>>. Acesso em: 14 out. 2021.

BRASIL. Decreto Nº 7.159, de 27 de abril de 2010. Promulga o Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e o Estado de Israel, assinado em Montevideu, em 18 de dezembro de 2007. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7159.htm>. Acesso em: 20 set. 2021.

BRASIL. Extrato do Contrato Nº 003/COMGAP-CABW/2006. *Diário Oficial da União*, 2006.

BURGIERMAN, Denis Russo. Um incrível mapa interativo para quem quer entender raça no Brasil. *Super Interessante*, 4 nov. 2016. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/ciencia/um-incriveis-mapa-interativo-para-quem-quer-entender-raca-no-brasil/>>. Acesso em: 01 ago. 2022.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. *The evolution of international security studies*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; DE WILDE, Jaap. *Security: a new framework for analysis*. Boulder: Lynne Rienner, 1998.

CABRAL, Julio. Que tal um tanque francês? Primeiro Carro de Combate do Brasil era Renault. *Quatro Rodas*, 2022. Disponível em: <<https://quatrorodas.abril.com.br/carros-classicos/que-tal-um-tanque-frances-primeiro-carro-de-combate-do-brasil-era-renault/#:~:text=O%20primeiro%20emprego%20dele%20no,metralhadora%E2%80%9D%2C%20conta%20Expedito%20Bastos>>. Acesso em: 12 jun. 2022.

CAIAFA, Roberto. IAI aposta no Brasil. *InfoDefesa*, 28/07/2014. Disponível em: <<https://www.infodefesa.com/texto-diario/mostrar/3135250/iai-aposta-no-brasil>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

CÂMARA Brasil-Israel de Comércio e Indústria (BRIL). Anuário Brasil-Israel 2016. 2016. Disponível em: <<https://brilchamber.org.br/wp-content/uploads/2021/09/Anua%CC%81rio-2016-web.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2021.

CÂMARA Brasil-Israel de Comércio e Indústria (BRIL). Anuário Brasil-Israel 2015. 2015. Disponível em: <<https://brilchamber.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Anuario-2015.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2021.

CÂMARA Brasil-Israel de Comércio e Indústria (BRIL). Anuário Brasil-Israel 2014. 2014. Disponível em: <https://brilchamber.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Anuario-Cambici-2014_Final.pdf>. Acesso em: 25 set. 2021.

CÂMARA Brasil-Israel de Comércio e Indústria (BRIL). Anuário Brasil-Israel 2013. 2013. Disponível em: <<https://brilchamber.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Cambici-2013.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2021.

CÂMARA Brasil-Israel de Comércio e Indústria (BRIL). Anuário Brasil-Israel 2012. 2012. Disponível em: <https://brilchamber.org.br/wp-content/uploads/2021/04/anuario_brasil_israel_tela.pdf>. Acesso em: 25 set. 2021.

CAMPBELL, David. *Writing Security: United States Foreign Policy and the Politics of Identity*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992.

CAPS. *Mekor: tiro tático israelense*. Disponível em: <<https://caps-pro.com.br/mekor-tiro-tatico-israelense/>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Mensagem ao Congresso Nacional: Na Abertura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura*. Brasília, 1996.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARTA CAPITAL. BDS: 14 anos de muitas vitórias da solidariedade aos palestinos. 16/07/2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/justica/bds-14-anos-de-muitas-vitorias-da-solidariedade-aos-palestinos/>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

CASARÕES, Guilherme; VIGEVANI, Tullo. O lugar de Israel e da Palestina na política externa brasileira: antissemitismo, voto majoritário ou promotor de paz? *História*, v. 33, n. 2, p. 150-188, 2014.

CHAMAYOU, Grégoire. *A Theory of the Drone*. New York: The New Press, 2015.

COAFFEE, Jon; HAM, Peter Van. Guest Editorial: 'Security branding': The role of security in marketing the city, region or state. *Place Branding and Public Diplomacy*, v. 4, 3, pp. 191-195, 2008.

COAFFEE, Jon; ROGERS, Peter. Reputational risk and resiliency: The branding of security in place-making. *Place Branding and Public Diplomacy*, v. 4, 3, pp. 205-217, 2008.

COELHO, Leonardo. Ação da PM em favela do RJ destrói casas e revolta moradores. *Ponte*, 2019. Disponível em: <<https://ponte.org/acao-da-pm-em-favela-do-rj-destroi-casas-e-revolta-moradores/>>. Acesso em: 23 jun. 2022.

COHEN, Eliot A.; EISENSTADT, Michael J.; BACEVICH, Andrew J. Israel's Revolution in Security Affairs. *Survival*, v. 40, n. 1, 1998.

CONIB. *Relatório de Atividades*. 2020. Disponível em: <<https://www.conib.org.br/relatorio-de-atividades/>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

CONSULADO Geral de Israel em São Paulo. *Polícia Nacional de Israel Abre Escritório em SP*. 29/10/2019. Disponível em: <<https://embassies.gov.il/sao-paulo/NewsAndEvents/Pages/POLICIA-NACIONAL-DE-ISRAEL-ABRE-ESCRITORIO-EM-SAO-PAULO.aspx>>. Acesso em: 18 mar. 2021.

COOK, Jonathon. "The Lab": Israel tests weapons, tactics on captive Palestinian population. *Who Profits*, 2013. Disponível em: <https://www.whoprofits.org/sites/default/files/weapons_%20report-8.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2022.

CREVELD, Martin van. *Technology and War: From 2000 B. C. to the Present*. New York: Free Press, 1989.

DEFESA Em Foco. *Em Israel, ARES recebe comitiva do Exército Brasileiro na fábrica do blindado Merkava*. 10 fev. 2022. Disponível em: <<https://www.defesaemfoco.com.br/em-israel-ares-recebe-comitiva-do-exercito-brasileiro-na-fabrica-do-blindado-merkava/>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

DEFESA NET. Israel Weapon Industries (IWI) Exibe uma Ampla Gama de Armas Leves Avançadas para Forças de Segurança. 8/04/2012. Disponível em: <<https://www.defesanet.com.br/armas/noticia/5500/Israel-Weapon-Industries-%28IWI%29-Exibe-uma-Ampla-Gama-de-Armas-Leves-Avancadas-para-Forcas-de-Seguranca/>>. Acesso em: 15 out. 2021.

DEFESANET. *1 – Os 100 Anos dos Blindados no Exército Brasileiro*. 2021. Disponível em: <<https://www.defesanet.com.br/bld/noticia/40081/1---Os-100-Anos-dos-Blindados-no-Exercito-Brasileiro/>>. Acesso em: 15 jun. 2022.

DEFESANET. *4 – A Consolidação dos Blindados no Exército Brasileiro*. 2021. Disponível em: <<https://www.defesanet.com.br/bld/noticia/40369/4---A-Consolidacao-dos-Blindados-no-Exercito-Brasileiro/>>. Acesso em: 12 jun. 2022.

DEFESANET. *A IWI apresentará a NEGEV NG7 - a metralhadora leve (LMG) de calibre 7.62 mm com modo semiautomático e o avançado rifle Bullpup TAVOR-X95*. 2019. Disponível em: <<https://www.defesanet.com.br/laad2019/noticia/32454/A-IWI-apresentara-a-NEGEV-NG7---a-metralhadora-leve-%28LMG%29-de--calibre-7-62-mm-com-modo-semiautomatico-e-o-avancado-rifle-Bullpup-TAVOR-X95/>>. Acesso em: 12 jul. 2022.

DEFESANET. *AEL Sistemas segue investindo em P&D e quer contratar mais 50 profissionais*. 2021. Disponível em: <<https://www.defesanet.com.br/bid/noticia/42535/AEL-Sistemas-segue-investindo-em-P%26D-e-quer-contratar-mais-50-profissionais/>>. Acesso em: 12 jun. 2022.

DEFESANET. *Israel Weapon Industries (IWI) Exibe uma Ampla Gama de Armas Leves Avançadas para Forças de Segurança*. 8 abr. 2012. Available at: <<https://www.defesanet.com.br/armas/noticia/5500/Israel-Weapon-Industries-%28IWI%29-Exibe-uma-Ampla-Gama-de-Armas-Leves-Avancadas-para-Forcas-de-Seguranca/>>. Acesso em: 18 mar. 2021.

DEFESANET. *Polícia Civil do Rio de Janeiro receberá treinamento de Krav Maga contra terrorismo*. 17 jul. 2017. Disponível em: <<https://www.defesanet.com.br/terror/noticia/26438/Policia-Civil-do-Rio-de-Janeiro-recebera-treinamento-de-Krav-Maga-contra-terrorismo/>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

DELEGADOS. *Taurus apresenta fuzil de tecnologia israelense*. 2009. Disponível em: <<https://delegados.com.br/noticia/taurus-apresenta-fuzil-de-tecnologia-israelense/>>. Acesso em: 5 jul. 2022.

DICHTCHEKENIAN, Patrícia. *Contratos militares entre Brasil e Israel chegam a quase R\$ 1 bilhão, revelam documentos*. *OperaMundi*, 04/11/2014. Disponível em: <<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/38409/contratos-militares-entre->

brasil-e-israel-chegam-a-quase-r-1-bilhao-revelam-documentos>. Acesso em: 15 nov. 2021.

DICKSON, Michael. Israel's democracy deserves your respect. *The Times of Israel*. 7 de abril, 2019. Disponível em: <<https://blogs.timesofisrael.com/israels-democracy-deserves-your-respect/>>. Acesso em: 9 ago. 2020.

DIPLOMACIA Business. *Exército brasileiro assina acordo de cooperação com empresa de Israel para capacitação de militares*. 2 abr. 2022. Disponível em: <<https://www.diplomaciabusiness.com/exercito-brasileiro-assina-acordo-de-cooperacao-com-empresa-de-israel-para-capacitacao-de-militares/>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

DOLCE, Júlia; LABAKI, Victor. Brasil é um dos principais compradores de tecnologia e treinamento militar israelense. *Brasil de Fato*, 3 fev. 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/02/03/brasil-e-um-dos-principais-compradores-de-tecnologia-e-treinamento-militar-israelense>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

DOTY, Roxanne Lynn. Foreign Policy as Social Construction: A Post-Positivist Analysis of U.S. Counterinsurgency Policy in the Philippines. *International Studies Quarterly*, v. 37, pp. 297-320, 1993.

DOTY, Roxanne Lynn. *Imperial Encounters*. Minneapolis and London: University of Minnesota Press, 1996.

DUARTE, Evandro Piza; QUEIROZ, Marcos Vinícius Lustosa; COSTA, Pedro Argolo. A Hipótese Colonial, um diálogo com Michel Foucault: a modernidade e o Atlântico Negro no centro do debate sobre racismo e sistema penal. *Universitas JUS*, v. 27, n. 2, 2016.

DVIR, D.; TISHLER, A. The Changing Role of the Defense Industry in Israel's Industrial and Technological Development. *Defense Analysis*, v. 16, n. 1, pp. 33-52, 2000.

DW. Israel intensifica bombardeios em Gaza, e Tel Aviv vira alvo. 12 mai. 2021. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/israel-intensifica-bombardeios-em-gaza-e-tel-aviv-vira-alvo/a-57511842>>. Acesso em: 02 ago. 2022.

DWOSKIN, Elizabeth. Israel escalates surveillance of Palestinians with facial recognition program in West Bank. *The Washington Post*, 8 de novembro de 2021.

Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/middle_east/israel-palestinians-surveillance-facial-recognition/2021/11/05/3787bf42-26b2-11ec-8739-5cb6aba30a30_story.html>. Acesso em: 15 fev. 2022.

EDWARDS, Paul N. The Closed World: Systems Discourse, Military Policy and Post-World War II US Historical Consciousness. In: LEVIDOW, Les; ROBINS, Kevin (Eds.). *Cyborg Worlds: The Military Information Society*. London: Free Association Books, 1989.

EFRON, Noah. Zionism and the Eros of Science and Technology. *Zygon*, v. 46, n. 2, 2011.

EMBAIXADA de Israel no Brasil. *História: tempos bíblicos*. Disponível em: <<https://embassies.gov.il/brasil/AboutIsrael/history/Pages/HISTORIA-Tempos-biblicos.aspx>>. Acesso em: 9 ago. 2020.

EMBAIXADA do Brasil em Tel Aviv. Data Nacional do Brasil – Sete de Setembro – Mensagem do Embaixador em Israel. Disponível em: <http://telaviv.itamaraty.gov.br/pt-br/o_embaixador.xml>. Acesso em: 22 set. 2021.

EMBAIXADA do Brasil em Tel Aviv. Gerson Meandro Garcia de Freitas: Embaixador do Brasil em Israel. Disponível em: <http://telaviv.itamaraty.gov.br/pt-br/o_embaixador.xml>. Acesso em: 22 set. 2021.

ESTADÃO. Rio terá 8 novos ‘caveirões’ para grandes eventos. 2013. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2013/01/26/rio-tera-8-novos-caveiroes-para-grandes-eventos.htm>>. Acesso em: 25 jun. 2022.

EURO-MED Human Rights Monitor. Israel killed five times as many Palestinians in 2022 than it killed in the same period in 2021. 15 abr. 2022. Disponível em: <<https://euromedmonitor.org/en/article/5059/Israel-killed-five-times-as-many-Palestinians-in-2022-than-it-killed-in-the-same-period-in-2021>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

EXAME. Israel se oferece para ajudar o Brasil na segurança dos Jogos de 2016. 14/03/2012. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/israel-se-oferece-para-ajudar-o-brasil-na-seguranca-dos-jogos-de-2016/>>. Acesso em: 10 set. 2021.

FAB. Hemes 450 é empregado pela primeira vez em combate aéreo simulado. 2014. Disponível em: < <https://www.fab.mil.br/noticias/mostra/19817/>>. Acesso em: 14 out. 2021.

FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Lisboa: Editora Ulisseia, 1961.

FEDERAÇÃO Sul-Americana de Krag Maga. *Krav Maga para forças de segurança*. Disponível em:<<https://kravmaga.com.br/militar/>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

FELÍCIO, João Antonio. Por um espírito olímpico coerente. *Le Monde Diplomatique*, 16/03/2015. Disponível em: < <https://diplomatique.org.br/por-um-espirito-olimpico-coerente/>>. Acesso em: 20 set. 2021.

FERNANDES, Fernando Bartholomeu. *As Relações Civil-Militares durante o Governo Fernando Henrique Cardoso – 1995-2002*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: < <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2415/1/Fernando%20B%20Fern.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2022.

FIESP. *Brasileiros irão a Israel conhecer modelo de segurança pública*. 19 out. 2010. Disponível em: <<https://www.fiesp.com.br/noticias/brasileiros-irao-a-israel-conhecer-modelo-de-seguranca-publica/>>. Acesso em: 18 mar. 2021.

FLINT, Guila. Delegação do Brasil vai a Israel conhecer tecnologias de segurança para Copa e Olimpíada. *BBC News*, 29 out. 2010. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/10/101029_israel_seguranca_gf_rc>. Acesso em: 10 set. 2021.

FLINT, Guila. Pacote turístico israelense oferece treino para ‘matar terroristas’. *BBC News*, 18 jun. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/06/120618_israel_treino_tiro_gf>. Acesso em: 10 jun. 2022.

FOLHA de Londrina. *Policiais do PR farão curso em Israel*. 18 abr. 2001. Disponível em; <<https://www.folhadelondrina.com.br/geral/policiais-do-pr-farao-curso-em-israel-333436.html>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

FOLHA DE S. PAULO. Veto a embaixador expõe dependência da Defesa com Israel, diz Amorim. 25/12/2015. Disponível em: <

<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/12/1722979-veto-a-embaixador-expoe-dependencia-da-defesa-com-israel-diz-amorim.shtml>>. Acesso em: 18 set. 2021.

FOUCAULT, *Ditos & Escritos, vol. IV: Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Editions Gallimard, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *O governo de si e dos outros*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

FRANCO, Luiza. O que Bolsonaro negociou em Israel para a área de segurança pública? *Negócios*, 02/04/2019. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2019/04/o-que-bolsonaro-negociou-em-israel-para-area-de-seguranca-publica.html>>. Acesso em: 25 set. 2021.

FRANCO, Marielle. *UPP – A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro*. 2014. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

FULLER, J. F. C. *Armament And History: The Influence Of Armament on History From The Dawn Of Classical Warfare To The End Of The Second World War*. New York: Da Capo Press, 1998.

G1 Rio. *Satélite israelense vai ajudar na segurança da Olimpíada no Rio*. 24/06/2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/olimpiadas/rio2016/noticia/2016/06/satelite-israelense-vai-ajudar-na-seguranca-da-olimpiada-no-rio.html>>. Acesso em: 10 set. 2021.

G1 SÃO PAULO. *Choque recebe blindados israelenses no valor de R\$ 30 milhões em SP*. 01/07/2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/07/choque-recebe-blindados-israelenses-no-valor-de-r-30-milhoes-em-sp.html>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

G1 São Paulo. *Conheça a história dos ‘rolezinhos’ em São Paulo*. 14 jan. 2014. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/01/conheca-historia-dos-rolezinhos-em-sao-paulo.html>>. Acesso em: 01 ago. 2022.

GALANTE, Alexandre. Taurus fecha acordo com israelenses. *Forças Terrestres*, 2009. Disponível em: <<https://www.forte.jor.br/2009/04/14/taurus-fecha-acordo-com-israelenses/>>. Acesso em: 5 jul. 2022.

GARATTONI, Bruno. Israel usou enxame de drones autônomos para atacar alvos em Gaza. *Super Interessante*, 6 de julho de 2021. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/coluna/bruno-garatttoni/israel-usou-enxame-de-drones-autonomos-para-atacar-alvos-em-gaza/>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

GELVIN, James L. *Israel x Palestina: 100 anos de guerra*. Ed 1. São Paulo: Edipro, 2017.

GLOBO News. *Tropa do Bope canta grito de guerra que faz apologia à violência*. 2013. Disponível em: <<https://g1.globo.com/globo-news/noticia/2013/05/tropa-do-bope-canta-grito-de-guerra-que-faz-apologia-violencia.html>>. Acesso em: 21 jun. 2022.

GODOY, Roberto. Taurus apresenta fuzil de tecnologia israelense. *Estadão*, 15/04/2009. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,taurus-apresenta-fuzil-de-tecnologia-israelense,354869>>. Acesso em: 11 nov. 2021.

GOLD, Hadas. Espionagem: hackers internacionais expõem o lado mais sombrio de Israel. *CNN Brasil*, 25 jul. 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/espionagem-hackers-internacionais-expoem-o-lado-mais-sombrio-de-israel/>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

GOMES, Laurentino. *Escravidão: Volume I*. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

GONZÁLEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Ltda., 1982.

GONZO, Amauri; VASCONCELOS, Caê; STABILE, Arthur. Ação judicial em Israel tenta impedir Doria de comprar metralhadoras para a Rota. *DefesaNet*, 2020. Disponível em: <<https://www.defesanet.com.br/ghbr/noticia/38281/Acao-judicial-em-Israel-tenta-impedir-Doria-de-comprar-metralhadoras-para-a-Rota/>>. Acesso em: 10 jul. 2022.

GRAHAM, Stephen. *Cities Under Siege: The New Military Urbanism*. Verso: New York, 2011.

GRASSIANI, Erella. Commercialised occupation skills: Israeli security experience as an international brand. In: LEESE, Matthias; WITTENDORP, Stef. *Security/Mobility: Politics of movement*. Manchester: Manchester University Press, 2017.

GRASSIANI, Erella; MULLER, Frank. Brazil-Israel Relations and the Marketing of Urban Security Expertise. *Latin American Perspectives*, v. 46, n. 3, p. 114-130, 2019.

GROVE, Jairus. An Insurgency of Things: Foray into the World of Improvised Explosive Devices. *International Political Sociology*, 2016.

HAGANÁ. *O Grupo Haganá*. Disponível em: <<https://www.hagana.com.br/empresa-especializada-em-seguranca-patrimonial/>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

HALL, Stuart. *The Fateful Triangle: Race, Ethnicity, Nation*. Cambridge: Harvard University Press, 2017.

HAM, Peter van. The Rise of the Brand State: The Postmodern Politics of Image and Reputation. *Foreign Affairs*, v. 80, n. 5, 2001.

HAMBLING, David. Israel used world's first AI-guided combat drone swarm in Gaza attacks. *NewScientist*, 30 de junho de 2021. Disponível em: <<https://www.newscientist.com/article/2282656-israel-used-worlds-first-ai-guided-combat-drone-swarm-in-gaza-attacks/>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

HAMMAMI, Rema. On (not) Suffering at the Checkpoint; Palestinian Narrative Strategies of Surviving Israel's Carceral Geography. *Borderlands*, v. 14, n. 1, mai. 2015.

HANANIA, Ray. Israel 's long campaign of home demolitions back in the spotlight. *Arab News*, 9 jan. 2020. Disponível em: <https://www.arabnews.jp/en/opinion/article_8364/>. Acesso em: 01 ago. 2022.

HANDELZALTS, Michael. Word for Word: Who's Throwing Who Into the Sea? *Haaretz*, 6 jul. 2012. Disponível em: <[haaretz.com/who-s-throwing-who-into-the-sea-1.5202302](https://www.haaretz.com/who-s-throwing-who-into-the-sea-1.5202302)>. Acesso em: 9 ago. 2020.

HANDELZALTS, Michael. Word for Word: Who's Throwing Who Into the Sea? *Haaretz*, 6 jul. 2012. Disponível em: <[haaretz.com/who-s-throwing-who-into-the-sea-1.5202302](https://www.haaretz.com/who-s-throwing-who-into-the-sea-1.5202302)>. Acesso em: 9 ago. 2020.

HENRIQUES, Frederico; BOZZETTO, Marina. Eles comercializam armas, nós internalizamos lutas. *Revista Movimento*, 02/05/2018. Disponível em: <<https://movimentorevista.com.br/2018/05/eles-comercializam-armas-nos-internacionalizamos-as-lutas-do-brasil-a-palestina-contra-a-militarizacao/>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

HERZOG, Hanna; SHARON, Smadar; LEYKIN, Inna. Racism and the politics of signification: Israeli public discourse on racism towards Palestinian citizens. *Ethnic and Racial Studies*, v. 31, n. 6, 2008.

HEVER, Shir. *The Privatisation of Israeli Security*. London: Pluto Press, 2018.

HUMAN Rights Watch. Brasil: Operação Policial Letal no Complexo do Alemão. 22 jul. 2022. Disponível em: <<https://www.hrw.org/pt/news/2022/07/22/brazil-deadly-police-operation-complexo-do-alemao>>. Acesso em: 26 jul. 2022.

HUMAN RIGHTS WATCH. *Israel/Palestine*. Disponível em: <<https://www.hrw.org/middle-east/north-africa/israel/palestine>>. Acesso em: 01 ago. 2022.

HUMAN Rights Watch. *Israel: Caterpillar Should Suspend Bulldozer Sales*. 2004. Disponível em: <<https://www.hrw.org/news/2004/11/21/israel-caterpillar-should-suspend-bulldozer-sales>>. Acesso em: 23 jun. 2022.

HUYSMANS, Jef. *The Politics of Insecurity: Fear, migration and asylum in the EU*. London and New York: Routledge, 2006.

HUYSMANS, Jef; SQUIRE, Vicki. Migration and Security. In: CAVELTY, Myriam Dunn; MAUER, Victor (Orgs.). *Routledge Handbook of Security Studies*. London and New York: Routledge, 2009.

IAI. History. Disponível em: <<https://www.iai.co.il/about/history>>. Acesso em: 11 nov. 2021.

IAI. IAI Worldwide. Disponível em: <<https://www.iai.co.il/about/iai-worldwide>>. Acesso em: 11 nov. 2021.

INTERNAL DISPLACEMENT MONITORING CENTRE (IDMC). *Palestine*. Geneva: IDMC, 2013-2019. Disponível em: <<http://www.internal-displacement.org/countries/palestine#88>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

IPEA. Atlas da Violência. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>>. Acesso em: 04 ago. 2022.

ISRAEL Defense Forces. *Our Mission*. Disponível em: <<https://www.idf.il/en/minisites/israel-defense-forces/>>. Acesso em: 12 jun. 2022.

ISRAEL Trade & Investment Brazil. *Polícia Militar do Rio de Janeiro terá blindado antitumulto israelense*, 8 dez. 2016. Disponível em: <<http://israeltrade.org.br/noticias/policia-militar-rio-de-janeiro-tera-blindado-antitumulto-israelense>>. Acesso em: 18 mar. 2021.

ISRAEL Trade & Investment Brazil. *Por que Israel?* Available at: <<http://israeltrade.org.br/por-que-israel>>. Accessed on: March 18th, 2021.

ISRAEL. *Forças de Defesa de Israel (IDF)*. Disponível em: <<https://embassies.gov.il/MFA/Portuguese/Pages/ESTADO-FDI.aspx>>. Acesso em: 12 jun. 2022.

ISRAELI Combat Shooting and Tactical Training. *The Israeli Combat Pont Shooting Method*. Disponível em: <<http://www.combatconcepts.info/about.html>>. Acesso em: 15 jun. 2022.

JORNAL de Brasília. *Netanyahu diz porque ataques de 11 de setembro beneficiaram Israel*. 2008. Disponível em: <<https://jornaldebrasil.com.br/noticias/mundo/netanyahu-diz-porque-ataques-de-11-de-setembro-beneficiaram-israel/>>. Acesso em: 15 jun. 2022.

KHALEK, Rania. Israel-trained police “occupy” Missouri after killing of black youth. *The Eletronic Intifada*, 15 ago. 2014. Disponível em: <<https://electronicintifada.net/blogs/rania-khalek/israel-trained-police-occupy-missouri-after-killing-black-youth>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

KINDERVATER, Katharine Hall. The technological rationality of the drone strike. *Critical Studies on Security*, v. 5, n. 1, 2017.

KINGSLEY, Patrick. Evictions in Jerusalem Become Focus of Israeli-Palestinian Conflict. *The New York Times*, 7 de maio de 2021. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2021/05/07/world/middleeast/evictions-jerusalem-israeli-palestinian-conflict-protest.html>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

KRAUSE, Keith. Rationality and Deterrence in Theory and Practice. In: SNYDER, C. A. (Org.). *Contemporary Security and Strategy*. New York: Routledge, 1999.

KRISHNA, Sankaran. A Postcolonial Racial/Spatial Order. In: ANIEVAS, Alexander; MACHANDA, Nivi; SHILLIAM, Robbie (Ed.). *Race and Racism in International Relations*. Oxon: Routledge, 2015.

LAAD Defense & Security. *Sobre*. Disponível em: <<https://www.laadexpo.com.br/sobre/>>. Acesso em: 23 set. 2021.

LAZAROFF, Tovah. Netanyahu: US has kept me from annexing West Bank settlements. *The Jerusalem Post*, 11 ago. 2020. Disponível em: <<https://www.jpost.com/israel-news/netanyahu-us-has-kept-me-from-annexing-west-bank-settlements-638191>>. Acesso em: 11 ago. 2020.

LEANDER, Anna. Commercial Security Practices. In: BURGESS, J. Peter. *The Routledge Handbook of New Security Studies*. London and New York: Routledge, 2010.

LEANDER, Anna. Technological Agency in the Co-Constitution of Legal Expertise and the US Drone Program. *Leiden Journal of International Law*, v. 26, 2013.

LEANDER, Anna. Theorising international monetary relations: three questions about the significance of materiality. *Contexto Internacional*, v. 37, n. 3, 2015.

LI, Darryl. The Gaza Strip as Laboratory: Notes in the Wake of Disengagement. *Journal of Palestine Studies*, v. XXXV, n. 2, 2006.

LOBO-GUERRERO, Luis. Archives. In: SALTER, Mark B.; MUTLU, Can E (Ed.). *Research Methods in Critical Security Studies: An Introduction*. Oxon: Routledge, 2013.

MALMVIG, Helle. *State Sovereignty and Intervention: A discourse analysis of interventionary and non-interventionary practices in Kosovo and Algeria*. London and New York: Routledge, 2006.

MALTCHIK, Roberto. Seguranças de Lula treinam técnica de defesa de Israel para o corpo a corpo eleitoral. *O Globo*, 25/06/2010. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/segurancas-de-lula-treinam-tecnica-de-defesa-de-israel-para-corpo-corpo-eleitoral-2987855>>. Acesso em: 23 set. 2021.

MARIANI, Daniel; RONCOLATO, Murilo; TONGLET, Ariel; DUCROQUET, Simon. O que o mapa racial do Brasil revela sobre a segregação no país. *Nexo Jornal*, 16 dez. 2015. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/especial/2015/12/16/O-que-o-mapa-racial-do-Brasil-revela-sobre-a-segrega%C3%A7%C3%A3o-no-pa%C3%ADs>>. Acesso em: 01 ago. 2022.

MARTÍN, María. A política que barra negros e pobres e ameaça a democracia da areia no Rio. *El País*, 31 ago. 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/27/internacional/1440710239_607074.html>. Acesso em: 01 ago. 2022.

MASSAD, Joseph A. *The Persistence of the Palestinian Question: Essays on Zionism and the Palestinians*. Oxon: Routledge, 2006.

MASSAD, Joseph. The Ends of Zionism: Racism and the Palestinian Struggle. *Interventions*, v. 5, n. 3, 2003.

MATTERA, Liam. Monstros Blindados: Veja os tratores de esteira mais brutais (para zonas de guerra) da Caterpillar. *AutoVideos*. Disponível em: <<https://autovideos.com.br/blindados-tratores-esteira-zonas-guerra-caterpillar/>>. Acesso em: 23 jun. 2022.

MATTOS, Gabriela. Fuzis já entravam no Rio nos anos 1990. *O Dia*, 2016. Disponível em: <<https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2016-11-06/fuzis-ja-entravam-no-rio-nos-anos-1990.html>>. Acesso em: 1 jul. 2022.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MEICHES, Benjamin. Weapons, desire, and the making of war. *Critical Studies on Security*, v. 5, n. 1, 2017.

MEMO. *Câmara volta a discutir acordo de defesa entre Brasil e Israel*. 13/04/2021. Disponível em: <<https://www.monitorooriente.com/20210413-camara-volta-a-discutir-acordo-de-defesa-entre-brasil-e-israel/>>. Acesso em: 27 set. 2021.

MEMO. *De Pegasus a Blue Wolf*: como o experimento de ‘segurança’ de Israel na Palestina se tornou global. 18 nov. 2021. Disponível em: <<https://www.monitorooriente.com/20211118-de-pegasus-a-blue-wolf-como-o>>

experimento-de-seguranca-de-israel-na-palestina-se-tornou-global/>. Acesso em: 17 jan. 2022.

MEMO. *Desmorona a narrativa israelense para o 'muro do apartheid'*. 22 mar. 2022. Disponível em: <<https://www.monitordooriente.com/20220322-desmorona-a-narrativa-israelense-para-o-muro-do-apartheid/>>. Acesso em: 01 ago. 2022.

MEMO. *Movimento BDS do Brasil participará do Fórum Social Mundial*. 21 jan. 2021. Disponível em: <<https://www.monitordooriente.com/20210121-movimento-bds-do-brasil-participara-do-forum-social-mundial/>>. Acesso em: 16 jan. 2022.

MERGUIZO, Marcel; CONDE, Paulo Roberto. Rio de Janeiro recebe maquiagem olímpica para os Jogos. *Folha de S.Paulo*, 12 jul. 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/esporte/olimpiada-no-rio/2016/07/1790702-rio-de-janeiro-comeca-a-passar-por-processo-de-embelezamento-para-os-jogos.shtml>>. Acesso em: 01 ago. 2022.

MILHORANCE, Flávia. Movimento Julho Negro faz ato no Rio. 27/07/2019. Disponível em: <<https://projetocolabora.com.br/sem-categoria/movimento-julho-negro-faz-ato-no-rio/>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

MILLIKEN, Jennifer. The Study of Discourse in International Relations: A Critique of Research Methods. *European Journal of International Relations*, v. 5, n. 2, 1999.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Joint Brazil-Israel Declaration – Jerusalem, March 7, 2021*. 07/03/2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/en/contact-us/press-area/press-releases/joint-brazil-israel-declaration-2013-jerusalem-march-7-2021>>. Acesso em: 1 out. 2021.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Visita do ministro José Serra a Israel – 30 de setembro de 2016*. 30/09/2016. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/visita-do-ministro-jose-serra-a-israel-30-de-setembro-de-2016>. Acesso em: 15 set. 2021.

MINISTÉRIO do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. *Acordo de Livre Comércio Mercosul/Israel*. Disponível em: <<http://www.comexresponde.gov.br/portalmDIC/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1404&refr=405>>. Acesso em: 20 set. 2021.

MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. *Lua Nova*, v. 79, 2010.

MOREIRA, Jéssica. Do Rio de Janeiro à Palestina: a militarização dos territórios. *Nós*, 24/05/2021. Disponível em: <<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/do-rio-de-janeiro-a-palestina-a-militarizacao-dos-territorios/>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

MOSSAD. *About Us*. Disponível em: <<https://www.mossad.gov.il/eng/about/Pages/default.aspx>>. Acesso em: 15 jun. 2022.

MOTORYN, Paulo. Acordo do Exército com empresa israelense, alvo do TCU, envolve aliado de Eduardo Bolsonaro. *Brasil de Fato*, 20 mai. 2022. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/05/20/acordo-do-exercito-com-empresa-israelense-alvo-do-tcu-envolve-aliado-de-eduardo-bolsonaro>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

NAÇÕES Unidas. *Expansão de assentamentos israelenses fere direitos de palestinos*. 4 nov. 2021. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/156806-expansao-de-assentamentos-israelenses-fere-direitos-de-palestinos#:~:text=Sobre%20os%20assentamentos%20%2D%20Uma%20grande,est%C3%A3o%20dispersas%20pelo%20territ%C3%B3rio%20palestino>>. Acesso em: 16 jan. 2022.

NADDEO, André. Bope utiliza ônibus israelense na ocupação do morro do Andaraí, no Rio. *Uol Notícias*, 11/06/2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2010/06/11/bope-utiliza-onibus-israelense-na-ocupacao-do-morro-do-andarai.htm>>. Acesso em: 20 set. 2021.

NASCIMENTO, Abdias. *O Genocídio do Negro Brasileiro*. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NASSER, Reginaldo Mattar; HUBERMAN, Bruno. A “diplomacia das armas”: as relações Brasil-Israel de Lula a Bolsonaro. *XII Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*, 2020. Disponível em: <<https://cienciapolitica.org.br/web/system/files/documentos/eventos/2021/01/diplomacia-das-armas-relacoes-brasil-israel-lula-bolsonaro.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2021.

NETANYAHU, Benjamin. Peace In Our Time? *The New York Times*, 1993. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1993/09/05/opinion/peace-in-our-time.html>>. Acesso em 3 ago. 2020.

NITAHARA, Akemi. Marinha usa arte marcial israelense em treinamento antiterrorismo para Rio 2016. *Agência Brasil*, 2016. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/rio-2016/noticia/2016-07/fuzileiros-navais-recebem-treinamento-israelense-de-combate-ao-terrorismo#:~:text=Fuzileiros%20navais%20do%20Batalh%C3%A3o%20de,da%20t%C3%A9cnica%20para%20a%20imprensa.>>. Acesso em: 21 jun. 2022.

NORTHROP Grumman. *F-5 Tiger Fighter Jet*. Disponível em: <<https://www.northropgrumman.com/what-we-do/air/f5-tiger/>>. Acesso em: 12 nov. 2021.

O GLOBO. A Faixa de Gaza carioca. 10 mai. 2007. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/rio/a-faixa-de-gaza-carioca-675897.html>>. Acesso em: 01 ago. 2022.

O TEMPO. Rio corta acesso à praia para ônibus alvos de blitz da Polícia Militar. 14 set. 2015. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/brasil/rio-corta-acesso-a-praia-para-onibus-alvos-de-blitz-da-policia-militar-1.1112729>>. Acesso em: 01 ago. 2022.

OPERA MUNDI. Parlamentares brasileiros pedem informações sobre relação militar entre Brasil e Israel. 31/07/2020. Disponível em: <<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/66007/parlamentares-brasileiros-pedem-informacoes-sobre-relacao-militar-entre-brasil-e-israel>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

PAPPÉ, Ilan. *A Limpeza Étnica da Palestina*. São Paulo: Editora Sudermann, 2016.

PAZ AGORA. *Declaração da Independência de Israel*. Tel Aviv, 14 mai. 1948. Disponível em: <pazagora.org/1948/05/declaracao-da-independencia-de-israel/>. Acesso em: 9 ago. 2020.

PERFIL News. *Policiais interessados no curso em Israel têm até dia 25 para se inscrever*. 23 jan. 2011. Disponível em: <<https://www.perfilnews.com.br/policiais-interessados-no-curso-em-israel-tem-ate-dia-25-para-se-inscrever/>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

PESCARINI, Fábio. Operações policiais, como a do Complexo do Alemão, são marketing de terror, diz especialista. *Folha de S.Paulo*, 25 jul. 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/07/operacoes-policiais-como-a-do-complexo-do-alemao-sao-marketing-de-terror-diz-especialista.shtml>>. Acesso em 26 jul. 2022.

PINTO, Henrique da Silveira Sardinha. Relatório de Gestão (setembro de 2013 a novembro de 2016). *Embaixada do Brasil em Tel Aviv, Estado de Israel*, 2016.

PIO, João Gabriel; BRITO, Ana Carolina Santos; GOMES, Alexandre Lopes. Criminalidade na cidade do Rio de Janeiro (RJ): as influências das políticas públicas e as relações de curto e longo prazos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 36, n. 106, 2021.

PORTO, Douglas. Negros representam 78% das pessoas mortas por armas de fogo no Brasil. *CNN Brasil*, 19 nov. 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/negros-representam-78-das-pessoas-mortas-por-armas-de-fogo-no-brasil/>>. Acesso em: 04 ago. 2022.

PSOL NA CÂMARA. Requerimento de Informação 2020 da Bancada do Psol. 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1917505>. Acesso em: 15 nov. 2021.

RAFAEL. Home. Disponível em: <<https://www.rafael.co.il/pt/>>. Acesso em: 10 out. 2021.

RAPAPORT, Amir. The Olympic Games are a Showcase for Technologies. *Israel Defense*, 25/11/2014. Disponível em: <<https://www.israeldefense.co.il/en/content/olympic-games-are-showcase-technologies>>. Acesso em: 19 set. 2021.

RENNER, Maurício. Israelenses de olho no Brasil. *Baguete*, 29 set. 2021. Disponível em: <<https://www.baguete.com.br/noticias/29/09/2021/israelenses-de-olho-no-brasil>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

REPORTER Parintins. *Policia do AM participa de treinamento promovido pelo governo de Israel*. 8 nov. 2018. Disponível em: <<https://reporterparintins.com.br/?q=276->

conteudo-93801-policial-do-am-participa-de-treinamento-promovido-pelo-governo-de-israel>. Acesso em: 10 jun. 2022.

REZENDE, Janaína de. A importação da violência israelense para América Latina. *MEMO*, 11 jan. 2022. Disponível em: <<https://www.monitordooriente.com/20220111-a-importacao-da-violencia-israelense-para-america-latina/>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

RIBEIRO, Andrey. Do Brasil para o exército de Israel: as práticas militares aos olhos de imigrantes. *Journal48*, 13 jul. 2021. Disponível em: <<https://journal48.com/conflitos-refugiados-e-migrantes/do-brasil-para-o-exercito-de-israel-as-praticas-militares-aos-olhos-de-imigrantes/>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

RIO MEMÓRIAS. *Olimpíadas das Remoções*. Disponível em: <<https://riomemorias.com.br/memoria/olimpiadas-das-remocoes/>>. Acesso em: 01 ago. 2022.

ROSSI, Clóvis. Governo brasileiro barra novo embaixador designado por Israel. *Folha de S.Paulo*, 18 dez. 2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/12/1720575-governo-brasileiro-barra-novo-embaixador-designado-por-israel.shtml>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

RUBIN, Uzi. Israel's defense industries – and overview. *Defence Studies*, v. 17, n. 3, pp. 228-241, 2017.

SAID, Edward. *A Questão Palestina*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

SALTER, Mark B (Ed.). *Making Things International 1*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2015.

SALTER, Mark B (Ed.). *Making Things International 1: Circuits and Motion*. Minneapolis and London: University of Minnesota Press, 2015.

SALTER, Mark B. (Ed.). *Making Things International 2: Catalysts and Reactions*. Minneapolis and London: University of Minnesota Press, 2016.

SALTER, Mark B.; MUTLU, Can E. *Research Methods in Critical Security Studies: An Introduction*. London and New York: Routledge, 2013.

SHAH, Nisha. Gunning for war: infantry rifles and the calibration of lethal force. *Critical Studies on Security*, v. 5, n. 1, 2017.

SHERRATT, Yvone. *Continental Philosophy of Social Science: Hermeneutics, Genealogy and Critical Theory from Ancient Greece to the Twenty-First Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

SHLAIM, Avi. *The Iron Wall: Israel and the Arab World*. New York: W. W. Norton & Company, 2001.

SILVA, Camila Rodrigues da; GRANDIN, Felipe; CAESAR, Gabriela; REIS, Thiago. População carcerária diminui, mas Brasil ainda registra superlotação nos presídios em meio à pandemia. *GI*, 17 mai. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2021/05/17/populacao-carceraria-diminui-mas-brasil-ainda-registra-superlotacao-nos-presidios-em-meio-a-pandemia.ghtml>>. Acesso em: 01 ago. 2022.

SILVA, Rene. Agora no Complexo do Alemão. *Twitter*, 21 jul. 2022. Disponível em: <https://twitter.com/eurenesilva/status/1550082746583842817?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwterm%5E1550082746583842817%7Ctwgr%5E%7Ctwcon%5Es1_&ref_url=https%3A%2F%2Fwww1.folha.uol.com.br%2Fcotidiano%2F2022%2F07%2Fpolicias-militar-e-civil-fazem-operacao-no-complexo-do-alemao-no-rio.shtml>. Acesso em: 01 ago. 2022.

SKLARZ, Eduardo. Mossad: A Eficiência Implacável do Serviço Secreto Israelense. *Aventuras na História*, 2019. Disponível em: <<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/mossad-a-eficiencia-implacavel-do-servico-secreto.phtml>>. Acesso em: 15 jun. 2022.

SMITH, Linda Tuhwal. *Decolonizing Methodologies: Research and Indigenous Peoples*. Londres e Nova York: Zed Books, 1999.

SOARES, Ingrid. Bolsonaro agradece a Netanyahu e cumprimenta novo premiê de Israel. *Correio Braziliense*, 14/06/2021. Disponível em: <<https://www.timesofisrael.com/in-first-phone-call-bennett-and-brazils-bolsonaro-invite-each-other-for-visits/>>. Acesso em: 30 set. 2021.

SOCIEDADE Militar. *Israel e Rio de Janeiro podem fechar acordo de cooperação em área de segurança. Policiais cariocas podem ser treinados por israelenses*. 10 dez. 2018. Disponível em: <<https://www.sociedademilitar.com.br/2018/12/israel-e-rio-de-janeiro-podem-fechar-acordo-de-cooperacao-em-area-de-seguranca-policiais-cariocas-podem-ser-treinados-por-israelenses.html>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

SOLOMON, Shoshanna. Israel's Elbit gets Brazil contract for \$100 million. *Times of Israel*, 8 de janeiro de 2017. Disponível em: <<https://www.timesofisrael.com/israels-elbit-gets-brazil-contract-for-100-million/>>. Acesso em: 18 mar. 2021.

SPERI, Alice. Forças de segurança de Israel treinam polícias nos EUA apesar de histórico de abusos. *The Intercept*, 19 set. 2017. Disponível em: <<https://theintercept.com/2017/09/19/israel-treina-policias-eua-abusos-direitos/>> Acesso em: 10 jun. 2022.

STAFF, Toi. In first phone call, Bennett and Brazil's Bolsonaro invite each other for visits. *Times of Israel*, 13/07/2021. Disponível em: <<https://www.timesofisrael.com/in-first-phone-call-bennett-and-brazils-bolsonaro-invite-each-other-for-visits/>>. Acesso em: 01 out. 2021.

STAND with us. *Israel's Story*. Disponível em: <<https://www.standwithus.com/israels-story>>. Acesso em: 9 ago. 2020.

STATE OF ISRAEL. IDF Conduct of Operations during the 2014 Gaza Conflict. In: STATE OF ISRAEL. *The 2014 Gaza Conflict (July 7 - August 26, 2014): Factual and Legal Aspects*. Jerusalem: State of Israel, mai. 2015, Cap. VI. Disponível em: <<https://mfa.gov.il/ProtectiveEdge/Documents/IDFConduct.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2022.

STEFANINI GROUP. Stefanini apresenta soluções de segurança durante o LAAD Defence & Security 2019. 28/03/2019. Disponível em: <<https://stefanini.com/pt-br/trends/noticias/stefanini-participa-do-laad-2019>>. Acesso em: 29 out. 2021.

STEFANINI GROUP. Stefanini marca presença em encontro empresarial Brasil-Israel. 11/04/2019. Disponível em: <<https://stefanini.com/pt-br/trends/noticias/Stefanini-presente-no-encontro-empresarial-brasil-israel>>. Acesso em: 29 out. 2021.

STEFANINI RAFAEL. Segurança da informação e defesa cibernética para proteção do seu negócio. Disponível em: <<https://stefanini.com/pt-br/a-stefanini/coligadas/stefanini-rafael>>. Acesso em: 29 out. 2021.

STOCKMARR, Leila. Beyond the laboratory thesis. In: HONKE, Jana; MULLER, Markus-Michael (Org.). *The Global Making of Policing*. London and New York: Routledge, 2016.

STOCKMARR, Leila. Seeing Is Striking: Selling Israeli Warfare. *Jadaliyya*, January 18th, 2014. Available at: <<https://www.jadaliyya.com/Details/30096>>. Accessed on: June 1st, 2021.

STOLER, Ann Laura. *Duress: Imperial Durabilities in Our Times*. Durham: Duke University Press, 2016.

STOP THE WALL. *Brazil's military relations with Israel*. 2011. Disponível em: <https://bdsmovement.net/files/2011/03/brazilian_military_ties_with_israel.pdf>. Acesso em: 25 set. 2021.

THEODORO, Mário. *A Sociedade Desigual: Racismo e branquitude na formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

TOMAZ, Kleber. Pela 1^a vez, PM usa blindado com jato d'água para dispersar protesto em SP. *G1*, 18 mar. 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/03/pela-1-vez-pm-usa-blindado-com-jato-dagua-para-dispersar-protesto-em-sp.html>>. Acesso em: 13 jun. 2022.

TRADING Economics. *Brazil imports from Israel*, 2021. Disponível em: <<https://tradingeconomics.com/brazil/imports/israel>>. Acesso em: 9 abr. 2021.

UOL. Ataques em Gaza deixam 24 mortos, incluindo 6 crianças, dizem palestinos. 6 ago. 2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2022/08/06/bombardeios-israelenses-em-gaza-mortos.htm>>. Acesso em: 08 ago. 2022.

VASCONCELLOS, Paulo Cesar Meira de. Relatório de Gestão (01/06/2017 a 30/06/2020). *Embaixada do Brasil em Tel Aviv*, 2020.

VIGEVANI, Tullo; CALANDRIN, Karina Stange. Brazil's policy toward Israel and Palestine in Dilma Rousseff and Michel Temer's administrations: have there been any shifts? *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 62, n. 1, 2019.

VILA-NOVA, Carolina. Israel quer pacto de segurança para elevar cooperação científica com Brasil. *Folha de São Paulo*, 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/03/israel-quer-pacto-de-seguranca-para-elevar-cooperacao-cientifica-com-brasil.shtml>>. Acesso em: 10 set. 2021.

VIZUALIZING PALESTINE. *Palestinian & Israeli Deaths: Timeline of Violence since Sep. 2000*. 2015. Disponível em: <<https://visualizingpalestine.org/visuals/timeline-of-violence>>. Acesso em: 01 ago. 2022.

Wafa. Unemployment above 43% in Gaza, 17.9% in West Bank in 2017, says statistics bureau. Wafa, Ramallah, 30 abr. 2018. Disponível em: <<http://english.wafa.ps/page.aspx?id=XfXF5da97485204531aXfXF5d>>. Acesso em: 01 ago. 2022.

WAR Resister's International. Equipment, training and tactics. Disponível em: <<https://www.wri-irg.org/fr/pm-themes-fr/equipement-entrainement-et-tactiques?language=en&page=4>>. Acesso em: 13 jun. 2022.

WARFARE Blog. IWITAR-21 TAVOR. Uma solução israelense para o combate urbano. 2018. Disponível em: <<https://www.warfareblog.com.br/2018/08/iwi-tar-21-tavor-uma-solucao-israelense.html>>. Acesso em: 5 jul. 2022.

WEZEMAN, Pieter D.; KUIMOVA, Alexandra; WEZEMAN, Siemon T. Trends in International Arms Transfers: SIPRI Fact Sheet. 2021. Disponível em: <https://sipri.org/sites/default/files/2021-03/fs_2103_at_2020.pdf>. Acesso em: 01 out. 2021.

WITNESS See It Film It Change It. Military Forces in Brazil deploy checkpoints and smartphones against residents. 2018. Disponível em: <<https://www.witness.org/military-forces-in-brazil-are-using-cell-phones-to-check-residents/>>. Acesso em: 01 ago. 2022.

ZUREIK, Elia. Settler Colonialism, Neoliberalism and Cyber Surveillance: The Case of Israel. *Middle East Critique*, 2020.